

**Juliano Bitencourt Campos
Marian Helen da S. G. Rodrigues
Nilzo Ivo Ladwig
Pedro Paulo A. Funari
Luiz Oosterbeek
(Organizadores)**



PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE: Arqueologia e Turismo Sustentável (Volume IV)



2021©Copyright UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário – C.P. 3167 – 88806-000 – Criciúma – SC
Fone: +55 (48) 3431-2500 – Fax: +55 (48) 3431-2750

Reitora

Luciane Bisognin Ceretta

Vice-Reitor

Daniel Ribeiro Preve

Conselho Editorial

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)

Angela Cristina Di Palma Back

Cinara Ludvig Gonçalves

Fabiane Ferraz

Marco Antônio da Silva

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Miguelangelo Gianezini

Nilzo Ivo Ladwig

Rafael Rodrigo Mueller

Reginaldo de Souza Vieira

Ricardo Luiz de Bittencourt

Richarles Souza de Carvalho

Vilson Menegon Bristot

Comitê Científico do Livro

Dr. Daniel Ribeiro Preve – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Dra. Giulia Marciani – Università di Bologna – UNIBO

Dr. Ismael Francisco de Souza – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Dr. Jairo José Zocche – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Dr. Jorge Eremites de Oliveira – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Dra. Lucy Cristina Ostetto – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Dr. Marcus Vinícius Beber – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Dr. Marlon Borges Pestana – Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Dr. Paulo Antonio Dantas de Blasis – Universidade de São Paulo – USP

**Juliano Bitencourt Campos
Marian Helen da S. G. Rodrigues
Nilzo Ivo Ladwig
Pedro Paulo A. Funari
Luiz Oosterbeek
(Organizadores)**



PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE: Arqueologia e Turismo Sustentável (Volume IV)



**Criciúma
UNESC
2021**

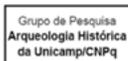
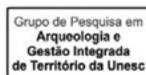
Editora da UNESCO

Editor-Chefe: Dimas de Oliveira Estevam

Preparação e revisão ortográfica e gramatical: Margareth Maria Kanarek

Projeto gráfico e diagramação: Luiz Augusto Pereira

Revisão final: Juliano Bitencourt Campos



As ideias, imagens e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P314 Patrimônio cultural, direito e meio ambiente [recurso eletrônico] : Arqueologia e Turismo Sustentável (volume IV) / Juliano Bitencourt Campos ... [et al.] (organizadores). - Criciúma, SC: UNESCO, 2021. 498 p. : il.

Modo de acesso: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/300/5886/>>
ISBN: 978-65-87458-31-1
DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura>

1. Patrimônio cultural. 2. Patrimônio cultural - Proteção - Legislação. 3. Turismo arqueológico. 4. Turismo cultural. 5. Conservação histórica. 6. Sustentabilidade e meio ambiente. I. Título.

CDD 22. ed. 363.69

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESCO

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida, por qualquer meio ou forma, sem prévia permissão por escrito da Editora da Unesc.

PREFÁCIO 1

Desenvolvimento, sustentabilidade, preservação, dialogia, patrimônio, uso social, destinos, tecnologias, informação, papel social, valorização, desvalorização, território, desterritorialização, arte, destarte, devir, pré-história, história, desafio, *establishment*, estereotipo, fazer para, fazer com, qualidade, paisagem, natural, cultural, privado, público, sociedades, comunidades, indivíduos, governos, responsabilidade, irresponsabilidade, multiculturalidade, interculturalidade, nacional, internacional, povos tradicionais, nativos, locais, não nativos, deslocados, civilização, cidadãos do mundo, agentes, passivos, subalternidade, alteridade, defesa, imposição, Estado. Tantas palavras, tantos conceitos, tantas possibilidades. O turismo é vetor de preservação, de diálogos, de conflitos, de desenvolvimento, de valorização e desvalorização e não podemos nos esquecer, em tempos de pandemia, de que foi a prática do turismo uma das responsáveis pela dispersão da COVID-19 pelo mundo. A prática do turismo é assim mesmo, extremamente complexa e contraditória, e sua relação com o campo da arqueologia não poderia ser diferente.

Pela sua característica contraditória e cheia de conflitos, o turismo como prática e ação social é tema fundamental de discussão não apenas no meio acadêmico, mas também no âmbito das políticas públicas nacionais e internacionais. No campo da arqueologia, raras são as contribuições sobre tal discussão, o que também é uma contradição em si. Responsáveis pela identificação, pelo mapeamento, pelo registro e pela descrição dos bens patrimoniais arqueológicos de diferentes tempos, desde o passado pré-colonial até as tradições imateriais praticadas na contemporaneidade, pouco os/as arqueologistas se debruçaram a pensar sobre os resultados de seus trabalhos no que se refere às práticas turísticas, que envolvem ativação e consumo das histórias e dos lugares registrados e mobilizados. A maioria dos/as arqueologistas continua no mundo do fundo das quadrículas e dos gabinetes, relegando, muitas vezes, a outros/as profissionais as decisões sobre os destinos de uso, consumo e

ativação dos bens patrimoniais. Arqueologia é política, é ação pública, sendo importante sair das quadras e dos gabinetes e engajar-se às agendas políticas em todas as esferas. A contribuição arqueológica não se configura pelo fato arqueológico em si, mas também pela narrativa construída pelos/as profissionais com e para os diferentes segmentos sociais.

Refletir sobre planejamento e resultados dessas ações é o tema do muito bem-vindo livro *Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente: arqueologia e turismo sustentável*, organizado por pesquisadores de diferentes partes do mundo, com diferentes experiências. Desde as câmaras políticas europeias até as ações com comunidades locais, a organização promove olhares sobre a prática do turismo em sua relação com o campo da arqueologia. Em seu conteúdo, o livro brinda o/a leitor/a com uma série de trabalhos de ordem teórica-reflexiva sobre arqueologia e turismo, assim como apresenta estudos de caso locais/regionais em todas as suas contradições possíveis, desde a valorização à desvalorização dos interesses de populações locais em detrimento de interesses de gestão pública municipal, nacional ou internacional. O turismo também faz isso, deixa claras as entranhas dos Estados nacionais sobre as comunidades locais, sob o argumento do bem-estar e da paz geral. Nesse panorama, quem perde, quem ganha? Qual o limite entre o direito privado e os direitos difusos? Como o turismo em sua interface com o campo da arqueologia contribui ou desmascara relações de poder há tempos estabelecidas.

Para resolver as contradições e os conflitos, primeiramente, a denúncia, e, em segundo, o diálogo político. Não há regra geral, não há políticas e experiências que possam ser transpostas a fim de solucionar tensões causadas pelo uso e consumo geral dos bens patrimoniais. As soluções devem passar por estratégias dialéticas, em que os conflitos denunciados, ao serem compartilhados, por todos/as possam ser negociados localmente, mesmo que os interesses sejam de ordem global. Isso parece óbvio, mas em tempos de terra plana, negacionismo e arbitrariedades cotidianas, o óbvio é uma mera lembrança de um mundo utópico, que deve ser reconstruído. Nesse sentido, talvez as práticas turísticas, o diálogo a que se propõe e os conflitos e contradições

que sugere e materializa possam ser um elemento fundamental para recompor uma dialogia profunda, afinal, não esqueçamos de que as estátuas começaram a mergulhar e as pessoas gritam por respirar.

Rafael Guedes Milheira

Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia,
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia,
Coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

PREFÁCIO 2

TURISMO CULTURAL

Podemos dizer com segurança hoje que, graças ao boom do turismo nas últimas décadas, nunca antes na história da humanidade os habitantes deste planeta viajaram tanto ou se envolveram tanto na descoberta de outras culturas. Nossa organização irmã, a UNWTO (Organização Mundial do Turismo), está fornecendo números de viajantes internacionais quase atingindo o enorme número de mais de um bilhão e setecentos milhões por ano, desde 2017.

Então, o que estamos nós, como organizações internacionais e organizações não governamentais (ONGs), políticos, formuladores de políticas, profissionais e cidadãos comuns e turistas, fazendo com essa tremenda oportunidade de promover o entendimento entre os habitantes do planeta através de encontros com outros e com suas expressões culturais e artísticas, monumentais e vivas, passadas e presentes?

Acreditamos que o turismo, que implica o contato entre pessoas e comunidades humanas, e através delas entre culturas e civilizações, tem um papel importante a desempenhar na facilitação do diálogo entre culturas. O turismo também tem a capacidade de ajudar os habitantes do mundo a viver melhor juntos e, assim, contribuir para a construção da paz na mente de homens e mulheres para parafrasear a Constituição da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

O patrimônio cultural e natural, que atrai tantos turistas e é um recurso para o desenvolvimento, felizmente está presente em todo o mundo, proporcionando assim uma oportunidade adicional para muitos países não industrializados.

Conscientizar, educar e treinar o pessoal implicado no patrimônio é essencial para envolver as comunidades no processo de conservação e

aprimoramento de seu patrimônio. É o envolvimento de todos que permitirá preservar melhor a herança da Humanidade, melhorar as condições de vida e reduzir a pobreza. Preservar o patrimônio cultural e natural, levá-lo ao alcance de todos, tornar as culturas e civilizações mais conhecidas, melhorar as condições de vida diárias e reduzir a pobreza é o que dá sentido à sustentabilidade do desenvolvimento do turismo.

No entanto, esses objetivos dependem da qualidade da concepção e da implementação de políticas e atividades de turismo – ou seja, sua compreensão da cultura e sua sustentabilidade –, que envolvem a participação das comunidades na preservação e valorização do patrimônio cultural a longo prazo.

Os impactos negativos do turismo não são, de forma alguma, inevitáveis, particularmente em alguns destinos que estão superlotados de visitantes, gerando reações negativas das populações locais como, por exemplo, em Veneza ou Barcelona nos últimos anos.

Mas o turismo pode ter efeitos positivos e duradouros no nosso patrimônio cultural e natural, na criatividade e na diversidade cultural e no ambiente e equilíbrio das sociedades.

Acreditamos que os objetivos estabelecidos acima, de diálogo entre culturas e de desenvolvimento, podem ser alcançados se os decisores e atores do turismo e da cultura, as sociedades que acolhem turistas e os próprios turistas desenvolverem políticas e atitudes resultantes de uma compreensão das complexas relações entre turismo e cultura, à luz das convenções, declarações e textos das Nações Unidas, adotados nos campos da cultura e do desenvolvimento sustentável.

Esse é o propósito deste breve texto introdutório para abrir um debate sobre as questões complexas que cercam as relações entre cultura e turismo, turismo e desenvolvimento, turismo e diálogo entre culturas; perguntas que todos os decisores e atores engajados no turismo devem abordar antes que um projeto de turismo seja lançado.

Nesse contexto, vale a pena mencionar as sessões regulares e muito produtivas organizadas em Paestum (Patrimônio da Humanidade na Itália) há 20 anos para a “Borsa Mediterranea del Turismo Archeologico”, onde profissionais da área de turismo se encontram com técnicos e especialistas, inclusive da área de Arqueologia.

A UNESCO está decididamente empenhada, juntamente com seus Estados Membros, o setor privado e a sociedade civil, e em cooperação com as agências relevantes das Nações Unidas, em promover a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo, que, como sabemos, preserva a diversidade cultural e o diálogo entre culturas.

Mounir Bouchenaki

Ex-Diretor-Geral Adjunto para a Cultura - UNESCO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ... 15

CAPÍTULO 1 ... 17

Arqueologia e turismo para a paz – patrimônio cultural e turismo no âmbito do 16º objetivo do desenvolvimento sustentável: paz, justiça e instituições fortes

Fabio Carbone

CAPÍTULO 2 ... 34

Por uma perspectiva dialógica da preservação do patrimônio em meio aos usos sociais do turismo cultural

Leandro Beneditini Brusadin | Lia Sipaúba Proença Brusadin | Raíssa de Keller e Costa

CAPÍTULO 3 ... 62

Turismo arqueológico: o desenvolvimento sustentável com a contribuição das tecnologias da informação e comunicação sob a ótica dos destinos turísticos inteligentes

Luciane de Carvalho Pereira | Solange Maria da Silva

CAPÍTULO 4 ... 110

O papel do *placetelling*® na valorização sustentável do patrimônio arqueológico

Fabio Pollice | Patrizia Miggiano

CAPÍTULO 5 ... 155
Território da Serra da Capivara: um exemplo de sustentabilidade e novos desafios até 2030

Marian Helen da S. G. Rodrigues | Juliano Bitencourt Campos | Luiz Oosterbeek | Marcos César Pereira Santos | Pedro Paulo A. Funari

CAPÍTULO 6 ... 175
Arqueoturismo em angola e o desenvolvimento local

Ziva Domingos | Bumba Manuel de Castro

CAPÍTULO 7 ... 224
Potencial turístico arqueológico na região de implantação do projeto geoparques quarta colônia, RS

André Luis Ramos Soares | Alexandra Begueristain da Silva

CAPÍTULO 8 ... 251
Arqueologia, geoturismo e sustentabilidade no médio tejo, portugal

Luís Mota Figueira | Cecília De Melo Correia Baptista | Ana Paula Gerardo Machado

CAPÍTULO 9 ... 293
Arqueoturismo na baixada maranhense: uma proposta focada nas estearias

Alexandre Guida Navarro | João Costa Gouveia Neto | Francisco Silva de Oliveira | Karen Cristina Costa da Conceição | Elton Estácio Viana Menezes | Yasmim Silva e Silva | Tayse Handreyza

Mendes Abreu | Zilneri Coelho Silva | Nilenilde Gomes Sousa
| Rayllane Cabral Cardoso | Pettson Luan Arouche Mendes |
Eleildon Trindade Couto | Raymisson Santos Matos

CAPÍTULO 10

... 314

Mértola, vila museu e campo arqueológico: quatro décadas de musealização de olho na sustentabilidade

Manuelina Maria Duarte Cândido

CAPÍTULO 11

... 347

Preservação e valorização dos sambaquis de laguna-sc na perspectiva do turismo arqueológico

Geovan Martins Guimarães | Bruna Cataneo Zamparetti | Deisi Scunderlick Eloy de Farias | Francisco Antônio dos Anjos

CAPÍTULO 12

... 389

Sustentabilidade no turismo arqueológico: análise do envolvimento das partes interessadas em três estudos de caso: Brasil, Inglaterra e China

Fabiana Manzatto

CAPÍTULO 13

... 416

“As charqueadas, o engenho, o campo do osório, a ponte, tudo são patrimônio”: o fazer arqueológico com a comunidade do Passo dos Negros (Pelotas, Rio Grande do Sul)

Louise Prado Alfonso | Vanessa Avila Costa

CAPÍTULO 14 ... 453

Avaliação da qualidade visual da paisagem: conservação do patrimônio natural e potencialidades turísticas no município de Morro Grande – Santa Catarina

Nilzo Ivo Ladwig | José Gustavo Santos da Silva | Mônica Priscila Kravczik Guglielmi | Juliana Debiasi Menegasso

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS ... 473

ÍNDICE REMISSIVO ... 497

APRESENTAÇÃO

Esta obra, **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: arqueologia e turismo sustentável (volume IV)**, que ora apresentamos à comunidade científica e geral, é o resultado da parceria entre o Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território – Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz da Universidade do Extremo Sul Catarinense (LAPIS/PPGCA/UNESC), o Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT/PPGCA/UNESC), o Instituto Olho D'Água de Piauí (IODA/PI), o Grupo de Pesquisa de Arqueologia Histórica da UNICAMP, o Instituto Terra e Memória de Portugal (ITM/Portugal) e a Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Integrada do Território.

O mundo é portador de um acervo patrimonial diversificado e numeroso: vestígios arqueológicos, históricos, etnográficos, paisagísticos e artísticos. O estudo e a interpretação desse acervo permitem contribuir para a compreensão da ocupação humana e dos seus modos de vida, sejam eles pré-históricos ou históricos, resultantes da presença de vários grupos humanos que ocuparam um determinado território ao longo do tempo. E, tão importante quanto essa interpretação, são as medidas de preservação, conservação, apropriação e fruição para a sustentabilidade cultural das comunidades herdeiras diretas desses patrimônios. Esta edição (volume IV) inclui 14 capítulos e uma ampla colaboração internacional (Brasil, Itália, Portugal, Angola), com uma discussão sobre princípios, objetivos, instrumentos e boas práticas e propostas de medidas sustentáveis para o planeta e as comunidades, sejam elas no contexto brasileiro ou mundial.

Este volume foi editado em um contexto mundial de pandemia. É uma nova realidade, com fortes implicações para a arqueologia e o turismo. Todos percebemos que a liberdade de movimentos é e será mais restrita em função da consciência da necessidade de adotarmos medidas que travem a propagação de uma doença que pode ser fatal. Mas este é, também, o tempo em que melhor se pode compreender os limites da relação intangível com o

patrimônio: ouvir uma música na rádio, ver um vídeo sobre um museu ou um monumento arqueológico, escutar uma palestra pela *internet*... tudo é muito útil, mas não substitui a experiência de ir ao museu, de sentir o cheiro das suas salas, de estar em um concerto com dezenas ou milhares de outros participantes, de poder conversar com um palestrante em um auditório. Porque as experiências culturais mais fortes são multissensoriais e implicam não só a imersão em um espaço, mas um tempo de chegada e de partida, um esforço de deslocamento, que é recompensado não apenas pela satisfação do lugar de destino, mas pelos encontros do caminho: o jornal que se leu no trem, a choperia onde se matou a sede, a conversa que tivemos com uma amiga ou um amigo, os encontros fortuitos.

O fruir do patrimônio é uma experiência performativa, que convoca não apenas o nosso espírito, mas todo o nosso corpo. Tudo isso tem a ver com a materialidade do patrimônio, que é a especialidade da arqueologia. E demonstra, também, que quando qualquer um de nós se desloca a um museu, a uma conferência ou a um sítio arqueológico, também faz um “tour”, e é esse “tour” que também falta quando ficamos em confinamento.

No final, para que serve preservar o patrimônio e para que serve fruir dele? Os autores deste livro chamam a atenção para muitas “coisas” importantes: a paz (que só pode existir entre pessoas que se encontram), o diálogo (que exige diversidade de pontos de vista para não ser uma monotonia), a compreensão da diversidade de materiais e culturas (que se aprende experimentando), a melhoria da qualidade de vida (unindo economia e cultura). Em uma palavra: viver de forma mais plena e feliz.

Boa Leitura!

Juliano Bitencourt Campos
Marian Helen da S. G. Rodrigues
Nilzo Ivo Ladwig
Pedro Paulo A. Funari
Luiz Oosterbeek
(Organizadores)

CAPÍTULO 1

ARQUEOLOGIA E TURISMO PARA A PAZ – PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO ÂMBITO DO 16º OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura01>

Fabio Carbone

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: SOBRE A FUNCIONALIDADE DA TÉCNICA (ATÉ NA PERPETRAÇÃO DO MAL) E A URGÊNCIA DA ÉTICA

O presente nos apresenta desafios que apenas algumas décadas atrás (às vezes, apenas anos) eram impensáveis. A utopia de uma nova ordem mundial em nome de uma interdependência pacífica de povos e nações – favorecida pelo rápido processo de globalização – deu lugar à multiplicação de demandas díspares e muitas vezes conflitantes. A instabilidade, característica de nossos tempos, envolve política, economia e finanças, meio ambiente, sociedade, segurança e equilíbrio internacional. Análises geopolíticas sugerem uma realidade cheia de pontos de interrogação: o Oriente Médio está caminhando para novos equilíbrios ou novos desastres? Que resultados terá o novo confronto entre Estados Unidos, Rússia e China? E mais, do ponto de vista social: aquela fortemente (auto)celebrada primazia ocidental, que já havia sofrido uma crise econômica devastadora, está agora sendo dramaticamente minada pelos repetidos ataques terroristas que ameaçam seu modelo de coexistência baseado na democracia, liberdade, igualdade e justiça social? Nossa reação aos dramáticos fenômenos migratórios dos últimos anos nos conscientizou de nosso racismo latente e de quão fraco pode ser nosso senso de identidade? A apatia substancial em relação ao sofrimento do próximo fez de todos nós partícipes de uma pós-humanidade? E, por fim, como resolver o paradoxo que vê, por um lado, avanços incríveis em tecnologia e ciência e, por outro, o aumento (principalmente entre os jovens) do analfabetismo funcional? E como lidar com o analfabetismo emocional e o niilismo da juventude ocidental? Trata-se de um conjunto de fenômenos transitórios ou de uma realidade estrutural? Como enfrentar os desafios do presente, como imaginar os cenários futuros na Era da incerteza?

“Somos espectadores ainda inconscientes e incertos de uma ruptura histórica”, diz o sociólogo francês Yves Mény (2019). No entanto, essa mesma condição de incerteza e instabilidade que permeia o presente deveria apelar para a nossa maior responsabilidade e ação. A primeira responsabilidade indi-

vidual e coletiva seria a de nos esforçarmos para uma melhor análise e um maior entendimento do que nos rodeia e atuarmos sem hesitação, pois a História não perdoará a apatia ou a inconsistência do compromisso com um futuro melhor. E também precisamos ter cuidado com um mal-entendido típico dos nossos tempos, uma ilusão, logo uma armadilha: a confiança no progresso da técnica e, nomeadamente, da tecnologia. Embora não se possam negar os importantes benefícios trazidos pelos avanços técnicos em praticamente todos os campos, seria necessária uma pausa para refletirmos sobre o fato de que, em qualquer caso, técnica, em geral, e tecnologia, em particular, não fornecem um horizonte futuro, uma perspectiva, ao contrário do que é capaz de fazer a reflexão e a ética. Esse apelo para agir é assim transformado em um apelo para redescobrir a ética e os valores por trás das coisas humanas: história, política, convivência entre os povos e assim por diante. Nesse sentido, estou convencido de que, na base de toda a *res* humana, deve haver o propósito de melhorar a condição do próprio ser humano, recuperando a filosofia kantiana pela qual o homem deve ser o fim de qualquer ação e não meramente um meio. Essa reflexão nos leva para uma mudança de paradigma e uma perspectiva que muda (ou pelo menos deveria mudar) a abordagem de cada pessoa para com qualquer atividade profissional e não profissional e em qualquer nível: local, regional, nacional ou internacional e global.

E, finalmente, uma vez esclarecido o paradigma usado, podemos introduzir o tema deste capítulo: a função do patrimônio cultural e do turismo no campo da sustentabilidade, em particular na criação da paz, o décimo sexto objetivo do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas: Paz, Justiça e Instituições Fortes.

TURISMO E PAZ (?)

No mundo atual de mudanças extremamente dinâmicas e, por vezes, dramáticas, o turismo é considerado uma força global para o bem. Criando

oportunidades para a elevação de economias, sociedades, culturas e ambientes em todo o mundo, o setor é responsável por um em cada 10 empregos em todo o mundo, 10,4% do GPD global e 30% dos serviços. É importante ressaltar que o impacto socioeconômico é acompanhado pelo impacto puramente social, já que o turismo – argumenta o atual debate acadêmico – leva ao encontro de diferentes povos e culturas. Vários autores afirmam que – se certos pressupostos estiverem satisfeitos – o turismo pode ser veículo de reconciliação em áreas e sociedades em situação de pós-conflito (veja, entre outros, CARBONE, 2021; ZHANG, 2017; CAUSEVIC; LYNCH, 2011). Na realidade, já vários líderes mundiais, entre os quais John F. Kennedy, Ghandi, Bill Clinton e Tony Blair, reconheceram a importância do setor de viagens e turismo para conduzir a paz, a segurança e a compreensão. Em 1988, antecipando até o conceito de sustentabilidade lançado alguns anos mais tarde pelas Nações Unidas e promovendo um primeiro código ético do turismo, Louis D'Amore (1988) lançou o conceito de “Turismo: indústria de paz”, que foi a base para a criação do Instituto Internacional para a Paz através do Turismo, que hoje conta com muitos capítulos no mundo.

Em breve, iniciou também, em nível acadêmico, um intenso debate. No princípio, falou-se de *turismo pós-conflito* com Smith (1998) em um artigo publicado pelos *Annals of Tourism Research*, onde ele se concentra na atividade turística após a Segunda Guerra Mundial. Nesse artigo, ele afirma que

[...] a Segunda Guerra Mundial foi um marco no turismo: criou a tecnologia para uma mobilidade global rápida e eficiente; gerou as motivações para o turismo de massa; e, por causa do horror humano dos holocaustos nucleares, estimulou novas políticas que estimulassem o contato entre povos, também através do turismo. (SMITH, 1998, p. 204).

Desde então, abordou-se o tema sob diferentes perspectivas, como a justiça transicional e a (re)construção do Estado (NOVELLI; MORGAN;

NIBIGIRA, 2012), a “patrimonialização” e/ou transformação dos locais herdados da guerra (CAUSEVIC; LYNCH, 2011; PACKER; BALLANTYNE; UZZELL, 2019), a (re)construção de identidades nacionais contestadas por meio do turismo pós-conflito (ZHANG; XIAO; MORGAN; LY, 2018; ZHANG, 2017) e até a marca do destino turístico após um conflito armado (SHIRLEY; WYLIE; FRIESEN, 2018). Por outro lado, Selwitz (1996) explora os benefícios da paz para Turismo e hospitalidade.

Em suma, em pouco tempo, consolidou-se com certa unanimidade (hoje não mais tão sólida) a ideia de que o turismo contribui para sociedades mais pacíficas; os países com turismo mais sustentável são mais propensos a desfrutar de níveis mais altos de paz positiva no futuro, pois quanto mais sustentável for o setor de turismo do país, menor será o nível de violência; nos países afetados por conflitos, o turismo representa um veículo de recuperação socioeconômica (BURNETT, 1990), tendo um alto nível de resiliência à violência e aos conflitos, até mesmo na presença de ataques terroristas direcionados aos turistas.

Com base nessas convicções e no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, hoje

[...] o turismo pode proporcionar uma contribuição significativa especialmente no contexto do Objetivo 16 – JUSTIÇA, PAZ E INSTITUIÇÕES FORTES. O turismo assenta em bilhões de encontros entre pessoas de diversas origens culturais. Como tal, o setor pode promover a tolerância e a compreensão multicultural e inter-religiosa, estabelecendo as bases para sociedades mais pacíficas. O turismo, que beneficia e envolve as comunidades locais, também pode consolidar a paz nas sociedades pós-conflito. (WORLD TOURISM ORGANIZATION; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2017, p. 17).

Figura 1: Objetivo 16 dos SDGs e o compromisso do turismo (por parte da Organização Mundial do Turismo) de contribuir para seu consequimento



Fonte: Tourism For SDGs.org (s.d.). Retirado de <http://tourism4sdgs.org/sdg-16-peace-justice-institutions/>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Nesse sentido, no entanto, é necessário fazer considerações importantes à luz da literatura existente. De fato, se é verdade, por um lado, que tanto as agências internacionais quanto os diversos acadêmicos deram até agora um impulso importante ao surgimento do debate acerca do turismo como veículo de paz, por outro lado, esse debate deveria hoje ser revisto e elevado a um nível mais alto de complexidade. Antes de mais nada, destaca-se a necessidade de emancipação das ideias iniciais que, sim, representaram o impulso inicial, mas que hoje parecem pecar por alguma ingenuidade e falta de um discurso sólido, assente, por exemplo, em demonstrações empíricas sobre a capacidade do turismo de ser um veículo para a construção da paz, e os processos associados. Já nos anos 80, autores se perguntavam sobre a real capacidade do turismo de criar paz (BROWN, 1989) e se ele, mais do que um veículo para a paz, era apenas um mero beneficiário dela (LITVIN, 1998). Essas abordagens, no entanto, não tiveram seguidores nem seguimento.

Pesquisar, explorar, discutir e propor novas abordagens e iniciativas através das quais os vários setores da indústria global do turismo possam facilitar e contribuir para o objetivo de “Paz Global através do Turismo”, esse é o desafio. Antes de mais nada, seria necessário rever as abordagens ao debate para torná-lo mais interdisciplinar. Nesse sentido, estudos meus recentes ex-

ploraram a ligação entre patrimônio cultural e desenvolvimento do turismo no contexto da promoção de uma cultura de paz (CARBONE, 2018a, 2018b, 2019, 2021), e os modelos propostos se baseiam na articulação de teorias oriundas da área de estudo, como gestão do patrimônio cultural, turismo e *Peace and conflict studies*.

SOBRE AS (POSSÍVEIS) DINÂMICAS ENTRE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA A PAZ

O conceito de turismo como indústria da paz é fascinante e foi uma das minhas fontes de inspiração como arqueólogo, que até me levou a deixar definitivamente as escavações para me dedicar exclusivamente ao estudo da função social do patrimônio cultural. Contudo, na seção anterior, falamos de “emancipação”. Eu acredito de fato que a ideia de “indústria de paz” deve, por exemplo, ser revista. A ideia de *indústria* em si como entidade que produz, cria algo *em série*, não parece ser a base correta para a busca de maior complexidade no debate. Essa minha convicção está alinhada com o discurso promovido várias vezes pelo Papa Francisco (2018, n.p.), que em vista do 52º Dia da Paz (1º de janeiro de 2019) afirmou: “*Bem-aventurado é o político artesão da paz*”. Não é apenas um exercício retórico propor a alteração do termo “indústria” com o de “artesanato” de Paz. O artesanato pressupõe trabalho manual, comprometimento e engenhosidade que, pelo menos na percepção comum, o termo *indústria* não sugere. E a paz é uma construção que deve ser modelada. Não existe na natureza. Aqui está, então, a implicação dessa primeira consideração, que, à primeira vista, é puramente retórica. A criação de uma cultura de paz requer engenhosidade e o uso sábio de diferentes artes e habilidades. Qual o papel da arqueologia e do patrimônio cultural em geral?

“A arqueologia é, em parte, a descoberta dos tesouros do passado, em parte o trabalho meticuloso do analista científico, em parte o exercício da imaginação criativa” (RENFREW; BAHN, 2012). E isso é o que os manuais de arqueologia nos ensinam. Definição fascinante (para citar apenas uma delas), mas eventualmente algo que não reflete (pelo menos não explicitamente) a complexidade do apelo mencionado na introdução do capítulo de um compromisso compartilhado para a criação de um futuro sustentável e de paz. Nesse sentido, a “Convenção de Faro sobre o valor do patrimônio cultural para a sociedade” é um dos documentos mais recentes que visam revisar o paradigma tradicional sobre o valor do patrimônio cultural, incluindo a arqueologia. Essa Convenção se baseia na ideia de que o conhecimento e o uso do patrimônio fazem parte do direito do cidadão de participar da vida cultural, conforme definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e apresenta o patrimônio cultural como um recurso para o desenvolvimento humano, a valorização da diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural e como parte de um modelo de desenvolvimento econômico baseado nos princípios do uso sustentável dos recursos (COUNCIL OF EUROPE, 2005).

No caso específico da associação entre patrimônio cultural e paz, a potencial contribuição que o patrimônio cultural poderia trazer para a construção da paz foi amplamente ignorada (WALTERS; LAVEN; DAVIS, 2017). Contudo, tendências novas e distantes de serem unânimes e um forte debate caracterizado por fortes controvérsias estão surgindo recentemente (e o presente livro é representativo dessas tendências), sobre o que Stone (2017, p. xii-xiv) define como “[...] papel emergente e crescente aceitação entre os profissionais do patrimônio da necessidade de se envolver com essa responsabilidade [...]”; isto é, a promoção do diálogo intercultural para a paz.

A 8ª Conferência Internacional de Museus da Paz – “O papel dos museus de paz na prevenção da guerra e na promoção da lembrança, da verdade histórica e da reconciliação” –, realizada em No Gun Ri, na Coreia, em 2014, convocada sob a égide conjunta da Rede Internacional de Museus para a Paz e a Fundação Internacional para a Paz da NGR, é representativa dessa nova

tendência pela qual organizações supranacionais como a UNESCO convidam curadores e gerentes de patrimônio cultural a abraçar esse novo desafio. Nessa perspectiva, muito recente é também a tentativa do ICOM de alterar a própria definição de museu, propondo uma descrição que melhor reflete a responsabilidade em promover o diálogo intercultural e a compreensão global. Por sua vez, o fracasso dessa tentativa realizada durante a última conferência do ICOM, em Kyoto, em agosto de 2019, representa, na minha opinião, a natureza extremamente controversa dessas novas propostas conceituais.

Em linha com essa tendência emergente, há alguns anos formulei um modelo conceitual chamado “abordagem Paideia à gestão do patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo e das comunidades locais” (CARBONE, 2011). Foi esse o primeiro passo no sentido de vincular a gestão do patrimônio cultural com a paz através do turismo, associando até a capacidade de valorizar a importância social do patrimônio cultural à qualidade de sua gestão (CARBONE, 2016; CARBONE; OOSTERBEEK; COSTA, 2013). O nome do modelo foi inspirado no ideal filosófico de Paideia, que teve o seu auge com Sócrates (V século a.C.), segundo o qual o “autoconhecimento” é a condição para que cada indivíduo viva em paz e harmonia com os outros. Apliquei esse ideal em nossas sociedades – considerando também a profunda crise de identidade que afeta o Ocidente –, propondo inserir a valorização do patrimônio cultural como fulcro de um sistema integrado de desenvolvimento humano e sustentável. Esse processo assentaria, então, por um lado, no reforço da conscientização cultural das comunidades locais (*cultural awareness*) através da promoção de uma maior participação pública no processo de gestão do patrimônio cultural, também por meio de uma ligação mais sólida com a educação formal. Por outro lado, a valorização do patrimônio teria como objetivo aumentar as competências interculturais na sociedade através da instrução e da valorização turística do patrimônio cultural. Este último se torna, assim, a mais importante plataforma de encontro, diálogo intercultural e crescimento sociocultural em direção à paz.

Nesse modelo, finalmente estão claramente definidos o papel e o posicionamento do turismo e da cultura no processo de promoção de entendimento mútuo global para a paz, a sustentabilidade e o desenvolvimento humano. Trata-se de um processo no qual a conexão entre o desenvolvimento do turismo e a maior participação pública nas práticas de gestão do patrimônio cultural estão fortemente interligadas. Os argumentos subjacentes ao discurso sobre turismo, patrimônio cultural e paz se tornam assim mais bem definidos, mais concretos e visíveis. A inicial simplicidade – embora própria de uma grande intuição – que caracterizou a origem do debate sobre “Turismo (Cultura) e Paz” deixa espaço a uma maior complexidade e concretude. Da mesma forma, ultrapassa-se a tradicional abordagem acadêmica (em particular na área de turismo) à associação “cultura, patrimônio cultural e turismo”, que se caracteriza por focar em dinâmicas meramente ligadas à turistificação de recursos culturais e ao sucesso do patrimônio cultural como atração turística e como fonte de renda através do turismo e no âmbito da competitividade entre destinos. Hoje se registra um crescimento do número de estudos em turismo e patrimônio que se concentram mais na experiência, identidade, administração local e capacitação do que nos argumentos ligados à mais tradicional narrativa de oferta/demanda dos trabalhos anteriores (TIMOTHY, 2018). E o presente trabalho reflete essa tendência, explorando de forma pioneira um debate ainda mais complexo acerca da construção de uma cultura de paz através do patrimônio cultural e do turismo.

Fora do contexto acadêmico, por fim, não podemos deixar de mencionar a organização que mais reflete na sua razão de ser o eixo cultura-turismo-paz: o Instituto Internacional para a Paz através do Turismo (IIPT). O IIPT – do qual tenho a honra de ser embaixador – nasceu em 1986, o Ano Internacional da Paz, e foi fundado por Louis D’Amore, propondo uma visão de viagens e turismo como a primeira indústria mundial da paz no mundo e promovendo a figura de todos os turistas como “Embaixadores da Paz”. A Primeira Conferência Global do IIPT, “Turismo: Uma Força Vital para a Paz” (Vancouver, 1988), com 800 delegados de 68 países, foi um evento que re-

presentou um momento histórico e lançou o debate sobre o qual ainda hoje nos debruçamos: em uma época em que a maioria do turismo era “de massa”, essa Conferência introduziu, pela primeira vez, o conceito de “Turismo Sustentável”, bem como um novo paradigma para um “Propósito Maior” de turismo, que enfatiza o papel fundamental do turismo na promoção de viagens e iniciativas de turismo, as quais contribuem para a compreensão internacional e a cooperação entre as nações, a valorização cultural e a preservação do patrimônio, a redução da pobreza e a reconciliação após conflitos. Em suma, a visão de um turismo que efetivamente possa contribuir para criar um mundo pacífico e sustentável.

Figura 2: A inauguração do capítulo iraniano do IIPT em 18 de abril de 2018



Fonte: IIPT-Iran (2018). Disponível em: <https://peacetourism.org/iran/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

O IIPT é ativo em nível global através de seus diferentes capítulos em todo o mundo, promovendo ativamente a ideia de turismo como veículo de paz por meio de iniciativas que envolvem massivamente o aspecto cultural e a valorização do patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Este capítulo contém uma série de reflexões sobre o debate atual a respeito da possível contribuição do turismo para a criação e a promoção de uma cultura de paz. Apesar dos impulsos otimistas – e às vezes ingênuos – que caracterizaram as origens do debate, as modalidades e as condições necessárias para que o turismo se torne um veículo eficaz de paz ainda não são claras e o debate permanece vago. As evidências empíricas que contradiziam a crença de que o mero contato entre turistas e população local poderia ser benéfico do ponto de vista social tornaram mais urgentes novos estudos e reflexões. Acima de tudo, há uma necessidade urgente de aumentar o nível de complexidade do debate.

Portanto, para ter um impacto real na sociedade, pode ser útil informar nossas posições explorando outras áreas além do turismo. Nesse sentido, o capítulo apresenta também a abordagem proposta nos meus últimos estudos, abandonando a abordagem tradicional à associação entre patrimônio cultural e turismo, explorando e tendo em consideração a perspectiva dos “Peace and conflict studies”.

Nesse sentido, a proposta de focalizar um modelo de gestão do patrimônio cultural que, por um lado, possa garantir a promoção da conscientização cultural e, por outro, o reforço das capacidades interculturais de moradores e turistas representa uma das minhas respostas à necessidade de um debate mais complexo, juntamente com as convenções supranacionais da organização mundial de turismo ou outros agentes supranacionais como o Conselho Europeu. No entanto, ainda é necessário muito trabalho e um grande esforço para mover as consciências dos acadêmicos e operadores das duas áreas interessadas – turismo e patrimônio cultural – para que sejam sensibilizados e assumam um sólido compromisso para proporcionar, através de seus trabalhos, uma contribuição muito importante à construção de sociedades mais abertas, sustentáveis e pacíficas, aspirando à paz perpétua que Kant imaginou mais de dois séculos atrás.

O caminho é definitivamente mais complexo – e talvez complicado – do que pensávamos, mas a história nos ensina que tudo é possível se existe uma firme vontade. Nesse sentido, continuo dizendo como um mantra a meus alunos e em minhas orações públicas que *fomos capazes de enviar turistas para o espaço, agora é a hora de trazê-los de volta à Terra e construir juntos um futuro melhor de paz e compreensão global!*

AGRADECIMENTOS

“Nos esse quasi nanos gigantium humeris insidentes, ut possimus plura eis et remotiora videre, non utique proprii visus acumine, aut eminentia corporis, sed quia in altum subvehimur et extollimur magnitudine gigantea” (JOHN OF SALISBURY, 1159, p. 136). Partilho totalmente dessa afirmação de Bernardo de Chartres – “somos como anões nos ombros de gigantes” – e como tal quero expressar gratidão a todos aqueles com quem me sinto em “dívida intelectual”, porque me levantaram sobre seus ombros e contribuíram para enriquecer minha visão do mundo ao longo dos últimos 20 anos. Em particular, quero agradecer ao amigo e mentor Professor Gioacchino Lena, ao Professor Paolo Carafa (meu primeiro professor de arqueologia, hoje grande amigo), ao Professor Carlos Costa e ao Professor Luiz Trigo. Não posso me esquecer da pessoa que me ensinou a importância de estudar – “porque o olho vê o que o cérebro conhece” – e ao qual a única censura que pode ser feita é a de nos ter deixado cedo demais: o Professor Giuseppe Roma. E, finalmente, um dos gigantes mais altos, que por mais de uma década me inspirou (e continua me inspirando) não apenas com suas reflexões sobre o mundo que nos rodeia, mas também e sobretudo com sua grandeza e honestidade intelectual: o professor Luiz Oosterbeek. Obrigado.

REFERÊNCIAS

BROWN, F. Is tourism really a peacemaker? **Tourism Management**, [s.l.], v. 10, p. 270-271, 1989.

BURNETT, G. W. On the nature of peace in relationship to tourism: Three cases. **The Tourist Review**, [s.l.], v. 45, n. 1, p. 2-7, 1990.

CARBONE, F. “Don’t look back in anger”. War museums’ role in the post conflict tourism-peace nexus. **Journal of Sustainable Tourism**, [s.l.], p.1-19, 2021. Doi:10.1080/09669582.2021.1901909.

CARBONE, F. A Highest Purpose of Archaeology: Towards a Future Worthy of our Children. **Global Journal of Archaeology and Antropology**, [s.l.], v. 6, n. 4, 2018a. Disponível em: <https://juniperpublishers.com/gjaa/pdf/GJAA.MS.ID.555693.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARBONE, F. Cultural Heritage Quality Management: analysis of archaeological heritage managers’ perception. **European Journal of Tourism Research**, [s.l.], v. 14, p. 114-118, 2016.

CARBONE, F. Post-multicultural challenges for cultural heritage managers and museums in the age of migrations. **Museum Management and Curatorship**, [s.l.], p. 1-22, 2018b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09647775.2018.1498298>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARBONE, F. Tourism and peace: a tool for global integration and peace. *In*: OOSTERBEEK, L.; CARON, L. (Eds.). **Resilience and Transformation in the territories of low demographic density: integrated methodologies of human and social sciences for integrated cultural landscape management**. Mação: Instituto Terra e Memória, 2019, p. 149-165.

CARBONE, F. Valorização Turística do Património Arqueológico em prol da Sociedade: o Paideia Approach. **Boletim ICOM**, [s.l.], série II, n. 11 [dez. 10-

fev. 11], p. 2-10, 2011. Disponível em: https://icom-portugal.org/multimedia/info%20II-11_dez10-fev11.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARBONE, F.; OOSTERBEEK, L.; COSTA, C. Paideia Approach for heritage management: the tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities. **Passos – Journal of Tourism and Cultural Heritage**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 285-295, 2013.

CAUSEVIC, S.; LYNCH, P. Phoenix tourism: Post-conflict tourism role. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 780-800, 2011.

COUNCIL OF EUROPE. **Council of Europe Framework: Convention on the Value of Cultural Heritage for Society**. Faro: Council of Europe, 2005.

D'AMORE, L. Tourism: The World's Peace Industry. **Journal of Travel Research**, [s.l.], v. 27, p. 35-40, 1988.

INSTITUTO INTERNACIONAL PARA A PAZ PELO TURISMO – IIPT. **Capítulo do Instituto Internacional para a Paz pelo Turismo no Irã**. 2018. Disponível em: <https://peacetourism.org/iran/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

JOHN OF SALISBURY. **Metalogicon** [*in Latin*]. [S.l.:s.n.], 1159.

LITVIN, S. Tourism: The World's Peace Industry? **Journal of Travel Research**, [s.l.], v. 37, p. 63-66, 1998.

MÉNY, Y. **Popolo ma non troppo**. Il malinteso democratico. Bologna: Il Mulino, 2019.

NOVELLI, M.; MORGAN, N.; NIBIGIRA, C. Tourism in a post-conflict situation of fragility. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 39, n. 3, p. 1446-1469, 2012.

PACKER, J.; BALLANTYNE, R.; UZZELL, D. Interpreting war heritage: Impacts of Anzac museum and battlefield visits on Australians' understanding of national identity. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 76, p. 105-116, 2019.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do Dia Mundial da Paz**. 1º de janeiro de 2019. “A boa política está ao serviço da paz”. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2018. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20181208_messaggio-52giornatamondiale-pace2019.html. Acesso em: 15 dez. 2019.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology**. Theories, Methods and Practice. 6th ed. London, UK: Thames & Hudson, 2012.

SELWITZ, R. Peace Brings Tourists to Northern Ireland. **Hotel and Motel Management**, [s.l.], v. 211, n. 7-8, p. 40, 1996.

SHIRLEY, G.; WYLIE, E.; FRIESEN, W. The Branding of Post-Conflict Tourism Destinations: Theoretical Reflections and Case Studies. In: NEEF, A.; GRAYMAN, J. H. (Eds.). **The Tourism–Disaster–Conflict Nexus**. Vol. 19. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2018, p. 119-139.

SMITH, V. L. War and Tourism. An American Ethnography. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 202-227, 1998.

STONE, P. Preface. In: WALTERS, D.; LAVEN, D.; DAVIS, P. (Eds.). **Heritage and Peacebuilding**. Woodbridge, Suffolk, Inglaterra: Boydell & Brewer, 2017, p. xii-xiv.

TIMOTHY, D. Making sense of heritage tourism: Research trends in a maturing field of study. **Tourism Management Perspectives**, [s.l.], v. 25, p. 177-180, 2018.

TOURISM FOR SDGS.ORG. **16: Justiça para a paz e instituições fortes**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://tourism4sdgs.org/sdg-16-peace-justice-institutions/>. Acesso em: 01 abr. 2019.

WALTERS, D.; LAVEN, D.; DAVIS, P. Introduction. In: WALTERS, D.; LAVEN, D.; WORLD TOURISM ORGANIZATION; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Tourism and the Sustainable Development Goals: Journey to 2030**. Madrid: UNWTO, 2017.

ZHANG, C. X.; XIAO, H.; MORGAN, N.; LY, T. P. Politics of memories: Identity construction in museums. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 73, p. 116-130, 2018.

ZHANG, J. J. Rethinking 'heritage' in post-conflict tourism. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 66 (Supplement C), p. 194-196, 2017.

CAPÍTULO 2

POR UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM MEIO AOS USOS SOCIAIS DO TURISMO CULTURAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pccultura02>

Leandro Benedini Brusadin
Lia Sipaúba Proença Brusadin
Raíssa de Keller e Costa

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA

O debate controverso sobre os usos turísticos no patrimônio cultural é uma temática que não se esgota ante as formas de preservação do patrimônio e sua inserção nos lugares e objetos escolhidos simbolicamente para representar o passado. A dinâmica da preservação do patrimônio deve ser inserida nesse processo em uma perspectiva dialógica a fim de reforçar a ideia de que os valores do passado são norteados pelo presente e que, por essa razão, as teorias devem ser continuamente discutidas e repensadas conforme as práticas e suas representações.

O significado de patrimônio cultural é amplo, já que inclui questões do sentir, do pensar e do agir humano. O patrimônio cultural é um fenômeno social vinculado a um espaço e a um tempo específicos em que se é preciso entender historicamente as formas de sociabilidade que são extremamente variáveis entre si (BRUSADIN, 2015). A primeira convenção a respeito do patrimônio mundial, cultural e natural foi a conferência geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1972. O emblema de patrimônio mundial passou a se constituir em um atrativo cultural e econômico e, a partir disso, o turismo cultural se tornou um dos principais subprodutos da classificação de um sítio intitulado patrimônio da humanidade. A partir de 1980, o conceito de patrimônio foi ampliado e não se direcionou mais apenas aos “grandes homens” e aos “grandes feitos” reconhecidos, mas também aos diferentes grupos e às criações populares (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Além do emprego da atividade turística nas práticas do patrimônio cultural, com as intervenções urbanas e os adventos industriais e tecnológicos houve a necessidade do estabelecimento de políticas e leis para a preservação dos bens culturais representativos de um dado povo. Conforme Riegl (1996), todo monumento é histórico e artístico ao mesmo tempo, de modo que um monumento é fruto do trabalho do homem com o objetivo específico de man-

ter as proezas humanas vivas e apresentá-las às gerações futuras. A preservação das materialidades e imaterialidades do patrimônio cultural se tornou uma maneira de conservação de lugares e objetos em seus contextos originais, tais como monumentos, obras de arte, achados arqueológicos, tradições populares, etc.

A preservação do patrimônio corresponde a uma série de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a perenidade do bem cultural, visando à sua defesa, salvaguarda e à conservação. Tal como o patrimônio, a preservação também possui um conceito amplo, pois diz respeito a ações que envolvem, inclusive, o aparato legal para a proteção do patrimônio cultural para as gerações futuras. Já a conservação de bens culturais visa aumentar a durabilidade dos objetos a partir de intervenções conscientes no meio ambiente em que eles estão inseridos e no próprio objeto propriamente dito.

Dessa maneira, as diferentes denominações do passado podem ser expressas simbolicamente pelo patrimônio cultural com suas políticas de salvaguarda e suas formas de difusão para diferentes públicos. As dinâmicas utilizadas para a preservação do patrimônio e as práticas culturais instituídas na modernidade possuem um eixo em comum com o turismo, já que se trata da construção (ou invenção) de uma memória que perpassa os lugares e objetos eleitos para a evocação do passado a partir dos valores atribuídos ao patrimônio. As vivências no patrimônio por meio da atividade turística podem se configurar uma ferramenta de reafirmação cultural desses símbolos e da transmissão das histórias e costumes de um povo.

No entanto, diante de supostas manipulações históricas e da exploração capitalista inerente ao turismo, os usos turísticos do patrimônio possuem resultados controversos para a sua preservação: se, por um lado, as escolhas do que deverá ser lembrado como patrimônio podem ser uma forma de preservar tradições e transmiti-las, de outro ponto de vista e a longo prazo, podem causar a deterioração do patrimônio pelo consumo exacerbado e ainda resultar na exclusão social da comunidade local, especialmente quando interesses financeiros são priorizados e essa comunidade não se sente representada. Daí

advém a importância de deslocar a habitual ênfase economicista atribuída ao turismo para suas potencialidades sociais quanto ao patrimônio cultural.

A prática cada vez mais em voga do turismo cultural evoca a ideia de que a sociedade vive o momento dos “lugares de memória”. De acordo com Nora (1993), os lugares de memória podem ser entendidos como manifestações culturais, práticas, ritos, documentos e símbolos que remetem ao passado e fazem lembrar de acordo com o que é determinado pelos interesses do presente. Em nossa concepção, os objetos se vinculam aos lugares como alicerces da memória humana pelo seu poder simbólico que penetra no imaginário social. O interesse por esses lugares e por dados objetos tidos como históricos é cada vez mais presente no cotidiano das comunidades que buscam a reafirmação de sua cultura e dos turistas que buscam lazer por meio da fruição do passado. Essas experiências em meio ao patrimônio refletem na vida social, bem como nos processos de apropriação, seja pela comunidade, seja pelos turistas, já que ambos possuem uma relação intrínseca com a preservação do patrimônio. A atividade turística pode gerar possibilidades de conhecimento e vivências diferenciadas baseadas em trocas sustentáveis, entretanto, essa mesma atividade também pode causar danos ambientais, sociais, econômicos e culturais irreversíveis.

Dessa forma, a prática da preservação do patrimônio e o exercício do turismo cultural possuem relações paradoxais quanto aos seus usos, de modo que é imperativo estudar tais ações interdisciplinarmente. Este capítulo ainda se propõe a analisar o fluxo das leis de preservação do patrimônio no Brasil, vinculado à relação dialética entre o turismo e a preservação dos bens culturais. Para tanto, é essencial a compreensão do contexto histórico em que surgiu o conceito de restauração na Europa e seu desenvolvimento teórico-prático na conservação do patrimônio, tendo a arqueologia como suporte historicista e de fruição entre o espaço e a sociedade. A partir de problematizações sociais complexas, ao final seremos mais capazes de indagar do que responder: eis o exercício necessário para superar propostas simplistas de preservação do patrimônio e sua utilização para o turismo.

PERSPECTIVAS DIALÓGICAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A ideia de preservação enquanto conservação-restauração de bens culturais do passado e do presente tem como princípio fundamental sua salvaguarda para o usufruto das gerações presentes e futuras para diferentes públicos. A restauração como uma disciplina acadêmica e científica ocorreu na Época Moderna, em um contexto histórico específico e europeu do pós-Revolução Francesa e, posteriormente, com o advento da Revolução Industrial. Daquele período até o tempo recente, questões teóricas e práticas relativas à conservação e restauração foram se transformando mediante um viés interdisciplinar e relacionado às posturas éticas e socioculturais.

A Revolução Francesa, em 1789, destruiu os fundamentos do corpo social (antigo regime), literalmente degolando a sua cabeça, ou seja, a do rei. Consequentemente, com a ideia de República e meritocracia nasceu um sentimento de que um conjunto de cidadãos deveria compartilhar de uma mesma língua, cultura e origem e de um mesmo território.

Essa concepção resultou na necessidade de consagração do monumento histórico na França e, depois, no resto da Europa. O monumento histórico é uma invenção do ocidente datada da segunda metade do século XIX. Os monumentos são convertidos em testemunhos históricos do passado. Assim, era necessário preservá-los da destruição das guerras, revoluções e dos avanços da era industrial, visto que representam as identidades e a memória de um povo (CHOAY, 2001).

Nesse contexto, a restauração se estabeleceu enquanto disciplina autônoma, então, com isso, duas linhas de pensamento antagônicas se destacaram: a primeira anti-intervencionista de Ruskin (2008), na Inglaterra, a qual argumentava que a restauração era a pior forma de destruição, uma mentira, sendo defendida a preservação da matéria original e a autenticidade dos monumentos históricos. A outra linha, intervencionista, encabeçada pelo francês

Viollet-le-Duc (2000), defendia a legitimidade da restauração por meio de uma metodologia de estudos de edifícios, mas a sua restauração era feita de uma forma corretiva, na busca da pureza de estilo e do projeto ideal dos monumentos.

A contemporização dessas aporias da restauração foi feita pelo restaurador italiano Boito (2002), que ao coletar o melhor de cada uma dessas vertentes concebeu a sua própria teoria. Boito acreditava que se deveria primeiro conservar para depois restaurar e que a restauração deveria ser distinta do original e mínima. Ele defendeu a legitimidade da restauração, entretanto, vinculada ao valor histórico/documental dos monumentos. Além disso, tratou da restauração de pinturas e esculturas, fundamentando princípios para as formulações teóricas do século seguinte.

A teoria moderna da restauração de Brandi (2004) se pautou na conservação e no restauro de obras de arte, bem como no seu reconhecimento como tal, isto é, no restauro crítico, além do conhecimento dos seus materiais e técnicas, o restauro científico. Foi uma teoria dialética entre a instância histórica e a instância estética, sendo essa última a que deve ser priorizada em virtude do valor basilar da arte. Nesse modelo, o restaurador deveria ter sempre o cuidado para não cometer um falso histórico ou um falso estético, analisando cada obra como um caso singular.

Com os avanços das pesquisas voltadas para a restauração por meio de um enfoque interdisciplinar, uniu-se o cuidado com a imagem (estética) e a arqueologia (história) com a matéria de todos os objetos das áreas da produção artística, haja vista que o objeto era concebido na sua totalidade e individualidade com as marcas que a história traz. Tornou-se, então, indispensável o estudo técnico, histórico e científico de qualquer objeto de restauração.

A metodologia de abordagem se alicerçou nos seguintes questionamentos: “(1) *What is to be considered the whole of the object, to which all operations must be referred?* (2) *What is the context of the object?* And (3) *what has been the history of the object?*”¹ (PHILIPPOT, 1996, p. 271).

1 (1) O que deve ser considerado o todo do objeto, ao qual todas as intervenções devem ser referenciadas? (2) Qual é o contexto do objeto? E (3) qual foi a história desse objeto?

O todo do objeto é entendido como a sua unidade, resultado da cooperação de várias artes e habilidades combinadas para fazer um monumento, que não podem ser desconectadas dele. Um todo deve ser tratado como um todo assim como cada fragmento a fim de manter o todo do qual pertenciam. O contexto está relacionado com o seu entorno, que é integrado ao objeto, sendo considerada a possibilidade da restauração *in situ*, respeitando a sua história e a do local em que se encontra. A partir desse viés, a arqueologia se torna um suporte importante, não só para a preservação material dos objetos, mas também de sua história enquanto documento de interpretação do passado para que possa ser transmitido à comunidade e a possíveis interesses turísticos.

Atualmente, os trabalhos práticos de conservação-restauração são feitos a partir do contexto histórico original dos objetos. Um dos principais documentos a assinalar a relação entre a arqueologia e a restauração é a *Carta de Veneza* (1964), que define:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese, no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (ICOMOS, 1964, p. 2-3).

O “conhecer para conservar” é um dos principais lemas da restauração moderna e contemporânea, ideia difundida por Riegl (1996), já que por meio desse conhecimento é possível fazer um diagnóstico de acordo com

(Tradução Livre).

as necessidades de cada obra. Todavia, é igualmente importante a versão de Dvorák (2008): “conservar para conhecer” na medida em que se preserva para as gerações futuras.

No século XXI, surge a teoria contemporânea da restauração proposta por Viñas (2003), a qual retoma as reflexões: para quê e para quem restaurar? Dessa forma, os objetos de restauração são tidos como representação subjetiva de diferentes tipos de valor: arqueológico, artístico, histórico, social, religioso, afetivo, etc. Os objetos da restauração não são somente as obras de arte, mas também os bens culturais e seus valores simbólicos, os quais são instituídos como lugares de memória e utilizados pelo turismo.

Segundo Viñas (2003), o patrimônio enquanto objeto de restauração deixa de ser algo exterior aos grupos, algo que existe independentemente da vontade de seus expectadores, tornando-se uma construção intelectual das pessoas e fruto de uma eleição. O sentimento de patrimônio não vem dos objetos, mas sim dos sujeitos. Valorizar o uso das funções é um traço essencial para a sua preservação, sendo que as funções que caracterizam os objetos são de natureza imaterial.

Diante dessa última perspectiva de preservação, as comunidades e os turistas se tornaram, na contemporaneidade, parte da categoria dos sujeitos que podem fornecer sentido ao patrimônio com a valorização das suas funções. Entretanto, os idealizadores e restauradores europeus parecem não ter previsto que o público que forneceria um dado valor ao patrimônio também o colocaria em risco diante de volume de visitação incompatível com sua própria preservação. Ainda assim se restaura para os sujeitos e não para os objetos em si. A restauração é pautada nas escolhas subjetivas, as quais devem ser negociadas de forma sustentável com os usuários dos bens e de forma ética.

A restauração considerada correta é aquela que harmoniza, na medida do possível, um maior número de teorias e aquela que fere um menor número de sensibilidades, ou seja, aquela que satisfaça mais e mais gente. Logo, ao se considerar preservar um bem cultural, é fundamental que ele deva fruir

e dialogar com os sujeitos, seja como objeto arqueológico, artístico, histórico, seja entre outros tantos valores simbólicos. A concepção de conservar os objetos do passado e do presente salvaguardando-os para o futuro deve ser integrada às suas funções com o seu meio ambiente e a sociedade. Nessa direção, inseriram-se os usos turísticos enquanto uma ferramenta dialética: penosa e sustentável, em vias da longevidade das materialidades e imaterialidades do patrimônio.

Sendo assim, com as políticas de preservação do patrimônio, surgiu a necessidade de desenvolvimento econômico para viabilizar as práticas preservacionistas e o turismo foi visto pelo viés financeiro para o gerenciamento dos bens culturais. Entretanto, a valoração da relação entre o patrimônio e o turismo pode ser compreendida de maneira mais ampla na definição de Riegl (1996), que institui o “valor de contemporaneidade” que, dentre as suas subdivisões, propõe o “valor de uso dos monumentos”, o qual remete à prática da utilização dos monumentos, ainda que tenham recebido novos usos, que é o caso de diversas instalações de entidades museológicas.

Temos em mente que o valor de uso dos monumentos se multiplica quando se atenta aos resultados sociais do turismo, os quais podem levar à educação do patrimônio por meio da sua interpretação e de fatores intrínsecos à preservação. De qualquer forma, o patrimônio cultural foi instituído por medidas legais para que a preservação e o turismo pudessem ser incorporados com a ponderação do uso sustentável, tal como no caso brasileiro.

O APARATO LEGAL PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Diante de um contexto controverso, ao longo do século XX se destaca, no Brasil, o desenvolvimento das políticas de preservação no campo jurídico, concomitante às transformações do conceito de patrimônio e à di-

nâmica da sua preservação. Em 1934, no inciso III do art. 10º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, estabeleceu-se a proteção de belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico na tentativa ou início de um processo para evitar a evasão de obras de arte do País. Ainda na Constituição de 1934, art. 113, § 17, encontra-se a primeira menção ao direito de propriedade de forma restrita e condicionada no que tange aos interesses do proprietário, já que não poderia sobrepor o interesse social ou coletivo de acordo com interesses do Estado, ou seja, por necessidade ou utilidade social seria cabível a desapropriação de imóveis privados.

Pode-se dizer que os bens culturais exercem uma função social, considerando-se que são elementos imprescindíveis para o processo civilizatório e a cultura da sociedade. No contexto da década de 1930, compreende-se a importância dessas discussões acerca da preservação do que era considerado a riqueza cultural do País em meio aos elementos nacionalistas. O período foi marcado também pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por meio do art. 4º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro 1937, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, o qual determinou o tombamento como instrumento jurídico principal para a proteção de monumentos nacionais. A legislação passou, então, a inferir no processo de criação da memória coletiva, tornando-se uma referência nas práticas acerca do patrimônio cultural brasileiro. Dessa maneira, o direito passa a atuar como mediador do patrimônio cultural em meio à sua preservação e ao usufruto do turismo.

Vale ressaltar que ao mesmo tempo que o Estado fornecia subsídios para a criação de símbolos na patrimonialização de monumentos através do tombamento, também se encontrava na dicotomia de apropriação de propriedades privadas que deveriam se tornar símbolos da memória, bem como a construção das narrativas que seriam destacadas. O direito à propriedade privada previsto na Constituição se tornava, assim, um impedimento à apropriação cultural do próprio Estado. O patrimônio cultural e a premissa legal de sua preservação deveriam ser para quem?

A relação entre a propriedade e o patrimônio fica evidente ao ser estabelecida pela Lei nº 10.406 de 2002, que institui o Código Civil, em que se destacam os parágrafos 1º e 3º com relação ao direito de propriedade e aos interesses coletivos:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente. (BRASIL, 2002, n.p.).

Com relação à prática da preservação do patrimônio, nota-se que o direito à propriedade é limitado e que essa relação é geradora de conflitos e problemas sociais, pois a própria preservação, em muitos casos, é o que deteriora ou altera o bem ou exclui as vivências que fizeram ou fazem parte da dinâmica do lugar. Isso se explica tanto pela falta de recursos da população detentora dos bens imóveis privados para garantir a conservação como pelos novos usos atribuídos aos lugares direcionados para o consumo, como o turismo o faz. De toda forma, ao se apropriar de bens culturais, a atividade turística se tornou um recurso de manutenção, porém os transformou em uma mercadoria ou produto a partir de seu valor de uso. A presença dos sujeitos nos lugares de memória e em seus objetos foi um avanço importante para a difusão do patrimônio cultural, mas trouxe consigo a interferência do mercado turístico. Surge daí a importância da mediação legal entre as práticas de preservação do patrimônio e o usufruto do turismo cultural.

No âmbito da ampliação do conceito de patrimônio e, consequentemente, no desenvolvimento das políticas de preservação, deve-se destacar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF 88). O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 4). Na esfera da CF de 1988, o direito de propriedade se encontra envolvido por regras do direito civil e por regras de direito público, visando, portanto, não somente ao interesse dos indivíduos em particular, mas ao interesse público, o que pode ser associado à função simbólica do patrimônio e à difusão cultural das memórias instituídas como prioridade e direito dos cidadãos.

Importante observar que apesar das tentativas de proteção do patrimônio cultural por meio do estabelecimento de uma suposta identidade cultural, a partir da criação dos símbolos da nação, o Estado brasileiro gerou estigmas sociais que acarretaram processos históricos de exclusão social ao desconsiderar as identidades locais que só passaram a ser protegidas nas últimas décadas do século XX. Possivelmente, essas identidades ainda não são prioridades do que se julga digno de proteção e visitação, especialmente no que concerne aos grupos minoritários que fornecem sentido à diversidade da identidade brasileira, tais como comunidades quilombolas, tradições indígenas e outras mais.

De toda maneira, a Constituição Federal de 1988 abordou a questão cultural evidenciando aspectos relativos às construções culturais brasileiras, o que demonstra uma abertura no conceito e no que se refere aos valores atribuídos aos bens culturais. Reforçaram-se os direitos culturais abarcando um tratamento mais amplo ao sentido de patrimônio que considera a cidadania e o cidadão como elementos indispensáveis, destacando a abrangência desses elementos nos artigos 215 e 216 da CF de 1988:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 123).

A proteção do patrimônio cultural em todo o Brasil, segundo consta na legislação em vigor, deve ser feita pelo poder público, com a colaboração da comunidade. No entanto, observa-se que embora tenham criado instrumentos jurídicos para a preservação de variadas manifestações, tais como o inventário, o registro e o tombamento, surgiram na prática algumas dicotomias envolvendo os valores estáticos e dinâmicos que permeiam esse campo, já que a criação de instrumentos jurídicos tão abrangentes para se aplicar em manifestações tão diversas e peculiares demonstra a incapacidade das políticas de salvaguarda em lidar com a preservação do patrimônio brasileiro.

Além disso, há que se considerar a existência da fragmentação do espaço urbano e a criação de centralidades as quais podem ser consideradas elementos que subdividem as culturas, consistindo em processos sociais excludentes e incapazes de reconhecer e valorizar todas as suas práticas de maneira igualitária em termos valorativos para a identidade nacional. Essa noção que permeia a desigualdade social pode ter as suas bases nas decisões acerca do Direito à Cidade, incorporado na CF de 1988, e no Estatuto das Cidades, de 2001.

Observa-se que a relação das políticas de preservação do patrimônio no Brasil está em sintonia com os preceitos do Direito à Cidade. A Carta Mundial pelo Direito à Cidade, de 2006, corrobora a função social da propriedade presente na CF de 1988 ao determinar que com relação à função social da cidade e da propriedade urbana há que se priorizar o interesse social, am-

biental e cultural. No entanto, a Carta também evidencia que apesar das potencialidades existentes nas riquezas e diversidades das cidades, a maior parte da população está excluída de direitos básicos e vivências e suas recomendações objetivam a justiça social nos espaços urbanos.

Apesar desse contexto frágil, deve-se reconhecer que tanto o conceito de patrimônio como as suas práticas de salvaguarda têm sido objetos de estudo recorrentes com vistas à valorização da diversidade e das dinâmicas que dão valor aos bens culturais. Nesse processo, foi reconhecido o termo paisagem cultural, que é considerado por pesquisadores a verdadeira simbiose entre os valores estáticos e dinâmicos, buscando um sistema dinâmico de valores pautados no valor de uso e na gestão compartilhada.

Com isso, essa ideia parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às noções tradicionais do campo da preservação, podendo servir, por exemplo, para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas. (CASTRIOTA, 2009, p. 259).

A paisagem, portanto, seria a junção dos elementos naturais e culturais, de modo que não é algo fixo, pois muda de acordo com as necessidades da sociedade e a partir das relações humanas e suas reinterpretações do passado. É a partir desse princípio que a UNESCO passou a reconhecer as paisagens culturais em 1992 como interações significativas entre o homem e o meio natural. Trata-se de uma nova tipologia de reconhecimento de bens culturais e com isso a consequente necessidade de se pensar as políticas e os instrumentos jurídicos que permeiam essas relações. Além disso, é importante que sejam analisadas as formas de apropriação pelo turismo, de modo a favorecer a vivência na diversidade e as diferentes interpretações nos mesmos símbolos, o que não é tarefa fácil, pois a atividade é estigmatizada tanto no mercado quan-

to no meio acadêmico pelo seu suporte financeiro e não pelo seu uso social no patrimônio cultural.

Em consonância com a UNESCO, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2009, regulamentou a preservação da paisagem cultural no Brasil por meio da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira como ato administrativo para a proteção dos bens que se enquadram nesse conceito. O termo paisagem cultural abrange uma diversidade de manifestações de diferentes tipos de interações do homem com o meio natural, como jardins projetados, paisagens urbanas, campos agrícolas, rotas de peregrinação, entre outras. Essa amplitude sucumbe a sua delimitação, que se faz ainda indeterminada por levar a controvérsias variadas, marcada inclusive por um desconhecimento relativo e por uma enorme polissemia, como aponta Castriota (2009). De fato, deve-se reconhecer que a institucionalização desse conceito no Brasil trouxe uma importante contribuição no campo do patrimônio, possibilitando avanços conceituais e metodológicos na área, inclusive na articulação entre a preservação e o turismo em sítios arqueológicos.

A Portaria nº 127, de 2009, com o Decreto nº 3551, de 2000, regulamentou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Assim, nos Livros de Registro dos bens imateriais, encontram-se algumas aproximações, como as avaliações periódicas dos valores dos bens culturais protegidos, a possibilidade de solicitação do registro por qualquer órgão ou associação civil se for coordenado e analisado pelo IPHAN. No entanto, a eficácia da chancela ainda não é reconhecida por profissionais da preservação por não ter efeito de lei e por não prever punições.

Ela se configura como uma forma de preservação indireta, pois estimula, e não obriga, a promoção de ações de salvaguarda pela população e órgãos governamentais, se assemeelhando, assim, mais uma vez, ao Decreto nº 3.551/2000. A única ação punitiva pela descaracterização da paisagem

chancelada prevista pela Portaria nº 127/2009 é a perda do uso do certificado. (VASCONCELOS, 2012, p. 14).

Por outro lado, cabe trazer para essa discussão que há sanções penais e administrativas sobre condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, como as previstas na Lei nº 9.650, de 1998, que prevê pena de reclusão e/ou multa para pessoa física ou jurídica que destruir, deteriorar e alterar bens protegidos por ato administrativo. A abrangência do conceito de paisagem cultural significa um grande avanço no campo do patrimônio no que tange à valorização do aspecto humano dos lugares, trazendo à tona a relação homem e natureza. No entanto, faz-se necessária a busca por conhecimento e análises para que a sua contribuição à preservação do patrimônio seja coerente com as potencialidades e as responsabilidades do turismo cultural.

AS CONTROVÉRSIAS DOS USOS DO TURISMO CULTURAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Perante tais discussões entre as práticas de preservação do patrimônio e suas formas de proteção legal, nota-se que o conceito de patrimônio é temporal e flexível porque vive em constante revisão conforme a sociedade se reconstrói e aprofunda contextos sociais, históricos e econômicos que ela mesma deseja preservar. Além disso, esse mesmo conceito depende das premissas e dos interesses de entidades representativas do patrimônio. A atribuição do que é valioso historicamente para determinada sociedade varia de acordo com o tempo e a valorização cultural de cada uma. É preciso considerar também que o que é digno de valor histórico muitas vezes foi concebido para tal em um processo anacrônico e imposto em determinada cultura social por um processo lógico entre passado-futuro, nos indica Brusadin (2015).

É preciso trabalhar o conceito de patrimônio por meio do conhecimento histórico produzido sobre inúmeras manifestações da cultura, considerando que todos os sujeitos sociais são agentes no tempo histórico e que suas experiências e práticas culturais, seus modos de vida e suas representações contribuem e ampliam a noção de diversidade cultural no País. O patrimônio é o reflexo da sociedade que o produz, sendo que mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa sociedade que o acaba legitimando e incorporando o seu teor simbólico. Brusadin (2015) ressalta que qualquer definição de patrimônio que surja remete a um fator comum, o de patrimônio simbólico, representado pelo entrelaçamento entre a materialidade e a imaterialidade dos objetos que marcam determinado tempo a partir da interpretação dos sujeitos.

Retomando os pensamentos de Nora (1993), a memória-lugar é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar e o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A “memória do papel” se tornou instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação e banco de dados. Nesse contexto, o turismo compartilha com a sociedade os locais de memória concebidos como históricos e que, por isso, são visitados e contemplados pela sociedade. O desafio é equilibrar a demanda do turismo contemporâneo com a premissa da preservação do patrimônio, especialmente em sítios arqueológicos em que a iminência de riscos é constante.

De qualquer forma, a sociedade pode esquecer (ou permanecer inconsciente) partes da memória coletiva espontânea, visto que, ao mesmo tempo, desenvolve uma percepção histórica a qual, diante do perigo de uma perda definitiva do passado, começa a recriar ou inventar deliberadamente lugares e objetos de memória. Entendemos, assim, porque, em nossa sociedade contemporânea, existem espaços de memória diferentes das sociedades pré-industriais, onde a memória era o próprio suporte de continuidade e preservação do social. Talvez por isso tenha se multiplicado a quantidade de locais que são considerados patrimônios culturais da humanidade, pois cabe aos lugares a possibilidade de nos fazer lembrar devido à nossa memória e à sua necessidade

de esquecimento. Além do mais, o patrimônio cultural se tornou um objeto de expressão que toda sociedade deseja expor para reconhecimento próprio em uma lógica de competição cultural e social típica da modernidade.

Nesse caminho, Nora (1993) sugere que os estudos sobre a memória coletiva, tão em voga nos dias que correm, indicam muito mais um mal-estar geral de nossos tempos do que qualquer espírito de nacionalismo. Em uma certa medida, com a aceleração desmesurada da história no século XX, o cidadão contemporâneo vai se dando conta de uma ruptura definitiva com o passado, e o tradicional sentimento de continuidade entre o passado e o presente vai se tornando cada dia mais distante. Entre memória e História surgem distinções: a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e às manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A História é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais – o passado (BRUSADIN, 2015).

Já o campo científico do Turismo se confunde, muitas vezes, com o exercício da atividade turística pela sociedade como ferramenta de lazer. Contudo, é necessário esclarecer que a atividade turística, propriamente dita, é compreendida como advento da Revolução Industrial e que proporcionou ao homem um tempo heterocondicionado. A atividade turística se tornou, também, uma forma de lazer e de exibição cultural dos gostos em redes sociais, fato esse que leva a uma exacerbação do consumo em detrimento da fruição da cultura e de sua preservação. O estudo do turismo vem justamente para pensar em tais questões e propor o uso sustentável do patrimônio cultural.

Analisando a prática do turismo segundo o critério da motivação, aparece uma quase infinita variedade de possibilidades que podem ser agrupadas, assim como o patrimônio sugerido pela UNESCO, em duas grandes divisões: o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais. No entanto, essa divisão semântica fragmentada possui o mesmo problema da concepção segregada do patrimô-

nio entre o material e imaterial. Assim, entendemos por turismo cultural todo o deslocamento e que o principal atrativo deva ser algum aspecto da cultura humana, mesmo que envolva aspectos naturais e outros fins.

O termo turismo cultural é uma forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e de locais e que essa cultura exerça um dado interesse pelas pessoas. Tal prática pode ter um efeito realmente positivo tanto quanto contribui para satisfazer seus próprios fins, sua manutenção e preservação. Essa forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comportam toda a população implicada (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2012).

Ao tratar do turismo cultural, Rodrigues (2005) enfatiza que a atividade turística é produto da sociedade capitalista industrial e que ela se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, as quais incluem o consumo de bens culturais. No entanto, a autora relata que o turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e a preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos.

Entretanto, para uma parcela da sociedade e das instituições, o turismo é apenas um meio de obtenção de divisas que leva progresso e desenvolvimento econômico aos países com atrativos patrimoniais, pois abre postos de trabalho, promove a conservação de monumentos, sítios e paisagens, ao mesmo tempo que fomenta sua identidade e promove sua imagem em âmbito internacional. Já para outros, o turismo oferece igual número de desvantagens e prejuízos. O que se percebe é que essa visão depende do campo onde ele é estudado e da visão de mundo que se deseja transmitir. Isso ocasionou no mundo acadêmico e profissional um modo dicotômico de pensar e perfazer a atividade turística e sua relação com o patrimônio cultural.

Seguindo uma abordagem que trata o turismo como simulacro e dependência, Ouriques (2005) utiliza o conceito de fetichismo para retratar

o setor, de modo que o patrimônio cultural e a paisagem natural possuam nova função: entrar nas diferentes modalidades de circuito turístico. Para o autor, a fé religiosa, a pobreza urbana, os sítios arqueológicos, as construções coloniais e a natureza nata são transformados em espetáculo. Palácios, casas antigas e militares, igrejas e mesmo presídios e senzalas vão sendo convertidos em locais de visitação turística. Dessa forma, determinadas formas do passado são restauradas e reaproveitadas para servirem nessa nova função.

No turismo, o fetichismo da mercadoria é potencializado. [...] Os bens culturais modificam-se e metamorfoseiam-se em mercadorias “turísticas” pelo simples fato de serem prédios antigos, castelos, praças, fortes e presídios. Não é por possuírem essa forma que são apropriados pelo turismo. São apropriados pelo turismo, socialmente, pela ideia de que esses objetos passíveis de serem consumidos turisticamente por meio de visitas rápidas, filmados ou fotografados para serem mostrados. (OURIQUES, 2005, p. 60).

Apesar disso, cremos que o ser humano sempre se fez de teatralizações de si próprio, sendo o turismo apenas mais uma dessas facetas. Ademais, há exemplos de culturas enraizadas que não vêm sendo atingidas da mesma forma pelo turismo, porém têm se fortalecido. Além do mais, é preciso dizer que a atividade turística se tornou um fator importante da cultura social da contemporaneidade. Todos não devem ter direito ao exercício do turismo cultural? Alguns pesquisadores na área de turismo relatam que o turismo cultural empregado com o devido planejamento permite que a comunidade, de alguma forma, engaje-se no processo de reflexão da memória e da preservação do patrimônio. Permite, ainda, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado espaço e em determinada época.

Não obstante, fato é que o movimento patrimonial movido pelo turismo provoca conflito entre a lógica turística comercial e a lógica identitária, tal como nos indica Prats (1998), que ainda dimensiona quadros migratórios que afetaram a identidade da população local e critérios de autenticidade que não foram utilizados nas políticas de comercialização do patrimônio. Nesse mesmo sentido, Choay (2001) aborda que os efeitos negativos do turismo são percebidos em Florença e em Veneza.

Não podemos omitir que a atividade turística segue a lógica do mercado e que muitos de seus efeitos representam o processo de industrialização global que segue na direção oposta da preservação dos lugares de memória e seus objetos. No entanto, os aspectos negativos relatados não são efeitos somente da atividade turística propriamente dita, mas, sim, resultados do consumo exacerbado de nossa sociedade como um todo. Dentre essas práticas, encontram-se as viagens como forma de materializar os desejos de férias ou finais de semana de muitas pessoas. Esse desejo é fruto de um cotidiano que leva uma fatia da população a buscar uma fuga da rotina do trabalho por meio do turismo em uma idealizada promessa de felicidade. Por esse lado, o problema das viagens seria também a forma como as pessoas levam o seu cotidiano, a qual resulta em um comportamento danoso ou não proveitoso nos atrativos culturais visitados, os quais podem não levar ao aproveitamento social do turismo para a preservação do patrimônio, mas ao seu efeito inverso.

Ao constatar as dissonâncias entre as práticas turísticas e sua relação com o patrimônio cultural e sua preservação, os seguintes questionamentos e desafios devem ser situados:

A manutenção de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio seriam tão antagônicas como uma vez se pensou serem o progresso e a preservação de antigos edifícios? Resta-nos, assim, um desafio: definir um ponto de equilíbrio entre essas finalidades presentemente atribuídas ao patrimônio cultural, a de ser suporte de identidades e fontes de divisas. Como aproveitar as múl-

tiplas possibilidades das representações do passado sem mutilar a memória da sociedade? (RODRIGUES, 2005, p. 24).

O desafio do turismo, vinculado à preservação do patrimônio em sítios arqueológicos e mediado pelas leis de proteção, é como proporcionar ao público a fruição do patrimônio e, diante disso, preservá-lo. Para Meneses (2004), uma das formas é problematizar o cotidiano local visitado, o qual, mais que estimulador de curiosidade, é o elemento problematizador do objeto que se busca fruir, pois as intermediações que se fazem entre a cultura passada e o cotidiano possibilitam o entendimento, a contextualização instigante e a memorização prazerosa que permanece na mente, revivem o momento da compreensão e estimulam a busca de novos entendimentos e de novas formas de prazer.

O turista, ao fruir de um atrativo cultural por meio dos agentes locais, também pode se integrar mais com a comunidade e seus elementos históricos.

O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica. Não serão apenas consumidores passivos da cultura, mas poderão interagir com as diversas manifestações culturais. (FUNARI; PINSKY, 2005, p. 11).

Nesse sentido, embora alguns autores vinculem o turismo como forma adversária do patrimônio, parece importante partir da hipótese contrária. Canclini (1999) relata que no México, assim como em outros países, organismos mostram um movimento de redefinição dos discursos referentes ao patrimônio cultural, permitindo compreender melhor o processo histórico. O turismo, se respeitar essa dimensão plural da cultura, ou seja, o direito à diferença, poderá ser fonte fecunda de renovação; caso contrário, apenas fa-

cilitará, mascarando-se, a pasteurização exigida pelo mercado e por seus consumidores culturais sob a égide da sociedade de massa e da indústria cultural. Por sua vez, a fruição dos turistas não pode se consumir em mera comercialização, muito embora o consumo do lazer seja inerente a toda a sociedade (MENESES, 1996).

Para Brusadin (2015), a problemática da fruição do turista não estaria na superficialidade de uma visitação, haja vista que o tempo curto muitas vezes determina esse processo. A dificuldade estaria no processo artificial e no consumo exacerbado do bem cultural que não adquire o fruir necessário ao lazer e, muito menos, ao processo educativo. Não obstante, a prática cultural deve estar atenta aos seus processos não apenas para atender aos anseios de seus consumidores, mas também para pensar a cultura como um processo dinâmico e que deve estar integrado a todos os seus agentes norteadores: o estudo do objeto, a inclusão da comunidade, a educação do turista e a proteção legal, que, em consequência, podem levar à preservação do patrimônio.

Os apreciadores do turismo cultural são, via de regra, os viajantes cujo interesse não depende tão somente de sua situação socioeconômica, mas, sim, de sua formação, de sua escolaridade e de seu modo de ver o mundo. São, em sua maioria, consumidores de serviços em meio a paisagens culturais, os quais podem levar para casa mais a lembrança do momento vivido do que uma peça para colocar na estante da sala ou uma foto para expor nas redes sociais. Para que isso ocorra, é necessário pensar dialogicamente o turismo em lugares de memória pelo seu uso social e não unicamente pelos seus interesses econômicos.

DIÁLOGO EM ABERTO...

O bem cultural no turismo permanece fortemente ligado ao consumo do lazer e ao entretenimento, muitas vezes em detrimento da sua própria preservação, ainda que o público possa ser uma ferramenta para tal. Na con-

temporaneidade, o olhar estritamente financeiro para e pelo turismo acarretará consequências negativas: o descontrole quantitativo da visitação nos lugares de memória que se sobrepõem às propostas sociais profícuas para o público de turistas e com a intenção educativa. A ideia de debater a relação entre preservação do patrimônio e o turismo significa refletir sobre a própria história da cultura e sobre a participação de cada indivíduo nos processos culturais aos quais ele está submetido.

Contudo, os critérios aplicados na preservação do patrimônio podem ser realizados de maneira dialógica com a sociedade. O monumento, objeto de arte ou artefato sobrevive na medida em que frui com as pessoas, sejam autóctones, sejam turistas. Para além dos valores históricos e estéticos, o valor simbólico, a função e o meio ambiente do objeto devem ser considerados quando se conserva. Mesmo diante de adversidades, a finalidade da salvaguarda do patrimônio não deve ser hostil aos seus usuários e expectadores, mas, sim, dialógica com as individualidades e coletividades das diferentes identidades com que se comunica.

A chancela da paisagem cultural pode despertar possibilidades no campo da preservação do patrimônio, considerando, inclusive, os princípios éticos e socioambientais pertinentes à área, incentivando a participação dos cidadãos como requisito para a salvaguarda. Entende-se que as políticas e os instrumentos de preservação do patrimônio, historicamente, estabelecem-se à medida que são integrados às ações preservacionistas, ou seja, a partir da apropriação desses bens culturais pelo Estado e pelos mais diversos públicos.

Diante da necessidade de um diálogo franco e aberto dentre o exercício da atividade turística e a premissa da preservação do patrimônio cultural, inclusive em lugares arqueológicos, nós nos questionamos: as técnicas da preservação do patrimônio acompanham o processo de desenvolvimento social ou pretendem se atrelar a uma proposta elitista de acesso por meio do discurso da salvaguarda? Como inserir a proteção legal instituída ao patrimônio cultural na práxis cotidiana dos lugares e objetos de memória? Como preservar o patrimônio cultural na sociedade de consumo, que transforma os

atrativos históricos em uma mercadoria turística fugaz? Como implementar o uso social da atividade turística em meio ao patrimônio cultural? E, por fim, como debater tais questões em sentido profundo e interdisciplinar para além das disputas de poder do campo científico e profissional? Este livro nos parece ser um dos caminhos possíveis.

REFERÊNCIAS

BOITO, C. **Os restauradores**. Tradução de Paulo Mugayar Kuhl e Beatriz Mugayar Kuhl. Apresentação de Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl. Apresentação de Giovanni Carbonara. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 jun. de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 06 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 fev. 1998. Retificada em 17 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, DF, 05 maio 2009, p. 17. Disponível em: http://normas.gov.br/materia/-/asset_publisher/NebW5rLVWyej/content/id/43338577. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRUSADIN, L. B. **História, turismo e patrimônio cultural**: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. *In*: AGUILAR, E. C. (Org.) **Patrimônio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Andalucía: Junta de Andalucía, 1999, p. 16-33.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, C.; FREIRE-MEDEIROS, B. Destino: Cidade Maravilhosa. *In*: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. (Orgs.). **História do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 13-36.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. **Carta de Veneza**. De maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza:

ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM. **Museus (memória + criatividade)** = mudança social. Texto da subcomissão do Comitê Organizador, divulgado em 2012. Goiânia, 2012. Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=654. Acesso em: 06 set. 2019.

DVORÁK, M. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução de Valéria Alves Esteves Lima. Apresentação de Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgarten e Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta mundial pelo direito à cidade**. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/tKUPk9>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YASIGI, E. (Org.). **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PHILIPPOT, P. Historic preservation: philosophy, criteria, guidelines, I. In: PRICE, N. S.; TALLEY, M. K.; VACCARO, A. M. **Historical and philoso-**

phical issues in the conservation of cultural heritage. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1996, p. 270-273.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madri, n. 27, p. 63-76, 1998.

RIEGL, A. Modern cult of monuments: its essence and its development. *In*: PRICE, N. S.; TALLEY, M. K.; VACCARO, A. M. **Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage.** Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1996, p. 74-80.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 15-24.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória.** Tradução e Apresentação de Maria Lucia Bressan Pinheiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

VASCONCELOS, M. C. A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n. 13, p. 51-73, abr. 2012.

VIÑAS, S. M. **Teoría contemporánea de la restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

VIOLETT-LE-DUC, E. E. **Restauração.** Tradução e Apresentação de Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

CAPÍTULO 3

TURISMO ARQUEOLÓGICO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM A CONTRIBUIÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura03>

Luciane de Carvalho Pereira
Solange Maria da Silva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O Turismo Arqueológico é um tipo de Turismo que compõe uma tipologia mais abrangente designada como Turismo Cultural, que se desdobra em outros tipos de turismo: enoturismo, ecológico, antropológico, arqueológico, artístico e muitos outros. A necessidade de organização e planejamento desse tipo de Turismo precisa envolver soluções e tecnologias que possibilitem a correta gestão do potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos (BENI, 2007).

Os vestígios arqueológicos podem ser encontrados em grutas, cavernas ou sambaquis, a céu aberto. Em princípio, os Sítios Arqueológicos passam por estudos, análise e escavação. A visitação turística pode acontecer de maneira simultânea ou posteriormente aos trabalhos de escavação, podendo interagir por meio de pequenos cursos ou estágios, e “[...] a partir do momento em que um Sítio Arqueológico é disponibilizado ao visitante, denomina-se Sítio Arqueoturístico” (MANZATO, 2007, p. 101).

As relações entre a Arqueologia e o Turismo não devem ser entendidas como “[...] complicadas ou impossíveis, desde que sejam cumpridos os preceitos de entendimento mútuo e cooperativo entre os dois mundos em relação às diversas ações a serem empreendidas” (LÓPEZ; MORENO, 2018, p. 605), devem ser consideradas, outrossim, merecedoras de atenção permanente na busca de objetivos e interesses que tragam benefícios para todos os *stakeholders* envolvidos, com impactos positivos para a sociedade e, é claro, também para o próprio patrimônio.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo principal refletir sobre as contribuições das novas TICs para o desenvolvimento sustentável do Turismo arqueológico sob a ótica de Destinos Turísticos Inteligentes. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram: o método de revisão exploratória para resumir o passado da literatura empírica ou teórica e fornecer uma compreensão mais abrangente sobre o tema e a técnica *Snowball*,

que utiliza um tipo de amostragem não probabilística, com a aplicação de cadeias de referências a partir dos autores mais citados (CRESWELL, 2007; HANDCOCK; GILE, 2011).

Este estudo envolveu pesquisa que utilizou fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para a análise de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente o tema abordado. A revisão exploratória da literatura permite traçar um panorama sobre a produção científica, de forma que possa conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, inclusive, poder subsidiar um raciocínio teórico e incluir definições aprendidas de antemão pelos pesquisadores, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. É uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; FERENHOF; FERNANDES, 2016).

As novas TICs não são somente benéficas para ajudar nos processos e para os pesquisadores, mas para a comunidade científica de uma maneira geral, que utiliza essas ferramentas para gerar, dentre outras utilidades, bancos de dados estruturados. “As tecnologias da informação permitem o acesso a esses dados de maneira processual e não limitado por qualquer âmbito geográfico” (MENÉNDEZ; GUERRA; MONTERO, 2015, p. 48).

O Turismo é uma atividade que envolve muitas outras cadeias produtivas e está relacionado a aspectos de outras disciplinas do conhecimento. Trata-se de um fenômeno social, político, econômico e cultural com impactos visíveis, tanto positivos quanto negativos. O Setor de Turismo é altamente dependente de organização e cooperação entre os *stakeholders*, necessita sempre de um planejamento criterioso e da integração dos setores público e privado e das comunidades.

Os recursos deixados pelos turistas e visitantes na economia são revertidos em benefício da própria comunidade receptora, que percebe, além de seu crescimento econômico, a valorização dos costumes locais e o surgimento de novas oportunidades de negócios e inovadoras possibilidades (BENI, 2012).

O impacto da Internet foi ampliado com o aumento do uso de dispositivos móveis e as mudanças no comportamento de consumo, o que levou ao uso de redes sociais, com grande impacto na atividade turística. As mudanças nos consumidores se refletem no mercado de Viagens e Turismo, com crescimento acelerado em face da disponibilidade de recursos tecnológicos e do acesso à informação. Tais circunstâncias permitem uma maior interação entre indivíduos e consumidores de locais diferentes, “[...] encurtando distâncias e estimulando a ideia de que um sistema de apoio e cooperação beneficia a muitos” (PEREIRA; MARCELINO, 2019, p. 01).

O Turismo é uma atividade socioeconômica que, ao se desenvolver de forma estruturada e planejada, acaba trazendo, por consequência, uma série de benefícios e vantagens para a localidade, destino ou destinação turística. Segundo Thomazi (2006, p. 21), o Turismo, “[...] por sua ampla gama de atuação, passou a ser visto como instrumento de sociabilidade, de coletividade e integração e de sustentabilidade”. Este estudo revela o enfoque das *Smart Destinations* ou, em português, o conceito de Destinos Turísticos Inteligentes, que surgiram a partir do surgimento das *Smart Cities* ou cidades inteligentes.

A evolução das TICs não apenas reduziu as distâncias físicas, mas trouxe a desestruturação do tempo e do espaço, alterando, profundamente, o contexto das ocorrências do Turismo e de suas repercussões sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais e comerciais. A revolução tecnológica permitiu “[...] importantes trocas ou substituições: as vantagens comparativas foram substituídas pelas vantagens competitivas duradouras numa economia globalizada” (THOMAZI, 2006, p. 20), dentro da qual estão se destacando, cada vez mais, os fatores locais atrelados à sustentabilidade, ao conhecimento, aos relacionamentos e à colaboração (PEREIRA; MARCELINO, 2019).

REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DO TURISMO

O Turismo é um fenômeno complexo, que envolve pessoas, serviços, empresas, governos, ambiente, instituições de ensino e pesquisa e gera resultados por meio do consumo, pois a necessidade de efetuar gastos, consumir serviços e comprar produtos é inerente a ele. Todas as estruturas de gastos decorrentes dos deslocamentos fazem do Turismo uma importante atividade econômica e social, não mais admitida sem a preocupação com a sustentabilidade.

Independentemente da época, as pessoas continuam a viajar pelos mais diversos e recônditos motivos. Os destinos mudam, as formas de viajar mudam, os anseios dos turistas mudam. Todas essas mudanças oferecem novas curiosidades, instigam novas pesquisas e abrem novos campos de estudo. A visão do turismo sustentável perpassa seus conceitos e definições e vai mais além: há a urgência inquestionável de que todo e qualquer tipo de turismo seja sustentável. A sustentabilidade deixa, assim, de ser um adjetivo a um tipo de turismo específico e torna-se condição *sine qua non* em toda e qualquer atividade humana ligada ao turismo, seja do ponto de vista da oferta ou da demanda (BENI, 2007; IGNARRA, 2003; GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; ANSARAH; PANOSSO NETTO, 2015; IVARS-BAIDAL; SOLSONA-MONZONÍS; GINER-SÁNCHEZ, 2016).

O Turismo é um dos mais importantes setores da economia de muitos países que buscam, nessa importante atividade socioeconômica, o poder de transformação social e desenvolvimento territorial integral e sustentável. Vale considerar que não é apenas o poder institucional dos atores no processo de condução política que orienta as transformações desejadas pelos programas governamentais para o setor turístico, mas é, também, o poder das empresas, das instituições e da sociedade que determinam as ações que estimulam o desenvolvimento do turismo (BENI, 2006; NEVES; BIZ; BETTONI, 2012).

Segundo Cooper, Hall e Trigo (2011, p. 36), existia “[...] o mito de que Turismo estava relacionado somente às atividades de lazer, durante as férias”. Mas, na realidade, o Turismo pode ser considerado um fenômeno de larga abrangência, que atinge todos os tipos de propósitos de visitas, incluindo trabalho, conferências e educação.

Existe um amplo debate acadêmico sobre o que exatamente é o Turismo, quais elementos estão na sua composição e quem deve ser considerado turista, o que gerou múltiplas definições (SANCHO, 2001). O vocábulo Turismo “[...] vem do latim *‘ournes’*, cujo significado é o de viagem com traçado definido, indicando o ponto de partida e o de chegada, ou seja, indica o trajeto de alguém que viaja e volta ao mesmo lugar de onde saiu” (SOUZA; CORRÊA, 2000, p. 141). Por outro lado, Turismo também é “[...] a busca do conhecimento sobre outros povos e culturas, sobre a natureza existente em outras regiões através de uma vivência prática” (SOUZA; CORRÊA, 2000, p. 141).

Ele é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações de compra e venda de serviços turísticos entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (BRASIL, 2010).

A complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por “[...] afastar duas categorias de análise que, no fundo, são complementares e que se retroalimentam constantemente” (FRATUCCI, 2014, p. 91). A atividade econômica é um dos aspectos do fenômeno do Turismo e não o único. Esse entendimento conceitual é importante para a adequada análise do Turismo Arqueológico, que se espera que venha a acontecer e a se desenvolver de forma ordenada, planejada e sustentável. No quadro 1, estão alguns conceitos de Turismo que mais se ajustam aos objetivos e à lente teórica deste estudo:

Quadro 1- Conceitos de Turismo

AUTOR	CONCEITO
Barretto (2000)	Turismo é um ato praticado pelos turistas, o qual obedece a motivações diversas, que variam em função da personalidade deles, do seu cotidiano, do seu tipo de trabalho, do seu nível de escolaridade, da sua posição na sociedade, da sua visão do mundo e da sua cultura.
Mota (2001)	O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos que, por uma complexidade de fatores que envolvem motivação humana, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exerçam atividades lucrativas ou remuneradas, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores.
Beni (2007)	Turismo se refere à fruição do espaço natural e cultural, à provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços relacionados para viajantes domésticos e internacionais.
Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002)	Turismo pode ser definido como a soma dos fenômenos e das relações originadas pela interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes.
Ruschmann (2002)	Turismo é uma viagem que pode se estender de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transportes e estadas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamento, em uma ou mais localidades.
Ignarra (2003)	O fenômeno do Turismo está tradicional e intimamente ligado às viagens, aos deslocamentos para fora do local de residência habitual, podendo ser inúmeras as motivações de tais deslocamentos.
Andrade (2004)	Turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

Continua...

Continuação.

AUTOR	CONCEITO
Oliveira (2005)	Turismo é o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos em uma localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.
Panosso Netto (2011)	Turismo é o fenômeno de saída e retorno do ser humano do seu lugar habitual de residência, por motivos revelados ou ocultos, que pressupõem hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas e utilizando tecnologia, entre inúmeras outras condições, o que vai gerar experiências variadas e impactos diversos.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2020).

Para a correta compreensão dos termos utilizados neste estudo, sugere-se como conceito de Turismo o conjunto de recursos e de atividades organizadas para a recepção das pessoas que se deslocam dos seus lugares de origem em busca de outros destinos, com uma permanência temporária e por motivos variados, que envolvem questões sociais, culturais, políticas, econômicas e outras, gerando serviços e resultados decorrentes dos esforços para atender às necessidades da demanda.

O Turismo constitui uma forma sustentável de fomentar e dar dinamismo socioeconômico aos destinos pela possibilidade de geração de renda e empregos como pela preservação dos recursos culturais e sítios arqueológicos. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar cinco objetivos essenciais para o Turismo Sustentável: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida (BARBOSA, 2005; BENI, 2003). Sempre é válido acentuar que o desenvolvimento sustentável não é objetivo que seja possível atingir a curto prazo, mas é um passo importantíssimo, em um esforço a longo prazo, para salvaguardar a cultura, o ambiente e a qualida-

de de vida na comunidade regional, cuidando da sustentabilidade em todos os aspectos (BENI, 2007).

O Turismo atual deve ser considerado, basicamente, um produto da cultura, no sentido amplo dessa terminologia. Por isso, as explicações e definições de caráter econômico, que são utilizadas para compreender a transcendência do Turismo, são, evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do fenômeno (MOLINA; RODRÍGUEZ, 2001).

A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO E A TIPOLOGIA DO TURISMO: CONCEITUAÇÃO E ABRANGÊNCIA DO TURISMO CULTURAL

Segmentar o mercado é identificar clientes com comportamentos similares quanto a gostos e preferências. A segmentação possibilita o conhecimento do perfil da demanda que se pretende atingir e a adequação dos destinos turísticos, da escolha dos meios de transporte a serem oferecidos, do estilo de vida, das necessidades digitais e dos tipos de condições de acessibilidade (BENI, 2012; ANSARAH; PANOSSO NETTO, 2000).

O Turismo Cultural pode ser considerado uma tipologia de Turismo que abrange especificidades. Ele compreende o conjunto das atividades turísticas relacionadas à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura local. Toda viagem turística é uma experiência cultural. Mas nem todo turista é um turista cultural. O que define o Turismo Cultural é a motivação da viagem em torno de temas da cultura e da história local. As viagens de interesse cultural nasceram na Europa sob a égide do renascimento italiano, quando a aristocracia se deslocava interessada em conhecer os sítios históricos e arqueológicos. A interpretação, associada aos princípios

da educação patrimonial, é mais do que informar, em sua essência, deve ter a capacidade de convencer as pessoas do valor e dos significados do patrimônio, promovendo, assim, uma relação de respeito, valorização e atitudes conscientes de conservação. Atitudes que sejam benéficas e que gerem a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010).

Segundo Machado, Lopes e Gheno (2009, p. 583), o Patrimônio possui uma importância muito grande para a comunidade e para o Turismo que, por sua vez, precisa de uma comunidade consciente que se aproprie dele “[...] de maneira fecunda, tanto no que se refere ao conhecimento difundido através da educação formal ou informal, como através do turismo, que pode ir além da mera exploração econômica e atuar como difusor da cultura regional”.

O patrimônio cultural é fundamental para o processo de construção de destinos turísticos inteligentes. O patrimônio arqueológico, mais especificamente, pode ser uma ponte entre a tradição e a modernidade. “Nesse sentido, o discurso passa a ser do desenvolvimento cultural, que se baseia em uma noção de inovação cultural e progresso social, feito por meio da preservação do passado mítico e das tradições locais e regionais” (SCATAMACCHIA, 2005, p. 79).

De acordo com Alfonso (2012, p. 307), as ações relacionadas ao Turismo e à Educação Patrimonial deixam claro que, se por um lado é possível valorizar narrativas sobre o passado, “[...] desconstruindo discursos marginalizantes arraigados a imaginários e sentidos comuns, por outro pode-se acabar acirrando o distanciamento dos arqueólogos com as comunidades”.

As facilidades de comunicação e compartilhamento de conhecimento, a visão integrada decorrente da necessidade de maior acessibilidade e preocupação com a sustentabilidade cooperam para a construção de destinos arqueoturísticos com estruturas abrangentes com foco na população autóctone. Segundo Krippendorf (2009), os autóctones são os seres humanos que estão do outro lado: a população dos países e das regiões visitadas, os anfitriões voluntários ou involuntários.

Segundo Mello e Dantas (2014, p. 109), em alguns casos, a comunidade autóctone, apesar de já estar informada da “[...] necessidade de preservação desse patrimônio, ainda não tomou consciência dos benefícios (ou problemas!) que o desenvolvimento turístico pode trazer para toda a comunidade”. O turista, muitas vezes, conhece mais as leis de preservação do patrimônio e tem consciência de sua importância para a humanidade que a própria comunidade, que ainda não conseguiu compreender, de forma mais ampla, a importância de cada detalhe da sua história, seja material ou imaterial.

É preciso vislumbrar os benefícios e as vantagens do Turismo Cultural sustentável em relação ao fortalecimento da identidade e valorização da cultura; despertar o sentimento de pertencimento e redescoberta de locais e sítios arqueológicos que gerem a dinamização da cultura da região; o sentimento de cooperação e de participação através de um planejamento turístico estratégico e integrado. Um dos desafios para essa tarefa é justamente a compatibilização de linguagens, objetivos, modos de operação e de concepção sobre o Turismo Arqueológico (BARRETO, 2000).

ARQUEOTURISMO OU TURISMO ARQUEOLÓGICO: UMA REVISÃO CONCEITUAL

De acordo com Santos (2007), o termo arqueoturismo passou a ser utilizado internacionalmente nos anos noventa para designar o tipo de turismo cultural que combina o caráter histórico e cultural com o rural e/ou ecoturístico.

Atualmente, no Brasil, o Turismo Arqueológico encontra vasto campo para estruturação e desenvolvimento. Os conceitos básicos do segmento ainda encontram variações e estão em processo de amadurecimento e consolidação. Diante da extrema importância do planejamento sustentável do segmento, podem ser considerados alguns conceitos decorrentes da Revisão exploratória deste estudo.

De acordo com Tresserras (2004), é verdade que quando se trata de turismo arqueológico os principais destinos tradicionais estão alocados no Egito, na Grécia, na Itália, na Tunísia, na Turquia, no México ou no Peru, entre outros. Bezerra (2012, p. 149) destaca que o turismo arqueológico “[...] exerce um papel importante na economia de países como Grécia, México, Peru, entre outros, diferentemente do Brasil, que tem uma participação tímida neste segmento”.

O turismo arqueológico é uma segmentação do turismo cultural que está em diálogo com outras segmentações turísticas, como o ecoturismo e o turismo pedagógico, possui potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma região na medida em que valoriza o “[...] patrimônio cultural, promove educação patrimonial, contribui para a cidadania cultural, empodera a comunidade local, fortalece vínculos identitários e colabora para a promoção de trabalho e renda” (COSTA, 2016, p. 189).

Quadro 2 - Conceitos de Arqueoturismo ou Turismo Arqueológico

AUTOR	CONCEITO
Tresserras (2004)	Arqueoturismo ou Turismo Arqueológico é uma modalidade sob a qual são apresentados propostas e produtos culturais e turísticos em que a arqueologia é o ingrediente principal.
Manzato (2005)	Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática.
Beni (2007)	Turismo Arqueológico é a denominação dada ao deslocamento de pessoas a sítios arqueológicos, escavações e cavernas com inscrições e pinturas rupestres com acompanhamento obrigatório de guia especializado.

Continua...

Continuação.

AUTOR	CONCEITO
Pardi (2007)	O Turismo Arqueológico envolve aspectos fundamentais como a questão da identidade cultural, que desenvolvida de forma planejada tem seus danos e desvantagens minimizados ao máximo na proporção do equivalente de atuação profissional do trabalho realizado.
Santos (2007)	O Arqueoturismo é uma forma alternativa de turismo cultural especializado que, dentro dos marcos da atividade turística, busca promover a apreciação do passado histórico-arqueológico e a conservação desse patrimônio.
Veloso e Cavalcanti (2007)	Arqueoturismo ou Turismo Arqueológico é uma vertente do turismo cultural, extremamente valorizada em destinos turísticos tradicionais que encontraram na própria atividade turística recursos e investimentos para a valorização de sítios arqueológicos como atrativos turísticos.
Widmer (2009)	Turismo Arqueológico pode ser definido como um segmento no qual ocorre o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, motivados pelo interesse ou desejo de conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas, a locais onde se encontram vestígios materiais representativos de processo evolutivo do homem no planeta, deixados por sociedades pretéritas.
Alfonso (2012)	Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo é o segmento turístico que lida com a incorporação do patrimônio arqueológico na atividade turística, segmento esse que é parte do Turismo Cultural.
Godoy (2015)	O Turismo Arqueológico, em termos conceituais, enquadra-se no grande guarda-chuvas chamado Turismo Cultural. Trata-se de um segmento em crescimento dessa disciplina, que visa atrair pessoas interessadas em visitar destinações culturais.

Continua...

Continuação.

AUTOR	CONCEITO
Guimarães e Anjos (2015)	O Turismo Arqueológico é o segmento turístico que utiliza sítios arqueológicos como atrativos e atinge aspectos, como a proteção dos recursos, a valorização econômica, a participação da população local, o turismo como ferramenta de conservação e preservação.
Menéndez, Guerra e Montero (2015)	O Arqueoturismo é um tipo de turismo estreitamente vinculado aos profissionais e pesquisadores da arqueologia, com o objetivo de socializar o descobrimento e difundir o Patrimônio Arqueológico.
Guimarães <i>et al.</i> (2018a)	O Turismo Arqueológico, concebido de forma sustentável, assim como em outros segmentos, busca equilibrar as forças entre conservação dos recursos, neste caso, o patrimônio arqueológico, com viabilidade econômica e equidade social.
Godoy (2019)	O Arqueoturismo pode ser compreendido como o ato de visitar e consumir um passado socialmente construído, que inclui desde como estão dispostas as coleções abertas ao público, da venda de vestígios ou réplicas, ou da adaptação de sítios à visitação.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2020).

Os autores concordam em determinados aspectos fundamentais relacionados ao Turismo Arqueológico, como segue: o Turismo Arqueológico faz parte do Turismo Cultural; há incorporação do patrimônio arqueológico na atividade turística; necessidade de valorização e conservação do patrimônio; e necessidade de planejamento e controle. Não há divergências quando alguns autores entendem que o Turismo Arqueológico é estreitamente vinculado aos profissionais e pesquisadores da arqueologia com o objetivo de socializar e difundir o Patrimônio Arqueológico. Nota-se, entretanto, que os conceitos não englobam o envolvimento das comunidades locais, apesar de que o estudo dos trabalhos completos, em sua grande maioria, permite a percepção de que esse aspecto se trata de uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Segundo López e Moreno (2018, p. 601), “[...] alguns turistas que acessam o Patrimônio Arqueológico, o fazem no contexto de conhecer e não apenas visitar um lugar desconhecido relativamente distante”. O Turismo Arqueológico é um tipo de turismo com períodos de visitação de curta duração e que, em geral, implica deslocamentos de mais longa duração. As atividades em destinos arqueoturísticos precisam ser consideradas como uma garantia necessária de experiências que ocorrem desde os momentos antes da viagem (planejamento), por isso devem ser propagadas durante toda a viagem em si e comparadas a outras experiências, podendo ser compartilhadas em redes sociais com familiares e amigos (pós-viagem) graças ao uso das novas tecnologias.

De acordo com López e Moreno (2018, p. 604), o Turismo Arqueológico e, em geral, o Turismo Cultural estão sofrendo uma grande valorização nos últimos anos “[...] com o surgimento de novas fórmulas que permitem abordar o público-alvo que o demanda [...]”, ou seja, o Turismo Arqueológico vem recebendo uma reavaliação e novas formas de estruturação mediante novos meios e recursos que permitem uma maior e melhor aproximação do público-alvo. Por outro lado, a elaboração e a implementação de rotas ou roteiros arqueológicos permitem valorizar o Patrimônio e despertar a comunidade local para a necessidade de conservá-lo tanto quanto assumi-lo como sua identidade exclusiva (MENÉNDEZ; GUERRA; MONTERO, 2015).

Em sua pesquisa realizada no estado de Santa Catarina, Comerlato (2015) alerta para a dificuldade de preservação dos sítios arqueológicos, designados como oficinas líticas, impactados pelo intemperismo e pela ação humana. Por outro lado, ressalta seu potencial como atrativo, já que “[...] a disposição das depressões, o aproveitamento da rocha suporte, o brilho do polimento, a simetria das formas, sua relação com a paisagem [...] conferem aos sítios de oficinas líticas um ponto de atração do olhar, sobretudo pela sua qualidade estética” (COMERLATO, 2015, p. 188).

Segundo Assunção (2010), diferentemente de outras regiões brasileiras onde o termo “sítio arqueológico” ainda causa estranheza entre o públi-

co geral, no litoral sul de Santa Catarina, os sambaquis são conhecidos pela maioria da população, tornando-se assunto das disciplinas escolares e alvo de reportagens jornalísticas. Hoje em dia, muitos sambaquis são atração turística e motivo de orgulho para os moradores dos municípios e comunidades onde estão implantados.

Não há Turismo Arqueológico sustentável sem um trabalho prévio de educação patrimonial com as comunidades locais e sem um trabalho de interpretação cultural dos vestígios antes destes servirem enquanto atrativos turísticos. Cabe, portanto, às instituições de ensino e pesquisa fomentar esses trabalhos, contribuindo para a promoção da cidadania cultural e subsidiando os atores do território na organização de um turismo sustentável, que contemple a existência do patrimônio arqueológico (COSTA, 2016).

A falta de planejamento do Turismo em determinados destinos pode ocasionar impactos negativos indesejáveis, mas que podem ser evitados com a atuação de profissionais que saibam como direcionar investimentos de forma correta e mobilizar os atores dentro do setor para alcançar determinados objetivos. O Turismo pode se compatibilizar com a preservação do patrimônio arqueológico, desde que este “[...] seja reconhecido e apropriado pela população do território onde está inserido, garantindo um atrativo diferenciado no mercado turístico, cuja alta competitividade exige constantes inovações em produtos” (COSTA, 2008, p. 27), assim como em segmentos a serem atendidos.

De acordo com Veloso e Cavalcanti (2007), os produtos turísticos relacionados ao patrimônio arqueológico podem ser apresentados sob diversas formas, tais como: roteiros turísticos; rotas temáticas; espetáculos e celebrações de caráter mais participativo; apresentações de gastronomia; hotel que conserva vestígios arqueológicos; comemorações associadas a personagens e acontecimentos; sítios arqueológicos integrados às cidades consideradas patrimônio da humanidade; viagens temáticas; desenvolvimento por empresas privadas de reconstruções históricas; participação monitorada em escavações arqueológicas, entre outros.

Godoy (2015, p. 91) alerta sobre os desafios da sustentabilidade no desenvolvimento regional do Turismo ao alegar que “[...] este fato é ainda mais notório visto que os sítios arqueológicos brasileiros, em sua grande maioria, sofrem pela aparente falta de apelo turístico devido à aclamada ausência de monumentalidade”.

Diante do exposto, pode-se considerar que o Turismo Arqueológico é a visitação, o estudo e a prática do Turismo em sítios arqueológicos planejados e estruturados como uma alternativa para a difusão do conhecimento relacionado às pesquisas e aos achados arqueológicos, com a utilização da tecnologia para salvaguardar o patrimônio e otimizar resultados positivos para a comunidade autóctone.

A exploração do Turismo Arqueológico, no Brasil, possibilita desvendar e revelar partes de um passado até então inacessível e desconhecido por grande parte das pessoas. O descaso para com essa atividade turística tem sua origem na falta de informações e conhecimento sobre os elementos que compõem esse segmento (MANZATO; REJOWSKI, 2004).

AS NOVAS TICS E O TURISMO ARQUEOLÓGICO

As novas TICs possuem um papel importante no sentido de auxiliarem na educação patrimonial por meio de dispositivos móveis que facilitam a interpretação e conscientização tanto de turistas como da comunidade local envolvida nesse processo (DE LA PEÑA; HIDALGO; PALACIOS, 2015).

Elas podem se transformar em excelentes possibilidades pela quantidade de informações disponíveis, pelo formato aprazível com uma clara orientação ao usuário, com um vocabulário direto e intuitivo, assim como a simplicidade para repassar informações organizadas por temáticas e em diferentes idiomas. Existem modelos de sucesso na Espanha, por exemplo, de aplicativos que permitem a localização e o acesso à informação, com recursos

multimídia e relacionamento com os usuários (FERNANDÉZ VÁZQUEZ; LÓPEZ RODRIGUEZ; ARÉVALO IGLESIAS, 2016).

Os serviços de geolocalização são um grande tópico de valor do turismo arqueológico. São conhecidas soluções de mapas como as do *Google*, de uso diário para turistas, antes da viagem, as quais permitem opiniões em redes sociais ou em sistemas de reputação *online*. Sendo um elemento básico e necessário de promoção do patrimônio e do destino turístico ao serem usados de maneira eficaz, os sistemas de realidade aumentada combinados com posicionamento geográfico e conectividade com a internet são modelados conforme os aplicativos com mais futuro em termos de difusão do patrimônio (CARO; LUQUE; ZAYAS, 2015; LÓPEZ; MORENO, 2018).

O uso de *tablets* ou de *smartphones* com aplicativos que permitem o emprego da realidade aumentada na realização de rotas por sítios arqueológicos, os quais estão destruídos ou danificados, torna-se muito útil, pois essas ferramentas facilitam a aproximação do Patrimônio aos visitantes (LÓPEZ; MORENO, 2018).

Segundo Corpas e Castillo (2019), os turistas produzem conteúdo quase que imediatamente nas redes sociais através de fotografias, informações e experiências entre pessoas e turistas em potencial e reais. Com relação ao turismo arqueológico, os impactos positivos podem impulsionar governos e gestores a perceberem uma possibilidade para gerar novos conteúdos ao usarem esses espaços para atrair turistas mais conscientes com relação à valorização dos sítios arqueológicos.

Na Espanha, por exemplo, as novas TICs estão sendo amplamente utilizadas em sítios e em museus para aumentar e melhorar a interação com o público, além de proporcionarem melhorias em termos de promoção com a comunidade virtual (ROMÁN; GONZÁLEZ; GASCÓN, 2017).

As novas TICs são um campo onde existem várias possibilidades para o segmento de turismo cultural, como, por exemplo, projeto de vídeo-guias, dispositivos ópticos inteligentes que facilitam os processos de imersão

histórica, experiências personalizadas em museus, compartilhamento de informações, técnicas de mapeamento de vídeo e holografia, além de outras referências como as técnicas de realidade aumentada (CARO; LUQUE; ZAYAS, 2015; LÓPEZ; MORENO, 2018).

As inovações impulsionadas pela *Internet das coisas* (*Internet of Things – IoT*) têm implicações importantes para o desenvolvimento do turismo, porque as viagens envolvem movimento no tempo e no espaço, e os ambientes considerados inteligentes tendem a crescer para atender às necessidades contextuais do viajante, de forma difusa e não invasiva. Por exemplo, sensores embutidos em atrações turísticas permitirão que os prestadores de serviços de turismo rastreiem a localização dos turistas e seu comportamento de consumo para que serviços baseados em localização possam ser oferecidos. Tecnologias vestíveis, como relógios inteligentes, desempenham um papel importante nisso, além de coletarem dados através de seus sensores e câmeras, mas também se comunicam com a rede e potencialmente com a IoT e suportam altos níveis de conectividade, sem interferir na experiência. No nível de gerenciamento, esse tipo de sistema pode ser empregado para controlar o número de visitantes em *sites* turísticos específicos, usando uma variedade de sensores com a capacidade de carga de cada *site* como referência (GRETZEL *et al.*, 2015).

As novas TICs contribuem, ainda, para a valorização da experiência quando, ao invés de apenas observarem passivamente os edifícios e locais históricos, há jogos que incentivam os turistas a explorarem ativamente a história por trás de cada edifício e atração para que possam se envolver com o objeto, de uma maneira divertida, oferecendo uma compreensão mais profunda e significativa da experiência. “O conceito de imersão em jogos também pode ser usado para melhorar experiências turísticas” (XU; BUHALIS; WEBER, 2017, p. 249).

Serius Games ou jogos sérios estão cada vez mais sendo utilizados em empresas, treinamentos, negócios, educação, assistência médica e outros. No Turismo, a gamificação do turismo pode contribuir para um grande leque de possibilidades como, por exemplo, para “[...] interações mais gratificantes e maior nível de satisfação, além de aumentar o reconhecimento da marca

e a lealdade ao destino” (XU; BUHALIS; WEBER, 2017, p. 244). Podem ser criados sistemas gamificados cuidadosamente projetados para que os turistas possam “[...] escolher seus avatares e ter a liberdade de interpretar e aprimorar sua experiência de uma maneira divertida e estimulante, levando a um maior nível de satisfação” (XU; BUHALIS; WEBER, 2017, p. 244-249).

Além da tecnologia, uma nova postura de participação colaborativa para a sustentabilidade deve ser realidade nas próximas décadas. Pode-se esperar que, no próximo período, “[...] um progresso contínuo nas TICs incentive o aumento da comunicação e colaboração entre turistas e partes interessadas no destino, contribuindo para a consecução dos objetivos” (JOVICIC, 2017, p. 04) e a realização de experiência turística de alta qualidade e resultados comerciais bem-sucedidos para as partes interessadas no destino.

Em todos os setores e departamentos relacionados ao Turismo haverá o uso inteligente das tecnologias, por exemplo, pela possibilidade de uma interação maior com o público em museus virtuais, “[...] sejam eles representações virtuais de museus já existentes ou criados especialmente para a rede mundial de computador” (BAUER; SOHN; OLIVEIRA, 2019, p. 303).

As novas TICs estão sendo utilizadas em favor dos destinos turísticos que buscam atender e superar as expectativas do público-alvo determinado, fazendo com que ele retorne ao destino e, principalmente, promova-o em sua rede social com comentários *online*, incentivando novos turistas. Para tal, é importante utilizar o conhecimento e a *expertise* existentes em países da Europa, por exemplo, para evitar que se utilizem de forma equivocada programas e serviços que devem, antes de tudo, estar adaptados e acessíveis a todos os tipos de público (ASENSIO; HERNANZ, 2010; ENGEL; BÚRIGO; PEREIRA, 2015).

DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES OU *SMART DESTINATIONS*: UMA REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE DESTINOS ARQUEOTURÍSTICOS

O conceito de Destino Turístico Inteligente adotado pela SEGITTUR (*Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas*) considera que um destino inteligente é um destino turístico inovador, consolidado sobre uma infraestrutura tecnológica de vanguarda, que

[...] garante o desenvolvimento sustentável do território turístico, acessível a todos, que facilita a interação e integração do visitante com o meio ambiente e melhora a qualidade de sua experiência no destino e a qualidade de vida dos residentes daquele local. (LÓPEZ DE ÁVILA *et al.*, 2015, p. 104).

Destinos Turísticos Inteligentes ou “*Smart Destinations*” são territórios turísticos que possuem projetos e objetivos definidos para criar um desenvolvimento sustentável baseado nas limitações e capacidades locais, potencializando a integração da tecnologia em toda a relação criadora de valor do destino, bem como reforçar e incorporar ações entre gestores públicos e privados a fim de promover maior competitividade do destino (GRETZEL; SCARPINO-JOHNS, 2018). Dentro dessa visão de território, desde que o turismo passou a ser objeto de estudo de disciplinas mais focadas nas suas variáveis “[...] espaciais e culturais (geografia, sociologia, antropologia e urbanismo), as categorias espaço e território vêm sendo utilizadas com bastante ênfase e constância, permeadas por outras como a de lugar e de região” (FRATUCCI, 2014, p. 89).

De acordo com López de Ávila *et al.* (2015), a concepção de destinos turísticos inteligentes está ligada a uma gestão ambiental inteligente para atingir a eficiência energética, a gestão sustentável dos recursos hídricos e o tratamento dos resíduos, que focam na sustentabilidade e nos pilares que são responsáveis pelos benefícios, tais como: qualidade de vida, competitividade, experiência turística e espaços inovadores.

Destinos Turísticos Inteligentes podem ser considerados “[...] locais que utilizam as TICs disponíveis para permitir que a demanda e a oferta co-criem valor, prazer e experiências para o turista e riqueza, lucro e benefícios para as organizações e o destino” (BOES; BUHALIS; INVERSINI, 2016, p. 109).

A necessidade de modernização e a correta utilização das novas TICs devem ser vistas pelas organizações e atores envolvidos no processo como um conjunto de ações com o objetivo de tentar proteger da destruição bens que apresentem valor excepcional para a comunidade mundial. Nessa perspectiva, “[...] a Convenção do Patrimônio Mundial pode ser entendida como importante aliada para a proteção de atrativos e espaços dos quais o Turismo se utiliza” (WIDMER, 2008, p. 15).

De acordo com Meijer e Bolivar (2015, n.p.), “[...] a inteligência de uma cidade se refere à sua capacidade de atrair capital humano e mobilizar esse capital humano em colaborações entre os diversos atores (organizados e individuais) através do uso de TICs”. Bastos *et al.* (2007, p. 54) consideram que não é possível transformar o patrimônio cultural arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico sustentado e de forma efetiva, “[...] sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social”.

A estrutura digital gerada em uma cidade inteligente estabelece um canal de comunicação entre todos os setores que a configuram, incluindo turismo, cultura e patrimônio. Um destino turístico inteligente é resultado das cidades inteligentes e utiliza canais de comunicação digital como “[...] meio de troca de informações, fácil e rapidamente, entre o usuário, visitante ou

residente, com os diferentes elementos de interesse, seja patrimônio cultural, comércio ou hotelaria” (GÓMEZ; SERVER; JARA, 2017, p. 391).

Um destino turístico é considerado inteligente quando assume novas posturas relacionadas à sustentabilidade e faz uso intensivo da infraestrutura tecnológica fornecida pela cidade inteligente para: (1) aprimorar a experiência turística dos visitantes, personalizando e conscientizando-os sobre os serviços e produtos locais e turísticos disponíveis para eles no destino e (2) capacitando organizações de gerenciamento de destino, instituições locais e empresas de turismo “[...] a tomar suas decisões e tomar ações com base nos dados produzidos no destino, reunidos, gerenciados e processados por meio da infraestrutura de tecnologia “ (LAMSFUS *et al.*, 2015, p. 364).

Em termos de valorização do patrimônio, “[...] a criação de uma cidade inteligente deve se basear nas necessidades reais de uma cidade, de sua história, seu ecossistema econômico” (GÓMEZ; SERVER; JARA, 2017, p. 391), o que significa dizer que, além de organizações, empresas e infraestrutura, a localidade precisa de gestão, imagem, identidade e governança eficiente, primando pela sustentabilidade com foco no ser humano e em suas necessidades.

Os destinos turísticos inteligentes aplicam, na visão de Corrêa, Gosling e Gonçalves (2019, p. 42), “[...] os princípios das cidades inteligentes a áreas urbanas ou rurais para suportar a mobilidade, hospedagem, alimentação e entretenimento de seus visitantes, principalmente por meio de aplicativos que os conectam às experiências disponíveis no destino”. Na visão desses autores, com o advento das tecnologias disruptivas, notadamente a *Internet of Things* (IoT) e o *Big Data*, as cidades também se tornaram inteligentes por meio da integração da tecnologia de comunicação e informação na sua infraestrutura física (CORRÊA; GOSLING; GONÇALVES, 2019).

O uso da IoT permite abrir uma porta para uma filosofia de cocriação com o visitante e o cidadão, um valor com maior diferencial para projetos de natureza cultural e turística, os quais contribuem para “[...] a criação de Destinos Inteligentes, permitindo uma realidade trans-mídia, que combina a experiência cultural física, bem como as possibilidades multimídia do mundo

online” (GÓMEZ; SERVER; JARA, 2017, p. 392; GUARDA; HAZ; AUGUSTO; VITOR, 2018, p. 378).

Os aplicativos móveis de realidade aumentada já são utilizados na arqueologia desde algum tempo, “[...] mas não devemos esquecer que o público-alvo é limitado, com processos não padronizados e cada equipe de pesquisa trabalha de maneira substancialmente diferente” (MENÉNDEZ; GUERRA; MONTERO, 2015, p. 51).

A facilidade dos modelos tridimensionais, que são gerados com o uso das tecnologias, pode ter contribuições diferentes, tais como fazer visitas virtuais, “[...] recriar acabamentos ou aplicar animações que oferecem mais realismo e, assim, ser capaz de ajudar a entender e interpretar o sítio e, acima de tudo, fornecer uma boa ferramenta de divulgação” (MENÉNDEZ; GUERRA; MONTERO, 2015, p. 54).

Boes, Buhalis e Inversini (2016) corroboram esse aspecto ao afirmarem que a gestão inteligente de destinos turísticos se tornou mais complexa a partir dos rápidos avanços da tecnologia, que permitem a integração coletiva de recursos e a conectividade que gera a cocriação de produtos e serviços turísticos por todos os atores do ecossistema de destinos turísticos inteligentes, como grandes eventos, por exemplo. As redes interorganizacionais da atualidade se utilizam da combinação de sistemas tecnológicos interconectados e interoperáveis, e o conhecimento de pessoas em rede aumenta o potencial de vantagem competitiva sustentada nos destinos turísticos (ZAGHENI; SILVA, 2012).

Seria possível se referir à diversidade e complexidade dos destinos turísticos existentes em todo o mundo, o que sugere que será necessário personalizar os modelos de Destinos Turísticos Inteligentes, ou seja, dependendo das características que definem cada um dos destinos, para detectar quais são suas necessidades e identificar e implementar as novas soluções de TICs necessárias para cada realidade específica, com especial atenção a questões culturais e históricas (GIL; FERNANDÉZ; HERRERO, 2015).

Para Gretzel e Scarpino-Johns (2018), muitos destinos turísticos, no mundo todo, estão implementando iniciativas inteligentes para aumentar

sua competitividade e apoiar seus objetivos de sustentabilidade. No entanto, para que o desenvolvimento do turismo inteligente possa ajudar a desenvolver resiliência e governança com sustentabilidade, é necessário focar em integração, compartilhamento, gestão inteligente e inovação, suportando algumas condições específicas, tais como: conectividade, aprendizado, flexibilidade e adaptabilidade às novas regras do turista mais consciente.

Um destino turístico inteligente e inovador não se caracteriza apenas pela tecnologia digital. A sustentabilidade agrega valor aos destinos e aos serviços, tornando os produtos e serviços mais competitivos sob o ponto de vista da cooperação e da colaboração. As dimensões analisadas neste estudo e relacionadas no Quadro 3, que fazem parte do Processo de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico sob a ótica de Destinos Turísticos Inteligentes são: Governança, Tecnologia, Acessibilidade, Sustentabilidade e Inovação.

Quadro 3 - Síntese das Dimensões do Processo de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico sob a ótica de Destinos Turísticos Inteligentes

DIMENSÕES	ABRANGÊNCIA	REFERÊNCIAS
Governança	Mobilidade, planejamento urbano, treinamento, comunicação, redes interorganizacionais.	López de Ávila et al. (2015); Boes, Buhalis e Inversini (2016); Gil, Fernández e Herrero (2015); Ivars-Baidal, Solsona-Monzonís e Giner-Sánchez (2016); Gomes, Gândara, Ivars-Baidal (2017); Santos et al. (2016); Zagheni e Silva (2012).
Tecnologia	Gestão do Destino com Monitoramento e Controle, Novas TICs, <i>Big Data</i> , Compartilhamento.	Boes, Buhalis e Inversini (2016); Gil, Fernández e Herrero (2015); Gomes, Gândara, Ivars-Baidal (2017); Gómez, Server e Jara (2017); Ivars-Baidal, Solsona-Monzonís e Giner-Sánchez (2016); López de Ávila <i>et al.</i> (2015); López e Moreno (2018); Zagheni e Silva (2012).

Continua...

Continuação.

DIMENSÕES	ABRANGÊNCIA	REFERÊNCIAS
Acessibilidade	Acessibilidade física e digital para pessoas com limitações. Turismo acessível a todos.	Gomes, Gândara, Ivars-Baidal (2017); Boes, Buhalis e Inversini (2016); Corrêa, Gosling e Gonçalves (2019); Gil, Fernández e Herero (2015); Ivars-Baidal, Solsona-Monzonis e Giner-Sánchez (2016); López de Ávila <i>et al.</i> (2015).
Sustentabilidade	O destino é sustentável nos aspectos econômico, ambiental, socio-cultural e político-institucional.	Boes, Buhalis e Inversini (2016); Gomes, Gândara, Ivars-Baidal (2017); Brasil (2019); Corrêa, Gosling e Gonçalves (2019); Grimm <i>et al.</i> (2013); Ivars-Baidal, Solsona-Monzonis e Giner-Sánchez (2016); López de Ávila <i>et al.</i> (2015); Santos <i>et al.</i> (2016); Zagheni e Silva (2012).
Inovação	O destino inova em produtos, serviços e mercados.	Ivars-Baidal, Solsona-Monzonis e Giner-Sánchez (2016); Gomes, Gândara, Ivars-Baidal (2017); Boes, Buhalis e Inversini (2016); López de Ávila <i>et al.</i> (2015); Zagheni e Silva (2012).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa e em SEGITTUR (2020).

De acordo com López de Ávila *et al.* (2015), a concepção de destinos turísticos inteligentes está ligada a uma gestão ambiental inteligente para atingir a eficiência energética, a gestão sustentável dos recursos hídricos e o tratamento dos resíduos, que focam na sustentabilidade e nos pilares que são responsáveis pelos benefícios, tais como: a) qualidade de vida; b) competitividade; c) experiência turística; e d) espaços inovadores.

Além das dimensões dos Destinos Turísticos Inteligentes, o modelo proposto por Guimarães *et al.* (2018a) se constituiu em cinco dimensões criadas para atender às necessidades da gestão do turismo arqueológico, sendo

elas: Educação Patrimonial; Reconhecimento do Potencial; Políticas Públicas; Programa e Parcerias, que abrange a análise de ações e medidas para a valorização e proteção de sítios arqueológicos e a sistematização de proposições para o ordenamento do segmento turístico; Promoção e Divulgação e, por último, Monitoramento e Avaliação, que devem estar presentes no decorrer do processo, pois “[...] seu objetivo é gerir as informações, os impactos e os conflitos que possam surgir no decorrer do processo de Gestão” (GUIMARÃES *et al.*, 2018a, p. 77).

Segundo López de Ávila *et al.* (2015, p. 63), “[...] são muito positivos os benefícios e vantagens competitivas de adoção de um modelo de destino inteligente significativo porque eles não são apenas sentidos no setor de turismo da região, mas em muitos outros”. Na visão dos autores, são consequências: melhoria da governança (mobilidade, planejamento urbano, treinamento, comunicação), sustentabilidade (comércio local, economia de energia, promoção da história local e cultura) e acessibilidade regional; aumento da competitividade, criação de novos negócios e empregos e rentabilidade das empresas; melhor qualidade de vida para residentes e destino experiência para visitantes; maior distinção de concorrentes destinos; um ambiente de inovação através de novas parcerias público-público e público-privadas; e inclusão do conhecimento da área para a coleta de dados e subsequente análise e o uso das TICs para criar uma relação produtiva com turistas, moradores e empresas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Destinos Turísticos Inteligentes possuem, em sua estrutura, prerrogativas que envolvem sustentabilidade, integração, compartilhamento, gestão inteligente, inovação, conectividade, aprendizado, flexibilidade e adaptabilidade (GRETZEL; SCARPINO-JOHNS, 2018). A crescente interação entre visitantes e destinos através das Novas TICs é algo que merece ser analisado, considerado e melhor explorado por “[...] entes públicos, privados e auxiliado

pela academia ante a inegável mudança de comportamento das pessoas, que dependem, cada vez mais, dos meios digitais para a pesquisa, o aproveitamento e memórias de suas viagens” (MISKALO-CRUZ; GÂNDARA, 2016, p. 15).

O aprimoramento da gestão turística dos sítios culturais e naturais brasileiros, declarados Patrimônio Mundial, fomenta a estruturação de destinos turísticos, de forma a torná-los autossustentáveis, melhorando o ambiente de negócios e adequando-os à dinâmica atual da atividade turística, com maior integração entre instituições governamentais, iniciativa privada e sociedade (BRASIL, 2019). Para a correta e sustentável utilização do patrimônio arqueológico como atrativo turístico, é de fundamental importância o planejamento e a gestão da atividade, pois “[...] sendo um ambiente frágil, o impacto gerado ao meio deverá ser minimizado para não se colocar em risco o próprio patrimônio” (GUIMARÃES *et al.*, 2018a, p. 69).

Para os turistas ou as pessoas leigas sobre o assunto, as consequências do abuso e da utilização indevida dos sítios arqueológicos talvez passem despercebidas, daí a necessidade de um trabalho conjunto com especialistas que “[...] ordenem e organizem os processos de viabilização do turismo arqueológico, em virtude da necessidade de regularização do potencial de interlocução com a população e da necessidade de preservação dos sítios pelo uso disciplinado” (PARDI, 2007, p. 308).

Assim, de acordo com o objetivo deste estudo sobre as contribuições das novas tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico sob a ótica de Destinos Turísticos Inteligentes, é possível afirmar que as novas experiências de Destinos em torno de práticas de vanguarda corroboram as novas soluções as quais estão surgindo para antigos problemas que ameaçavam a utilização do patrimônio para o turismo, além de novas formas de buscar investimentos e parcerias.

Segundo Machado, Lopes e Gheno (2009, p. 579), a partir das experiências de outros destinos e dos estudos até então desenvolvidos, cabe considerar as potencialidades turísticas e refletir sobre o papel do poder público e da iniciativa privada, além dos “[...] fatores comuns que os congregam em

torno do Patrimônio, sob pena de nem um nem outro alcançar êxito em seus empreendimentos”.

A profissionalização do Setor abre novas possibilidades de modernização e de melhores resultados através de ações efetivas, com maior aproximação entre os profissionais que atuam tanto na Arqueologia como no Turismo. Conforme as contribuições de Manzato (2013, p. 39), “[...] o arqueólogo vê no Turismo uma forma de se aproximar e interagir com a comunidade e o turismólogo vê na Arqueologia uma importante fonte de pesquisa e prática para o desenvolvimento de uma atividade cultural sustentável”.

A partir do encontro da Organização Mundial do Turismo, que ocorreu em outubro de 2018, em Guilin, foi elaborada a publicação intitulada “*The Future of Tourism: Road to 2030*” ou “O Futuro do Turismo: jornada até 2030”, na qual se constata a busca por construir conhecimento e capacitar e inspirar as partes interessadas em Turismo para tomarem as medidas necessárias a fim de acelerarem a mudança para um setor turístico mais sustentável, alinhando políticas, operações de negócios e investimentos com os objetivos globais. Assim, o processo de inovação e de utilização das TICs nos Destinos Turísticos Inteligentes deve acompanhar esses objetivos, sendo necessária uma estrutura de implementação clara, financiamento e investimento adequados em tecnologia, infraestrutura e recursos humanos para alcançar essa agenda (UNWTO, 2018).

A proposição de desenvolvimento do Turismo Arqueológico convida a olhar para o “[...] debate travado no âmbito do saber arqueológico, de modo a se observar como seus profissionais estão compreendendo seu papel social, e de que modo a relação turismo-arqueologia pode ser (ou/e é) recebida por estes” (COSTA; REIS, 2016, p. 70).

Ao concluir sua pesquisa, Alfonso (2012, p. 309) assevera que, apesar de existirem diferentes contextos e organizações ligadas ao Turismo, sejam empresas privadas ou do poder público municipal, “[...] fica patente que pro-

jetos de Arqueologia associados ao Turismo Sustentável podem ser levados a cabo com êxito e contribuir para a gestão do patrimônio”.

Construir um diálogo inteligente pressupõe “[...] incorporar conceitos e dimensões cognitivas que favoreçam a comunicação e, portanto, a interação entre as partes, bem como a troca, o intercâmbio e a mútua compreensão sobre algo que se compartilha e que se torna senso comum” (BRITO, 2019, p. 34). Assim, nos dias atuais, proporcionar uma melhor relação entre patrimônio e turismo não é só fundamental como, também, uma exigência.

É premente a necessidade de investir na construção de “[...] uma infraestrutura de hospitalidade – sinalização, centro de visitantes, centro de interpretação de monumentos, zonas de estacionamento etc. – para oferecer serviços e assistência complementares” (BRITO, 2019, p. 35) com vistas ao desenvolvimento da atividade turística. É preciso, portanto, tornar o patrimônio cultural acessível a todos, residentes e visitantes, desde uma lógica turístico-cultural, que implique o despertar do interesse e o conhecimento e que conte com a colaboração de todos para a preservação.

Guimarães *et al.* (2016) corroboram ao concluírem que sítios arqueológicos, no litoral sul do estado de Santa Catarina, por exemplo, vêm sendo depredados ao longo do tempo pela expansão urbana, o desconhecimento e a prática de esportes radicais. Apesar da vulnerabilidade, “[...] essa realidade pode ser transformada, desde que medidas legais estejam aliadas às ações de valorização para a sensibilização e preservação do patrimônio arqueológico regional” (GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 276).

É possível perceber que há toda uma geração de destinos que estão se adaptando e aprendendo a melhorar sua sustentabilidade e sua competitividade para a gestão do Turismo local com capacidade para influenciar ou, inclusive, para criar seu próprio futuro (IVARS-BAIDAL; SOLSONA-MONZONÍS; GINER-SÁNCHEZ, 2016). A ótica de Destinos Turísticos Inteligentes se apresenta como um modelo desejado a ser alcançado no Brasil, com prioridade no Turismo Cultural.

Souza (2012, p. 102) sugere em seu estudo que há a necessidade de serem propostas estratégias de gestão para os sítios brasileiros, com uso e/ou potencial turístico, de maneira adequada às suas múltiplas especificidades, sendo prioridade estabelecer um mapeamento dessas experiências no Brasil e propõe diretrizes para um “Plano Nacional de Turismo Arqueológico” consistente a partir de um diagnóstico do turismo arqueológico no País, visando à promoção e regulamentação da utilização dos sítios arqueológicos em produtos turísticos sustentáveis.

As políticas públicas de turismo, cujas diretrizes estão no Plano Nacional de Turismo 2018-2022, precisam estar adequadas às características regionais, mas para que sejam efetivas precisam enfrentar dilemas e problemas que o setor de turismo sofre desde há muito tempo no Brasil, como a falta de investimento em infraestrutura e recursos humanos, a tecnologia de ponta e a integração para o desenvolvimento socioeconômico sustentável (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; BRASIL, 2018).

O futuro das representações rupestres, em Santa Catarina, passa por questões mais amplas, que atingem as políticas de proteção voltadas para o patrimônio arqueológico. Além da conservação das gravuras, a preservação dos ecossistemas que integram esse patrimônio também deve ser uma preocupação da arqueologia. A falta de investimentos para um Turismo Arqueológico sustentável e bem planejado pode colocar em risco o patrimônio, quando a própria comunidade, por falta de conhecimentos, por necessidades financeiras ou por costumes inadequados, não valoriza e não se importa com os cuidados ao patrimônio local (COMERLATO, 2005). É fundamental, dessa forma, que governos e setor privado relacionado ao turismo percebam a importância da implantação e execução de “[...] políticas e planos de acessibilidade urbana em áreas históricas, levando em consideração singularidades patrimoniais, envolvendo todos os atores na efetivação e avanço de ações” (SANTOS *et al.*, 2016, p. 22).

O desenvolvimento sustentável do turismo, utilizando como atrativos os sítios arqueológicos, deverá ser concebido a partir de planejamento

estratégico e da visão de redes interorganizacionais para que haja a utilização deles, sem que comprometa a integridade do local e garanta o acesso às gerações futuras, seguindo o princípio da sustentabilidade. Deve-se garantir que esse desenvolvimento não seja um agente explorador do recurso, mas sim uma ferramenta de sensibilização das comunidades autóctones (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2007; GUIMARÃES, 2012). Verifica-se, portanto, que é necessário criar redes interorganizacionais para promover o turismo sustentável relacionado ao patrimônio arqueológico, especialmente como produto turístico. O trabalho “[...] deve ser concluído com uma política e planejamento de ações destinadas a incorporar os sítios arqueológicos acessíveis à oferta cultural da região onde estão localizados” (TRESSERRAS, 2004, p. 6).

Segundo Alfonso (2012, p. 306), as contribuições das TICs para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico podem ser analisadas no sentido de “[...] aumentar as possibilidades de uso de novas ferramentas que permitiriam maior acesso à comunidade, assim como da materialização das inovações pela Educação Patrimonial”, visando à continuidade do trabalho dos profissionais envolvidos.

Quadro 4 - As contribuições das TICs para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico

CONTRIBUIÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
Acessibilidade, conectividade e controle.	Pontos turísticos e sítios arqueológicos mais acessíveis, preservados e seguros.
Melhora as plataformas de informações.	Informação atualizada com mais rapidez.
Maior rapidez nos processos.	Reservas, confirmações e outras solicitações mais eficazes.
Facilidade para comparar e comprar pacotes de viagens.	Retenção da demanda.
Transparência nas informações.	Inclusão social e satisfação do turista.

Continua...

Continuação.

CONTRIBUIÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
Incentiva o consumo colaborativo.	Comportamento mais consciente.
Melhora o relacionamento do turista com o destino.	Aumenta o período de permanência.
Melhora a qualidade da experiência no destino.	Fidelização do turista, que se torna promotor do destino.
Melhora a comunicação e promove a integração de gestores e profissionais.	Desenvolvimento de projetos sustentáveis.
Facilita a educação patrimonial.	Promove relação de respeito, valorização e atitudes conscientes de conservação.
Aprimora a capacidade de organização e gerenciamento do destino.	Investimentos em tecnologia e novos produtos turísticos e arqueoturísticos.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2020).

Conforme descrito no quadro 4, as contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico são positivas tanto do ponto de vista da demanda como do ponto de vista da oferta. Com a tecnologia, os turistas da era digital podem encontrar novos propósitos em suas viagens, como a colaboração com as comunidades através do impacto positivo de sua visita e a conservação do patrimônio.

De acordo com Bezerra (2012, p. 159-160), é preciso que haja, além da tecnologia, o conhecimento de gestão para se construir “[...] uma agenda responsável, na qual o Turismo seja um parceiro no compartilhamento do conhecimento arqueológico, na promoção da preservação do Patrimônio e no empoderamento das comunidades moradoras de seu entorno”.

O Turismo Arqueológico, no Brasil, a partir da análise dos resultados da pesquisa, ainda encontra muito espaço para se desenvolver e conquistar a atratividade e o destaque no mercado do Turismo Cultural. Esse panorama pode ser resultante de diversas razões, entre elas: o patrimônio arqueológico

pouco valorizado, pouco investimento no segmento, descaso com a história, falta de conscientização sobre o potencial turístico, inclusive, desprestígio do tema pela comunidade acadêmica. O turismo arqueológico, ao utilizar as novas TICs para um planejamento e uma gestão eficazes da atividade, torna-se um poderoso parceiro para a valorização e a preservação, um recurso para garantir a salvaguarda, porém o desenvolvimento inconsequente, por outro lado, pode causar danos irreversíveis ao patrimônio. Esse segmento deve ser desenvolvido sob o olhar atento da arqueologia e ter o apoio incondicional da educação patrimonial – atuando em processos educativos formais e informais – voltada ao *trade* turístico, às comunidades locais e às demais *stakeholders* (BEZERRA, 2012; TRESSERRAS, 2004; MANZATO, 2007; SANTOS, 2007; VELOSO; CAVALCANTI, 2007; WIDMER, 2009; ALFONSO, 2012; GODOY, 2015, 2019; GUIMARÃES; ANJOS, 2015; GUIMARÃES *et al.*, 2018b).

O desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico no Brasil precisa se utilizar das contribuições das TICs, dos modelos de sucesso em Destinos Turísticos Inteligentes na Espanha e em outros países europeus, com o objetivo de valorizar o potencial cultural/arqueológico de cada município, beneficiando a comunidade autóctone por meio da inclusão social, da geração e melhor distribuição de renda, oferecendo qualidade de vida a todos: turistas e moradores.

A realidade brasileira, entretanto, ainda está distante da realidade europeia, sendo possível afirmar que há uma grande lacuna para ser atribuído o conceito de destinos turísticos inteligentes, o que pode ser considerada uma oportunidade em longo prazo, por meio da qual políticas públicas podem e devem ser ampliadas, direcionadas e flexibilizadas a fim de aumentarem investimentos em estruturas tangíveis e intangíveis, como serviços e planejamento para a evolução dos destinos arqueoturísticos (GOMES; GÂNDARA; IVARS-BAIDAL, 2017).

As contribuições das novas tecnologias podem e devem estar alinhadas às necessidades reais, uma vez que são ferramentas que podem ser utilizadas para facilitar processos, melhorar a comunicação, encurtar distâncias e aprimorar a atuação dos gestores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições das TICs estão em constante transformação, acompanham as necessidades dos atores envolvidos e avançam conforme a indústria do Turismo se expande e especializa-se. A utilização adequada das TICs para a construção de Destinos Turísticos Inteligentes deve ser considerada em cada fase do planejamento, da organização, da gestão e durante todo o processo de implantação do Turismo Arqueológico.

Este estudo não tem a pretensão de se tornar um estado da arte sobre o tema, mas sim uma referência e um convite a refletir sobre as contribuições das novas tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico, sob a ótica de Destinos Turísticos Inteligentes. A análise de trabalhos, pesquisas, artigos científicos, teses e dissertações dos autores pesquisados, além dos dados secundários atualizados, permitiu a abertura de novas reflexões e a descoberta de possibilidades sobre as contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação para o Turismo Arqueológico no Brasil.

Como proposta de estudos futuros se sugere o desenvolvimento de pesquisas aplicadas para investigar como as novas TICs podem contribuir para transformar uma região potencial em um Destino Turístico Inteligente, com vistas à sua identidade cultural valorizada através do Turismo Arqueológico.

Dessa forma, é papel dos atores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do Turismo buscar a organização e o fortalecimento do setor, no sentido de utilizar as novas Tecnologias da Informação e Comunicação para um novo panorama, que permita à comunidade local conhecer e valorizar seu patrimônio, tornando-se um elo importante nas interações com turistas e visitantes, contribuindo para sua interpretação e preservação, bem como para a sensibilização dos gestores. O envolvimento da comunidade na valorização dos recursos culturais é uma das premissas para o desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-16012013-141541/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2004.

ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização**. São Paulo: Manole, 2015.

ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2000.

ASENSIO, M.; HERNANZ, E. Lazos de luz azul: del controvertido uso de las TICs en museos. *In: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA*, 1., 2010, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2010, v. 3, p. 87-98. Disponível em: <https://www.academia.edu/1114273>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ASSUNÇÃO, D. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis>. Acesso em: 18 out. 2019.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, [s.l.], v. 10, n. 14, p. 107-114, fev. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15380/8679>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades de planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BASTOS, R. L.; BRUHNS, K.; SOARES, F. C.; TEIXEIRA, A. **A arqueologia na ótica institucional**: IPHAN, contrato e sociedade. Erechim, RS: Habilis, 2007.

BAUER, J. E.; SOHN, A. P.; OLIVEIRA, B. S. Turismo Cultural: um estudo sobre museus e internet. **Rev. Tur., Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 21, n. 3, p. 291-308, set./dez. 2019. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/download/15301/8705>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BENI, M. C. (Org.). **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**: desenvolvimento regional, rede de produção e *clusters*. São Paulo: Manole, 2012.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.

BENI, M. C. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, M. C. **Política e planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, M. Arqueologia, turismo e comunidades locais: reflexões de uma turista [arqueóloga] aprendiz. In: FIGUEIREDO, S. L.; PEREIRA, E.; BEZERRA, M. **Turismo e gestão do patrimônio arqueológico**. Belém: IPHAN, 2012, p. 149-164. Disponível em: <https://www.academia.edu/4027240>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BOES, K.; BUHALIS, D.; INVERSINI, A. Smart tourism destinations: ecosystems for tourism destination competitiveness. **International Journal of Tourism Cities**, [s.l.], v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <http://centaur.reading.ac.uk/75357/>. Acesso em: 22 set. 2019.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-org--->. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil ganha Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2018-2022**. Brasília/DF: Mintur, 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação, 2010.

BRITO, M. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio do IPHAN**, [s.l.], n. 40, p. 31-55, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista-dopatrimonio40web.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CARO, J. L.; LUQUE, A.; ZAYAS, B. Nuevas tecnologías para la interpretación y promoción de los recursos turísticos culturales. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 931-945, 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org>. Acesso em: 18 out. 2019.

COMERLATO, F. As representações rupestres do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Arte OHUN**, Bahia, ano 2, n. 2, p. 1-15, out. 2005. Disponível em: <http://www.revistaohun.ufba.br>. Acesso em: 19 out. 2019.

COMERLATO, F. Oficinas líticas do litoral central de Santa Catarina. **Cadernos do LEPAARQ (Laboratório de Antropologia e Arqueologia)**, Pelotas, v. 12, n. 23, p. 183-189, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/4771>. Acesso em: 06 jan. 2020.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORPAS, N.; CASTILLO, C. Tourism 3.0 and archaeology: approaching tourists' generated-content of World Heritage sites. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2019. ISSN 1695-7121. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.003>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CORRÊA, S. C. H.; GOSLING, M. S.; GONÇALVES, C. A. Destinos turísticos inteligentes: um estudo bibliométrico. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, p. 40-61, jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>. Acesso em: 30 dez. 2019.

COSTA, S. C. **O Planejamento do uso turístico de sítios arqueológicos: o patrimônio arqueológico de Santana e Tartarugueiro, Ponta de Pedras, Marajó (PA)**. 2008. Monografia (Especialização em Arqueologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000820.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

COSTA, V. F. **Turismo arqueológico e desenvolvimento sustentável: a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arqueológico pré-colonial dos municípios de Garopaba, Imaruí e Imbituba (SC) para a promoção do desenvolvimento sustentável na região**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURB_9ca3eb2844f739cc918960cfd702358f. Acesso em: 06 jan. 2020.

COSTA, V. F.; REIS, C. Turismo, vestígios arqueológicos e perspectivas de desenvolvimento em Garopaba (SC). **Revista Turismo - Visão e Ação**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 60-82, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/download/8597/4826>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2007.

DE LA PEÑA, F. D.; HIDALGO, C.; PALACIOS, A. J. Las nuevas tecnologías y la educación en el ámbito del patrimonio cultural. Madrid Industrial, Itinerarios: Un ejemplo de m-learning aplicado al patrimonio industrial. **Tecnología, Ciencia y Educación - TCyE**, CEF, [s.l.], n. 2, p. 51-82, set./dez. 2015. Disponível em: <https://tecnologia-ciencia-educacion.com/judima/index.php/TCE/article/download/52/35>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ENGEL, E. P. J.; BÚRIGO, L. A.; PEREIRA, L. C. **Marketing de Relacionamento**. Criciúma: UNESC, 2015.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194>. Acesso em: 27 set. 2019.

FERNANDÉZ VÁZQUEZ, J.; LÓPEZ RODRIGUEZ, C.; ARÉVALO IGLESIAS, L. Turismo cultural y nuevas tecnologías de la información: el caso del camino de Santiago y el fomento de la marca país. **Questión Revista Especializada em Periodismo y Comunicación**, La Plata, v. 1, n. 49, p. 241-251, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar>. Acesso em: 20 out. 2019.

FIGUEIREDO, S. L.; PEREIRA, E. Turismo e arqueologia na Amazônia – Brasil: aspectos de preservação e planejamento. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UAM, 2007. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br>. Acesso em: 21 out. 2019.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 87-96, nov. 2014. Disponível em: www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno. Acesso em: 07 jan. 2020.

GIL, A. M.; FERNANDÉZ, B. Z.; HERRERO, J. L. C. Los destinos turísticos inteligentes en el marco de la inteligencia territorial: conflictos y oportuni-

des. **Investigaciones Turísticas**, [s.l.], n. 10, p. 1-25, jul./dez. 2015. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/52102/1/Investigaciones_Turisticas_10_01.pdf. Acesso em: 22 set. 2019.

GODOY, R. Arqueoturismo no cerrado e na Amazônia: dois pedaços de um mesmo pote. **Rev. Arqueologia Pública Campinas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 87-107, dez. 2015. ISSN 2237-8294. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8642870>. Acesso em: 09 jan. 2020.

GODOY, R. O 'antropólogo turista' e a arqueologia no Brasil: da retórica à prática. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 17, n. 6, p. 1191-1204, 2019. Disponível em: <http://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/1687>. Acesso em: 03 jan. 2020.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, E. L.; GÂNDARA, J. M.; IVARS-BAIDAL, J. A. É importante ser um destino turístico inteligente? A compreensão dos gestores públicos dos destinos do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 503-536, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1318>. Acesso em: 07 jan. 2020.

GÓMEZ, A.; SERVER, M.; JARA, A. J. Turismo inteligente y patrimonio cultural: un sector a explorar en el desarrollo de las smart cities. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 389-411, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/159419531.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GRETZEL, U.; SCARPINO-JOHNS, M. Destination Resilience and Smart Tourism Destinations. **Tourism Review International**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 263-276, 2018. Disponível em: <http://10.3727/154427218X15369305779>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GRETZEL, U.; SIGALA, M.; XIANG, Z.; KOO, C. Smart tourism: foundations and developments. **Electron Markets**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 179-199, set. 2015.

Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12525-015-0196-8>.
Acesso em: 06 jan. 2020.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A.; GREUEL, M. C.; CERVEIRA FILHO, J. L. Políticas públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. **Turismo: Visão e Ação**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 95-111, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/3546/2492>. Acesso em: 04 jan. 2020.

GUARDA, T.; HAZ, L.; AUGUSTO, M. F.; VITOR, J. A. Pervasive Smart Destinations. *In: Trends and Advances in Information Systems and Technologies*, [s.l.], p. 375-382, 2018. Disponível em: http://10.1007/978-3-319-77700-9_37. Acesso em: 15 jan. 2020.

GUIMARÃES, G. M. **Turismo e Arqueologia**: desenvolvimento, valorização e preservação do patrimônio arqueológico do município de Laguna-SC. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2012. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Geovan-Martins-Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020.

GUIMARÃES, G. M.; ANJOS, F. O turismo arqueológico como segmento turístico. *In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. (Eds.). Produtos turísticos e novos segmentos de mercado*: planejamento, criação e comercialização. Barueri, SP: Manole, 2015, p. 209-227.

GUIMARÃES, G. M.; ANJOS, F.; FARIAS, D. S. E.; ARNOLD JÚNIOR, M. Gestão do patrimônio arqueológico e desenvolvimento turístico: ações e propostas. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 47-80, dez. 2018a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-61252018000300047&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.

GUIMARÃES, G. M.; ZAMPARETTI, B. C.; FARIAS, D.; ANJOS, F. Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do complexo lagunar sul de Santa Catarina: proposta de um circuito para visitação. **Revista Memorare**, Tubarão,

v. 3, n. 3, p. 276-298, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v3e32016276-298>. Acesso em: 04 jan. 2020.

GUIMARÃES, G. M; FARIAS, D. S. E. de; ZAMPARETTI, B. C.; ANJOS, F. A Preservação de Sambaquis: turismo como vetor em Tubarão-SC, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 169-188, 2018b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i1p169.2018>. Acesso em: 21 out. 2019.

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, [s.l.], v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9531.2011.01243>. Acesso em: 05 jan. 2020.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

IVARS-BAIDAL, J. A.; SOLSONA-MONZONÍS, F. J.; GINER-SÁNCHEZ, D. Gestión turística y tecnologías de la información y la comunicación (TIC): el nuevo enfoque de los destinos inteligentes. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, [s.l.], v. 62, n. 2, p. 327-346, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78536282.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

JOVICIC, D. Z. From the traditional understanding of tourism destination to the smart tourism destination. **Current Issues in Tourism**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 276-282, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1313203>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2009.

LAMSFUS, C.; MARTÍN, D.; ALZUA-SORZABAL, A.; TORRES-MANZANERA, E. Smart Tourism Destinations: An Extended Conception of Smart Cities Focusing on Human Mobility. **Information and Communication Technologies in Tourism**, [s.l.], p. 363-375, fev. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282483516>. Acesso em: 06 jan. 2020.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

LÓPEZ DE ÁVILA, A.; LANCIS, E.; GARCÍA-SÁNCHEZ, S.; ALCANTUD, A.; GARCÍA, B.; MUÑOZ, N. **Smart Destinations Report**: building the future. Madrid: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.segittur.es/opencms/export/sites/segitur/.content/galerias/descargas/documentos/Report-on-smart-destinations-en.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

LÓPEZ, D. O.; MORENO, Y. C. Arqueoturismo ¿un fenómeno en auge? Reflexiones acerca del turismo arqueológico en la actualidad en España. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 599-615, 2018. ISSN 1695-7121. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2018.16.044>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MACHADO, N. T. G.; LOPES, S. N.; GHENO, D. A. Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari. **Revista História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 575-587, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/20.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MANZATO, F. **Socialização do patrimônio arqueológico no Estado de São Paulo**: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/711131>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MANZATO, F. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 99-109, 2007. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/5107/PS080107.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MANZATO, F. **Turismo arqueológico**: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no estado de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

MANZATO, F.; REJOWSKI, M. Considerações Sobre o Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo no Brasil. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL - CONSTRUÇÕES TEÓRICAS NO CAMPO DO TURISMO*, 2., 2004, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2004. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/26-consideracoes-sobre-o-turismo.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MEIJER, A.; BOLÍVAR, M. P. R. Governing the smart city: a review of the literature on smart urban governance. **International Review of Administrative Sciences**, [s.l.], v. 82, n. 2, p. 392-408, abr. 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852314564308>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MELLO, J. C.; DANTAS, J. D. M. M. Situação atual da atividade turística em São Cristóvão (Sergipe, Brasil). **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, n. 9, p. 95-110, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MENÉNDEZ, L.; GUERRA, D.; MONTERO, A. Buscando salidas: la didáctica, el arqueoturismo y las nuevas tecnologías en arqueología. **Revista Digital de Arqueologia Profesional - La Linde**, [s.l.], v. 4, p. 36-64, 2015. Disponível em: <http://lalindearqueologia.com>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MISKALO-CRUZ, M.; GÂNDARA, J. M. Indicadores para monitoramento e gestão de destinos turísticos inteligentes. **Revista Cultur**, [s.l.], v. 10, n. 02, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/issue/view/124>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Turismo: planejamento integral**. Bauru: EDUSC, 2001.

MOTA, K. C. N. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.

NEVES, A. J. W. A. das; BIZ, A. A.; BETTONI, E. Creación de itinerarios turísticos en el municipio de Curitiba (PR Brasil): La tecnología 3G como soporte para la creación del aplicativo del Self Guided Walking Tourist. **Estud.**

Perspect. Tur., [s.l.], [online], v. 21, n. 2, p. 388-401, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1807/180721638006.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

OLIVEIRA, A. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2005.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2011.

PARDI, M. L. F. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 33, p. 305-337, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/preservacao_patrimonio_arqueologico_e_turismo.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

PEREIRA, L. de C.; MARCELINO, C. Economia Colaborativa: a importância das plataformas digitais para o consumo colaborativo. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing – PMKT, Opinião e Mídia**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 1-19, jul. 2019. Disponível em: <http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Revistas>. Acesso em: 02 set. 2019.

ROMÁN, E. P.; GONZÁLEZ, N. T.; GASCÓN, J. F. Innovación, turismo y TIC: el caso de los museos de Barcelona. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 619-632, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.042>. Acesso em: 18 out. 2019.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. São Paulo: Manole, 2002.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo: organização mundial do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, J. F. Arqueoturismo no semiárido Sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. **Caderno Virtual de Turismo**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 35-46, 2007. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/176>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SANTOS, S.; SOUZA NETO, V.; PEREIRA, L.; GÂNDARA, J.; SILVA, S. Destino Turístico Inteligente: acessibilidade no centro histórico de São Luís/ Maranhão, um Estudo sobre a Reputação Online no TripAdvisor. **Marketing & Tourism Review**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 1-27, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.29149/mtr.v1i2.3843>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Turismo e Arqueologia. **Coleção ABC do Turismo**. ISBN 85-7657-011-4. São Paulo: Aleph, 2005.

SOCIEDAD ESTATAL PARA LA GESTIÓN DE LA INNOVACIÓN Y LAS TECNOLOGÍAS TURÍSTICAS - SEGITTUR. **Destinos Turísticos Inteligentes**. Madri, Espanha: SEGITTUR S.A., 2020. Disponível em: <https://www.segittur.es/Destinos-Tursticos-Inteligentes>. Acesso em: 24 set. 2019.

SOUZA, A.; CORRÊA, M. V. **Turismo**: conceitos, definições e siglas. Manaus: Valer, 2000.

SOUZA, C. G. S. de. **O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural**: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis/GO. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

THOMAZI, S. **Cluster de turismo**: introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.

TRESSERRAS, J. J. El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. **Boletín GC: Gestión Cultural: Turismo Arqueológico**, [s.l.], n. 9, p. 1-7, out. 2004. ISSN: 1697-073X. Disponível em: <http://www.gestioncultural.org/boletin/pdf/Arqueoturismo/JJuan.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, [s.l.], n. 20, p. 155-168, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/35UiOXm>. Acesso em: 01 jan. 2020.

WIDMER, G. M. A convenção do patrimônio mundial e o turismo: contribuições para a proteção e função social do patrimônio cultural da humanidade. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, [s.l.], v. 2, n. 01, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/03Gloria.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020.

WIDMER, G. M. Turismo Arqueológico. *In*: ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.

WORLD TOURISM ORGANIZATION - UNWTO. The Future of Tourism: Road to 2030. *In*: UNWTO/PATA FORUM ON TOURISM TRENDS AND OUTLOOK, 12., 2018, Guilin, China. **Anais [...]**. Guilin, China: UNWTO, out. 2018. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284420728>. Acesso em: 02 jan. 2020.

XU, F.; BUHALIS, D.; WEBER, J. Serious games and the gamification of tourism. **Tourism Management**, [s.l.], v. 60, p. 244-256, jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2016.11.020>. Acesso em: 08 jan. 2020.

ZAGHENI, E. S. S.; SILVA, E. S. Estrutura para cooperação de redes interorganizacionais do turismo: uma proposição genérica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 32., 2012, Bento Gonçalves. **Anais [...]**. Bento Gonçalves: ABEPRO, out. 2012. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_163_953_20298.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DO *PLACETELLING*® NA VALORIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura04>

Fabio Pollice
Patrizia Miggiano

SUMÁRIO

A ATRATIVIDADE DAS HISTÓRIAS

Heródoto, no Proêmio das *Histórias* (1994, I, p. 1-5), escreveu:

Os resultados das investigações de Heródoto de Halicarnasso são apresentados aqui para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e bárbaros não deixem de ser lembrados [...].

Optamos por iniciar a reflexão sobre o papel da narração para a valorização sustentável do patrimônio arqueológico a partir do Proêmio de Heródoto, pois, no excerto citado, é magistralmente descrita, em todo o seu poder e simplicidade, a finalidade de cada ato narrativo (CHOAY, 1992, p. 15) “[...] para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo”. A narração, de fato, apresenta-se desde sempre como uma forma de resistência à ação do tempo, à sucessão inexorável das eras e dos homens, das culturas e dos costumes. As histórias, contadas de diversas formas (mitos, histórias orais e escritas, lendas), testemunham a evolução humana, histórica e cultural e são, portanto, um patrimônio, um paradigma de identificação que é transmitido, de diferentes maneiras, de geração em geração. Preservam a memória da evolução e, ao mesmo tempo, oferecem as ferramentas educacionais para entrar em contato com o mundo. As histórias são uma forma de colocar o conhecimento em circulação, de redimensionar a distância que nos separa do passado e de seus vestígios, são os rastros por meio dos quais é possível reconstruir a cronografia do homem em relação ao espaço vivido, pois, como foi sugerido por Deleuze e Guattari (1991), todo discurso humano, todo *logos*, nasce vinculado a um território¹. Precisamente, a relação

1 Conforme defendem notavelmente Deleuze e Guattari (1991, p. 77) no âmbito das reflexões geofilosóficas sobre a homologação das práticas e dos saberes, “Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro.

entre *logos* e território constitui o tema central da reflexão geofilosófica, no âmbito da qual os dois filósofos que acabamos de citar, reunindo a herança fenomenológica, refletem sobre a urgência de uma nova geografia que “[...] não se limite a fornecer uma matéria e lugares variáveis à história” (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 77-78), mas saiba levar em consideração os processos de territorialização e desterritorialização subjacentes a toda experiência humana. Ganha vida, assim, a ideia de um espaço no qual cada ponto é singular e específico, no qual os fenômenos do mundo se cruzam apenas uma vez, somente *ali e naquele momento*². Essa geografia fala, portanto, de um *espaço* que não é neutro, mas dotado de singularidade e contingência, sendo, por vezes, substituído pelo conceito de *lugar*³. Com efeito, todo pensamento humano traz consigo um *onde-quando* como elemento constitutivo.

Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra [...]”, no sentido de que o pensamento crítico não ocorre simplesmente na relação entre um sujeito e um objeto ou na contemplação, *sic et simpliciter*, do segundo por parte do primeiro, mas no movimento de territorialização e desterritorialização da terra, do solo, para retomar a terminologia husserliana. O pensamento não representa simplesmente a terra, mas, como diria Heidegger, habita-a, organizando-a em territórios que se definem mutuamente, concretizando exatamente com essa ação de territorialização a relação de imanência entre território e pensamento, conectando os dois conceitos na perspectiva de uma gênese e de uma influência mútuas.

2 Nesse sentido, talvez, o *καίρός* (*kairós*), tempo entendido pelos gregos como o momento certo e oportuno (traduzível apenas parcialmente como o conceito de ocasião, visto que, na realidade, é mais correto falar de tempo oportuno para uma coisa específica), não teve seu componente geográfico, para além daquele histórico, considerado com suficiente atenção. De fato, não apenas os tempos devem ser propícios, mas também os lugares. Esse aspecto reabre a reflexão sobre os lugares como dimensões a serem consideradas em sua singularidade. Poderíamos, nesse sentido, questionar, por exemplo, por que a filosofia surge na Grécia, o romantismo na Alemanha ou o barroco na Itália e chegar à conclusão de que o lugar, entendido culturalmente – isto é, como uma conjuntura específica de valores, saberes, tradições e expectativas –, não é apenas um “recipiente”, mas um motor de experiências culturais.

3 A ideia da terra, do lugar que gera *logos*, reflexão e narração também é abordada notavelmente por Calvino (1994, p. 397-404) no ensaio *La città di De Chirico* – para citar, dessa vez, um exemplo retirado da literatura. Nesse pequeno ensaio, experimento literário a partir de uma abordagem geográfica visual, Calvino relata, quase como se os lugares fossem reais, as geografias metafísicas presentes nas obras de De Chirico. Nele é reiterado o vínculo sólido e profundo que une o espaço físico a todo pensamento e discurso humano: “O pensamento deve estar em algum lugar, ocupar um lugar, o pensamento deve ter uma residência espaçosa, uma cidade. [...] O pensamento precisa de um lugar que lhe sirva de alicerce, mas apenas alguns

Essas primeiras considerações são necessárias para compreender que o pensamento humano nasce e articula-se naturalmente, em uma relação quase simbiótica, com os locais onde é gerado, a partir dos quais é gerado. De fato, a geofilosofia, aqui tomada como um contexto teórico para esta primeira reflexão, não é simplesmente uma “filosofia da terra” ou uma “geografia filosófica”, mas um pensamento ancorado em um território em que se habita (o que remete ao conceito heideggeriano de *dasein*, ou *ser-no-mundo*), com o qual se busca construir um relacionamento recíproco que molde a ação humana, coletiva e individual (HEIDEGGER, 1962, 2005).

Os lugares, realidades que se destacam no horizonte visual do sujeito, geram *estupor*, deslumbramento, e estimulam a reflexão e a autorreflexão porque suscitam questões que surgem e encontram soluções em forma de narrativa. Por esse motivo, sem dúvida, podemos falar da narração como uma forma de organização das experiências humanas (MARCHESE, 1990, p. 149). Efetivamente, o homem conhece e decodifica o ambiente ao seu redor por meio de um paradigma narrativo sustentado por categorias consequenciais de espaço-tempo, causa-efeito (HERMAN, 2006, 2013; HERMAN; JAHN; RYAN, 2004). Assim sendo, parece razoável pensar em um verdadeiro instinto narrativo que nos faça falar, assim como Fisher (1987), de um *homo narrans*, além dos epítetos mais conhecidos do homem, como *zoon politikon*, *homo faber*, *homo oeconomicus*, etc. O reconhecimento da narração como paradigma de identificação próprio do homem (JEDLOWSKI, 2000) foi a força motriz da chamada *virada narrativa*, ramo científico com inúmeros desdobramentos. Na verdade, a partir dos anos 90, as histórias, que já eram objeto de alguns estudos no campo da narratologia – definição cunhada por Todorov e Weinstein (1969) para indicar o estudo de estruturas narrativas–, tornaram-se um importante ponto de convergência também para as ciências humanas e sociais⁴.

lugares são adequados para hospedá-lo [...], e eis que a mente, de imediato, se sente inclinada a parar, a refletir” (CALVINO, 1994, p. 397-404. Tradução nossa).

4 Para um primeiro enquadramento teórico-metodológico geral, convém voltar o olhar às obras fundamentais da teoria da narração (BOOTH, 1961; BROOKS, 1984; CHATMAN, 1981; DOLEŽEL, 1998; GENETTE, 1976; MELETINSKIJ, 1993; SCHOLES; KELLOGG 1970;

Portanto, o homem é um ser narrativo e alimenta-se de sua narração: a mente humana trabalha com base em conexões cronológico-causais de eventos – isto é, de histórias – e é através delas que representa a si mesmo. A capacidade de entender histórias é inerente ao processo de humanização e, portanto, repousa sobre estruturas cognitivas profundas e provavelmente inatas. Por outro lado, as correntes filosófico-antropológicas estruturalistas e pós-estruturalistas, entre os anos 60 e 80, já haviam entendido que aprendemos a conhecer e interpretar o mundo com base nas relações que estabelecemos entre o conhecido e o desconhecido, comparando o que é novo com um modelo conhecido e estereotípico (FOUCAULT, 1966; LÉVI-STRAUSS, 1971, 1973; BARTHES, 1965, 1972; DELEUZE, 1969). Assim, desde os primeiros anos de vida, adquirimos o *storytelling*, ou seja, a capacidade de desenvolver uma narração fundamental para classificar o real, dentro de uma dupla perspectiva de atribuição e restituição de significado e valor, tanto para quem ouve a história quanto para quem a elabora (CALABRESE, 2010).

A NARRAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Converter essa consciência em uma prática de valorização do patrimônio cultural significa entender que, hoje em dia, a capacidade de produzir uma narração atraente faz a diferença entre os *stakeholders*. Tal mentalidade

SEGRE, 1985), que representam os pilares da chamada narratologia clássica, isto é, da tradição de pesquisa que, baseando-se na teoria literária dos formalistas russos – um ponto de partida pode ser, por exemplo, *A Morfologia dos Contos de Fadas* de PROPP (1928) –, foi desenvolvida pelo estruturalismo a partir dos anos 60 e, finalmente, sistematizada nos anos 80 por estudiosos como Bal, Chatman e Prince. Da interseção de diferentes campos do saber surgiram, posteriormente, estudos e contribuições relevantes para o estudo do pensamento narrativo como uma condição intelectual humana, natural e instintiva: basta pensar em Dennett (1993), que postula a presença de um centro de gravidade narrativa em um corpo humano tecedor de narrativas, e em Turner (1996), que sustenta que o processo cognitivo mais importante é a narração, a qual deve ser considerada a modalidade epistemológica primária.

propicia a criação de um plano de desenvolvimento e *marketing* territorial denso e culturalmente sustentável, posto em prática por meio do uso de histórias e narrações, longas e breves, transmitidas ou propositalmente construídas, que norteiam o crescimento cultural e econômico de um território. Com efeito, associar o desenvolvimento de um território à sua narração é precisamente o ponto inovador e profundamente original da reflexão ligada ao *Placetelling*[®] e aos objetivos que ele propõe. Se associar termos evocativos como *genius loci* ou *sentido do lugar* ao conceito mais pragmático de desenvolvimento econômico pode parecer inicialmente difícil, um olhar mais atento – em busca de uma visão holística, que saiba levar em consideração todos os componentes envolvidos e, sobretudo, o fato de que a economia se apoia cada vez mais nas outras ciências humanas para regenerar seu estatuto epistemológico, seu arsenal interpretativo, sua própria capacidade prescritiva – permite-nos perceber que a atratividade sustentável de um lugar, ou seja, sua capacidade de atrair homens, habilidades, investimentos, atividades produtivas e mantê-los ao longo do tempo (BASLÉ; CARIOU; SUIRE, 2003), depende, em grande parte, justamente da imagem de si, que é capaz de transmitir ao mundo exterior. Magnaghi (2015), falando em “consciência dos lugares”, já havia tratado da aparente inconciliabilidade – completamente moderna, no entanto – dos conceitos de sentido do lugar e desenvolvimento econômico. Entendendo o lugar como um conjunto de saberes, cultura, sedimentações históricas e antrópicas, valores e comportamentos característicos de uma comunidade específica, Magnaghi abre caminho a uma noção de desenvolvimento econômico como potencialização sinérgica de todos esses componentes, o que resulta em uma natural e profunda transformação do próprio lugar, que deixa de ser base produtiva para se tornar um verdadeiro recurso, nutrido pelo aumento de seu capital social e humano.

Um lugar é um “[...] espaço dotado de *distintividade* e a distintividade é cumulativa. Nesse sentido, é precisamente o lugar a indicar a direção a ser seguida para o desenvolvimento” (RITA; BONOMI, 1998, p. 12. Grifo no original). A distintividade de um lugar deve ser procurada nos vestígios de

sua história produtiva, no conjunto – construído ao longo do tempo – de seus saberes e habilidades. A união desses elementos culmina no conceito de *brand de território*, isto é, um conjunto de elementos objetivos, valoriais e emocionais que operam e, sobretudo, interagem para a constituição da imagem de um lugar (PASTORE; BONETTI, 2006).

O conceito de *brand* merece uma análise aprofundada, essencial para a finalidade de nossa discussão. De fato, o erro em que se pode facilmente incorrer é pressupor que o *branding de território* seja uma mera ação de *marketing*, cuja intenção é criar uma marca que faça com que um determinado lugar se estabeleça como meta turística de destaque no mercado nacional e internacional. Isso levaria a uma interpretação corporativista que é incapaz de compreender o fenômeno em sua totalidade e, além disso, atribui um papel marginal – se não irrelevante – a um aspecto que é, na verdade, fundamental: o vínculo com a identidade territorial ou, mais corretamente, com a projeção da identidade do lugar. O *brand de território*, de fato, deve ser visto principalmente como uma ferramenta de territorialização capaz de fortalecer a identidade territorial e, conseqüentemente, a capacidade competitiva do território como um todo. Por outro lado, se o *branding* funciona desconsiderando as referências da identidade do lugar, assumindo uma conotação exógena, pode se tornar uma ferramenta de desterritorialização, submissa às lógicas de mercado e com efeitos altamente comprometedores sobre a competitividade a médio e longo prazo. Para que tenha um resultado satisfatório, uma estratégia de *branding* deve refletir a identidade territorial, ou melhor, deve tentar sintetizá-la em uma representação simbólica na qual a comunidade local possa se reconhecer, adotando-a como uma síntese expressiva da especificidade de seu território e fortalecendo-a por meio do uso individual e coletivo (POLLICE; SPAGNUOLO, 2009).

A especificidade de um lugar, portanto, é o resultado de sua história sedimentada ao longo do tempo, é o ponto de partida para uma estratégia de *empoderamento*, que assume a forma de um verdadeiro círculo virtuoso. Já a capacidade atrativa é determinada, entre outras coisas, pelos *amenity values*

(em tradução livre, “valores de amenidade”), aspectos relacionados com o fermento criativo de um lugar, com sua capacidade de se explorar e de se conhecer, em um processo de construção da consciência de si que afeta profundamente a qualidade de vida e, portanto, sua imagem transmitida ao exterior (os *amenity values* levam em consideração a agradabilidade, a coerência estética e os atributos culturais e recreativos de um lugar). Entre eles, ocupa um lugar importante o chamado *feeling of community*, ou sentimento de comunidade, que é componente e, ao mesmo tempo, base para o desenvolvimento econômico sustentável (FLORIDA, 2002).

O primeiro ato criativo, portanto, é exatamente a capacidade de ver um determinado elemento do território como um recurso para o desenvolvimento e, conseqüentemente, de ver o próprio território como um conjunto de recursos para o desenvolvimento. Isso porque tal leitura – como um procedimento narrativo por si só – tem o poder de construir uma consciência coletiva e de atribuir a ela um papel adequado dentro de um projeto de desenvolvimento.

Esse modo de ver a relação entre desenvolvimento econômico e território, como destacamos há pouco, abala consideravelmente a antiga perspectiva sobre o assunto: o desenvolvimento não decorre apenas dos recursos disponíveis, mas da capacidade da comunidade local de reconhecê-los como tais e de valorizá-los, inserindo-os em um processo de criação de valor econômico que – note-se bem – também pode ser lido como resultado de um ato narrativo. Assim, as próprias empresas se tornam dispositivos capazes de ativar o potencial endógeno, fazendo-o por meio de uma reinterpretação criativa – ou, mais frequentemente, emulativa – dele mesmo. E se uma empresa reflete as características específicas de um lugar, é precisamente sua capacidade de ser a porta-voz dessa especificidade a determinar seu sucesso (MAIZZA, 2013). Isso se mostra ainda mais plausível se observarmos o setor do turismo: o processo de criação de uma atração cultural implica uma série de práticas que devem, necessariamente, recorrer a ferramentas interpretativas dos lugares⁵. Basear a

5 Essa questão merece um aprofundamento. De fato, há cerca de quinze anos, pesquisas no campo do turismo cultural (RICHARDS; MUNSTERS, 2010) questionavam o equilíbrio

oferta turística na matriz identitária do lugar viabiliza, de fato, o início de um círculo virtuoso que, interceptando e respondendo a uma demanda turística qualificada, de algum modo a promove e alimenta, cumprindo uma função cultural de extraordinária importância, que se coloca, assim, na direção da sustentabilidade cultural. Não por acaso, em 2005, a Convenção de Faro (documento do Conselho da Europa) considerou a valorização do patrimônio cultural como a força motriz do desenvolvimento sustentável. A propósito disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 8), em seu artigo 27, parágrafo 1, declara: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”. As linhas programáticas subjacentes a essas disposições, bem como aos objetivos propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) – especialmente o 11.4: “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, n.p.) – e, por último, mas não menos importante, subjacentes também aos objetivos da Europa 2020 da União Europeia (UE) (CONSELHO EUROPEU, 2010, p. 1) – onde se fala de “crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” –, abrem caminho a uma reflexão sobre as práticas para um envolvimento real da comunidade local, tanto no que diz respeito aos aspectos do desenvolvimento socioeconômico *strictu sensu* quanto no que se refere – e é aqui que se insere o método narrativo – aos aspectos culturais, àquele conjunto de processos de valorização do patrimônio e de inclusão da comunidade próprios dos processos de territorialização e patrimonialização. Com efeito, uma narrativa territorial densa, que exalte as qualidades de um lugar, pode ajudar a suscitar na comuni-

entre competitividade de destinos turísticos e sustentabilidade, esperando que houvesse uma transição do chamado “Turismo dos três S’s” (Sun-Sand-Sea, que poderíamos definir como exógeno) para um “Turismo dos três L’s” (Leisure-Landscape-Learning, que poderíamos definir como endógeno) (CARBONE; OOSTERBEEK; COSTA, 2013). Com esse debate, ganhava espaço o desejo de refletir sobre as reais possibilidades de estruturação da oferta turística em função de uma autêntica ancoragem ao território e – aspecto ainda mais relevante – de um real envolvimento da comunidade local, influenciando, assim, a capacidade de valorizar a dimensão identitária como um elemento distintivo da atratividade turística (POLLICE, 2018).

dade um maior comprometimento no sentido de proteger e de reconhecer as qualidades distintivas locais (POLLICE, 2017).

A tarefa do *Placetelling*® é identificar tais distintividades e, com elas, os métodos e as técnicas mais adequados à sua narração.

PLACETELLING®: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

À luz desse enquadramento teórico preliminar, podemos agora tratar especificamente do *Placetelling*®, um sistema teórico que nasce da intersecção da geografia e da narratologia, que intercepta e apropria-se da necessidade de reconhecer a absoluta relevância das ferramentas interpretativas nos processos de valorização territorial e vê na narração uma verdadeira ponte cultural e emocional entre o território e o visitante (DALLEN, 1996; GIORDANA, 2004; GALUCCI, POPONESSI, 2010).

Figura 1 - Prof. Fabio Pollice, Diretor Científico da Escola de *Placetelling*®, fundada pelo Departamento de História, Sociedade e Estudos sobre o Homem da Universidade do Salento, em colaboração com o CUEBC e a SGI



Fonte: Arquivo Scuola di Placetelling® (2019). Disponível em: <http://www.placetelling.it/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

O Departamento de História, Sociedade e Estudos sobre o Homem da Universidade de Salento, em colaboração com o Centro Universitário Europeu para o Patrimônio Cultural (CUEBC) e a Sociedade Geográfica Italiana (SGI), fundou a Escola de *Placetelling*[®], um laboratório intensivo de narração local que oferece suporte nas áreas de formação e consultoria a quem atua, de diversas maneiras, na promoção do território.

O *Placetelling*[®] se apresenta como uma filosofia narrativa que propõe um método de narração dos lugares:

- *identitário*, visto que se propõe a narrar os lugares e seu patrimônio cultural, restituindo sua essência distintiva, o sentido do lugar entendido tanto como um complexo vínculo emocional (GREINER; DEMATTEIS; LANZA, 2014) quanto como critério orientativo na produção da territorialidade;
- *endógeno*, pois é elaborado pela comunidade local, baseado no respeito à vocação intrínseca do território e procura se fortalecer a partir dela, a ponto de se tornar sinônimo de desenvolvimento local (RINELLA; RINELLA, 2016) e
- *autocentrado*, porque opera a partir da base, aumentando a capacidade do próprio território de elaborar autonarrações que atuem nos processos de territorialização e patrimonialização, respeitando os princípios da sustentabilidade (POLLICE, 2017).

Em vista de uma narração com tal estrutura e finalidade, convém, portanto, *interrogar* os lugares antes mesmo de representá-los, experimentá-los, deixar que falem, criando um universo de significados em uma espécie de processo mitopoiético. O *Placetelling*[®] também se apresenta como um valioso instrumento para a transmissão e conservação do patrimônio narrativo contido em histórias escritas e orais, comuns a qualquer comunidade humana.

No contexto da abordagem que descrevemos, narrar o patrimônio cultural consiste essencialmente em duas ações:

- reorganizar o conhecimento sobre o patrimônio e, conseqüentemente, criar uma memória, uma sensibilidade, um conhecimento compartilhado e transmissível que tem repercussões consideráveis em termos de percepção dos lugares e autopercepção das comunidades que os habitam e
- dotá-lo de sentido, uma vez que o *Placetelling*[®] nos oferece uma realidade organizada em percursos de sentido (causa-efeito). Narrar os lugares significa inscrevê-los em um horizonte de significação (uma história é, de fato, uma seqüência de eventos espacial e temporalmente conectados que caminham para uma conclusão).

Assim, a narração do patrimônio cultural se torna uma ação instrumental voltada para a própria valorização, sendo uma maneira de estimulá-la e direcioná-la. É precisamente através da narração que se cria e comunica-se o valor do lugar, pois a comunidade passa a ter condições de reconhecê-lo e apropriar-se dele, construindo seu próprio projeto de desenvolvimento em torno dele (POLLICE, 2017). Portanto, é necessário saber aumentar o apelo, o carisma dos lugares e do patrimônio por meio de ações capazes de estimular o imaginário emotivo do turista, principalmente considerando o fato de que o turista é cada vez mais motivado pelo desejo de realizar uma experiência cultural intensa (DALLEN, 1996) ou, mais propriamente, de experimentar o lugar mais ainda do que os recursos atrativos que ele possui. Antes de viajar, de fato, o turista usa sua imaginação e deseja que as expectativas que construiu sejam satisfeitas por meio de diversos tipos de narrações, principalmente mediadas. Trata-se, portanto, para todos os efeitos, de uma *promesse de bonheur* composta, sim, por elementos materiais, mas também e sobretudo por elementos imateriais (emoções, experiências, composição de memórias), e que tem um papel fundamental na escolha do destino, visto que o fenômeno turístico tem suas raízes fincadas

no complexo território dos desejos (GIORDANA, 2004). As peculiaridades dos territórios – únicas e irrepetíveis em cada lugar, que fazem com que o turista alimente um desejo em relação *àquele lugar e somente àquele* – são, portanto, elementos fundamentais para dar início a um processo identitário.

Outro aspecto que merece ser investigado diz respeito à criação de novos projetos, delineados precisamente através do uso da narração. De fato, o *Placetelling*⁶, recorrendo a uma abordagem geográfica de tipo prescritivo, orienta o desenvolvimento e a direção do crescimento, torna-se precursor de novos projetos e, portanto, de alguma forma, reescreve o futuro de um lugar com uma ação que poderíamos definir como *maiêutica*, dado que propõe uma significação dos comportamentos sociais, uma nova direção ao comportamento individual e coletivo⁶. Em outras palavras, o *Placetelling*⁶ indica o que ver em um local, detecta potencialidades e fornece uma direção de desenvolvimento. Esse aspecto, vinculado ao planejamento e ao valor social da narração, gera duas questões sobre as quais convém refletir:

- responsabilidade social e crítica (que pode ser resumida na fórmula: “O que vejo em um lugar pode orientar seu desenvolvimento”)⁷ e olhar sobre os lugares (capacidade analítica e imaginativa). Partindo do

6 Também é importante considerar o fato de que alguns lugares exercem particular influência sobre o caráter das pessoas que ali habitam e que, portanto, são portadoras de um humor específico, assim como de um legado composto de sinais, códigos, símbolos e dizeres próprios da cultura local. O Mal d'África ou a saudade portuguesa, emoções e estados de espírito típicos de uma população, são exemplos importantes do fato que aqui abordamos e são profundamente relacionados com aquele lugar, tanto que não há correspondentes em outros lugares ou traduções para outros idiomas, visto que são expressões ancoradas à cultura territorial que as gerou.

7 Em 1964, a Carta de Veneza sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1964, p. 2) declarava, no artigo 5, que “[...] a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação útil à sociedade”. Em 1990, a Carta de Lausanne para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico (ICOMOS, 1990, p. 5) destacava que “[...] a apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial para promover o acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas”.

pressuposto de que o lugar pode ser definido como um espaço circunscrito que tem sua própria distintividade em relação aos arredores geográficos e que é precisamente a presença humana a encerrá-la, saber narrar significa saber ver as características que diferenciam um lugar do outro. Nesse sentido, é necessário exercitar nosso olhar para que identifique a singularidade e a alteridade.

Do ponto de vista metodológico (*Como os lugares podem ser narrados?*), o *Placetelling*[®] se apropria de teorias e técnicas que estão na interface entre geografia e narratologia, comunicação e *media studies*, evidenciando, assim, o seu caráter interdisciplinar. Para ser eficaz, o discurso narrativo deve, com efeito, ter algumas características específicas sobre as quais a semiótica nos diz muito: é crucial no *Placetelling*[®] a relação que se estabelece, na representação narrativa da realidade, entre processos de interpretação e hermenêutica, processos de projeção e processos de reflexão.

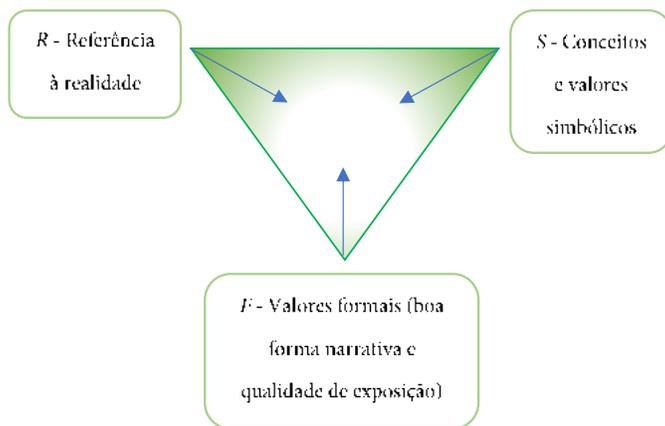
Como sabemos, a narração pode usar linguagens diversas e profundamente ligadas ao conceito de *função*, segundo o qual cada linguagem (textual, pictórica, fotográfica, cinematográfica) corresponde a uma precisa modalidade de comunicação: histórias ou filmes podem contar uma trama porque se desenvolvem ao longo de uma sequência temporal (*função narrativa*); uma fotografia, uma pintura, uma imagem, por outro lado, suscitam imediatamente uma ideia, sugerem algo, sem desenvolver uma conexão (*função evocativa*). A escolha de uma linguagem e, conseqüentemente, de uma *função*, depende de uma série de fatores, como o público-alvo, o objetivo e a mídia por meio da qual a narração será veiculada.

Para representar as funções do ato de narrar, pode ser utilizado um esquema que ilustra os fatores envolvidos na construção de uma narração funcional, no qual *R* indica a referência à realidade; *S* os conceitos e os valores simbólicos (de importância igualmente fundamental, visto que agem no plano emotivo); e *F* indica os valores formais (boa forma narrativa e qualidade da exposição/ilustração).

Dado que um *storytelling* eficaz nunca é exclusivamente formal ou simbólico nem discorre sobre algo real sem uma atribuição de significados (caso contrário, teríamos uma mera reportagem), não há casos de boa narração posicionados exclusivamente nos vértices do triângulo aqui ilustrado. Em vez disso, há um número infinito de combinações que são posicionadas em sua área interna e que, com diferentes objetivos e medidas, utilizam os três componentes fundamentais.

O que acabamos de descrever pode, portanto, ser resumido da seguinte forma:

Figura 2 – O esquema com os elementos envolvidos no processo narrativo



Fonte: Elaborada pelos autores.

PLACETELLING[®]: NARRAÇÃO ORIENTATIVA, ATRATIVA, HIPERCONNECTIVA

A narração dos lugares pode ser feita de três formas convergentes e/ou divergentes: *orientativa*, *atrativa*, *hiperconnectiva* (POLLICE, 2005; POLLICE *et al.*, 2019).

A narração orientativa busca

Construir ou reconstruir a própria identidade e transmiti-la às novas gerações, para permitir que se conscientizem sobre o legado que lhes foi deixado e se responsabilizem por seu passado com ações de tutela e valorização do patrimônio. (POLLICE, 2017, p. 107; POLLICE *et al.*, 2020, p. 4333).

Chamamos narração orientativa aquela que estimula a ação individual e coletiva, direcionando-a, justamente, no sentido de uma visão compartilhada e convergente do lugar e de sua projeção para o futuro. Essa ação é impulsionada por dois objetivos fundamentais: fazer “sociedade local” (MAGNAGHI, 2020) e “cultivar o *amor loci*” (PILERI; GRANATA, 2012), condições necessárias para desencadear uma “patrimonialização contextualizada” (EMANUEL, 1999, p. 316), sustentável e compartilhada. Em outras palavras, esse tipo de narração orienta os comportamentos individuais e coletivos no sentido de uma profunda coerência e convergência entre eles, base necessária para ativar uma dialética de crescimento baseada em processos de mudança, tanto em escala local quanto em escala global. Consequência direta disso é que os sistemas territoriais se tornam capazes de se adaptar às mudanças no cenário global, melhorando seu desempenho competitivo e o nível de bem-estar sustentável das comunidades locais (POLLICE *et al.*, 2019, 2020). Uma narração orientativa trabalha com os temas da *identidade* e da *memória* e, portanto, coloca a especificidade dos lugares no centro de seu projeto de valorização. Para tal, recorre às chamadas *histórias menores*, entre as quais estão os contos anedóticos relacionados à vida no território, episódios da vida cotidiana, detalhes e costumes da comunidade, frequentemente sugeridos pelos próprios atores locais, que mostram uma atitude proativa em relação ao compartilhamento simbólico-valorial e ao fortalecimento dos vínculos de coesão, a partir do sentimento de pertencimento e identificação com o território (POLLICE *et al.*, 2019). De fato, as narrações de fatos quotidianos são um veículo funda-

mental de socialidade (JEDLOWSKI, 2000). Nesse sentido, a reconfiguração narrativa do patrimônio identitário, por sua vez, dá vida a uma narração de tipo atrativa, gerando um círculo virtuoso que permite que a comunidade se aproprie novamente da história e da identidade do lugar em que vive e, concomitantemente, inicie processos de *empoderamento* (POLLICE, 2017).

A *narração atrativa* é aquela capaz de comunicar os traços identitários de um lugar “[...] a pessoas portadoras de outras culturas, que vivem em outros contextos, a fim de aumentar a atratividade territorial, incentivá-las a entrar em contato com esses lugares e estabelecer uma relação empática com eles” (POLLICE, 2017, p. 108-109). Desse modo, realiza-se uma mediação cultural, são criadas pontes entre culturas e são favorecidos o diálogo e a contaminação mútua. Esse tipo específico de narração favorece a interação entre turista e território e permite que aquele adquira uma consciência viva e direta dos valores culturais do lugar. Permite também que o turista experimente o território em suas dimensões materiais e imateriais e, por último, mas não menos importante, responde à demanda por um turismo sustentável – visto que, nesse caso, não é o território que se adapta às necessidades do fluxo turístico, mas, pelo contrário, é o turista a viver uma experiência única e imersiva na comunidade, respeitando os valores identitários do lugar e o equilíbrio do ecossistema. Trata-se, portanto, de uma abordagem *community involved*, uma vez que a comunidade se torna detentora do patrimônio cultural imaterial e, ao mesmo tempo, mediadora cultural entre o turista e o território. Além disso, a comunidade se torna conscientemente envolvida nos processos de valorização em andamento, dado que gerencia, por meio de iniciativas individuais e/ou coletivas, o conjunto de serviços turísticos do lugar (cf. o modelo de hotéis comunitários que restauram as casas dos moradores para fins de acomodação)(POLLICE, 2016, 2018).

Isso faz com que: a) a comunidade local assuma o papel de verdadeira guardiã do patrimônio do território; b) o turista seja uma espécie de cidadão temporário, que experimenta o lugar, explora sua história, desenvolve uma consciência sobre seu patrimônio material e imaterial e vive seus usos e costumes, participando das iniciativas promovidas pela comunidade.

A *narração hiperconectiva*, diferentemente dos tipos de narração anteriores, confere prioridade absoluta à projeção do *core business* (ou atividade principal) de um sistema local no mundo global, dando ênfase a bens materiais/imateriais específicos (bens culturais, museus, festivais, locais de peregrinação, etc.) considerados adequados para desempenhar o papel de mediadores entre a cultura local e global e, conseqüentemente, visando a um segmento de demanda transnacional. Como é possível intuir, nesse caso, o segmento transnacional é a principal referência dessa ação específica de valorização, que pode abrir cenários criativos e originais, mas também se transformar em uma perigosa estratégia, que instrumentaliza a tradição puramente para efeitos de *marketing* territorial.

De que modo atuar, então, para valorizar a cultura local, promovendo o lugar como espaço relacional e, conseqüentemente, a experiência imersiva do turista (*embeddedness*)? Como recuperar o capital narrativo local e identificar os elementos materiais e imateriais que definem as identidades dos lugares? E, sobretudo, como comunicá-los?

As técnicas narrativas e comunicativas utilizadas no *Placetelling*[®] – particularmente no *Immersive Placetelling*[®] – têm o objetivo de compor uma narrativa que capte o potencial evocativo do lugar a fim de estimular a dimensão perceptiva do turista e envolvê-lo em uma experiência imersiva completa. Em outras palavras, um local pode ser vivido, por exemplo, por meio do olfato (odores típicos, aromas locais), da audição (paisagem sonora, sons ambientes, instrumentos locais típicos), do paladar (alimentos e bebidas típicos), da visão (paisagens, *skylines*, cores, arquiteturas típicas) e do tato (materiais, artigos manufaturados e tecidos locais). Isso não significa mistificar o lugar, mas, antes, incentivar a compreensão de sua camada simbólica por meio do uso da estratégia narrativa considerada mais apropriada para seu caso específico e para um tipo de público em particular. O princípio da especificidade continua sendo, de fato, o paradigma fundamental do *Placetelling*[®] também para o público, além de sê-lo para a linguagem, os canais e as mídias utilizados para a comunicação. Com efeito, nem todos os públicos têm as mesmas características:

eles podem ser distinguidos por grupo-alvo (por exemplo, por faixas etárias) ou, melhor ainda, por *audience composition*, ou seja, por grupos homogêneos no que diz respeito a características sociodemográficas ou psicológicas⁸. Isso permite identificar a estratégia de comunicação mais adequada para transmitir conteúdo geo-histórico relacionado à valorização do patrimônio cultural. Uma investigação preliminar que rastreie o perfil dos usuários/destinatários permite, por exemplo, escolher a linguagem mais inclusiva e cativante (por exemplo, performativa, literária ou audiovisual), o canal e as mídias que permitam uma participação mais ampla do público (por exemplo, redes sociais, TV, cinema, etc.), bem como as melhores técnicas de narração.

PLACETELLING® PARA A VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Narrar o patrimônio arqueológico visa à comunicação e fruição dos testemunhos do passado, garantindo também sua preservação e estimulando sua valorização, tornando-o um recurso precioso para o desenvolvimento local e a melhoria do bem-estar sustentável da comunidade. Para atingir esse conjunto de objetivos, é útil recorrer ao princípio de *edutainment*⁹, que combina os dois aspectos essenciais da experiência relativa a um bem cultural: o conceito de entretenimento (*entertainment*) e o de aprendizagem (*education*),

8 O usuário se torna ativo e participe, ator de um evento cultural planejado com base em seu perfil (variável de acordo com idade, origem, preferências e nível cultural); a visita pode, assim, tornar-se única e otimizada, de acordo com as exigências daqueles que a realizam.

9 O termo *edutainment*, cunhado por Bob Heyman, documentarista pela *National Geographic Channel*, em 1973, mas conceitualmente já delineado por McLuhan (1967), ilustra e resume alguns aspectos fundamentais da experiência de um bem cultural material (um documento, uma pintura, uma escultura, um monumento, uma cidade) e imaterial (a cultura, as tradições de um povo, a memória de um evento, um dialeto). O lema *edutainment* é composto por dois substantivos e representa de maneira clara dois dos principais objetivos da comunicação cultural: *education*, ou seja, a fase educacional, de aprendizado, e *entertainment*, que conota, por outro lado, o caráter de entretenimento e comunicação emocional.

a fim de garantir a convivência entre os componentes didáticos, comunicativos e emocionais. Se partirmos do pressuposto de que a valorização se realiza em qualquer atividade voltada à melhoria das condições de conhecimento e conservação do patrimônio e ao aumento de sua fruição pública, de modo a transmitir seus valores¹⁰, entendemos de imediato como é evidente a necessidade de uma ação integrada capaz de conciliar a valorização desse patrimônio, a promoção territorial e a previsão de um papel prioritário a ser atribuído às comunidades locais.

No que diz respeito aos recursos arqueológicos em particular, é necessário, por um lado, planejar uma estratégia de valorização que não os conceba enjaulados em *recintos arqueológicos* predefinidos – como são frequentemente denominados – e, portanto, isolados do contexto territorial, mas que, pelo contrário, saiba relacioná-los entre si, com o território do qual fazem parte e com os demais aspectos da cultura material e imaterial; por outro lado, é necessário realizar uma ação educativa que desenvolva não apenas uma consciência sobre o valor do patrimônio arqueológico, mas também sobre os perigos que o ameaçam, por meio de um trabalho de conscientização que garanta o uso sustentável do recurso e sua patrimonialização. Esse aspecto, inevitavelmente, leva a uma reflexão mais aprofundada sobre os conceitos de *recurso como herança* e *recurso como responsabilidade*. No primeiro caso, o patrimônio cultural é visto como uma espécie de riqueza herdada do passado, de tesouro que é explorado – por quem tem condições de fazê-lo – para a obtenção de benefícios econômicos; vice-versa, no segundo caso, ele é considerado o resultado de um processo histórico-cultural longo e específico – ancorado *àquele* lugar do qual a comunidade faz parte. É precisamente esse último as-

10 No decreto do governo italiano que trata dos bens culturais e da paisagem (*Codice dei beni culturali e del paesaggio*), o capítulo II, parte II – *Princípios da valorização do patrimônio cultural*, que começa com uma regra fundamental que delimita o conteúdo da atividade de valorização (parágrafo 2 do artigo 111), diz que a valorização pode ser conduzida por iniciativa pública ou privada. Embora a proteção seja de responsabilidade do Estado, a valorização, de fato, é conduzida simultaneamente pelo Estado e pelas regiões, mas também prevê a participação de entidades privadas (*tradução nossa*).

pecto que a responsabiliza diante das gerações futuras, forçando-a a preservar o patrimônio e a valorizá-lo.

Infelizmente, ainda nos dias de hoje, é notável o quanto a primeira postura – aquela, por assim dizer, de *herdeiro irresponsável* – é amplamente difusa e opera de maneira sutil. Isso continua a representar uma distorção no que diz respeito à valorização entendida como um conjunto de boas práticas. Por outro lado, o próprio significado do termo *patrimônio* remonta à ideia de herança. Mas como é possível ser herdeiro de um patrimônio sem assumir qualquer responsabilidade em relação a ele? O princípio da responsabilidade em relação a um patrimônio pressupõe, de fato, que ele não apenas ofereça, mas receba algo de volta em termos de conservação, tutela e valorização¹¹. Não por acaso, são cada vez mais difusas práticas virtuosas que preveem que uma parte considerável dos ganhos provenientes dos ingressos deva ser destinada à restauração e conservação dos próprios bens culturais. Isso significa compartilhar, retribuir os benefícios e agir de maneira sustentável, pois, como sabemos, o patrimônio cultural está sujeito, a longo prazo, a um processo de degradação natural devido aos agentes atmosféricos – mas, infelizmente, também devido à poluição e ao próprio uso. Isso é ainda mais perceptível no caso do patrimônio arqueológico.

O *Placetelling*[®] está inserido nessa filosofia de restituição e responsabilidade, que concebe a narração como uma valiosa provisão de afeto em relação ao patrimônio e promove um novo modelo de comunicação cultural aplicável não apenas aos espaços *open air* (ao ar livre, como sítios arqueológicos), mas também aos *closed spaces* (espaços fechados como museus, sítios

11 A propósito disso, é oportuno citar a Convenção de Faro (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 3), que introduz os conceitos inovadores de “herança/patrimônio cultural” e de “comunidade patrimonial”. O patrimônio é considerado aqui “[...] um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução [...]” (artigo 2); a “comunidade patrimonial”, por sua vez, é entendida como um grupo de “[...] pessoas que valorizam determinados aspectos do patrimônio cultural e que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (artigo 2).

arqueológicos, pinacotecas, bibliotecas e arquivos)¹². Esse aspecto poderia nos levar à conclusão de que seus principais visitantes pertenceriam a uma parcela da população em idade escolar, também em referência ao já mencionado princípio de *edutainment*. Na realidade, convém esclarecer que, do ponto de vista da ampliação do envolvimento da comunidade – e do público em geral –, os usuários podem também pertencer a outras parcelas da população, a quem seria oferecida uma experiência vivida no próprio local, em contato direto com os fenômenos e objetos sob exame, também por meio de tecnologias inovadoras de interação virtual (*Digital Placetelling*[®]).

Com efeito, torna-se cada vez mais relevante a participação ativa dos usuários (em termos de *interatividade* e *intercriatividade*) como pressuposto essencial para alcançar o objetivo de desvincular o sujeito da tradicional abordagem frontal – e principalmente visual – do objeto e proporcionar uma experiência completa, que modifique sua relação com o recurso cultural a longo prazo: não se trataria mais de um objeto apenas visto, mas de um objeto vivido, experimentado, que dá vida a memórias, cria novas sensibilidades e educa o olhar (*audience development*).

É oportuno esclarecer, enfim, que essa abordagem permite a construção de modelos cognitivos capazes de comunicar tanto a um público ocasional, interessado em um enriquecimento cultural e em uma experiência emotiva envolvente, quanto a um usuário mais qualificado, que pode ter acesso a níveis de conhecimento mais profundos e especializados. Cria-se, assim, um modelo que poderia ser chamado de oferta modular aberta.

Em outras palavras, trata-se de não olhar para o recurso arqueológico como uma mera relíquia do passado, mas de atualizar seu potencial, de redescobrir seu poder atrativo. Não é por acaso que utilizamos o termo *redescobrir*, pois acreditamos que, no passado, a atratividade das evidências arqueológicas

12 Seria interessante, por exemplo, pensar na organização do acervo dos museus a partir de um viés narrativo, com a criação de sequências temporais e causais, construindo uma macro história que envolva o visitante de tal modo que ele pergunte, durante um apaixonante percurso pelas várias salas do museu, como ela acaba.

tenha servido de estímulo para inúmeras e frutíferas experiências de viagem e conhecimento¹³. No entanto, também merecem destaque eventos e fenômenos mais recentes, que evidenciam um interesse significativo e digno de reflexão. A atenção que a UNESCO tem dispensado às áreas arqueológicas incluídas na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade¹⁴, assim como o sucesso que algumas importantes iniciativas têm tido nas redes sociais¹⁵, fazem-nos pensar no patrimônio arqueológico justamente como um meio de superar a sazonalidade dos fluxos turísticos, de promover as áreas internas¹⁶ e de propor uma oferta integrada que contemple diferentes tipos de turismo e valorize o

13 Basta pensar no extraordinário fascínio exercido pelas ruínas clássicas gregas e romanas sobre grandes personalidades intelectuais e aristocráticas europeias da Idade Moderna, fenômeno que deu origem ao chamado *Grand Tour*, viagem durante a qual os testemunhos do mundo antigo se apresentavam como etapas de maior interesse, imediatamente seguidos pelos fenômenos naturais. Goethe oferece uma descrição muito significativa de sua experiência em sua obra *Viagem à Itália*.

14 Entre as áreas inseridas mais recentemente estão o sítio arqueológico de Thimlich Ohinga, no Quênia; o complexo arqueológico de fronteira de Hedeby e Danevirke, na Alemanha; o panorama arqueológico sassânida da região de Fars, no Irã; e as ruínas da cidade de Liangzhu, na China. Também é relevante para nossos propósitos a inclusão dos doze novos sítios pertencentes ao Patrimônio Cultural em 2016, como parte da 40ª sessão. O maior número deles diz respeito, de fato, a áreas arqueológicas: são os sítios megalíticos de Antequera, na Andaluzia; o sítio arqueológico de Ani, na Turquia; o complexo de Nalanda Mahavihara, na Índia; os restos de Filipos, na Trácia e Macedônia; e os cemitérios medievais (*Stećci*) espalhados entre Bósnia, Sérvia, Montenegro e Croácia.

15 Na Itália, por exemplo, merece destaque o caso da XXII Bolsa Mediterrânea de Turismo Arqueológico, realizada em Paestum, que registrou números importantes. Na semana do evento, 22 mil pessoas interagiram com *posts* do *Facebook* e do *Instagram Stories* com geolocalização. Em um mês, havia quase 40 mil acessos e mais de 115 mil páginas visitadas, doze transmissões ao vivo disponíveis no *Facebook* e no *site* (ainda disponíveis em uma lista de reprodução dedicada) para um total de 20 horas de transmissão ao vivo: mais de cinco mil visualizações no *Facebook*.

16 O termo “áreas internas” designa as áreas que estão significativamente distantes dos centros de oferta de serviços essenciais, ricas em recursos ambientais e culturais e altamente diversificadas por natureza e por processos seculares de antropização. A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento de Áreas Internas do governo italiano (política regional de coesão para o ciclo 2014-2020) tem o duplo objetivo de adaptar a quantidade e a qualidade dos serviços de educação, saúde, mobilidade (cidadania) e promover projetos de desenvolvimento que valorizem o patrimônio natural e cultural dessas áreas, com foco também nas cadeias produtivas locais (mercado).

conjunto de riquezas arqueológicas. Podem compor esse patrimônio tanto sítios famosos (que em alguns casos transmitem a imagem de todo um país ao exterior, tornando-se um ícone – como no caso das pirâmides no Egito) quanto áreas menos frequentadas e que recebem menos atenção até mesmo das instituições (áreas arqueológicas menores), mas que, de qualquer modo, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento e a construção de uma consciência sobre o território.

A narração do passado, portanto, não é uma mera reconstrução de eventos, mas uma verdadeira obra de criação da memória cultural, capaz de gerar e de tutelar identidades culturais que nos constituem como seres coletivos – e também como indivíduos – à procura de uma matriz rastreável comum em nosso passado, que é um verdadeiro *laboratório de alteridade* com o qual buscamos entrar em contato para amadurecer uma visão crítica do presente à altura de sua complexidade.

NARRAR GROTTA DEI CERVI

Tendo ilustrado os pressupostos teóricos e, com eles, o conjunto de objetivos em jogo na complexa tarefa de narrar o patrimônio, prosseguiremos com a aplicação do método a um estudo de caso, um exemplo extraordinário da arqueologia pré-histórica, que “abre um abismo temporal”¹⁷ na Terra d’Otranto. Trata-se do complexo cársico denominado *Grotta dei Cervi* (em português, “Caverna dos Cervos”), uma joia da arte neolítica e raro testemunho do desenvolvimento da civilização, situada em Porto Badisco, 6 Km ao sul de Otranto, na vertente norte da enseada homônima (IGM F. 215, III, SO, Otranto; coordenadas geográficas: 40°04’47”N, 18°29’02”E) (TIBERI, 2019, p. 33).

17 Mais informações em: https://www.quotidianodipuglia.it/pensieri_e_parole/nella_grotta_dei_cervi_il_passato_e_il_futuro_di_una_terra-2381901.html acessado em 20/09/2019. Acesso em: 14 set. 2019.

A *Grotta dei Cervi* foi descoberta em 1970 pelo “Grupo Espeleológico Salentino P. De Lorentiis”, de Maglie (cidade da província de Lecce, Itália). Em um primeiro momento, foi-lhe atribuído o nome “*Antro di Enea*” (em português, “Caverna de Enéas”) – por causa da lenda narrada por Virgílio, segundo a qual Porto Badisco foi o primeiro ponto da costa do Adriático a ser tocado por Enéas em sua viagem à Itália, enquanto fugia de Troia com o pai Anquises e o filho Ascânio. Mais tarde, foi dado à caverna o nome com o qual hoje a conhecemos, pois ali estão preservadas inúmeras inscrições em ocre vermelho e guano de morcego (datáveis do neolítico), que retratam cenas de caça a cervos, outros animais (incluindo cães e cavalos), homens que seguram arcos, objetos de caça e uma riqueza extraordinária e complexa de símbolos que torna a caverna um ponto de partida enigmático e fascinante para refletir sobre seu possível papel na cultura mediterrânea de sua época.

O complexo subterrâneo se estende por uma área de 2.462 metros e apresenta (INGRAVALLO, APRILE, TIBERI, 2019, p. 71):

Quatro corredores principais acessíveis por cinco entradas, algumas das quais em forma de poço cársico. [...] Os corredores se ramificam em direções diferentes por cerca de 200 metros, com trechos difíceis, sinuosos, às vezes estreitos e apertados. Eles descem até a profundidade de cerca de 20 metros, com picos máximos de 26 a 28 metros e altura variável entre um e cinco metros.

Trata-se, portanto, de um local formado por meandros, corredores baixos, espaços surpreendentes que se abrem de forma repentina e contêm estalactites, estalagmites e cerca de três mil pictogramas que constituem uma verdadeira janela para a pré-história.

A área faz parte do Parque Natural Regional Costa Otranto, Santa Maria di Leuca e Bosco di Tricase e, por si só, constitui uma paisagem de extraordinária beleza. Trata-se, de fato, de uma pequena enseada rochosa carac-

terizada por um mar profundo e rochas vulcânicas e que, em seu trecho mais estreito, possui uma faixa de praia com extensão não superior a 50 metros, cercada por uma vasta área coberta de oliveiras, figos da Índia e murtas.

Figura 3 - Detalhe dos pictogramas dentro da *Grotta dei cervi*



Fonte: Nuovo Quotidiano di Puglia.it. (2017, p. 1). Créditos de Stefano Cristante.

A escolha da *Grotta dei Cervi* como objeto de um estudo de caso se justifica pelo papel estratégico que o *Placetelling*[®] poderia desempenhar na valorização desse sítio. A caverna, na verdade, não é acessível ao público – para garantir a preservação do local e dos pictogramas –, por isso é necessária uma ação narrativa que permita que ela seja conhecida.¹⁸ Nesse caso, portanto, o

18 Em agosto de 2016, no Castelo Aragonês de Otranto, foi apresentada uma mostra permanente intitulada “Lugares da pré-história. Porto Badisco e a Grotta dei Cervi”, que prevê a projeção de um documentário em 3D que reproduz fielmente o interior da caverna. A mostra também reuniu os artefatos encontrados dentro da caverna e restaurados para a ocasião. A análise dos primeiros materiais se mostrou particularmente útil, pois permitiu reconstruir

Placetelling[®] se apresenta como um elo perdido entre o presente e o passado, uma estratégia que permite eliminar a distância e, talvez, como efeito mais relevante, incentivar a comunidade local e os turistas a se apropriarem do patrimônio em termos afetivos.

Uma ação narrativa voltada à reconstrução do papel da *Grotta dei Cervi* para os povos de seu tempo e, paralelamente, à reconstrução da própria vida do povo – rituais, sociabilidade, comportamentos –, combinada a estímulos aos sentidos (não apenas à visão, mas também ao olfato, à audição e ao tato), tornaria viável organizar a experiência em percursos sensoriais que componham uma história imersiva em benefício dos usuários, aos quais seria oferecida a oportunidade de uma experiência viva, ainda que mediada, com o patrimônio.

Sendo assim, reportaremos aqui uma possível metodologia de *Immersive Placetelling*[®] que, dada a inacessibilidade do sítio arqueológico, é a técnica indubitavelmente mais apropriada para o caso. Começaremos pelo material e pelas informações científicas de que dispomos – derivadas principalmente da pesquisa realizada como parte do projeto “Atratores culturais, naturais e turismo” (P.O. FESR 2007/2013), a partir de 2015, por Giorgia Aprile, Ida Tiberi e Alberto Potenza, membros do grupo arqueológico do Departamento de Bens Culturais da Universidade do Salento, com a colaboração do município de Otranto e da Superintendência de Arqueologia, Belas Artes e Paisagem das províncias de Brindisi, Lecce e Taranto.

Em seguida, acrescentaremos exemplos de interpretação que não pretendem, de forma alguma, forjar o enigma da Caverna e de sua inestimável herança de pictogramas, mas que são apresentados como atos respeitosos de *recriação* e reelaboração de nosso passado.

a história da frequentação do local a partir do período Paleolítico Superior. As condições climáticas favoráveis da era pós-glacial e a conseqüente disseminação da agricultura e criação de animais são fatores que permitiram uma reiterada frequência da caverna a partir do período Neolítico (VI-V milênios a.C.) e na primeira metade da Idade dos Metais (IV-III milênios a.C.).

O que sabemos, então? Sabemos que a caverna era utilizada como abrigo e acampamento por caçadores e coletores a partir do Paleolítico Superior – ainda que a presença de pedras pintadas datáveis desse período sugira que rituais de caráter sacro já ocorriam em determinados momentos e/ou áreas do complexo – e que as últimas visitas podem remontar à era tardo- Helenística (séculos II-I a.C.) ou a um período subsequente. De qualquer modo, porém, remontam a um período anterior àquele em que as cavernas, devido à deterioração climática dos séculos V-VI d.C., passaram a ser gradualmente abandonadas e esquecidas.

A partir do Paleolítico Superior, então, um salto temporal significativo nos leva ao Neolítico e ao início da Idade do Metal, período em que se pode dizer, com maior segurança, que as comunidades estabelecidas na área de Badisco frequentavam o local por razões relacionadas a crenças religiosas próprias das sociedades agrícolas. É plausível, portanto, que ali fossem celebrados rituais propiciatórios atribuíveis ao culto à Mãe Terra, com o objetivo de garantir uma boa colheita, o nascimento de animais de criação e o renascimento daqueles que haviam sido caçados. Acredita-se, inclusive, que o rico repertório neolítico de pictogramas em guano preto que caracteriza a caverna, composto por centenas de símbolos e imagens, tenha sido criado durante essas cerimônias propiciatórias. Graziosi (1980) especifica que, precisamente nessas últimas pinturas, é possível observar uma passagem do uso de figuras humanas esquemáticas reconhecíveis (realistas, naturalistas) ao uso de um simbolismo abstrato, no qual são recorrentes motivos curvilíneos em forma de S (como vemos no conhecido pictograma do “xamã”), espirais, padrões sinuosos ou linhas tracejadas. É particularmente interessante constatar que parte dos símbolos mencionados se assemelha às decorações presentes em vasos do período Neolítico (V milênio a.C.) encontrados na região da Dalmácia e dos Bálcãs. Esse aspecto permite que documentemos a evolução cultural e cultural das comunidades locais e atesta importantes contatos entre os povos do Mediterrâneo. Nesse sentido, é útil mencionar também a presença das chamadas *pintaderas*, objetos semelhantes a carimbos utilizados durante cerimô-

nias rituais e de iniciação para fazer pinturas corporais, entre as quais estava a prática de imprimir na parede da caverna estênceis das mãos – provavelmente de crianças, dado o tamanho dos desenhos. Os vestígios desses estênceis foram encontrados na caverna mais profunda do complexo da *Grotta dei Cervi*, o que torna verossímil que os membros mais jovens das comunidades praticassem ali rituais de iniciação e passagem da juventude para a idade adulta. Podemos imaginar, por exemplo, que eles viajassem através de um emaranhado de túneis para alcançar a parte mais remota da caverna, onde teriam de provar sua coragem, mergulhando a mão no guano preto e imprimindo-a na parede. Convém, agora, debruçarmo-nos sobre os estímulos sensoriais úteis à nossa narração, descritos por Tiberi (2019, p. 17):

Dado o sentimento de desorientação e apreensão que as cavernas provocam – uma vez que escuridão, umidade, silêncio, cheiro de mofo, terra e poeira deviam causar a perda do controle da visão, audição, olfato –, em alguns casos, xamãs e sacerdotes as consideravam o lugar ideal para a manipulação de sentimentos e estados de espírito durante ritos de iniciação ou “marcação ritual” de importantes transições (sociais e biológicas) na vida das pessoas (por exemplo, a passagem de jovens para a vida adulta).

A presença de dados sensoriais (*Immersive Placetelling*[®]) remete à técnica narrativa anglo-saxônica conhecida como “*Show, don’t tell*” (em tradução livre, “mostre, não conte”). A referida técnica consiste em mostrar o que está acontecendo ao invés de simplesmente contar, permitindo que o destinatário da história passe de um simples usuário a um protagonista ativo, visto que experimenta sensações e emoções relacionadas ao lugar e, portanto, vive uma experiência que se tornará, depois, uma memória ligada àquele território. Em outras palavras, tal técnica cria novas subjetividades em relação ao lugar experimentado.

Tentaremos propor agora, portanto, um percurso narrativo com um tema preciso, isto é, o ritual, criado por meio do uso de técnicas narrativas imersivas.

Antes de mais nada, escolhemos aqui o ponto de vista do usuário que, nesse caso, poderia coincidir com o de um jovem ao qual, como em um verdadeiro romance de formação, é pedido um teste de coragem: chegar ao lado mais remoto da caverna, mergulhar as mãos no guano de morcego, marcá-las sobre a parede e voltar. Também identificamos o local exato a partir do qual iniciar a narração: a entrada oeste ou entrada A da caverna, denominada I *Inghiottitoio* (em português, “sumidouro”) durante as escavações Lo Porto entre 1970 e 1971 e mesmo ponto pelo qual entraram os descobridores em 1970 (TIBERI, 2019, p. 41). É útil, de fato, trabalhar com riqueza de detalhes, pois a imprecisão não permite uma experiência imersiva. Também é útil ter sempre em mente o contexto da paisagem em que a narração ocorre, pois nos permite falar *pelos* lugares e não simplesmente representá-los. Reconstruir a paisagem ou a área geograficamente circundante em detalhes (por meio do uso de elementos visuais, auditivos, olfativos e táteis apresentados na Tabela 1, propedêutica à narração) é o primeiro passo para uma ação de *Placetelling*[®], pois contextualiza a ação e a vincula inextricavelmente *àquele* território que, de um simples cenário, passa a ser um ator da narração. Esse aspecto é particularmente importante, pois constitui a verdadeira diferença entre *storytelling* e *Placetelling*[®] (a serem entendidos, respectivamente, como narração *dos* lugares e narração *pelos* lugares).

A partir de uma análise cuidadosa do local de que estamos tratando, surge uma primeira consideração, propedêutica à narração: as pessoas que povoavam a caverna estavam imersas em um quadro de “[...] representações pictóricas que talvez servissem de pano de fundo à narração de mitos e lendas, que tinham como protagonistas ancestrais e poderosos espíritos – tanto animais quanto humanos –, cosmologias e histórias sobre as origens” (TIBERI, 2019, p. 18). Esse não é um aspecto de pouca importância, pois se trata de perceber que estamos diante de uma estratificação de histórias que, mais uma

vez, oferece-nos a confirmação do fato de que o ato narrativo é um instinto inerente ao homem e à vida em sociedade. A própria configuração do ritual de iniciação para jovens membros da comunidade, que propusemos há pouco, segue basicamente a “viagem do herói” proposta por (PROPP, 1928) como a morfologia de cada história e de cada mito: a entrada pela porta estreita que simboliza a exclusividade do caminho (o sucesso é sempre destinado aos poucos que sabem conquistá-lo); a dificuldade do percurso e do desafio; a necessidade de recorrer à própria força interior e, portanto, a possibilidade de descobri-la; a prova; o sucesso; reconhecimento por parte da comunidade. Em outras palavras, a narração, exatamente como o ritual, descreve um processo de mudança (início-desenvolvimento-conclusão) de um estado inicial x a um estado final y, como Aristóteles já havia proposto em sua *Poética* (ver também LEVORATO, 1988, p. 44). O agente da mudança pode ser um sujeito, mas também uma comunidade, um lugar, um bem.

Tentaremos, agora, construir um esquema que nos ajude a classificar os dados que possuímos e os possíveis estímulos sensoriais, com base nas indicações ditadas pela técnica “*Show, don’t tell*”.

Figura 4 – *Immersive Placetelling*[®]: classificação das informações disponíveis

Dados e informações disponíveis		Interpretação
Datação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pré-neolítico (Paleolítico Superior/Mesolítico) ▪ Neolítico VI-V milênio a.C./Início da Idade dos Metais (IV-III milênio a.C.) 	
Elementos paisagísticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque Natural Regional Costa Otranto Santa Maria di Leuca e Bosco di Tricase. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrição da paisagem por meio do uso de elementos <i>visuais</i>: enseada rochosa, mar profundo, pequena praia, vasta área coberta por oliveiras, figos da Índia e, murtas, muros de pedra seca.

Continua...

Continuação.

Dados e informações disponíveis		Interpretação
Elementos paisagísticos	<ul style="list-style-type: none"> Parque Natural Regional Costa Otranto Santa Maria di Leuca e Bosco di Tricase. 	<ul style="list-style-type: none"> Descrição da paisagem por meio do uso de elementos <i>sonoros</i>: bater das ondas, farfalhar das folhas agitadas pelo vento, sons dos pássaros.
Ambientação	<ul style="list-style-type: none"> Porto Badisco, 6 Km ao sul de Otranto, na vertente norte da enseada homônima (IGM F. 215, III, SO, Otranto; coordenadas geográficas: 40°04'47"N, 18°29'02"E). Complexo subterrâneo espalhado por uma área de 2.462 metros. O complexo se encontra a uma profundidade de aproximadamente 20 metros, com picos máximos de 26-28 metros e altura variável entre 1 e 5 metros. Quatro corredores principais com cinco acessos (A, B, C, D e E). Os corredores se ramificam em diferentes direções por aproximadamente 200 metros com trechos difíceis, tortuosos, estreitos e apertados. Os corredores levam às cavernas. 	<ul style="list-style-type: none"> Descrição da paisagem por meio do uso de elementos <i>olfativos</i>: perfume do mar, da vegetação.

Continua...

Continuação.

Interpretação		Interpretação
Vida na Grotta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Durante o pré-Neolítico: acampamento, abrigo para caçadores e coletores, sepulturas. ▪ Durante o Neolítico: local em que são celebrados rituais propiciatórios para o sucesso das colheitas, o nascimento dos animais de criação e o renascimento daqueles caçados. Pratica-se o culto à Mãe Terra. O local também é frequentado em função dos ritos sagrados e iniciáticos realizados em seu interior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrição do rito por meio de elementos <i>visuais</i>: presença dos membros da comunidade, estalactites e estalagmites, paredes com figuras abstratas e simbólicas (em forma de S, meandros, espirais, zigue-zagues, composições geométricas), entre as quais o pictograma do xamã (que também parte de uma base em forma de S). ▪ Descrição do rito por meio de elementos <i>auditivos</i>: silêncio, cantos corais, objetos manufaturados usados como instrumentos musicais (principalmente rítmicos). ▪ Descrição do rito por meio de elementos <i>olfativos</i>: odor das substâncias e compostos utilizados durante o rito. ▪ Descrição do rito por meio de elementos <i>táteis</i>: consistência líquida das substâncias utilizadas durante o rito, pedra, poeira, água, lama, utensílios utilizados durante o rito.

*O esquema, propedêutico ao *Placetelling*[®], reporta uma sintética classificação das informações disponíveis, às quais acrescentamos a proposta de uma série de estímulos sensoriais (*Immersive Placetelling*[®]), a serem realizados por meio da utilização da técnica narrativa “*Show, don’t tell*”.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Um esquema propedêutico à narração é útil para que se tenha uma primeira classificação dos dados a serem considerados durante a sua elaboração. A seguir, tem início a narração, com os estímulos sensoriais que terão diferentes manifestações a depender da linguagem utilizada (literária, audiovisual, fotográfica, digital etc.). Entretanto, independentemente da linguagem utilizada, deve ser necessariamente respeitado o paradigma da transformação (um *antes* e um *depois*), posto que ele emula o modo em que a mente humana ordena a realidade (a dialética *início, desenvolvimento, conclusão*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MÉTODO

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, nota-se que a metodologia do *Placetelling*[®] prevê o cumprimento de etapas precisas e essenciais. No que diz respeito especificamente ao patrimônio arqueológico, apresentamos resumidamente, a seguir, os pontos fundamentais do método:

1. *Fase preliminar*: identificar os temas principais e secundários de pesquisa e definir as perguntas específicas a serem respondidas no decorrer do trabalho (o que é útil para determinar e manter o *foco*, permitindo, assim, maior rigor na pesquisa e agilizando a análise do material coletado).
2. *Documentação*: etapa a ser realizada a partir da consulta a fontes científicas confiáveis sobre a história do sítio sob análise, as práticas de conservação, tutela e valorização utilizadas, sua situação atual no contexto da cultura e do projeto de desenvolvimento do território no qual está inserido. Essa fase também inclui um estudo de campo por meio do uso de entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas com atores locais. Essa fase inicial de avaliação permite conhecer o sítio e seu papel no território a fim de definir com a maior precisão possível o público-alvo (*audience composition*), a linguagem mais inclusiva e os elementos nos quais a narração terá de focar para a sua valorização. Esses elementos são frequentemente sugeridos

pela própria comunidade, que traz à atenção do *placeteller* os aspectos considerados mais importantes e significativos para a vida do território (*narração endógena*). A pesquisa de campo prevê que o *placeteller* possa fazer sua própria experiência do lugar e, assim, coletar pessoalmente o material útil para a classificação.

3. *Classificação*: o conjunto de dados coletados, pessoalmente ou por meio de documentação e entrevistas, é classificado em um esquema que permite agrupar informações por categorias e proceder com a elaboração da narração (*fase interpretativa*). O esquema – com sua subdivisão por categorias de dados e respectivas interpretações – é útil para desenvolver uma visão mais clara e aprofundada do material disponível. No exemplo que aqui propusemos, tendo planejado uma narração de caráter imersivo, as categorias identificadas foram elaboradas em chave sensorial, mas é possível, por exemplo, elaborar uma narração dramatizada. Em casos assim, as categorias identificadas devem ser trabalhadas em chave semiótica (sinais, símbolos, códigos e suas representações).
4. *Elaboração da narração*: como já tivemos ocasião de especificar, independentemente da linguagem utilizada, as interpretações produzidas durante a fase três do trabalho devem compor uma narração que observe a estrutura do paradigma de transformação (de x para y).
5. *Comunicação*: um aspecto relevante do trabalho do *placeteller* é a capacidade de dar amplo fôlego ao seu trabalho, compartilhá-lo com a comunidade (que, convém recordar, continua sendo o *starter* e, ao mesmo tempo, o principal destinatário da pesquisa) e com os outros atores locais, para promover sua difusão e obter um *feedback*, visto que a narração pelo território é uma prática viva, em constante evolução, que não possui uma versão definitiva.

O *Placetelling*[®] constitui, como vimos, um terreno de criatividade e confronto que narra um patrimônio e produz narrativas passíveis de se tornar parte daquele patrimônio. No entanto, também contos literários, obras

pictóricas e cinema são exemplos de *Placetelling*[®], pois, ao longo dos anos, ensinaram-nos como e o que olhar em um território, desenvolvendo uma ação educativa e, ao mesmo tempo, crítica. Essas narrações, de fato, não se limitam simplesmente a documentar a realidade, mas constituem importantes modelos culturais que operam nos lugares. Exatamente a função crítica do *Placetelling*[®] é o aspecto que mais interessa à nossa investigação, pois nos permite pensar sobre esse método de pesquisa como sendo interdisciplinar e agregador, capaz de dialogar com as ciências humanas e sociais, em oposição ao processo tradicional de construção do conhecimento. Em nível internacional, de fato, os geógrafos que trabalham com material narrativo constituem uma comunidade comprometida e unida. No entanto, especialmente no mundo anglo-saxão, nos debates e subdebates científicos sobre as práticas de narração e representação de lugares, alega-se sistematicamente que tal abordagem possui um problema de legitimidade científica. Por esse motivo, a pesquisa no âmbito do *Placetelling*[®] procura ancorar o projeto em uma metodologia sólida, a partir de um exame aprofundado dos aspectos críticos. O uso do esquema propedêutico (aplicável tanto ao estudo de produtos já existentes quanto à criação de outros novos) e uma criteriosa definição das fases do trabalho têm, portanto, o objetivo metodológico fundamental de repensar cientificamente as geografias narrativas, o desenvolvimento e a promoção de produtos turísticos temáticos, transnacionais e sustentáveis, que promovam uma sinergia entre o turismo e as ICCs (Indústrias Culturais e Criativas). Desse modo, procura-se também fortalecer o vínculo entre o território e a Universidade, conforme recomendado pela “Terceira missão” da Agência Nacional de Avaliação do Sistema Universitário e da Pesquisa (ANVUR) da Itália, a qual prevê que as universidades assumam um novo objetivo fundamental, além da formação de alto nível e da pesquisa científica: o diálogo com a sociedade.

Portanto, o *Placetelling*[®] visa promover a atratividade turística do patrimônio cultural, dando impulso ao turismo consciente e sustentável, e transmitir o conhecimento sobre o patrimônio cultural, fortalecendo o inte-

resse por ele e promovendo o estabelecimento de comunidades patrimoniais, conforme previsto pela já mencionada Convenção de Faro.

Como ficou claro, este é um campo de estudos experimental, que utiliza sempre novas ferramentas e técnicas, sem o intuito, porém, de ignorar ou substituir as fontes tradicionais de investigação. Consequência disso é, naturalmente, a necessidade de enriquecer a pesquisa com abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas. Precisamente à luz dessas abordagens, a busca pelo potencial expressivo dos lugares é realizada por meio de uma apropriada valorização de testemunhos poéticos, literários, cinematográficos, figurativos, musicais etc., como ações culturais de ressignificação simbólica do contexto ambiental. Assim, o território se torna o destinatário da projeção emocional e afetiva do sujeito, mas também das tendências intelectuais e culturais da coletividade à qual ele pertence. Para os propósitos deste tipo de pesquisa, de caráter fenomenológico, os geógrafos pós-estruturalistas inauguraram um novo e possível diálogo com historiadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos, filósofos e humanistas em geral. Afinal, narrar significa conversar com o homem sobre o homem, construir uma ponte para criar familiaridade (*sympatheia*) onde antes havia estranheza e interesse onde havia indiferença. Por isso achados arqueológicos como pedras, cerâmicas e grafites nos interessam: porque são portadores de humanidade, com todos os seus valores e seu olhar sobre a realidade.

No centro da lógica do *Placetelling*[®], portanto, está o homem. Mais precisamente, como já mencionamos na introdução, o homem em relação ao espaço vivido, com seus processos de significação que criam sentido exatamente como se cria um artefato. Logo, é necessário seguir os vestígios dessas práticas de atribuição de significado e olhá-las com interesse e comprometimento, aprendendo com elas. Somente assim é possível gerar novas histórias e se reatualizar no presente.

REFERÊNCIAS

BAL, M. **Narratology**: Introduction to the Theory of Narrative. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

BARTHES, R. **Elément de sémiologie**. Paris: Gonthier, 1965.

BARTHES, R. **Saggi critici**. Tradução de Lidia Lonzi. Turim: Einaudi, 1972.

BASLÉ, M.; CARIOU, C.; SUIRE, R. **Regional policy and path-dependency attractiveness**. Is there an optimal window for EU intervention? 2003. Disponível em: <http://perso.univ-rennes1.fr/maurice.basle/Publications/2003/2scbasleidep2003.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BOOTH, W. C. **The Rhetoric of Fiction**. Chicago: University of Chicago Press, 1961.

BROOKS, P. **Reading for the Plot**: Design and Intention in Narrative. New York: Knopf, 1984.

CALABRESE, S. Neuronarratologia. Il Futuro dell'analisi del Racconto. **Enthymema**, [s.l.], n. 1, p. 268-274, jun. 2010.

CALVINO, I. **Viaggio nelle città di De Chirico**. Guardando quadri e disegni. Milan: Mondadori Editore, 1994.

CARBONE, F.; OOSTERBEEK, L.; COSTA, C. Paideia approach for heritage management. The tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 285-295, 2013.

CHATMAN, S. B. **Story and Discourse**: Narrative Structure in Fiction and Film. Ithaca-New York: Cornell University Press, 1981.

CHOAY, F. **L'Allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção de Faro**. Faro, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/col%C3%B3quio%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20%201%202009.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões**. Bruxelas, 17 jun. 2010. 14 p. Disponível em: <https://arquivo.pt/wayback/20170831104506/https://umic.pt/images/stories/publicacoes3/115353.pdf?> Acesso em: 17 nov. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. **Carta de Veneza**. De maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. **Carta de Lausanne**. 1990. 7 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. Los itinerarios culturales. Una nueva categoría conceptual del patrimonio para la comprensión y la paz. *In: ENCUENTRO CIENTÍFICO INTERNACIONAL SOBRE ITINERARIOS CULTURALES*, 2004, Ferrol. **Anais [...]**. Ferrol, Espanha: Comité Espanol de Icomos/Comité Científico Internacional de Itinerarios Culturales, out. 2004, p. 21-26.

DALLEN, T. J. Tourism and the Personal Heritage Experience. **Research Notes and Reports**, Cambridge, n. 34, p. 751-754, 1996.

DELEUZE, G. **Logique du sens**. Paris: Minuit, 1969.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1991.

DENNETT, D. C. Learning & Labeling. **Mind and Language**, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 540-547, 1993.

DOLEŽEL, L. **Heterocosmica**. Fiction and Possible Worlds. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DU CROS, H. A new model to assist in planning for sustainable cultural heritage tourism. **International Journal of Tourism Research**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 165-170, mar.-abr. 2001.

EMANUEL, C. Patrimoni paesistici, riforme amministrative e governo del territorio: svolte e percorsi dissolutivi di rapporti problematici. **Bollettino della Società Geografica Italiana**, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 295-318, 1999.

FISHER, W. R. **Human Communication as Narration**: Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action. Columbia: University of South Carolina Press, 1987.

FLORIDA, R. The Economic Geography of Talent. **Annals of the Association of American Geographers**, [s.l.], v. 92, n. 4, p. 743-755, 2002.

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.

GALLUCCI, F.; POPONESSI, P. **Il marketing dei luoghi e delle emozioni**. Milan: Egea, 2010.

GENETTE, G. **Mimologique**. Voyage en Cratylie. Paris: Seuil, 1976.

GERRIG, R. **Experience Narrative World**. On the Psychological Activities of Reading. Boulder, Colorado: Westview Press, 1999.

GIORDANA, F. **La comunicazione del turismo tra immagine, immaginario e immaginazione**. Milan: Franco Angeli, 2004.

GRAZIOSI, P. **Le pitture preistoriche della grotta di Porto Badisco**. Giunti: Florence, 1980.

GREINER, A. L.; DEMATTEIS, G.; LANZA, C. **Geografia umana**. Un approccio visuale. Turim: Utet, 2014.

- HEIDEGGER, M. **Sein und Zeit**. Berlim: De Gruyter, 2005.
- HEIDEGGER, M. **Tempo e essere**. 1. ed. Milan: Longanesi, 1962.
- HERMAN, D. Narrative Theory and the Cognitive Sciences: Studies in Language. **International Journal Sponsored by the Foundation “Foundations of Language”**, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 188-194, 2006.
- HERMAN, D. *Storytelling and the Sciences of Mind*. Cambridge: MIT Press Books, 2013.
- HERMAN, D.; JAHN, M.; RYAN, M. L. **Routledge Encyclopedia of Narrative Theory**. Londres: Routledge, 2004.
- HERÓDOTO. **Histórias**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, DF: Ed. UNB, 1994.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**. Roma: Einaudi, 1946.
- INGRAVALLO, E.; APRILE, G.; TIBERI, I. **La grotta dei Cervi e la preistoria nel Salento**. Manni: San Cesario di Lecce, 2019.
- JEDLOWSKI, P. **Storie comuni**. La narrazione nella vita quotidiana. Milan: Mondadori, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Anthropologia strutturale**. Vol. 2. Paris: Plon, 1971, 1973.
- LEVORATO, M. C. **Racconti, storie e narrazioni: i processi di comprensione dei testi**. Bologna: Il Mulino, 1988.
- LI, Y. Heritage Tourism: The Contradictions between Conservation and Change. **Tourism and Hospitality Research**, [s.l.], v. 4, n. 3, p. 247-261, 2003.
- MAGNAGHI, A. **Il Progetto Locale. Verso la Coscienza di Luogo**. Turim: Bollati Boringhieri, 2020.
- MAIZZA, A. Impresa, territorio, competitività: riflessioni e prospettive di ricerca. **Sinergie, Rivista di Studi e Ricerche**, [s.l.], v. 90, p. 11-21, jan./abr. 2013.

MARCHESE, A. **L'officina del racconto**. Semiotica della narrativa. Milan: Mondadori, 1990.

MCLUHAN, M. **The Medium is the Message**. Londres: Penguin Books, 1967.

MELETINSKIJ, E. M. **Introduzione alla poetica storica dell'epos e del romanzo**. Bolonha: Il Mulino, 1993.

NUOVO QUOTIDIANO DI PUGLIA.IT. Pensieri e Parole. Nella Grotta dei Cervi il passato e il futuro di una terra. 15 abr. 2017. Créditos de Stefano Cristante. Disponível em: https://www.quotidianodipuglia.it/pensieri_e_parole/nella_grotta_dei_cervi_il_passato_e_il_futuro_di_una_terra-2381901.html. Acesso em: 14 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Agenda 2030: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/11/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention>. Acesso: 23 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism**: Discussion Report of the Planning Meeting for 2008 International Conference on Creative Tourism. Santa Fe, New Mexico, U.S.A., 25-27 Outubro, 2006.

ORGANIZZAZIONE DELLE NAZIONI UNITE – ONU. **Dichiarazione Universale Dei Diritti Umani**. 1948. Disponível in: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/itn.pdf. Acesso in: 16 ott. 2019.

PASTORE, A.; BONETTI, E. Il brand management del territorio. **Sinergie, Rapporti di Ricerca**, [s.l.], n. 23, p. 79-99, 2006.

PILERI, P.; GRANATA, E. **Amor loci**. Suolo, ambiente, cultura civile. Milan: Libreria Cortina, 2012.

POLLICE, F. Alberghi di comunità: un modello di empowerment territoriale. **Territori della Cultura**, [s.l.], n. 25, p. 82-95, 2016.

POLLICE, F. Il ruolo dell'identità territoriale nei processi di sviluppo locale. **Bollettino Società Geografica Italiana**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 75-92, 2005.

POLLICE, F. Placetelling' per lo sviluppo di una coscienza dei luoghi e dei loro patrimoni. **Territori della Cultura**, [s.l.], n. 30, p. 106-111, 2017.

POLLICE, F. **Territori del Turismo**. Milano: Franco Angeli, 2005.

POLLICE, F. Valorizzazione dei centri storici e turismo sostenibile nel bacino del Mediterraneo. **Bollettino della Società Geografica Italiana**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 41-56, 2018.

POLLICE, F.; EPIFANI, F.; DE SIENA, L. Training for Beauty. Training as a Strategic Axis for Tourism Enhancement of Cultural Heritage. **Almatourism**, [s.l.], n. 7, p. 269-285, 2017.

POLLICE, F.; OOSTERBEEK, L. Cultural Heritage and Local Development. Local Communities Through Heritage Awareness and Global Understanding. **Territori della Cultura**, [s.l.], n. 18, p. 10-15, 2014.

POLLICE, F.; RINELLA, A.; EPIFANI, F.; MIGGIANO, P. Placetelling® as a Strategic Tool for Promoting Niche Tourism to Islands: The Case of Cape Verde. **Sustainability**, [s.l.], v. 12, p. 4333, 2020.

POLLICE, F.; RINELLA, A.; RINELLA, F.; EPIFANI, F. "C'era una volta... e c'è ancora: la narrazione dell'autenticità nel Progetto Comunità Ospitali dell'Associazione Borghi Autentici d'Italia (BAI)". **Geotema**, [s.l.], Suplemento 2019, p. 129-142, 2019.

POLLICE, F.; SPAGNUOLO, F. Attrattività e sostenibilità: una lettura congiunta per lo sviluppo turistico locale. **Turismo e Psicologia**, [s.l.], n. 2, p. 57-79, 2009.

POLLICE, F.; URSO, G. Subjectualité territoriale et planification stratégique. *In: ESO Travaux et Documents de l'Unité Mixte de Recherche Espaces et Societes*, [s.l.], n. 35, p. 83-90, 2013.

PRINCE, G. **A grammar of stories**. Mouton: The Hague, 1973.

PROPP, V. **Morfologia della fiaba**. Tradução de Gian Luigi Bravo. Turim: Einaudi Torino, 2000.

PROPP, V. **Morfologija skazki**. Leningrad: Akademia, 1928.

RICHARDS, G.; MUNSTERS, W. **Cultural Tourism Research Methods**. [S.l.]: Cabi International, 2010.

RICHARDS, G.; WILSON, J. Creativities in tourism development. **Tourism, Creativity and Development**, Routledge, London, p. 255-288, 2007.

RICHARDS, G.; WILSON, J. Tourism development trajectories. From culture to creativity? **Tourism, Creativity and Development**, Routledge, London, p. 1-33, 2007.

RINELLA, A.; RINELLA, F. Topophilia – battesimo dei luoghi e memoria collettiva: un percorso partecipato per l'odonomastica del Comune di Bari. *In: ROMAGNOLI, Luca. Studi in onore di Domenico Paratore*. Spunti di ricerca per un mondo che cambia. Vol. II. Roma: Edigeo, 2016, p. 857-868.

RITA, G. de; BONOMI, A. **Manifesto per lo sviluppo locale**. Teoria e pratica dei patti territoriali. Milan: Bollati Boringhieri, 1998.

ROBINSON, M. Culture beyond heritage: The experience of cultural tourism. Selling or Telling? Paradoxes in tourism, culture and heritage. **ATLAS**, [s.l.], p. 19-22, 2008.

SCHOLES, R.; KELLOGG, R. **La natura della narrativa**. Bolonha: Il Mulino, 1970.

SCUOLA DI PLACETELLING. **Conferenza Internazionale dei Borghi più belli del Mediterraneo**. 2019. [Prof. Fabio Pollice, Diretor Científico da Escola

de *Placetelling*[®], fundada pelo Departamento de História, Sociedade e Estudos sobre o Homem da Universidade do Salento, em colaboração com o CUEBC e a SGI]. Disponível em: <http://www.placetelling.it/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SEGRE, C. **Avviamento all'analisi del testo letterario**. Milano: Einaudi, 1985.

SILBERBERG, T. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. **Tourism Management**, [s.l.], v. 16, p. 361-365, 1995.

TIBERI, I. Grotta Dei Cervi a Porto Badisco. Un santuario per le genti del Mediterraneo (Scavi Lo Porto 1970-71). Firenze: Millenni Studi di Archeologia Preistorica, 2019.

TODOROV, T.; WEINSTEIN, A. Structural analysis of narrative. **Novel: A Forum on Fiction**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 70-76, 1969.

CAPÍTULO 5

TERRITÓRIO DA SERRA DA CAPIVARA: UM EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE E NOVOS DESAFIOS ATÉ 2030

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura05>

Marian Helen da S. G. Rodrigues

Juliano Bitencourt Campos

Luiz Oosterbeek

Marcos César Pereira Santos

Pedro Paulo A. Funari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O debate público sobre a valorização do patrimônio cultural, que nasceu de uma preocupação de preservação de vestígios ameaçados de destruição, encontra-se duplamente contaminado: em função da justificação de sua importância, baseada na atratividade turística, ou em sua significação identitária.

O logro tem funcionado porque se apoia em duas “boas razões”: não conferir a prioridade de atividades geradoras de emprego e renda ou a processos de empoderamento das comunidades? Em ambos os casos, funciona a armadilha do mercado: é, em primeiro lugar, o presente, e a satisfação dos interesses imediatos, que deve fundamentar as nossas ações e prioridades.

Porém, sabemos que essa é a raiz dos comportamentos não sustentáveis, que tem delapidado os recursos ambientais, desconfigurado valores e práticas culturais e agravado a desigualdade e a exclusão social. Não há neles, necessariamente, nenhum “mal”, nenhuma intenção perversa. Mas há uma ilusão: a de que os valores que sustentam uma sociedade podem consolidar-se fora de uma relação intergeracional, em uma relação com o futuro (o que implica pensar para além das vidas de cada um) e com o passado (e é isso o patrimônio).

Como a pandemia da Covid-19 demonstra, a sustentabilidade não carece, porém, e como por vezes se diz, apenas de um “pacto intergeracional”, pois esse seria apenas mais um discurso vazio de conteúdo, como infelizmente se tem comprovado em inúmeros casos, da biodiversidade à educação universal e de qualidade. Não se estabelecem pactos senão entre os vivos, e as gerações que aqui importam ainda não nasceram, ou já nos deixaram. A relação intergeracional não é um pacto, é um esforço de compreensão, de inteligência, de conhecimento. A sua palavra-chave é mesmo esta: conhecimento. A identificação do que virá a ser patrimônio começa, reforça-se e persiste na medida em que há conhecimento: na continuidade da investigação (tantas vezes resistindo contra falta de recursos e “esquecimento” por parte das tutelas) e na sua socialização (sempre a carecer de renovação, de reflexão crítica, de dúvida). E

é no aprendizado desse confronto com o conhecimento sobre o passado, com a História, que as sociedades conseguem imaginar possibilidades sustentáveis de futuro.

A História das sociedades, o estudo rigoroso e crítico do passado, e não apenas a memória impressionista e acrítica, é hoje ameaçada pela pressão do mercado e pelo imediatismo das soluções de curto prazo. Mas o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) é, sem qualquer dúvida, um exemplo que se mantém contra essa corrente. Na sua origem, não apenas na descoberta, mas também na sua implantação, e ao longo de toda a sua trajetória, o Parque tem no seu centro duas palavras bem articuladas: investigação em primeiro lugar, pois esse é o maior compromisso intergeracional que se pode ter, e compromisso com a sociedade na preservação do patrimônio, pois é dessa forma que esse investimento se torna resiliente e, por sua vez, sustentável.

A reflexão sobre o PNSC, indissociável do apreço pela pessoa que o pensou, estruturou e guiou até hoje, a Doutora Niéde Guidon, é por tudo isso uma obrigação: estudar e compreender esse exemplo, amplamente premiado e reconhecido, é essencial para que ele não seja “comodificado”, transformado em mais um produto de mercado e possa ser entendido no que é mais relevante na sua trajetória.

A SIGNIFICÂNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA (PNSC)

Na década de 1970, no sudeste do Piauí, no Brasil, foi localizado por pesquisadores de uma missão arqueológica franco-brasileira, liderada pela brasileira Dra. Niéde Guidon, um acervo monumental de sítios arqueológicos, notadamente relevantes pela quantidade e ineditismo da arte rupestre em abrigos sob-rocha e a céu aberto.

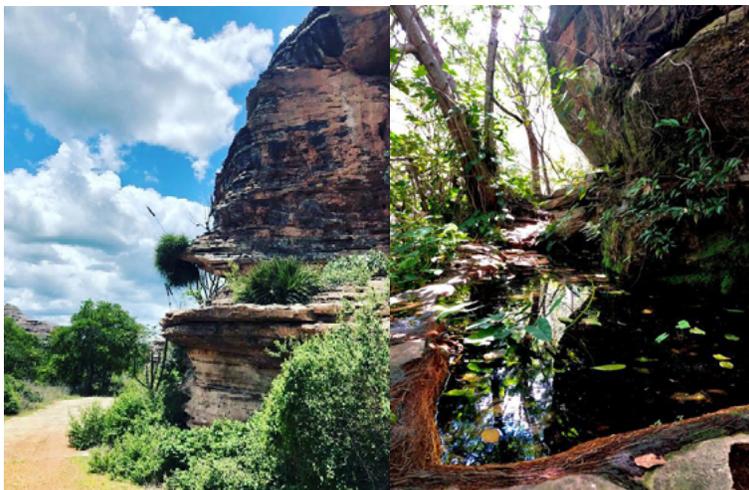
Dada essa relevância arqueológica, histórica e ambiental, em 05 de junho de 1979, por meio de um Decreto Presidencial, foi criado o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), com uma área de 100 mil hectares, abrangendo os municípios de João Costa do Piauí, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato e Brejo do Piauí.

O PNSC é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Integral, de domínio público, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), dependente do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em cogestão com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico e cultural (Figura 1).

Figura 1 - Paisagem natural e cultural do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC)



PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE:
Arqueologia e Turismo Sustentável (volume IV)



Fonte: Acervo do IODA.

Inserido no ambiente semiárido, com vegetação e fauna de caatinga específicas, o PNSC conserva uma grande diversidade de estruturas e compo-

sições florísticas primárias da caatinga com alto grau de endemismos. Além disso, é um importante refúgio de espécies da fauna, algumas consideradas endêmicas, como o mocó (*Kerodon rupestris*), e ameaçadas de extinção, como a onça pintada (*Panthera onca*), a onça parda (*Puma concolor*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), entre outros. O estudo desse complexo ambiental e das formas de adaptação humana às suas transformações é especialmente importante no atual contexto de mudanças climáticas (PAMPLONA *et al.*, 2019).

A região do PNSC registra a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, nos quais se destacam os contextos de pinturas e gravuras rupestres. A iconografia das pinturas rupestres nos permite identificar informações sobre os modos de vida dos primeiros povos que habitaram a região desde o Pleistoceno Tardio.

As pesquisas arqueológicas demonstram que o território do PNSC tem cinco sítios arqueológicos com ocupações humanas que antecedem o Último Máximo Glacial (últimos 20 mil anos) (GUIDON; DELIBRIAS, 1986; PARENTI, 2001; VALLADAS *et al.*, 2003; LAHAYE *et al.*, 2013, 2015, 2019; BOËDA *et al.*, 2014 a, b, c, 2016; KINOSHITA *et al.*, 2014). Apesar de serem pontuais, as ocupações antigas da região do PNSC encontram correspondências cronológicas em sítios na América do Norte (BOURGEON *et al.*, 2017; LOWERY *et al.*, 2010) e América do Sul (VIALOU *et al.*, 2017).

O acervo de arte rupestre do PNSC é um dos marcadores da evolução cultural dos grupos humanos que habitaram a região. As cenas gráficas pintadas em paredões rochosos areníticos revelam um sistema de comunicação social amplo e diversificado (PESSIS, 1992) (Figuras 2).

Figura 2 - Arte rupestre do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC)



Fonte: Acervo do IODA.

O sítio Boqueirão da Pedra Furada (BPF) é considerado um verdadeiro museu a céu aberto, com mais de mil pinturas rupestres dispostas em cerca de 120 metros de comprimento em painéis situados a aproximadamente sete metros acima do solo atual, com representação de cenas de caçadas, rituais, danças, entre outros. As representações de animais, como emas e veados, compõem alguns dos recursos animais utilizados por esses grupos tanto para a subsistência quanto para os rituais culturais a eles relacionados. Essa arte é atribuída aos primeiros grupos de caçadores-coletores que ocuparam essa região, e as espécies representadas são consistentes com as datações que, por sua vez, são associáveis a períodos de oscilação climática húmida (SANTOS, 2013; BOËDA, 2016).

O complexo arqueológico da Serra da Capivara tem uma importância não apenas nacional, porque associa as evidências de ocupação horizontal com o testemunho da prática artística ancestral, representando o testemunho monumental de tradições culturais extintas (BOËDA, 2014a; LAHAYE *et al.*, 2019). Dada essa importância, o PNSC foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), desde 1991, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, desde 1993, curiosamente invertendo um processo que, em regra, deve ser iniciado pelo tombamento nacional.

O Plano de Manejo enumera sete valores fundamentais para a criação do Parque. São eles:

1. Formação geológica e padrões climáticos: O encontro da bacia sedimentar Maranhão-Piauí com a depressão periférica do Rio São Francisco criou a chapada recortada formando cânions profundos, paredões ruíniformes, aglomerados de seixos e afloramentos rochosos que serviram de abrigo para o homem pré-histórico e para fauna. As estações do ano transformam a Caatinga em

um mosaico de cores, do verde das chuvas ao colorido avermelhado, passando pela mata cinza e lilás, chamada pelos indígenas de Mata Branca. Todo esse conjunto proporciona vistas panorâmicas espetaculares.

2. Biodiversidade e endemismos: O relevo e a heterogeneidade de ambientes do Parque Nacional da Serra da Capivara concebem habitats muitos variados que resultam na diversidade ecológica da unidade. Nas chapadas encontram-se extensas áreas de Caatinga Arbustiva Arenosa e Carrasco. Nas áreas de relevo mais baixo encontra-se a Caatinga Arbórea. Nos cânions predominam as Florestas Secas Semidecíduais que funcionam como refúgios de diversas espécies. Em razão desta complexidade de ambientes, o parque protege uma alta biodiversidade, constituída por: espécies endêmicas da Caatinga e da região, como o lagartinho-de-folhiço (*Colobosaura modesta*), o jacu-verdadeiro ou jacucaca (*Penelope jacucaca*), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e a coroa de frade (*Melocactus bahiensis*); espécies ameaçadas de extinção, como o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), o tamanduá bandeira (*Myrmecophaga trydactyla*), o tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*), a onça pintada (*Panthera onca*) e o arapaçu-do-nordeste (*Xiphocolaptes falcirostris*); e espécies que sofrem pressão de caça, como o tatu-verdadeiro (*Dasypus novemcintus*), o caititu (*Tayassu tajacu*) e o mi-xila ou tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*).
3. Valor cultural imaterial: O Parque Nacional da Serra da Capivara ajuda a conservar o saber tradicional da região, representado por manifestações culturais, tais como: o artesanato, as histórias de trancoso¹, as técnicas rudimentares de construir, as comidas típicas, a história e cultura dos indígenas, agricultores e maniçobeiros, que permitem a vivência e ressignificação do território da Serra da Capivara.
4. Conhecimento científico: Ao longo de 40 anos pesquisas interdisciplinares dentro do Parque Nacional da Serra da Capivara geraram conhecimentos, que permitiram

1 Modo de se referir a causos e a lendas da região da Serra da Capivara.

a implantação de ações de conservação e manejo integrados ao desenvolvimento socioambiental regional. A presença do Museu do Homem Americano e do Museu da Natureza no entorno do parque tem proporcionado a divulgação e difusão dos conhecimentos científicos.

5. Sítios arqueológicos: O Parque Nacional da Serra da Capivara possui grande diversidade de sítios arqueológicos, distribuídos em áreas a céu aberto e abrigos sob rocha: sítios pré-históricos (cemitérios, oficinas líticas, cerâmicas, aldeamentos e registros rupestres) e sítios históricos, que fazem referência aos indígenas, agricultores e manicobeiros. Estes sítios arqueológicos estão situados em um recorte temporal compreendido entre 50 mil anos B.P. até a criação do Parque.
6. Registros rupestres: A maior concentração conhecida de registros rupestres das Américas está localizada na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, representando uma grande diversidade temática dos componentes utilizados na sua elaboração, o que resultou na composição de variadas cenas da vida cotidiana, suscitando múltiplos significados (materiais e imateriais) da expressão humana na pré-história. Tal relevância cultural trouxe o reconhecimento do Parque, pela UNESCO, como Patrimônio Mundial.
7. Turismo sustentável: No Parque Nacional da Serra da Capivara o turismo associado à educação, sensibilização e conhecimento científico oferece momentos de lazer com infraestrutura² de visitação, garantindo acessibilidade a públicos diversificados, promovendo geração de emprego e renda e sendo vetor de desenvolvimento regional. (ICMBIO, 2019).

2 Qualquer tipo de intervenção planejada, que demande a construção ou o manejo, com o objetivo de estruturar o ambiente para o uso público. A infraestrutura pode variar de dimensão, desde trilhas, equipamentos facilitadores (ex: escadas, corrimãos, rampas e *decks*) até edificações (casas, prédios, mirantes, pontes, etc) e estradas.

Esses valores fundamentais são fulcrais para orientar os processos de ordenamento e manejo do Parque, porque são essenciais para atingir o seu propósito e manter sua significância. Se os recursos e valores fundamentais forem degradados, o seu propósito e significância podem estar em risco.

O TURISMO CULTURAL NA SERRA DA CAPIVARA: ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

O deslocamento das pessoas para o deleite remonta à própria antiguidade dos seres humanos, sempre em movimento (FUNARI, 2018). Desde os registros escritos, temos o testemunho de viagens para o conhecimento do mundo, como Heródoto (484-425 a.C.), sendo Pausânias (115-180 d.C.) considerado o autor do primeiro guia turístico, com seu *Descrição da Grécia* (Ελλάδος Περιήγησις, Hellados Periegesis, “guia pela Hélade”). Seria apenas com a modernidade que surgiria o *tour* (giro), de início aristocrático, precursor do turismo burguês da segunda metade do século XIX. Nesses 150 anos, o turismo se tornou de massa e constitui atividade econômica, social e cultural de importância cada vez maior (FUNARI; PINSKY, 2005).

O que temos em comum entre o período de Heródoto até hoje é a busca pelo que chamaríamos cultura, a diversidade cultural e ambiental (FUNARI; ALFONSO; MANZATO 2013). O turismo cultural se desenvolveu de forma exponencial a partir de meados do século XX, sendo o patrimônio, material e imaterial, ambiental (FREDERICO; FUNARI, 2016, 2017) e espiritual (FREDERICO; FUNARI, 2019), aspecto essencial da experiência turística (FREDERICO; FUNARI, 2017). A materialidade de pinturas rupestres e da paisagem (JUSTAMAND; FUNARI; ALARCÓN, 2018) combina-se com os aspectos intangíveis da interação com os costumes dos locais, assim como pela experiência espiritual única proporcionada por esse conjunto proporcionado pelo turismo patrimonial (FUNARI; MANZATO; ALFONSO, 2011).

Na Serra da Capivara, pesquisas interdisciplinares geraram conhecimentos que permitiram a implantação de ações de conservação e manejo integradas com o desenvolvimento socioambiental regional, objetivando, entre outros, transformar a região em um polo turístico.

O PNSC foi continuamente preparado para o uso público. Quatrocentos quilômetros de estradas e trilhas foram construídos e os principais sítios com pinturas rupestres foram estruturados com passarelas. São cerca de 170 sítios arqueológicos preparados para visitação em oito circuitos turísticos e trilhas principais, incluindo 16 sítios que oferecem estruturas de acesso para as pessoas com dificuldade de locomoção. O parque também possui locais para descanso e piquenique, um centro de visitantes com auditório, sanitários, local para exposição, lanchonete, loja de *souvenirs* e um anfiteatro ao ar livre para a realização de festivais culturais (PAMPLONA *et al.*, 2019).

Dois museus foram construídos: o Museu do Homem Americano (MHA) e o Museu da Natureza (MuNa). O MAH constitui um resumo das pesquisas sobre os grupos humanos na região, da pré-história aos dias atuais. Na sala principal, está exposto o crânio de nome Zuzu, esqueleto humano encontrado na escavação do Sítio Toca dos Coqueiros. Ainda nessa sala é possível encontrar painéis com informações sobre a discussão do povoamento na América (esses dados estão sendo revisados e em breve serão atualizados). Nas salas subsequentes, estão dispostos painéis virtuais com pinturas rupestres, uma sala com exposição dos principais enterramentos e urnas cerâmicas e finalmente, na última sala, encontram-se materiais líticos e alguns vestígios históricos de ocupações mais recentes (RODRIGUES, 2020).

No MuNa, a moderna e tecnológica museologia apresenta o surgimento do universo até a evolução da natureza na região, com exposição de fósseis da megafauna pleistocênica, da paisagem e dos demais seres vivos se transformando no decorrer de milênios. O museu ocupa uma área de 1.700 metros quadrados em formato de caracol, sendo que em um ano já recebeu mais de 50 mil visitantes, impulsionando o turismo e a economia na região (RODRIGUES, 2020).

Com a criação do PNSC e a natureza da política preservacionista de patrimônio cultural e ambiental brasileira derivada dela, a população local se deparou pela primeira vez com a narrativa científica com relação ao seu território. A partir daí um dos caminhos seguidos pelos jovens da região foi o trabalho com a preservação e o turismo, reflexo da conciliação da perspectiva local e a científica. Além disso, a perspectiva científica atraiu jovens da comunidade que vieram a se tornar arqueólogos, os quais tiveram como objeto de estudo seu próprio lugar de origem.

Essa mudança ocasionada pela ciência proporcionou que uma primeira geração de pesquisadores locais reacendesse a importância do debate sobre os saberes tradicionais, não somente do ponto de vista dos valores comunitários, mas inclusive nos aportes que esses conhecimentos locais sobre território podem agregar ao patrimônio cultural. Assim, tal como devem ser preservadas as pinturas rupestres presentes nas paredes de rochosos areníticos, igual atenção merecem os modos de vida tradicionais (narrativas, rituais, saberes, fazeres, costumes, entre outros) (RODRIGUES, 2016).

REFLEXÕES SOBRE QUATRO DÉCADAS DE CONSOLIDAÇÃO DO PNSC

No curso de 40 anos, a região do sudeste do Piauí foi se transformando com um importante contributo do PNSC, do tombamento à criação da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Com recursos oriundos do Banco Mundial, da Eletrobrás, da Petrobrás, da Compensação Ambiental, do Instituto Terra Nova/Itália e de outros órgãos, a FUMDHAM transformou a área do Parque e seu entorno, estruturando os acessos, os sítios, além de construir museus, realizando pesquisas, recrutando especialistas do Brasil e do mundo para o sertão piauiense; construiu escolas de período integral; implantou programas educativos e formou jovens, entre eles 87 con-

dutores de visitantes do Parque, atualmente credenciado pelo ICMBio para conduzir os turistas dentro da Unidade de Conservação.

Niède Guidon fomentou a criação do curso de Graduação em Arqueologia na região da Serra da Capivara, com o campus universitário de São Raimundo Nonato e a construção de um aeroporto de porte internacional, assegurando sempre uma forte dimensão internacional da pesquisa, que culminou, em 2009, com a realização do Congresso Mundial de Arte Rupestre, o qual atraiu um milhão de especialistas de todo o mundo.

Em 2011, a organização mundial para a certificação de qualidade da gestão do patrimônio cultural, HERITY³, certificou o PNSC, sublinhando também algumas das suas dificuldades, em um reconhecimento da estratégia prosseguida até então, tendo destacado, em especial, a vertente de conservação.

Conforme a HERITY destaca, os fatores comunicação e serviços são imperativos para o desenvolvimento do turismo na região. O número de visitantes vem gradativamente aumentando nos últimos cinco anos, mas mesmo assim é baixo (29 mil visitantes em 2019, o maior número em 20 anos). O PNSC não é autossustentável, depende exclusivamente de recursos públicos (financeiros, materiais e humanos) para o desempenho de seus resultados: manutenção, conservação, monitoramento, fiscalização e uso público. Com as restrições econômicas dos últimos anos, a FUMDHAM não conseguiu assegurar os repasses de outras instituições, o número de funcionários e colaboradores diminuiu drasticamente e não foi possível manter programas importantes, como os de conservação e educação.

Uma política de concessões tem sido implementada no Brasil em torno do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), e alguns parques nacionais estão passando por um processo que visa à exploração das potencialidades econômicas, por meio do uso público: visitas, serviços de trilhas, restaurantes, passeios, estacionamentos e *camping*, com previsão de apoio à

3 HERITY – acrônimo resultante da união da palavra inglesa *Heritage* (patrimônio) e *Quality* (Qualidade), é a organização mundial para a Certificação de Qualidade da Gestão do Patrimônio Cultural.

conservação, proteção e gestão e, por conseguinte, à diminuição da dependência financeira do orçamento público. Esse processo, que tem resultado em afluxos de centenas de milhares a milhões de visitantes (Foz do Iguaçu – 2.020.358, mais de 1 milhão de visitantes; Lençóis Maranhenses – 200 mil visitantes; Jericoacoara – 1 milhão de visitantes), não é isento de riscos para a capacidade de carga dos sítios, mas evidencia as possibilidades para uma abordagem sustentável do PNSC, que retire ensinamentos dos problemas enfrentados pelos parques com maior número de visitantes. Nesse caso, porém, o território e a gestão das Unidades de Conservação (UCs) continuam sob o controle do governo, e o ICMBio continua sendo o responsável pela gestão da unidade de conservação (ICMBIO, 2019).

DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA

O balanço do PNSC é globalmente muito positivo nos campos da pesquisa, da educação cultural e do desenvolvimento e coesão territoriais. Porém, necessidades herdadas ainda não foram possíveis de ser integradas plenamente (como a recorrente instabilidade do modelo de financiamento ou a estruturação de mecanismos mais estáveis de rentabilização da capacidade logística), acrescem novos desafios ao quadro de um mundo que mudou e continua a mudar de forma acelerada, e de novas perspectivas de convergência para a sustentabilidade global.

O PNSC corresponde a uma enorme área de interesse não apenas cultural (por um lado) e natural (por outro), mas a um complexo mais amplo, que incluiu inúmeras cidades e comunidades do seu entorno, distribuídas por diversos municípios. Formado a partir das áreas desses municípios, o PNSC deverá, dentro da lógica dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), construir uma agenda integradora com eles para um desenvolvimento global e harmonioso, que coloque as pessoas no centro da estratégia de conservação e valorização patrimonial.

Nesse sentido, o melhor exemplo que o PNSC tem e deve oferecer é o de, apesar do balanço indiscutivelmente positivo e do reconhecimento nacional e internacional, ter que melhorar e incorporar novos modelos de gestão (mais sustentáveis, com menos oscilações no plano do financiamento), novas ambições de desenvolvimento educativo e cultural (assegurando que as populações circunvizinhas continuem a se beneficiar do acesso ao patrimônio como fonte de saber e de oportunidades de contato com outras comunidades, do Brasil e do exterior) e novas oportunidades econômicas (que gerem emprego e possam, no futuro, viabilizar o sustento de famílias sem dependência exclusiva de dinheiros públicos).

A oportunidade que se abre ao PNSC e aos municípios e comunidades da região é a de desenvolver um programa de pesquisa responsável para a inovação, que ajude todo o território do entorno a melhorar seus indicadores de desenvolvimento, em uma lógica convergente com os ODS. As parcerias já estabelecidas, também com entidades nacionais e internacionais, criam as bases para uma gestão cultural integrada de todo o território (OOSTERBEEK; PEREIRA *et al.*, 2017). A sua concretização, na vida em sociedade, irá depender da continuidade dessas parcerias, em um quadro que deverá se manter o mais flexível possível, incorporando as diferenças e as divergências, em função de um objetivo que todos na região, e para além dela, defendem: a proteção e a valorização do patrimônio mundial da Humanidade, que se encontra confiada a suas mãos.

CONSIDERAÇÕES

Voltemos ao pacto intergeracional e à sustentabilidade, temas centrais do capítulo. Esses são conceitos modernos e especializados, jargão acadêmico, mas tanto um como o outro estão presentes em todas as culturas. No passado, o relato sobre os que vieram antes é sempre narrativo no presente para preparar para o futuro. Os antepassados, de uma forma ou de outra, estão

presente na cosmologia dos povos na forma de ancestrais, santos, profetas, ungidos, entre outras categorias, e servem para inspirar, no presente, os viventes a cada momento e os futuros descendentes. Pacto intergeracional nada mais é que isso. Para que haja descendentes, uma relação entre humanos e ambiente é condição indispensável, preocupação que está presente também em todas as sociedades, desde as profundezas dos tempos. O Parque da Serra da Capivara mostra tudo isso e ainda como a gestão do patrimônio cultural e ambiental pode estar a serviço do presente e das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BOËDA, E. *et al.* A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: the Vale da Pedra Furada (Piauí, Brasil). **Antiquity**, Cambridge, v. 88, n. 341, p. 927-941, sept. 2014a.

BOËDA, E. *et al.* Les industries pléistocènes du Piauí nouvelles données. *In*: FARIAS, M.; LOURDEAU, A. (orgs.). **Peuplement de l'Amérique du sud: l'apport de la technologie lithique**. Prigonrieux: Archéo-éditions, 2014b, p. 13-63.

BOËDA, E. *et al.* New data on a Pleistocene archaeological sequence in South America: Toca do Sítio do Meio, Piauí, Brazil. **PaleoAmerica**, London, v. 2, n. 4, p. 286-302, oct. 2016.

BOËDA, E. *et al.* The Late-Pleistocene industries of Piauí, Brazil: new data. *In*: GRAF, K. E.; KETRON, C. V.; WATERS, M. R. (eds.). **Paleoamerican odyssey**. College Station: Texas A&M University Press, 2014c, p. 445-465.

BOURGEON, L.; BURKE, A.; HIGHAM, T. Earliest human presence in North America dated to the last glacial maximum: new radiocarbon dates from bluefish caves, Canada. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 12, n. 1, p. 1-15, jan. 2017.

FREDERICO, I. B.; FUNARI, P. P. A. Religious Heritage and Nature. Advances in Hospitality, Tourism, and the Services Industry. *In: ÁLVAREZ-GARCÍA, J.; RÍO RAMA, M. de la C. del; GÓMEZ-ULLATE, M. (Orgs.). Handbook of Research on Socio-Economic Impacts of Religious Tourism and Pilgrimage*. 1. ed. Extremadura, Spain: IGI Global, 2019, p. 148-166.

FREDERICO, I.; FUNARI, P. P. A. História ambiental e patrimônio: Construindo caminhos com o turismo. **Dos Algarves**, Algarve, v. 30, p. 47-57, 2017.

FREDERICO, I.; FUNARI, P. P. A. Reconnectando o patrimônio ao seu meio: interações entre cultura, natureza e turismo. *In: CAMPOS, J. B. C.; PRÉVE, D. R.; SOUZA, I. F. de. (Orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente, perspectivas sobre diversidades, cultura e memória*. 1. ed. Curitiba: Multideia, 2016, p. 13-29.

FUNARI, P. P. A.; ALFONSO, L. P.; MANZATO, F. El turismo y la Arqueología en el Brasil: una mirada posmoderna. *In: HERRERA, A. (Org.). Arqueología y desarrollo en América del Sur: de la práctica a la teoría*. Vol. 1. 1. ed. Bogotá: Uniandes, 2013, p. 37-56.

FUNARI, P. P. A.; MANZATO, F.; ALFONSO, L. P. Turismo e Arqueologia: uma abordagem pós-moderna em dois estudos de caso. *In: CUREAU, S. et al. (Orgs.). Olhar interdisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 431-467.

FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FUNARI, P. P. Migration flows from a long-term perspective. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, p. 19-38, 2018.

GUIDON, N.; DELIBRIAS, G. Carbon-14 dates point to man in the Americas 32.000 years ago. **Nature**, London, v. 321, p. 769-771, jun. 1986.

INSTITUTO CHICO MENDES – ICMBIO. **Plano de Manejo**. 2019. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/10758-concessao-nos-parques>. Acesso em: 02 abr. 2020.

JUSTAMAND, M.; FUNARI, P. P. A.; ALARCÓN, A. **Arqueologia e Turismo no Parque da Serra da Capivara, PI, Brasil**. 1. ed. Embu: Alexa, 2018.

KINOSHITA, A. *et al.* Dating human occupation at Toca do Serrote das Moendas, São Raimundo Nonato, Piauí-Brazil by electron spin resonance and optically stimulated luminescence. **Journal of Human Evolution**, Amsterdam, v. 77, p. 187-195, dec. 2014.

LAHAYE, C. *et al.* Another site, same old song: The Pleistocene-Holocene archaeological sequence of Toca da Janela da Barra do Antonião-North, Piauí, Brazil. **Quaternary Geochronology**, Amsterdam, v. 49, p. 223-229, feb. 2019.

LAHAYE, C. *et al.* Human occupation in South America by 20,000 BC: the Toca da Tira-Peia site, Piauí, Brazil. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 40, n. 6, p. 2840-2847, jun. 2013.

LAHAYE, C. *et al.* New insights into a late-Pleistocene human occupation in America: the Vale da Pedra Furada complete chronological study. **Quaternary Geochronology**, Amsterdam, v. 30, p. 445-451, oct. 2015.

LOWERY, D. L. *et al.* Late Pleistocene upland stratigraphy of the western Delmarva Peninsula, USA. **Quaternary Science Reviews**, Amsterdam, v. 29, n. 11/12, p. 1472-1480, jun. 2010.

OOSTERBEEK, L.; PEREIRA, A. *et al.* Para além da gestão patrimonial: uma nova relação da arqueologia com o património. *In*: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. **Arqueologia em Portugal: 2017**, Estado da questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2017, p. 215-225.

PAMPLONA, C. M. P. *et al.* **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019. 43 p.

PARENTI, F. **Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil):** stratigraphie, chronologie, évolution culturelle. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 2001.

PESSIS, A. M. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Revista Clio**, Pernambuco, v. 1, n. 8, p. 35-68, 1992.

RODRIGUES, M. H. da S. G. **A Arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso**. 2016. 396 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.

RODRIGUES, M. H. da S. G.; Weltweit: UNESCO-Welterbe Serra da Capivara: Uralte Felskunst in Brasilien. *In: Archaologie in Deutschland*, Heft 01, 2020. Disponível em: <https://www.aid-magazin.de/zeitschrift/einzelhefte-archiv/jahrgang-2020/heft-12020/weltweit/unesco-welterbe-serra-da-capivara.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, T. dos. **Rock art of Toca do Paraguaio (Piauí, Brazil): a morpho-technique approach**. 2013. Master Thesis (Doctorate in Quaternary and Prehistory) - Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2013.

VALLADAS, H.; MERCIER, N.; MICHAB, M.; JORON, J. L.; REYSS, J. L.; GUIDON, N. TL age-estimates of burnt quartz pebbles from the Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Northeastern Brazil). **Quaternary Science Reviews**, Amsterdam, v. 22, n. 10/13, p. 1253-1257, may 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0277-3791\(03\)00029-5](https://doi.org/10.1016/S0277-3791(03)00029-5)>. Acesso em: 27 abril 2020.

VIALOU, D. *et al.* Peopling South America's centre: the late Pleistocen site of Santa Elina. **Antiquity**, Cambridge, v. 91, n. 358, p. 865-884, aug. 2017.

CAPÍTULO 6

ARQUEOTURISMO EM ANGOLA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura06>

Ziva Domingos
Bumba Manuel de Castro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais e econômicas e os desafios da globalização que se verificam hoje interpelam o poder público e a sociedade civil a repensarem os modelos de desenvolvimento, procurando colocar o “homem” no centro das políticas e estratégias. Para o efeito, procura-se explorar racionalmente todos os recursos a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais através da erradicação da pobreza, que é um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável. O arqueoturismo pode ser usado como um dos recursos para que seja alcançado esse ideal, que visa à justiça social global, olhando mais especificamente as preocupações das populações mais vulneráveis.

Considerando o papel da arqueologia no estudo das práticas sociais e da reconstituição e/ou da consolidação da história das nações, como Angola, que enfrentou ao longo dos anos vários desafios de estabilidade – desde o período pré-colonial, com o comércio de escravos transatlântico; colonial e até pós-independência, com conflitos armados –, pensamos que a promoção do turismo arqueológico pode servir de base para colmatar essas lacunas e esses vazios temporais da história e alavancar o desenvolvimento de Angola a partir das suas localidades.

As pesquisas e descobertas arqueológicas, que têm sido realizadas em diferentes partes de Angola, consubstanciadas em estações de arte rupestres com pinturas e gravuras de grande qualidade e diversidade, e em artefatos arqueológicos que remontam ao mesolítico e paleolítico antigo, permitem introduzir novos elementos no seu passado histórico e construir a verdadeira identidade do povo angolano, reescrevendo e consolidando a sua história. É nessa perspectiva que temos assistido a iniciativas diversas das autoridades angolanas no sentido da salvaguarda e valorização do patrimônio cultural do País, incluído o patrimônio arqueológico, sobretudo a partir do momento em que o Executivo Angolano decidiu efetivamente inscrever, em 2006, a candida-

tura do Sítio de Mbanza Kongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, fato que só aconteceu em 2017.

Por outro lado, os esforços empreendidos para a salvaguarda e valorização do patrimônio cultural e a sua vertente arqueológica têm no turismo um importante aliado, que deverá contribuir igualmente para a educação patrimonial dos cidadãos e dos visitantes, assim como para a melhor interpretação e leitura do passado. Não obstante a situação residual do turismo angolano no contexto da África Austral, os objetivos traçados para o setor até 2020 obrigam a concepção de produtos turísticos diferenciados que tragam valor às comunidades locais, sobretudo neste momento em que Angola procura cada vez mais se abrir ao mundo. O arqueoturismo é, naturalmente, um desses produtos, visto que existe um rico e diversificado potencial patrimonial e arqueológico para a formatação de roteiros e configuração de produtos competitivos no mercado de consumo, que deverá servir de recurso para valorizar e divulgar cada vez mais o País e proporcionar o seu desenvolvimento.

Assim sendo, este capítulo dedicado ao desenvolvimento local baseado no arqueoturismo aborda, na sua primeira parte, questões relacionadas ao potencial arqueológico angolano e à sua gestão, olhando para as grandes linhas das políticas públicas que asseguram a sua salvaguarda, promoção e valorização, incluindo a valorização turística, que passa pela educação patrimonial, e rebuscando os fundamentos e as origens da pesquisa arqueológica em Angola. A segunda parte deste capítulo é consagrada exclusivamente às abordagens referentes ao arqueoturismo como um dos elementos impulsionadores do desenvolvimento local, sobretudo nesta era em que a Angola desencadeou o processo de desconcentração e descentralização do poder público, do central para o local, preparando-se para as autarquias locais como uma das formas de estar mais próximo das comunidades e atender condignamente às suas preocupações, apostando na diversificação da sua economia, onde o turismo é visto como um dos pilares.

POTENCIAL PATRIMONIAL E ARQUEOLÓGICO ANGOLANO, SUA GESTÃO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ANGOLA

As questões e problemáticas da salvaguarda e valorização do patrimônio cultural estão claramente abordadas nas políticas públicas da República de Angola desde a sua Constituição, passando pela política cultural e finalizando com a lei do patrimônio cultural.

A CRA¹ (ANGOLA, 2010, p. 30, 33) expressa claramente nos seus artigos 79º e 87º o direito de acesso de qualquer cidadão angolano à cultura e, conseqüentemente, à conservação, valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico, nos seguintes termos:

O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei. (Artigo 79º).

Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.

O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano (Artigo 87º).

Na perspectiva da integração efetiva da cultura nas políticas do desenvolvimento tal como estipulado na Constituição, o Governo Angolano aprovou, desde janeiro de 2011, através do Decreto nº 15/2011, a Política Cultural de Angola para um período de 10 anos (ANGOLA, 2014). Essa políti-

1 Constituição da República de Angola.

ca cultural reconhece a cultura como um componente de grande importância, com os efeitos imediatos sobre a coesão interna da sociedade angolana, visando à construção de uma nação unida, desenvolvida e próspera.

A cultura angolana, tal como descrita nessa política cultural, possui um rico patrimônio cultural e natural composto por uma diversidade de objetos de museus, monumentos, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais, centros e conjuntos históricos, etc., sem se esquecer da variedade de patrimônio imaterial. Os valores dessa riqueza cultural devem ser preservados, estudados e promovidos dentro e fora do País a fim de fazerem parte integrante dos principais desafios estratégicos que visam ao progresso, ao desenvolvimento e à afirmação do País no contexto mundial.

Considerando que essa política reconhece o patrimônio cultural e natural como um dos pilares do desenvolvimento de Angola, o Governo, em nível central e local, apelou às comunidades locais e à sociedade civil a promoverem e apoiarem todas as iniciativas voltadas à preservação, valorização e gestão de bens patrimoniais, tal como descrito na Lei nº 14/05 do Patrimônio Cultural (ANGOLA, 2008).

A Lei do Patrimônio Cultural aprovada em 2005 aborda amplamente questões relacionadas à salvaguarda, proteção, valorização, promoção e divulgação do patrimônio cultural angolano, envolvendo todas as partes interessadas (decisores, gestores do patrimônio, sociedade civil, comunidades locais, público em geral). Essa lei define os critérios e mecanismos de implementação dos ideais expressos na Constituição e Política Cultural da República de Angola. Assim, no seu artigo 1º sobre os princípios fundamentais, a Lei enfatiza a questão do acesso à cultura através do uso do patrimônio cultural para a construção da identidade nacional:

A presente Lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural considerado como de interesse relevante para compreensão, permanência e construção da identidade cultural angolana.

A política do Patrimônio Cultural integra as ações promovidas pelo Estado, Governos Provinciais, Administrações locais, associações e diferentes sensibilidades da Sociedade Civil, visando assegurar no espaço nacional a efectivação do direito à Cultura e à fruição cultural nos vários domínios da vida social. (Artigo 1º). (ANGOLA, 2008, p. 7).

No seu artigo 4º, a Lei enfatiza a importância de uma gestão participativa para melhor protecção e valorização do património cultural nacional:

O Estado, através do Ministério de tutela, dos Governos Provinciais e das Administrações Locais devem procurar promover a sensibilização e a participação dos cidadãos na salvaguarda do Patrimônio Cultural e assegurar as condições da sua fruição.

As populações devem ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do Patrimônio Cultural (Artigo 4º). (ANGOLA, 2008, p. 8).

Além dos princípios acima descritos, a Lei do Patrimônio Cultural dedica toda uma seção (Seção IV) ao regime especial do património arqueológico, esclarecendo os procedimentos e regras a serem respeitados para a sua melhor gestão em todo o território nacional.

Não obstante as normas legais acima descritas, o Executivo Angolano aprovou, em 2018, o seu plano de governação chamado Plano do Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 (ANGOLA, 2018). O referido plano tem como primeiro eixo de orientação estratégica o desenvolvimento humano e o bem-estar. É nesse eixo que estão inseridas políticas e programas relacionados com a cultura.

Destaca-se, porém, que o capítulo da cultura e recreação possui a menor quota de recursos financeiros, com um percentual de 1,24% entre as 10 funções definidas como sendo do Estado.

Nesse documento, que define as políticas de desenvolvimento setoriais para uma legislatura, foram definidas como prioridades da cultura:

- Valorizar e dinamizar o patrimônio cultural nacional, com uma forte aposta na recuperação e melhoria da rede museológica, bibliotecas, arquivos e na preservação e acondicionamento dos seus acervos;
- Promover o fomento da arte e das indústrias culturais e criativas através da implementação de centros culturais e casas de cultura.

Não obstante o turismo cultural estar definido como um dos produtos estratégicos a desenvolver no País no Plano Diretor do Turismo, a relação turismo-cultura no PDN 2018-2022 é muito evasiva, uma vez que as ações prioritárias definidas se centram essencialmente na infraestruturização dos polos de desenvolvimento turísticos, na melhoria das acessibilidades e na facilitação de vistos para turistas estrangeiros. No entanto, reconhece a necessidade de promoção interna dos produtos turísticos enquanto meios de elevação dos valores culturais do povo angolano e do patrimônio histórico e natural do País.

A fim de implementar as normas definidas nesse pacote das políticas públicas, mais especificamente as da gestão do patrimônio arqueológico, existem em nível central duas instituições responsáveis criadas para o efeito:

- Por um lado, o Instituto Nacional do Patrimônio Cultural (INPC), o órgão sob tutela do Ministério da Cultura, que tem como missão assegurar o inventário, a documentação, a classificação e a identificação de todos os monumentos e sítios e o patrimônio imaterial de Angola, e preparar instrumentos que garantam a sua gestão geral e os seus valores de homogeneidade, autenticidade, integridade e singularidade.

- Por outro lado, o Museu Nacional de Arqueologia de Benguela (MNAB), órgão sob tutela da Direção Nacional de Museus (DINAM) do Ministério da Cultura, que também gere o patrimônio arqueológico (coleções e sítios), em todo o território nacional, cuja missão é investigar, coletar, identificar, classificar, preservar, exibir e divulgar o histórico patrimônio cultural, arqueológico, geológico, antropológico, numismático, literário e outros.

Perante essa gestão de velocidade dupla, parece existir uma ambiguidade quando se observa que os limites nas missões das duas instituições não estão claramente definidos, se bem que o MNAB joga atualmente com um papel de órgão consultivo do INPC. Para uma gestão eficaz do patrimônio arqueológico nacional, não deveria haver no seio do Ministério da Cultura uma direção autônoma responsável para preparar políticas e programas no domínio de Arqueologia?

Em nível provincial e local, existem os Gabinetes Provinciais da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos, que fazem a gestão local do patrimônio cultural e natural. Em termos de princípio, o casamento “cultura-turismo” é mais evidente e deveria ser uma mais-valia para a promoção e o fomento do turismo local, considerando sobretudo o processo de desconcentração dos poderes e recursos do central para o local.

As políticas públicas existentes no domínio da Cultura, e mais especificamente na área do patrimônio cultural, definem claramente as normas a observar para permitir uma melhor salvaguarda e valorização do patrimônio cultural, incluindo a sua valorização turística. O que se verifica no terreno é a insuficiência das ferramentas e de recursos para a operacionalização dessas medidas, sobretudo em nível local. Uma outra fraqueza que se observa nessas políticas públicas é a forma tímida, para não dizer inexistente, de como o casamento “cultura-turismo” está expresso quando se consideram os desafios de Angola em diversificar a sua economia, escolhendo o turismo como um dos pilares dessa estratégia, comparando com a forma como esse casamento

está fortemente evidenciado em outros países da África Austral e Oriental, tais como África do Sul, Namíbia, Zimbábwe, Quênia, Tanzânia, etc.

BREVE PANORAMA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ANGOLA

Angola é um país situado na costa ocidental da África com uma superfície de 1.246.700 km² e uma população estimada atualmente em cerca de 30.000.000 de habitantes², maioritariamente “Bantu”. Para o estudo da pré-história, de acordo com as pesquisas levadas a cabo por J. D. Clark nos anos de 1966, o território angolano foi dividido em três grandes zonas ecológicas: a Zona Congo ao norte, Zona Zambeze ao centro-sul-leste e a Zona Sudoeste (GUTIERREZ, 2009).

2 De acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE), a população angolana foi estimada em 30.175.553 habitantes em 2019 (Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner_Projeccao.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

Figura 1 - Mapa de Angola³



Fonte: Researchgate.net (carregado por Luis Borges Gouveia).

3 Mapa disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img.2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPIAhWIMBQKHQPYPBmkQ4dUDCAY&uact=5#imgrc=sUi52k_Zsm70JM; Acesso em: 30 out. 2019.

A existência de peças líticas pré-históricas em Angola foi relatada já no final do século XIX. Dois artigos publicados em 1890 por R. Severo e N. Delgado relataram a presença de partes “neolíticas” e “de pedra esculpida” da província de Angola (GUTIERREZ, 2008, p. 23).

Foi apenas na década de 1940 que a pré-história de Angola se tornou uma disciplina separada, com publicações realizadas sobre as pesquisas arqueológicas na parte oriental do País. Dois importantes fatos simbolizam o desenvolvimento da arqueologia em Angola: a grande exploração industrial mineira pela Diamang (antiga Companhia Nacional de Diamantes de Angola) e a criação do Museu do Dundo no Leste de Angola.

O Geólogo J. Janmart, Chefe do Departamento de Prospecção da empresa de diamantes, desenvolveu o seu interesse em estudar o material arqueológico extraído do solo através da atividade mineira. A criação do Museu do Dundo pela Diamang marcou o início da pesquisa arqueológica e revolucionou consideravelmente a prática de arqueologia, assim como o tratamento de dados provenientes do terreno (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). De fato, além de estudos de coleções etnográficas e da diversidade cultural Lunda-Cokwe e espécimes de história natural da região leste de Angola, o museu também iniciou o estudo arqueológico do sítio de Bala Bala. As primeiras edições da publicação do museu, escritas por J. Janmart, foram dedicadas à arqueologia e, em particular, ao estudo do material lítico, ainda presente na coleção do museu: núcleo, lascas, bifaces, etc. As investigações desenvolvidas por J. Janmart no leste do País possibilitaram a elaboração de um mapa contendo cerca de setenta estações pré-históricas (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019), revelando assim a riqueza arqueológica de Angola.

No fim dos anos de 1940 até a década de 1960, outros pesquisadores, tais como J.D. Clark, L.S.B. Leaky, H. Breuil, realizaram pesquisas arqueológicas no leste de Angola e desenvolveram estudos arqueológicos no Museu do Dundo, sobretudo estudos dedicados às indústrias líticas de Angola levados a cabo por J. D. Clark, produzindo uma importante literatura sobre a arqueologia do leste de Angola. Além do estudo sobre a distribuição das indústrias

líticas no território nacional, estudou também o material lítico presente nas coleções do Museu do Dundo. Alguns anos depois, C. Ervedosa e S. Júnior desenvolveram outras pesquisas arqueológicas na mesma área, coletando peças líticas na superfície.

A pesquisa continuou em outras partes do País, incluindo o sudoeste, que é considerado uma região com uma tradição pré-histórica onde os homens viveram quase continuamente desde os tempos pré-históricos até os dias atuais. Nessa região, M. Ramos, do Instituto de Investigação Científica Tropical, realizou pesquisas e escavações arqueológicas no sítio de Capangombe (provincia do Namibe) no final dos anos de 1960. Ele encontrou uma indústria apresentando como um todo “uma tipologia dos acheulenses evoluídos”. As séries colhidas incluem 1776 peças sem tamanho de lixo, apesar da possível proximidade de oficinas. Estudos desenvolvidos por M. Ramos no mesmo sítio apontam a descoberta de alguns artefatos de material lítico, alguns da tradição acheulense. Os estudos desenvolvidos por M. Ramos na Região Sudoeste de Angola se inscrevem já em uma verdadeira perspectiva científica, cuja escavação arqueológica, o estudo do material lítico e a publicação fazem parte de um mesmo processo (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019).

Na faixa costeira do sul de Angola, o Departamento de Geologia e Minas de Angola, como parte da sua pesquisa geológica, já noticiava desde a década de 1950 a presença de material lítico, especialmente na região da Baía Farta, segundo uma nota inédita de Mascarenhas Neto publicada em 1956 (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). Nos anos de 1960, outros estudos que assinalavam a existência do material arqueológico, sobretudo o material lítico do paleolítico nas praias da Baía Farta e do Lobito, foram publicados por Mariano Feio. Alguns anos depois, Ervedosa publicou os seus estudos sobre o material lítico existente na região da Baía Farta, que Soares de Carvalho recolheu (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019).

A continuidade da pesquisa arqueológica nessa região tem sido assegurada desde a década de 1970 pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, cuja coleção é, em grande parte, composta de material arqueológico

do sítio de Dungo. Essa instituição, criada em 1976, tem uma dupla missão: de desenvolver pesquisas sobre a arqueologia em todo território angolano e assegurar a conservação e a valorização do material arqueológico recolhido. Com o empenho especial e a paixão pela arqueologia evidenciada pelo primeiro Diretor do Museu, Luís Pais Pinto, uma brigada de investigação arqueológica constituída por jovens iniciará as prospecções arqueológicas de superfície na Região da Baía Farta sem um aprofundamento da investigação arqueológica. Apesar das suas missões de abrangência nacional, e por causa da situação difícil devido à guerra que assolou o País durante mais de duas décadas e por falta de recursos materiais e humanos qualificados, os trabalhos do Museu vão se limitar basicamente na província de Benguela, sobretudo na região da Baía Farta.

Desde a década de 1990, o museu vem desenvolvendo um programa de pesquisa arqueológica com a equipe de pesquisa em arqueologia africana da Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne e do CNRS⁴ da França, baseado em dois eixos fundamentais: a investigação metodológica no terreno e a formação teórica e prática da disciplina (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). Um dos principais resultados dessa parceria é a capacitação de quadros do Museu de Arqueologia de Benguela; além de estágios profissionais na França, alguns funcionários se formaram até no nível do doutoramento a fim de poder assegurar a investigação arqueológica em Angola.

A partir do mapa arqueológico publicado por C. Ervedosa (1980), pesquisadores franceses e angolanos foram capazes de identificar uma dúzia de sítios arqueológicos nas duas margens do rio Dungo (Província de Benguela). Dada a antiguidade e importância dos sítios, os pesquisadores se desafiaram a repensar a metodologia para se concentrarem em questões relacionadas à estratigrafia e ao contexto material. Como observa Gutierrez (2008, p. 37), “[...] foi, portanto, necessário acabar com a recolha de superfície, tendo o Museu de Benguela já uma amostra suficientemente representativa e começar a reflectir

4

Centre National de la Recherche Scientifique.

sobre o passado em termos do contexto amplo do antigo assentamento humano na região”.

A aplicação da metodologia adaptada levou à grande descoberta nessa região de Dungo: a do esqueleto de um mamífero de cerca de cinco metros de comprimento, provavelmente uma baleia, na paleoplage do sítio Dungo V, exposto hoje no Museu de Arqueologia de Benguela e sobre o qual os homens do Paleolítico Inferior praticavam uma atividade de limpeza.

Nos últimos anos, essa parceria, que evoluiu para uma Escola de Campo, alargou-se, envolvendo, além das equipes franco-angolanas, estudantes e professores da Universidade Katyavala Buíla e do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela. Os trabalhos de campo continuam a ser levados a cabo na Região da Baía Farta, mais especificamente nas estações de Dungo, com algumas práticas sobre os aspectos metodológicos no Museu de Arqueologia de Benguela. Os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos no ano de 2019, na estação de Dungo XII, onde foi descoberto o material lítico com a presença de numerosas lascas e choopers (MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DE BENGUELA, 2019).

No que diz respeito à arte rupestre, a literatura nos diz que a primeira pesquisa na África remonta ao início do século XIX. Estudos recentes apontam a existência de um pouco mais de 40 estações de arte rupestre em Angola, com uma predominância na província do Namibe, onde se encontra o emblemático sítio arqueológico de Tchitundu-Hulu. Devido à sua riqueza cultural diversificada, o complexo arqueológico Tchitundu-Hulu já foi objeto de vários estudos desde a década de 1950, os quais foram conduzidos pelo geólogo C. França, o etnólogo alemão H Baumann ou o etnólogo português S. Júnior, e tem sido seguido desde a década de 1990 pelo trabalho de outros arqueólogos como Manuel Gutierrez, cujos resultados foram publicados em 2008 em um livro intitulado “Arte Rupestre em Angola - Província do Namibe “.

Nesta última década, outras pesquisas arqueológicas continuam também a ser desenvolvidas na Região do Ebo (província do Cuanza Sul), na

Região da Leba (província da Huíla) e em outras localidades da província do Namibe pelos investigadores nacionais e estrangeiros do Instituto Politécnico de Tomar e do Instituto Terra e Memória, Universidade de Coimbra de Portugal, que deram, por exemplo, em 2012, corpo à publicação “Ebo e arte rupestre do sudoeste de África”.

POTENCIAL PATRIMONIAL E ARQUEOLÓGICO DE ANGOLA: RIQUEZA E DIVERSIDADE

O estado atual das pesquisas em Angola demonstra que existe um potencial arqueológico em todo o território angolano que precisa de ser salvaguardado e mais valorizado. O patrimônio arqueológico um pouco mais estudado e valorizado se encontra concentrado nas três regiões ecológicas definidas por Clark – zonas norte, sudoeste e sul – e é composto maioritariamente por material lítico, material ósseo, cerâmica e arte rupestre. De acordo com os dados estatísticos do INPC (2014), cerca de 20 sítios arqueológicos são classificados como patrimônio nacional, sobretudo os da região sudoeste, mais precisamente os das províncias de Benguela e do Cuanza Sul.

Na província de Benguela, dois sítios têm sido objetos de estudo por parte da equipe franco-angolana desde 1990: os sítios do Complexo de Dungo e de Cachama, na região da Baía Farta. No Complexo de Dungo, os estudos incidem sobre as estações de Dungo III, IV, V, XII, que estão situadas nos dois lados do Rio Dungo. O material existente nessas estações são os seixos rolados e o material lítico produzido a partir desses seixos, entre outros seixos alhados, choppers, poliedros, bifaces, lascas e seixos rachados. Os outros vestígios existentes no Complexo de Dungo são as conchas marinhas e o material ósseo.

As principais descobertas nesse complexo são a existência do esqueleto de uma baleia acompanhado de cerca de 59 artefatos líticos. De acordo com os investigadores, os homens de outrora vieram remover com a ajuda

de ferramentas em pedra fragmentos de carne, de tendões e de gordura da pele do cetáceo morto na praia. Trata-se provavelmente de uma atividade de rapinagem sobre um mamífero encalhado na praia. Os estudos de cronologia realizados sobre um vestígio de uma concha de ostra proveniente do mesmo nível do esqueleto da baleia apontam para uma idade de mais de 350 000 anos (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019, p. 54-55).

Outro sítio que é objeto de estudo da equipe franco-angolana na província de Benguela é o Complexo de Cachama. Um dos principais objetivos das pesquisas arqueológicas nesse sítio é aprofundar as pesquisas relacionadas com os períodos neolíticos e proto-históricos em Angola e fazer um estudo comparado com a indústria atual da cerâmica naquela região. Os trabalhos desenvolvidos nesse sítio permitiram a descoberta dos fragmentos de cerâmica, algumas raras pérolas, peças líticas e conchas. As datações 14 C a partir de algumas amostras apontam a data de $3430 \pm 22\text{ BP}$ para as ocupações mais antigas do Complexo de Cachama. Os fragmentos de cerâmica descobertos são de lábio, bordo, colo, pansa e fundo, com quatro cores variadas que vão do castanho ao preto; são decorados por impressão e incisão e com a morfologia de recipientes abertos e fechados (BENJAMIM, 2019).

Os vestígios recolhidos nos sítios de Dungo como de Cachama, por exemplo, encontram-se depositados no MNAB. O principal desafio é prosseguir com os estudos sobre esse material para que se obtenham dados mais confiáveis sobre os diferentes períodos de ocupação humana e consolidar a história de Angola.

Figura 2 - Vestígios arqueológicos expostos no Museu Nacional de Arqueologia de Benguela



Fonte: Fotografia tirada por Maria Helena Benjamim (2019).

Na província do Cuanza Sul, mais particularmente no município do Ebo, existem os sítios de arte rupestre de Ndalambiri, Cumbira e Caiombo com cerca de 1200 pinturas rupestres, cujos estudos mais recentes foram desenvolvidos por uma equipe luso-angolana. No sítio de Ndalambiri, a arte rupestre está marcada com pelo menos três níveis de sobreposição de pinturas: negro, vermelho tijolo e branco. As figuras são antropomórficas, retratando algumas cenas de indivíduos a caçar, a conversar, a fumar, a tocar instrumentos, a trepar em árvores, a transportar tipoias. As zoomórficas são múltiplas e variadas, ilustrando as figuras de elefantes, jacarés, antílopes, cobras e aves, mas ainda existem pinturas com morfologias geométricas ilustradas pelas figuras reticuladas, retangulares, quadrangulares e triangulares. No sítio de Cumbira, existem também pinturas rupestres com as mesmas morfologias do Ndalambiri, mas adicionalmente a isso algumas escavações realizadas no sítio permitiram a descoberta de diversos fragmentos de cerâmica decorados. As pinturas com as mesmas figuras morfológicas existem também no sítio de Caiombo; as figuras antropomórficas desse sítio

ilustram, entre outras cenas, as da música e da dança (OOSTERBEEK; MARINS, 2012). As datações realizadas no pigmento preto das pinturas rupestres do Ebo revelam a transição para o século XVIII (OOSTERBEEK, 2013) e marcam uma nova etapa na pesquisa arqueológica sobre a arte rupestre de Angola, cuja primeira análise em C14 foi realizada nos pigmentos das pinturas rupestres de Tchitundu-Hulu (província de Namibe) que apontam uma data aproximada de 2.500 anos (2596 ± 53 BP) (GUTIERREZ, 1996).

Figura 3- Pinturas rupestres de Ndalambiri - Ebo – Kwanza Sul



Fonte: Fotografia tirada por Ziva Domingos (2012).

Na zona sul, destacam-se a riqueza e a diversidade do patrimônio arqueológico da arte rupestre na província do Namibe, que é objeto de estudo por parte das equipes luso-angolana e franco-angolana. Existe também um potencial arqueológico na província da Huíla, mais particularmente na Serra da Leba, com a Gruta da Leba, que já foi objeto de estudo, nos anos de 1960, dos investigadores J. Camarate França e Vitor Oliveira Jorge. Atualmente, estudos de geoarqueologia no Carso da Leba estão sendo desenvolvidos por uma equi-

pe luso-angolana⁵ desde 2018, os quais visam, entre outros objetivos, efetuar a re-escavação limitada dos perfis estratigráficos remanescentes das escavações anteriores de J. Camarate-França e Vitor Oliveira Jorge.

Um dos sítios de arte rupestre da África Subsaariana mais estudado e valorizado é o Complexo Arqueológico de Tchitundu-Hulu, situado na província do Namibe. Esse sítio, por causa do potencial de seu valor universal excepcional de congregar em um mesmo espaço inserido em um meio ambiente particular cerca de 2000 gravuras e 250 pinturas diversificadas e de qualidade especial, foi selecionado pelo Executivo Angolano como um dos bens patrimoniais a ser proposto para inscrição da lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (DOMINGOS, 2015).

O Complexo Tchitundu-Hulu é formado por um conjunto de quatro montanhas de granito: Tchitundu-Hulu Mulume (a maior montanha) contém pinturas no seu abrigo e gravuras rupestres ao ar livre; Tchitundu-hulo Mucai também contém pinturas no seu abrigo; Pedra da Lagoa e Pedra das Zebras contêm principalmente gravuras na superfície da rocha.

Os temas figurados nas gravuras são variados, mas, em geral, elas são esquemáticas e de tipo simbólico: nota-se um elevado número de padrões circulares com círculos simples ou concêntricos, com ou sem raios, representações vegetais e animais de antílopes, tartarugas, cobras, pássaros e mamíferos.

As pinturas, em sua maioria, foram feitas em vermelho ou branco, com tonalidades diferentes. Figuras monocromáticas em vermelho ou branco são a maioria, seguidas por figuras de duas cores em vermelho e branco. As figuras tricromáticas (vermelho, branco, preto) são raras e apenas uma combina

5 A Equipe Luso-Angolana é coordenada pela Doutoranda Daniela de Matos e integra várias instituições: Departamento de Geologia e Minas do Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH), da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN) de Angola; Geoarchaeology Working Group – Lab. Geosciences do Institute of Archaeological Sciences da Universitat Tübingen, Germany; Grupo “Quaternário e Pré-História” do Centro de Geociências (CGEO) da Universidade de Coimbra, Portugal; Ministério da Cultura de Angola (Direção Nacional de Museus, Museu Nacional de Arqueologia de Angola, Museu Regional da Huíla, Instituto Nacional do Patrimônio Cultural).

os quatro tons (vermelho, branco, preto, amarelo). Por exemplo, Tchitundu-Hulu Mucai tem cerca de sessenta assuntos pintados em branco, preto e duas tonalidades de vermelho. As figuras são circulares, elípticas e ovais, triangulares ou trapezoidais; os animais são mais comuns que os antropomorfos. As figuras geométricas consistem em linhas verticais pontilhadas e circulares com raios. As figuras geométricas compõem quase metade das pinturas no local (47,5%), seguidas por “várias” também muito numerosas (38,9%). Os animais estão presentes, mas poucos (11,9%), e os antropomorfos estão quase ausentes, com um único número provável e estilizado (1,7%) (GUTIERREZ, 2009).

De acordo com os dados atualizados do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos do Namibe, cerca de 22 estações arqueológicas são inventariadas, entre as quais 10 sítios foram objetos de estudo por parte do arqueólogo Manuel Gutierrez, cujos resultados foram publicados em 2009 através da Obra “Arte Rupestre em Angola – Província do Namibe”. Nesse conjunto de sítios estudados, destaca-se na região de Caraculo as seguintes estações dotadas de figuras multicoloridas e com morfologias diferentes (antropomórficas, zoomórficas e geométricas): as estações de Hai, Kenguerera I, Kenguerera II, Lumbundjo, Makahama, Majole, Manakombo, Onkaka, Vihailo I, Vihailo II. O complexo arqueológico de Tchitundu-Hulu é um dos sítios arqueológicos de Angola mais visitados nos últimos tempos pelos turistas.

No norte de Angola, mais precisamente na província do Zaire, existe um rico património arqueológico. Quando da preparação da candidatura do Centro Histórico de Mbanza Kongo na lista do Património Mundial (fato que aconteceu em julho de 2017), foram realizadas prospecções e escavações arqueológicas no Madungu, Tadi Dya Bukikwa, Mpindi a Tadi, Kulumbimbi, Lumbu e Missão Católica, que puseram a descoberto alguns vestígios e sítios arqueológicos ligados à história do Reino do Kongo e da sua diáspora. Mbanza Kongo foi a capital econômica do Reino de Kongo na era pré-colonial, que influenciou os reinos da sub-região (Kakongo, Ngoyo e Loango) e o desenvolvimento da cidade teve uma estreita conexão com o período da Idade do Ferro.

Um dos requisitos para a inscrição era de demonstrar arqueologicamente essas relações comerciais entre o Reino de Kongo e os reinos mencionados acima.

No processo de implementação desse programa, foram encontrados fragmentos de cerâmica, sendo alguns dentre eles do estilo da África Central, desenvolvido através do fenômeno das fosses da Idade do Ferro e que datam entre os séculos XIV e XVI, o período do primeiro contato com os europeus. Além da cerâmica, outros vestígios foram encontrados: restos humanos, objetos metálicos, cachimbos em cerâmica e pedra, pérolas, carvões, fundações de um dos edifícios antigos cuja função original não foi definida (ASSOMBANG; MBIDA; LOPES, 2014). Os estudos desses vestígios arqueológicos devem continuar a fim de enriquecer a história do antigo Reino do Kongo através do aprimoramento dos conteúdos do futuro Museu do Reino do Kongo e do roteiro turístico da cidade de Mbanza Kongo.

Além desses sítios, existe o sítio de arte rupestre da Pedra de Feitiço, no Soyo, com figuras ilustrando cenas de personagens transportando tipoia, de navios e figuras geométricas; também se destacam as grutas de Nzau Evua, que contêm pinturas rupestres e alguns restos humanos.

Os sítios acima apresentados testificam que Angola tem um potencial patrimonial e arqueológico muito rico e diversificado. Apesar dos desafios de conservação que enfrentam alguns sítios, a maioria dos bens do patrimônio arqueológico não é devidamente valorizado e conhecido pelas populações angolanas, incluindo as próprias comunidades locais que convivem com esses sítios, sem falar de turistas estrangeiros. O patrimônio arqueológico angolano continua a ser ainda um assunto da “elite”, sobretudo de investigadores entendidos na matéria, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento local baseado no arqueoturismo. A inversão da referida situação requer uma relação mais próxima entre o poder público e as populações locais, tal como o sublinha Ndoro (2015, p. 394-395):

A extensão das mudanças ambientais e socioculturais devem ser determinados por aqueles que devem viver

com estas mudanças – isso é, as comunidades locais como recipientes dos fluxos de turistas, organizações governamentais como os gestores e planejadores das políticas da actividade, e o sector privado como provedores de serviço.

RECONFIGURAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E O ARQUEOTURISMO: A EDUCAÇÃO E A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL

O esvaziamento acelerado das referências identitárias em Angola é uma realidade atribuída, em grande medida, ao percurso efetuado enquanto país independente que herdou já um vazio acentuado de séculos de colonização. Nessa causa, é apontado particularmente o conflito armado do pós-independência, que atingiu de alguma forma a totalidade do território nacional, obrigando que milhões de angolanos fossem desterritorializados dos enquadramentos habituais a que pertenciam, criando em concomitância rupturas aceleradas e indesejáveis com os vestígios do passado.

A densidade migratória que se assistiu até ao alcance da paz, em abril de 2002, transformou, em uma primeira fase, a maioria dos jovens angolanos, antes comprometidos com o seu passado, em cidadãos emprestados às periferias dos centros urbanos do País, com uma linguagem essencialmente materialista e imediatista, ancorados nos valores emergentes do conflito em contexto de sobrevivência. Porventura, nos territórios abandonados, cada vez mais deprimidos, ainda persiste uma herança cultural, embora tênue, por via da teimosia dos mais velhos, que tristes e perplexos pelo acaso da sua metafísica se recusam terminantemente à resignação.

O distanciamento com os vestígios do passado se alastrou também para além das fronteiras, com a exportação forçada de mão de obra jovem, em um processo emigratório que se exponenciou após o reascender do conflito

armado em 1992⁶. A partir de então, a diáspora angolana cresceu consideravelmente, sobretudo em países como África do Sul, Namíbia, Portugal, Reino Unido, França e Brasil.

Nesse quadro de êxodo forçado em busca de sobrevivência, conforme defende Oosterbeek (2015), é fundamental compreender que os processos migratórios representam um fator de complexificação crescente dos processos de reconfiguração identitária. As migrações foram estruturantes de grandes momentos de transição e conduziram a redefinições identitárias (integradoras ou segregadoras), assentes em complexos equilíbrios entre tradições diversas e valores emergentes. O autor considera que as identidades são estruturadas por essas migrações (que disseminam valores, mas reforçam os mecanismos de exclusão), porque no mundo atual o desenraizamento locacional é muito forte e a fragmentação de *ethos* é exponencial.

O desenraizamento com o local em Angola e as redefinições identitárias com valores antagônicos aos comungados na origem dos migrantes aceleraram, paradoxalmente, com o fim do conflito armado. O intenso crescimento econômico experimentado pelo País entre 2002 e 2014, baseado em uma *mono commodity*, sem uma agenda verdadeira para as pessoas, fomentou a exclusão social, reproduziu desigualdades e sobrepuseram-se valores de grandeza, imponência e ostentação, que transformaram o País e a sua capital em uma ditadura total da moeda, como diria Baudrillard (2011). Porque só o dinheiro tinha valor e pouco importava a forma de o conseguir. Nessa equação, o local nunca existiu verdadeiramente, o cidadão estava à margem dos edifícios modernos e dos cifrões – em dólares americanos, claro.

6 A guerra civil entre os movimentos de libertação nacional em Angola eclodiu na véspera da independência do País, em 11 de novembro de 1975, tendo sofrido o primeiro grande interregno em 31 de maio de 1991, com a assinatura dos acordos do país de Bicesse entre as partes beligerantes, o governo angolano, sustentado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União para a Independência Total de Angola (UNITA). Essa trégua de cerca de 14 meses permitiu a realização das primeiras eleições multipartidárias no País, em 29 e 30 de setembro de 1992. Os resultados das eleições foram contestados pela UNITA, entretanto foi convertido em partido político o principal interlocutor do governo no processo de paz, precipitando assim o regresso à guerra civil, que terminou definitivamente em 4 de abril de 2002.

Os anos de acumulação de recursos financeiros à custa da exploração petrolífera, com o preço por barril em alta no mercado internacional, sem uma gestão parcimoniosa e sujeita à discricionariedade individualizada, foram bastante penosos do ponto de vista sociocultural, tendo como consequência a sublimação paulatina do homem angolano. O culto pela moeda visando às realizações imediatas, muitas vezes com causas abjetas, definiu o tecido social e comprometeu a permanente e necessária construção da memória humana com vista à formação ou reconfiguração das identidades.

E qual foi o lugar do turismo nesse cenário de amnésia com os vestígios do passado? Os atores do turismo se limitaram essencialmente a acompanhar a efervescência econômica através da construção de empreendimentos hoteleiros e oferta complementar associada. Importava, pois, criar facilidades inerentes à dimensão dos negócios que cresciam em catadupas e acudir as necessidades dos visitantes, extremamente focados nas suas motivações profissionais, razão única da deslocação ao País.

Portanto, o turismo nunca fora pensado em uma perspectiva estratégica e de catalisador de desenvolvimento, quando deveria ser um aliado privilegiado das políticas de fortalecimento da economia, porque a sua característica de ramificar negócios em pequenas prestações, à montante e à jusante da atividade, alargou substancialmente as opções de inserção das comunidades e o alívio da pobreza. Dito de outra forma, o turismo seria o setor melhor colocado para estabelecer um diálogo intersetorial e intercultural profícuo, aproveitando a alta do petróleo para a diversificação dos setores produtivos da economia, incluindo a cultura, o que seria o antecipar da resolução de um problema estrutural sério, hoje considerado uma emergência nacional. Assim, além do benefício econômico que o turismo patrimonial pode trazer, o patrimônio é também visto como um motor da coesão social e da educação cultural através do mundo, porque às vezes isso providencia o orgulho local e permite às comunidades se conectarem com o mundo, estabelecendo um diálogo intercultural entre os povos.

Na prática, ao longo dos anos sem guerra, o País não operacionalizou em permanência produtos turísticos comercializáveis de forma sistemática e, por defeito, não criou destinos turísticos que agregassem valor aos visitantes e representassem uma atividade econômica consistente para os residentes. O País não abordou o turismo como uma atividade integradora e sistêmica. Na verdade, ele não tem tido turismo conforme as definições convencionais o concebem. Nessa perspectiva, resulta extemporâneo retrospectivar o turismo arqueológico em Angola.

A relevância da abordagem dessa modalidade turística no contexto local em Angola é obviamente prospectiva, tendo em conta o patrimônio arqueológico apresentado na primeira parte deste trabalho e o eminente processo de gestão das localidades pelos seus habitantes, isto é, a autarcização dos municípios. A institucionalização dos órgãos de poder local eleitos por sufrágio universal, com missão exclusiva de desenhar políticas, tomar decisões e implementar programas e projetos no interesse dos seus municípios, apresenta, desde já, um expectante cenário de reversão da situação atual que, a princípio, deverá favorecer a reconstrução e a reconfiguração das memórias e identidades coletivas locais.

O que se infere, *a priori*, é que o desenvolvimento do turismo local, por representar uma sistematização dos recursos existentes na base de uma visão patrimonial dupla (natural e cultural) de sustentabilidade, tem que ser alicerçado em um forte componente de educação patrimonial e ambiental, estruturado em eixos de desenvolvimento que reabilitem o substrato das culturas locais, a dimensão identitária do residente face ao território, a recuperação de sua autoestima através da sua ancestralidade, assim como a sua afirmação enquanto protagonista maior do processo de desenvolvimento turístico. Por conseguinte, no seguimento desse processo de desenvolvimento local com a relevância do turismo é preciso privilegiar o valor da herança cultural e arqueológico do território, atribuído sobretudo pela comunidade, onde a endogeneidade e a autenticidade terão de ser inegociáveis. Caso contrário, estar-se-á a relevar a mimetização e o simulacro, criando condições para que

determinada herança – muitas vezes sacralizada no contexto africano – seja coisificada. Na verdade,

[...] a educação patrimonial, à altura do nosso tempo, tem como objectivo desejável incentivar a consciência da construtividade do mundo humano, desafiando o sujeito a reconstruir o passado processualmente até que esse se torne compreensível, sem deixar espaço para obscuridades metafísicas que tomem o lugar da agência do sujeito empírico. (MEDEIROS, 2018, p. 41).

Essa construtividade e a noção plena da importância dos vestígios do passado devem representar uma memória social sólida susceptível de formar identidades ajustadas à historicidade local. Conforme defende Carlan (2015, p. 192), a memória em si, ligada à aprendizagem ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade, porque as exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória, que é a base sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos.

Enquanto recurso estratégico de (re) construção de memórias e identidades, o património emerge nos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios e representa um suporte de iniciativas formais e informais de educação patrimonial e uma oportunidade de envolver a sociedade na compreensão da linguagem de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com outros. (FERNANDES; CARVALHO, 2012, p. 19).

Assim, a utilização do património no processo educativo para ativar a sensibilização e as práticas de conservação nos cidadãos reforça o sentido de pertença para além de contribuir para um melhor entendimento e tolerân-

cia do processo de construção da vida de um território e dos seus habitantes (CASTRO, 2018).

Importa, porém, que os conhecimentos produzidos pelas comunidades sejam devidamente relevados e não ignorados por completo, como acontece amiúde. Existe uma prevalência do conhecimento científico e uma ignorância ao se pensar que ele é absoluto, quando na verdade o saber científico e o saber popular são complementares e não diametralmente opostos (SOUZA; SOUZA, 2018). Para Frederico e Funari (2016), as recentes discussões sobre o patrimônio trazem pontos vinculados à interdisciplinaridade e à participação das comunidades locais na construção e escolha dos bens a serem valorizados e geridos, emprestando aos parâmetros técnico-científicos de salvaguarda do patrimônio novas reflexões a partir da pluralidade dos discursos que envolvem as práticas sociais e o meio ambiente. Os usos presentes e futuros representam possibilidades de conservação e também de modificações em processos identitários das comunidades com os seus bens.

Veicular a transmissão de conhecimento focalizado nos bens culturais proporciona às comunidades um contato maior e regular com o patrimônio cultural da sua localidade, com vista a uma capacitação e ao usufruto correto dos bens para a construção de uma identidade sólida (DOMINGOS, 2013). Do ponto de vista das vantagens não facilmente mensuráveis, o patrimônio tem sido considerado, fundamentalmente em nível local, como eixo vertebrador de planificação para os diversos setores de atividade (PRATS, 2003; CARVALHO, 2012), sem descurar a sua capacidade de criar imagem para a localidade, ao mesmo tempo que vai reforçando a vertente simbólico-identitária das suas populações. De fato, a recomposição de identidades culturais afetadas por processos homogeneizadores permite às comunidades (re)edificar a autoestima e fortalecer a confiança no porvir através do seu percurso histórico para enfrentar as incertezas proporcionadas pelo mundo atual que provoca sentimentos de instabilidade em uma trajetória veloz para um destino pouco decifrável (CASTRO, 2018).

Por isso, de acordo com a Carta do ICOMOS de 1990⁷, a participação da população deve estar integrada nas políticas de conservação do patrimônio arqueológico dos países, sendo mesmo imprescindível todas as vezes que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso à informação e ao conhecimento público como um elemento importante de conservação integrada. O engajamento e a participação da população local devem ser estimulados como meio de ação para a preservação do patrimônio arqueológico, sendo aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones em certos casos. O documento considera que a proteção ao patrimônio arqueológico constitui uma obrigação moral de todo ser humano e uma responsabilidade pública coletiva. Essa responsabilidade deve se traduzir na adoção de uma legislação adequada e na garantia de recursos suficientes para financiar, de forma eficaz, os programas de conservação do patrimônio arqueológico.

De acordo com Medeiros (2016), o modo correto de assimilar nossas faculdades cognitivas, assim como a tradição e os costumes, é o espaço. Um espaço em que a cultura deve ser encarada como infraestrutura, acessada e estimulada através de museus, bibliotecas e outras instituições que tornam físicas as representações cognitivas e simbólicas da mente social e disponíveis de modo constante para que possam frutificar nos intelectos dos indivíduos. Dar uso ao patrimônio arqueológico e ao cultural em geral é, portanto, fundamental para a memória, educação, enraizamento e sentido de pertença, assim como para os desígnios de sua conservação e todo o aporte que é capaz de emprestar à sociedade (CASTRO, 2018). O discurso de criação de condições de salvaguarda não se circunscreve apenas, como é óbvio, nos modelos mais adequados de conservação, mas também nos processos de ativação patrimoniais e nas formas de utilização perenes que facilitem a sustentabilidade do próprio processo de conservação. “Para que algum elemento de uma cultura

7 Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Preparada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) e adotada pela 9ª Assembleia Geral do ICOMOS em 1990, realizada em Lausanne, Suíça.

seja considerado património, deve ser previamente ativado” (SCHÜLTER, 2015, p. 14).

Apesar da sua fragilidade, o património cultural deve ser visto como um recurso a ser explorado racionalmente para fins de desenvolvimento, formação, educação e usufruto do público em geral, como o observa Stone (2006, p. 9):

Visitors are seen no as an opportunity to engage with the general public, but rather as a threat to a fragile and irreplaceable resource. As an archaeologist I understand these concerns, but as a heritage manager and an educator, as someone who believe in the contemporary value of heritage, I know that a balance must be struck to allow this albeit fragile resource to benefit all and that I cannot be simply the preserve of academics alone.

A ativação e educação patrimonial em contexto local é, definitivamente, um esforço de conservação baseado na reutilização e rentabilização à margem dos recursos públicos, quase sempre escassos. É uma ação fundamental devido à sua utilidade presente enquanto alicerce para a construção do futuro. Atribuir usos (novos) ao património arqueológico implica, para além do seu propósito conservacionista, a participação contínua dos indivíduos no processo de transformação de identidades que enriquecem a cultura dos povos e na necessária dinâmica interpretativa dos bens culturais para servir da melhor forma a comunidade e as pessoas.

DESENVOLVIMENTO DO ARQUEOTURISMO E O PODER LOCAL EM ANGOLA

Com o poder local autónomo, a expectativa de muitos angolanos é que se esbata o mais rápido possível a desigualdade no País, se vá aliviando

a pobreza extrema e as assimetrias regionais. O desenho de uma nova forma de organização dos municípios em Angola já vem tarde⁸, mas a tempo de obviar a recorrente ineficácia e indesejabilidade social dos actuais órgãos locais do Estado.

Para Acemoglu e Robinson (2013), a eficiência e a adoção de políticas que visem à prosperidade dependem muito da solução de alguns problemas políticos dos países ou das sociedades, porque as instituições políticas determinam quem tem o poder na sociedade e para que fins esse poder pode ser usado. Se a distribuição do poder for reduzida e não estiver sujeita a limitações, as instituições políticas se tornam absolutistas, exercendo o poder em proveito próprio e para um número reduzido de fiéis seguidores.

Portanto, Acemoglu e Robinson (2013) defendem que é fundamental que os países criem instituições políticas inclusivas para gerar igualmente instituições económicas inclusivas e uma sociedade integradora que permita e incentive a maioria das pessoas a tirar o máximo partido dos seus talentos e competências e que façam as escolhas que quiserem, promovendo a propriedade privada, serviços públicos e justiça social.

Para garantir uma maior participação dos cidadãos na vida pública, o governo angolano iniciou um percurso de mais de uma década de desconcentração e descentralização dos órgãos do poder central do Estado, cujo passo decisivo será, precisamente, a já referida implementação gradual⁹ das autarquias locais no País. No entanto, os resultados desse percurso, conforme defende Santos (2013), estão aquém das expectativas inicialmente preconizadas de participação democrática dos cidadãos na governação local. Segundo o autor,

8 Os quinze países da região austral de África estão todos autarcizados, com exceção da Angola. Moçambique, onde o processo iniciou em 1997, é o único país da região que não implementou as autarquias simultaneamente em todos os municípios, modelo defendido pelo governo angolano.

9 A implementação das autarquias na Angola tem tido como principal tema de debate o gradualismo geográfico, que consiste em uma primeira fase na autarcização de alguns municípios que, segundo o governo, venham a se apresentar em melhores condições para o efeito. A oposição defende posição contrária, que implica a sua aplicabilidade a todos os 164 municípios.

o Decreto nº 2/07, que estabelece os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs) para que os cidadãos possam apoiar de forma mais assertiva os órgãos da administração local do Estado na apreciação e na tomada de medidas de natureza política, econômica e social, funciona em muitos casos à *mercê* do poder discricionário do administrador municipal, não havendo espaço para a participação no processo de planejamento e implementação de políticas e nem existe a prestação de contas aos membros do CACS.

Em junho do corrente ano, foi lançado pelo Presidente da República de Angola o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com programas, projetos e ações que incidem essencialmente sobre os setores da saúde, construção, urbanismo, energia e águas, segurança e ordem pública, infraestruturas e vias de comunicação. O plano prevê a concretização de 236 projetos, cujas propostas de necessidades foram da iniciativa dos municípios, ajustadas às prioridades locais e aos anseios da população, perspectivando uma melhor preparação para as autarquias. Para além do plano estar concentrado em questões eminentemente de solução material dos problemas dos municípios, quase sem dimensão cultural, questiona-se também a envolvimento da participação dos cidadãos na sua preparação através do CACS.

Quando as políticas públicas são concebidas e implementadas com base na imposição, sem contratualização social livremente expressa nem possibilidade do seu escrutínio por aqueles a quem se destinam, as consequências são a falta de compromisso social, assim como ausência de coesão social e territorial [...]. A matriz de actuação é a imposição unilateral, de acordo com o padrão ideológico estabelecido por uma elite, que se apropria do poder e o controla em função dos seus interesses. Nestes casos, as políticas públicas, mesmo quando baseadas na lei e terem até enquadramento constitucional, não representam um contrato social. São políticas legítimas pela força da lei produzida à medida da elite dominante, mas porque não reflectem o interesse público e não são susceptíveis de avaliação e controlo por parte da sociedade, são na

essência ilegítimas. Na verdade, devem ser consideradas políticas de Estado e não políticas públicas. (FADIGAS, 2015, p. 14).

Em uma investigação realizada por Lopes (2015) sobre o grau de implementação dos CACS em 27 dos 164 municípios que compõem o território angolano, abrangendo dez das suas dezoito províncias, verificou-se que os atores não estatais dos referidos conselhos (associações profissionais, instituições religiosas, partidos políticos na oposição, organizações não governamentais, associações do setor empresarial, autoridades tradicionais e outras organizações da sociedade civil) não estão satisfeitos com o nível de auscultação e participação dos cidadãos nas administrações municipais, em parte devido ao excessivo protagonismo do partido que sustenta o governo no exercício do poder local.

With adequate social opportunities, individuals can effectively shape their own destiny and help each other. They need not be seen primarily as passive recipients of the benefits of cunning development programs. There is indeed a strong rationale for recognizing the positive role of free and sustainable agency – and even of constructive impatience. (SEN, 2001, p. 11).

Para que haja prosperidade ao nível dos municípios, é fundamental que os seus habitantes tenham espaço para discutir e participar nas decisões que impactem as suas vidas. A apreçoada sustentabilidade não pode estar dissociada do desenvolvimento endógeno, entendido como o modo de organização socioeconómico, sobre o qual as comunidades locais e regionais expressam e concretizam suas próprias propostas de desenvolvimento comunitário ao centrarem a sua atenção no papel das iniciativas locais e ao orientarem-se no sentido de satisfazer as necessidades da população local, fomentando sua ativa participação e promovendo sua aproximação ao funcionamento do sistema

produtivo (GAMBOROTA; LORDA, 2017). Na opinião das autoras, o espaço socialmente construído pode apoiar ou obstruir os processos de desenvolvimento, o qual se baseia em uma adequada utilização dos recursos próprios e orienta-se para satisfazer as necessidades da população. Dessa maneira, as medidas mais adequadas serão aquelas que se destinam a revalorizar as potencialidades territoriais e promover iniciativas que possam utilizar os grupos humanos de forma eficiente.

Segundo Santos (2015), o desenvolvimento consiste em um processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida em uma vida considerada de qualidade. As dimensões aludidas se referem ao seguinte:

- Planeamento territorial;
- Desenvolvimento dos diferentes ramos de produção;
- Redução das desigualdades;
- Satisfação das necessidades básicas de toda a população;
- Garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos;
- Respeito pelo ambiente e sua conservação para gerações futuras;
- Melhoria da qualidade de vida.

Embora Fernandes e Carvalho (2012) asseverem que a discussão hoje sobre o desenvolvimento implica refletir sobre a forma de encontro entre as escalas local e global e na interdependência de todos os pontos (lugares) em um sistema de globalidade interativa que analisa a complexificação dos conflitos de valores, estruturas étnicas e diversidades de comportamento, a essa hibridação, a resposta tem sido o reavivamento e o fortalecimento da autonomia local demandada, paradoxalmente, por essa globalidade. Porque a homogeneização dos produtos e a uniformização dos consumos que os fe-

nômenos atuais apresentam obriga que as pessoas cultivem a diferenciação e apregoem a sua identidade (CASTRO, 2018).

Pelo fato de representar um instrumento catalisador de desenvolvimento de muitos países, o turismo, se abordado em uma perspectiva horizontal, contribui para uma maior integração e complementaridade dos sectores de atividade porque os investimentos no setor possuem uma característica bastante favorável ao nível local, uma vez que é caracterizada em grande medida por micro e pequenas unidades produtivas com prestações fragmentadas sem exigência de elevados recursos financeiros. Essa particularidade faz com que o turismo esteja mais bem colocado para aliviar a pobreza em relação aos outros setores, pois permite alcançar melhor desempenho econômico e melhor distribuição da riqueza, ao transferir mais facilmente o rendimento para os mais pobres, enquanto promove o alargamento das opções de negócio e de pequenos investimentos.

Como é natural, ao desenvolvimento turístico local está subjacente à criação de condições para proporcionar à população residente de uma unidade territorial melhor qualidade de vida, encarando o turismo como uma alternativa estratégica viável para esse desiderato. A semântica associada ao conceito de qualidade de vida se circunscreve obviamente nas dimensões do desenvolvimento sustentável, cuja reflexão neste capítulo se cinge mais na dimensão dos valores culturais-arqueológicos e da boa governação à escala municipal. Nessa perspectiva, a estruturação e planificação da vida coletiva deve possibilitar aos indivíduos e a sociedade civil ao nível local o exercício de um controle efetivo sobre o processo de desenvolvimento do município.

As territorialidades angolanas estão a ser direcionadas para uma reconstrução em que a dimensão política e econômica garanta autonomia de decisão na escala mais reduzida do espaço institucional do País para que os indivíduos, sem voz nem vez, tornem-se cidadãos partícipes, com direitos e obrigações políticas, econômicas e sociais. Assim, importa que a dimensão cultural da construção do território local, a imaterial ou simbólica, seja basilar para o processo de desenvolvimento. É fundamental não negligenciar o

conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social a favor da exaltação que tem sido dada às experiências de gestão centralizada pouco conseguidas, baseada em um princípio mais material-funcionalista, conforme rotulam Haesbaert e Limonad (2007), em que o território fica exclusivamente vinculado ao exercício do poder, à funcionalidade econômica e aos circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo.

Toselli (2019) defende que o turismo, ao ser uma atividade de economia que combina recursos endógenos e exógenos, se corretamente articulado, propõe um conjunto de benefícios socioculturais, econômicos e ambientais, sendo imperioso a sua boa planificação e gestão a fim de produzir efeitos positivos no território. Por isso, o primeiro passo para a elaboração da estratégia de desenvolvimento do arqueoturismo em nível local é a identificação e realização de um diagnóstico para um processo de valorização dos componentes do sistema turístico do território. Figueira e Dias (2011) apresentam algumas características que podem ser destacadas para o desenvolvimento turístico municipal ou local:

1. O carácter endógeno do modelo de desenvolvimento turístico municipal, pelo qual é necessário privilegiar uma estratégia que prevê o aproveitamento dos recursos disponíveis em âmbito local (humanos, técnicos, materiais).
2. A territorialidade como fator determinante, priorizando o âmbito mais reduzido do espaço institucional que é o município.
3. A necessária participação de todos os atores sociais e econômicos do território considerado.
4. As ações e políticas de desenvolvimento turístico municipal além de serem integradas e integradoras.
5. O desenvolvimento turístico municipal é um processo dinamizador e catalisador do potencial existente no território em que ocorre e, por isso, deve estar baseado em princípios de flexibilidade e de adaptação à realidade local.

No entanto, é importante não esquecer que nem todas as localidades possuem vocação turística, sendo necessário evitar encarar a atividade como a solução ótima para todos os males do município. Voltando a Toselli (2019), é preciso estabelecer a importância de empregar instrumentos relevantes de avaliação e diagnóstico que permitam aferir se um sítio ou uma localidade possui de fato um determinado potencial para o desenvolvimento do arqueoturismo que justifique a realização de determinadas intervenções. É preciso considerar instrumentos e técnicas cuja aplicação permitam tomar decisões mais ajustadas sobre as possibilidades de desenvolvimento turístico de um lugar: analisar as características geográficas e demográficas do lugar, conhecer a história laborar e produtiva da zona, a infraestrutura e serviços básicos e gerais com que conta a localidade, aspectos relacionados com a gestão e desenvolvimento do turismo (legislação, acessibilidades do lugar, serviços para os visitantes, recursos humanos capacitados, entre outras variáveis).

Como um dos indicadores que pode permitir avaliar o impacto do arqueoturismo em uma determinada localidade é a recolha e o tratamento de dados estatísticos de turistas, no caso particular da Angola, os dados fiáveis a considerar são as estatísticas dos visitantes dos museus sediados nas províncias com um potencial arqueológico, nomeadamente o MNAB e o Museu dos Reis do Kongo. O MNAB recebeu uma média anual de 3.000 visitantes nos últimos três anos, de acordo com o mapa abaixo descrito.

Figura 4 - Dados Estatísticos do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela¹⁰

Ano 2017

Nacionais				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
421	360	391	1143	340
Total: 2655				

¹⁰ Dados compilados pela Direção Nacional de Museus (DINAM) do Ministério da Cultura de Angola.

Estrangeiros				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
13	17	77	0	0
Total: 107				

Total Anual :2.762

Ano 2018

Nacionais				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
120	120	1126	853	822
Total: 4.227				

Estrangeiros				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
530	529	12	6	2
Total: 1.079				

Total Anual: 5.306

Fonte: Elaborada pelos autores.

As estatísticas do Museu dos Reis do Kongo subiram desde a inscrição do sítio de Mbanza Kongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2017¹¹. Algumas lacunas de gestão verificadas no terreno, sobretudo a ausência de gestores nos diferentes sítios arqueológicos, em nível local, não permitem fazer o registro de dados estatísticos sobre os turistas nacionais e

¹¹ O Museu dos Reis do Kongo recebeu 6.172 visitantes em 2017 e 13.839 visitantes em 2018, com 166 turistas estrangeiros, de acordo com os dados da DINAM. Um acréscimo de mais de 50%.

estrangeiros que visitam esses locais; a ausência desses dados torna impossível a avaliação do impacto socioeconômico e cultural do arqueoturismo nas diversas províncias e localidades de Angola. Os números de turistas que frequentam essas duas instituições e províncias, pese embora tímidos, são indicadores que confirmam que o arqueoturismo pode desencadear um processo de desenvolvimento local, sendo necessário trabalhar afinadamente na valorização e divulgação do potencial arqueológico angolano, agregando todos os valores que venham potenciar e fomentar a atividade turística. O lançamento em setembro do guia e do roteiro turístico da cidade de Mbanza Kongo, dominado com atrativos essencialmente arqueológicos, é mais um passo para a sua turistificação.

Como se fez referência, a transversalidade da atividade turística obriga que ela mesma tenha uma abordagem horizontal e de complementaridade com outras atividades produtivas, encarada como um sistema constituído por vários subsistemas (natural, social, cultural, tecnológico, produtivo, político) interativo e dinâmico (MENDEZ, 1997 *apud* GAMBOROTA; LORDA, 2017). As autoras defendem que o sistema turístico deve considerar vários factores de desenvolvimento, sistematizadas nas seguintes variáveis estratégicas:

1. Infraestruturas técnicas: constituídas por transporte e telecomunicações para melhorar a acessibilidade e incrementar a produtividade baseada na iniciativa privada.
2. Estrutura produtiva composta por pequenos empreendedores, associado a um elevado nível de formação dos recursos humanos.
3. O fomento da cooperação entre os diferentes agentes envolvidos nos processos produtivos e de distribuição.
4. Estrutura espacial e recursos ambientais. Assegurar um certo grau de concentração urbana porque a proximidade resulta favorável para as inter-relações e assegura um grau mínimo de massa crítica na demanda dos serviços e equipamentos.

Para o arqueoturismo, tendo como matéria-prima fundamental o patrimônio arqueológico da localidade, o diagnóstico e a estruturação do sistema e do produto deve assentar na condição de ser um recurso frágil e não renovável. De acordo com a recomendação do ICOMOS (1990), os planos de ocupação de solo decorrentes dos processos econômicos e sociais e através da construção de infraestruturas e equipamentos devem ser regulamentados a fim de minimizar o mais rápido possível a destruição desse patrimônio. Os projetos de desenvolvimento constituem uma das maiores ameaças físicas ao patrimônio arqueológico. A exigência feita aos empreendedores para que realizem estudos de impacto arqueológico antes da definição do programa do empreendimento deveria estar enunciada em legislação própria, prevendo no orçamento do projeto o custo dos estudos.

O produto arqueoturismo em Angola precisa ser construído a partir de uma oferta arqueológica que fundamenta a natureza da humanidade angolana, como um meio sólido de educação patrimonial e de (re)construção de identidades e memórias coletivas atrofiadas nas últimas décadas. Os estudos e os trabalhos no campo da arqueologia, associados aos levantamentos e resgate, assim como a guarda e a divulgação dos bens, imbuídos ou não em processos formais de patrimonialização, devem constituir obrigação legal e moral de qualquer município, com vista à inventariação sólida e sistemática da herança “perdida”.

A elaboração de um mapa de sítios e peças arqueológicas locais, complementada com cartografias extramunicipais, afigura-se como outro passo assertivo para monitorar da melhor forma o patrimônio arqueológico tendo em conta o aproveitamento ótimo dos recursos para o turismo. No entanto, reitera-se que os desígnios de turistificação local devem subordinar-se a um valor maior de salvaguarda, obstando inclusive a visitação para consumo público aos bens que se apresentem em fragilidade extrema e que obriguem a enveredar por processos rigorosos de proteção e preservação.

A cartografia arqueológica seria naturalmente um instrumento basilar para reforçar a roteirização dos atractivos do local e para o desenho dos

produtos arqueoturísticos em rede, entre municípios e províncias com afinidades ontológicas, unindo vários sítios através de uma temalização complementar e ao mesmo tempo unificadora.

Subsequentemente aos passos de estruturação e sistematização da oferta, será igualmente importante para as localidades angolanas com vocação para o arqueoturismo um processo incipiente de visitação altruísta de um público que contribua através da participação ativa ou da interação direta com os arqueólogos, na valorização e divulgação dos achados arqueológicos¹². As iniciativas virtuais assentes em novas tecnologias aplicadas ao turismo como a visualização em 3D de assentamentos e peças arqueológicas (ORTEGA; CALLADO, 2018) seriam alternativas válidas para a consciência coletiva de valorização e divulgação.

O turismo local em Angola também pode aproveitar o uso eficiente das ferramentas da tecnologia para a consciencialização coletiva do valor do patrimônio arqueológico. Medeiros (2018) faz referência ao programa estatal para o registro voluntário de achados arqueológicos feitos pelo público na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, denominado *Portable Antiquities Scheme (PAS)*. Devidamente analisado e contextualizado, o *PAS* pode enriquecer a oferta turística arqueológica e envolver activamente as comunidades. O programa é essencialmente pedagógico e disponibiliza um banco de dados para lidar com informações e achados arqueológicos, bem como acomodar projectos de pesquisas de graduação e pós-graduação, contribuindo para um trabalho comunitário, intercâmbio científico e comunicação de utilidade pública.

Na perspectiva do autor, essa forma aberta e interativa de registro de achados feito por amadores e pela população em geral é inovadora e quebra alguns modos tradicionais de proteger o patrimônio cultural. Não está obviamente imune a questionamentos de críticos que temem pela procura e posse

12 Uma ação alinhada com esse objetivo foi a realização pelo Ministério do Turismo de um FAM TRIP com a participação dos embaixadores acreditados na Angola. A atividade aconteceu em julho de 2019 e foi enquadrada nas comemorações do II aniversário de elevação dos Vestígios de Mbanza Kongo a Patrimônio Mundial da UNESCO, com a realização da primeira edição do FestiKongo.

privada sem uma regulamentação mais severa ou pelo receio de pilhagem e busca desenfreada por recompensa. O certo é que, conforme defende Medeiros (2018), o número de achados registrados no âmbito do PAS é frequentemente visto como argumento positivo. Os amadores, quando incentivados a registrar os achados, geram uma quantidade muito maior de dados, os ganhos científicos e o alargamento do acervo patrimonial são assinaláveis.

Para finalizar, realça-se o fato de o turismo necessitar de testemunhos da cultura porque constitui uma oferta primária para a formatação dos roteiros e para a concepção de produtos. O contato com os vestígios do passado proporcionado por determinadas localidades angolanas, o conhecimento das suas origens e a genealogia das famílias, assim como a oportunidade de intercâmbio cultural e aprendizagem aprazível em viagens deverá transformar, incontornavelmente, territorialidades angolanas em destinos para o arqueoturismo. Importa que os potenciais recursos locais, combinados com outras variáveis do sistema turístico na base de programas de gestão integrada dos territórios, possibilitem que o patrimônio arqueológico valorize através do turismo a vida das comunidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio e todo o acervo arqueológico de Angola apresentado resultam de estudos não tão longínquos, embora existam testemunhos da última década do século XIX. É a partir dos anos de 1940 que os estudos em sítios arqueológicos e estações de artes rupestres são recorrentes e sistemáticos com a intensa exploração mineira e a criação do primeiro museu do País no leste de Angola, em 1938, o Museu Regional do Dundo.

A situação ambígua atual de atropelo de competências entre dois órgãos centrais de gestão do patrimônio arqueológico, não obstante a complementaridade que os respectivos estatutos lhe conferem, poderá ser reduzida com um novo paradigma de governança territorial a partir de 2020. Porque

as políticas públicas na área do patrimônio cultural, particularmente o arqueológico, clarificam em nível local as normas a observar para uma melhor salvaguarda e valorização, onde implicitamente se insere a atividade turística. Obviamente que tendo a autonomia para a gestão própria de determinados recursos, a dificuldade postecipada ao nível local se circunscreve na limitação técnica e na escassez de recursos humanos.

O acervo arqueológico estudado até a presente data no País se encontra concentrado em três regiões principais, nomeadamente a zona norte, sudoeste e sul. Entre os cerca de vinte sítios arqueológicos já patrimonializados, particular destaque é atribuído ao esqueleto de mais de cinco metros de uma baleia que terá sido objeto de rapinagem após encalhar em um paleo-lago, localizado no Complexo Arqueológico do Dungo da Baía Farta, no sudoeste do País. Uma descoberta cuja cronologia recua há mais de 350.000 anos, o que amplia consideravelmente a historicidade de Angola, quase reduzida ao período colonial, proporcionando desafios para o preenchimento do vazio temporal existente em termos de atividade humana no território.

Outra descoberta importante está relacionada com a cidade de Mbanza Kongo, no norte do País. As prospecções e escavações arqueológicas realizadas fizeram emergir vestígios do passado que associadas as ruínas e outros restos materiais da cidade permitiram a inscrição desses vestígios na seleta lista da UNESCO de Patrimônio Mundial, em julho de 2017. Não menos importante que os dois anteriores é o sítio arqueológico de Tchitundu-Hulu, no município de Virei, no sul de Angola. Essa estação de arte rupestre é uma das mais estudadas na África Subsaariana, congregando no mesmo espaço cerca de 2000 gravuras e 250 pinturas diversificadas, razões bastante para que o Executivo Angolano o selecione como um dos bens a ser submetido à UNESCO para a lista do Patrimônio Mundial.

É fundamentalmente devido ao potencial arqueológico apresentado e ao desenraizamento com o local, que se exorta ao fortalecimento de políticas públicas e processos concretos de reconstrução de identidades e de (re)configuração das memórias das comunidades do País, onde a colonização, a guerra

e o desgoverno contribuíram bastante para que o angolano se alheasse das suas referências ancestrais. O advento da autarcização dos municípios e o consequente reforço do poder local subentendem uma melhor abordagem de salvaguarda e valorização do patrimônio arqueológico nas diferentes localidades.

Para a efetivação desse propósito, os municípios têm na atividade turística um aliado importante que, com base na sistematização dos recursos culturais e arqueológicos e alicerçados em uma forte componente de educação patrimonial e ambiental, possam permitir não apenas a recuperação da ancestralidade olvidada, mas também a possibilidade de revitalização econômica das localidades assim como melhor implementação de programas e ações que salvaguardem o meio. Para o efeito, é fundamental que as autarquias promovam instituições locais verdadeiramente inclusivas, na base de uma distribuição ampliada de poder, para que a sociedade retire o máximo proveito dos talentos e competência dos residentes, evitando os absolutismos atuais.

O turismo é verdadeiramente uma alternativa estratégica para muitos municípios de Angola devido à sua transversalidade e abrangência, sendo por isso uma atividade em condições excelentes para liderar processos de desenvolvimento locais, sobretudo naquelas cuja vocação turística é evidente, salvaguardando naturalmente a não sobreposição a outras actividades que possam também assumir uma condição centralizadora. Importa, pois, que os recursos endógenos sejam pensados de forma estratégica, tendo como ponto de partida um diagnóstico e avaliação responsável desses mesmos recursos com vista à elaboração de um plano de desenvolvimento turístico local. Assim, a avaliação não deverá negligenciar o fato de o arqueoturismo possuir uma matéria-prima frágil e não renovável, devendo existir mecanismos locais efetivos de gestão da sobrecarga dos sítios arqueológicos.

A derradeira aceção dessa abordagem é que o produto arqueoturismo em Angola precisa ser construído na base de uma oferta arqueológica que fundamenta a natureza da humanidade angolana, como um instrumento para ajudar a preencher vazios identitários e reduzir a amnésia colectiva sobre os vestígios do passado. Nesse sentido, a cartografia arqueológica com vista a ro-

teirização dos atractivos locais e posterior desenho de produtos arqueológicos será, seguramente, dos primeiros passos a empreender para a turistificação das localidades do País com vocação para o arqueoturismo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Porquê falham as nações**. 10. ed. Lisboa: Círculo de leitores, 2013.

ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ANGOLA. Ministério da Cultura. **Lei do Património Cultural**. Luanda: Edições de Angola, 2008.

ANGOLA. Ministério da Cultura. **Política Cultural da República de Angola**. Luanda: Centro de Documentação e Informação, 2014.

ANGOLA. Ministério da Economia e Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Disponível em: www.mep.gov.ao › *download*. Acesso em: 30 out. 2019.

ASSOMBANG, R.; MBINDA, C.; LOPES, M. C. **Mbanza Kongo**: Mission archéologique. Rapport: janvier-février 2014. Paris: UNESCO, 2014.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENJAMIM, M. H. Pesquisa Arqueológica na Cachama. In: GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). **Recherches archéologiques à Baía Farta (Benguela-Angola)**. Paris: L'Harmattan, 2019, p. 93-124.

BLOG DE GEOGRAFIA. **Mapa de Angola com províncias e capitais**. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefo>

x-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm-8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img.puqu2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPlAhWIMBQKHQPYPBmkQ4dUDCAY&uact=5#imgrc=sUi52k_Zsm70JM:. Acesso: 30 out. 2019.

CARLAN, C. “Patrimônio Cultural e arqueologia: importância histórica”. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: Um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba, Multideia, 2015, p. 191-203.

CARVALHO, P. M. **Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CASTRO, B. **Património cultural e a reabilitação urbana**: Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo (Angola). 2018. Dissertação (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. Carta para a protecção e gestão do património arqueológico. *In*: CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. **IX Assembleia Geral do ICOMOS**. Lausanne, 1990.

DOMINGOS, Z. A educação patrimonial e a construção da identidade nacional angolana. **Revista Mulemba**, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 265-282, nov. 2013.

DOMINGOS, Z. Site archéologique de Tchitundu-Hulu (Angola): candidat au patrimoine mondial de l’UNESCO. Actes du colloque ? La Recherche Archéologique en Afrique: hommage au professeur Jean Devisse. Paris, 6-7-8 décembre 2011. Nanterre: Maison d’Archéologie et d’Ethnologie/Maison René Ginovès, 2015, p. 81-92.

ERVEDOSA C. **Arqueologia Angolana**. Luanda: Ministério da Educação, 1980.

FADIGAS, L. **Urbanismo e território**: As políticas públicas. Lisboa: Sílabo, 2015.

FERNANDES, J.; CARVALHO, P. Conservation, development and environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies? *In*: CRAVIDÃO, F.; CUNHA, L.; SANTOS, N. (Coords.). **Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 83-98.

FIGUEIRA, V.; DIAS, R. **A responsabilidade social do turismo**. Lisboa: Escolar, 2011.

FREDERICO, I.; FUNARI, P. (Re)conectando o patrimônio ao seu meio: interações entre cultura, natureza e turismo. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: Perspectivas sobre diversidades, cultura e memória. Curitiba: Multideia, 2016, p. 13-29.

GAMBOROTA, D.; LORDA, M. El turismo como estratégia de desarrollo local. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 58, n. 2, p. 346-359, jun./dez. 2017.

GUTIERREZ, M. **L'art pariétal de l'Angola**. Paris: L'Harmattan, 1996.

GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). **Recherches archéologiques à Baía Farta (Benguela-Angola)**. Paris: L'Harmattan, 2019.

GUTIERREZ, M.; JESUS, M. de. As Estações do Complexo Dungo. *In*: GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). **Recherches archéologiques à Baía Farta (Benguela-Angola)**. Paris: L'Harmattan, 2019, p. 39-89.

GUTTIEREZ M. **Art rupestre en Angola**, Province de Namibe. Saint-Maur-des-Fossés: Sépia, 2009.

GUTTIEREZ M. **Recherches archéologiques en Angola. Préhistoire, art rupestre, archéologie funéraire**. Paris: L'Harmattan, 2008.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *In: Etc... Espaço, Tempo e Crítica Revista Electrónica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 2, n. 4, p. 39-52, ago. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - INE. **População Projectada por Grupo Etário segundo a Área de Residência e Sexo, Angola 2019**. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner_Projeccao.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Lista do Património Classificado**. Luanda: Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 2014.

LOPES, C. Representações dos membros dos CACS sobre a desconcentração e descentralização em Angola: Actores estatais *versus* actores não estatais. Um estudo de caso em 27 municípios. *In: SANTOS, B.; LOPES, C. (Coords.). Angola: Dez anos de desconcentração e descentralização administrativas*. Luanda: Ministério da Administração do Território, 2015, p. 26-45.

MEDEIROS, J. O pensamento, as sociedades e a cultura: uma apologia da cultura e do humano, tendo como exemplo o *Portable Antiquities Scheme* do Reino Unido. *In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Perspectivas sobre diversidades, cultura e memória*. Curitiba: Multideia, 2016, p.173-189.

MEDEIROS, J. Os desafios da educação patrimonial à altura do nosso tempo. *In: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M.; SANTOS, M. (Orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Educação contextualizada - Arqueologia e diversidade*. Criciúma: Unesc, 2018, p. 18-43.

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DE BENGUELA. **Relatório da Escola de Prática Arqueológica de Campo 2019**. Benguela: MNAB, 2019.

NDORO, W. World Heritage Sites in Africa: What Are the Benefits of Nomination and Inscription? *In: LOGAN, W.; CRAITH, M. N.; KOCKEL, U.*

(eds). **A Companion to Heritage Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015, p. 392-409.

OOSTERBEEK, L. **Ebo**: Mapeamento e registo de arte Rupestre da Zona Centro-Oeste de Angola. Relatório Final. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013.

OOSTERBEEK, L. Revisitando Antígona: o património cultural na fronteira da globalização. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: Um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015, p.13-29.

OOSTERBEEK, L.; MARINS, C. P. Ebo (Kwanza Sul, Angola), Arte Rupestre, Arqueologia, Património e Desenvolvimento – Campanha 2012. **Arkeos**, Tomar, n. 33, p. 87-118, dez. 2012.

ORTEGA, D; COLLADO, Y. Arqueoturismo. Un fenómeno en auge? Reflexiones acerca del turismo arqueológico en la actualidad en España. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 16, n. 3, p. 599-615, jul. 2018.

PRATS, L. Patrimonio + turismo = desarrollo. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 1, n. 2, p.127-136, jul. 2003.

RESEARCHGATE.NET. **Mapa de Angola**. Carregado por Luis Borges Gouveia em janeiro de 2015. Disponível em: https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm-8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img.puqu2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPIAhWIMBQKHQPYPYBmkQ4dUDCAY&uact=5#imgrc=sUi52k_Zsm70JM. Acesso em: 30 out. 2019.

SANTOS, B. As implicações da reforma administrativa do Estado na administração local de Angola. *In*: SANTOS, B.; LOPES, C. (Coords.). **Angola**: Dez anos de desconcentração e descentralização administrativas. Luanda: Ministério da Administração do Território, 2015, p.13-24.

SANTOS, M. **Reflexões breves em torno do conceito de desenvolvimento**. Evora, 2013. Disponível em: http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Desenvolvimento_ReflexoesBreves_13Jul13.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

SCHLÜTER, R. La gastronomía y las nuevas formas de turismo. De la tradición a la innovación? *In*: SANTOS, N.; CRAVIDÃO, F. (Coords.). **Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo**. Coimbra: Minerva, 2015, p.13-27.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SOUZA, B.; SOUZA, M. Educação popular e desenvolvimento regional: A inserção de pescadores/as artesanais na educação formal. *In*: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M.; SANTOS, M. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Educação contextualizada - Arqueologia e diversidade**. Criciúma: Unesc, 2018, p. 197-210.

STONE, P. A marriage of convenience? Heritage and tourism working together. **Historic Environment**, Victoria, v. 19, n. 2, p. 9-12, sep. 2006.

TOSELLI, C. Turismo, patrimônio cultural y desarrollo local. Evaluación del potencial turístico de aldeas rurales en la provincia de Entre Ríos, Argentina. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 17, n. 2, p. 343-361, abr./jun. 2019.

CAPÍTULO 7

POTENCIAL TURÍSTICO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GEOPARQUES QUARTA COLÔNIA, RS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura07>

André Luis Ramos Soares
Alexandra Begueristain da Silva

SUMÁRIO

O TERRITÓRIO

A região conhecida como Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul se refere ao território criado a partir da iniciativa do Império brasileiro na consolidação da ocupação do território através da criação de colônias de imigrantes europeus para ocupar o território do atual estado do RS no final do século XIX. Localizada no centro do Estado, na mesorregião do Centro Oriental rio-grandense, engloba os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, além de partes dos municípios de Agudo, Itaara e Restinga Seca. A colônia foi criada em 1877 e recebeu o nome de Colônia Silveira Martins, defensor da causa migratória.

A área do projeto possui grande potencial em diversas áreas, mas do ponto de vista científico e turístico é onde se encontra o razão de criação da proposta de um Geoparque; isso porque a região possui vasta ocorrência de fósseis, tanto animais vertebrados e invertebrados, plantas e icnofósseis, que remontam ao período Triássico (252 milhões de anos atrás a 201 M.A.A.).

Os fósseis presentes na região da Quarta Colônia são muito diversificados e entre eles estão alguns dos dinossauros mais antigos e cinodontes avançados, estes últimos relacionados com a origem dos mamíferos. Há também os tecodontes, que são os ancestrais dos dinossauros, bem como rincossauros, dicinodontes, procolofonídeos, esfenodontídeos e peixes. As plantas também contam com registros muito importantes, como estruturas reprodutivas de coníferas, muito raras no Triássico, além de ramos e troncos. Ocorrem ainda icnofósseis, em especial pegadas de tetrápodes e escavação de invertebrados (GODOY *et al.*, s.d., p. 420).

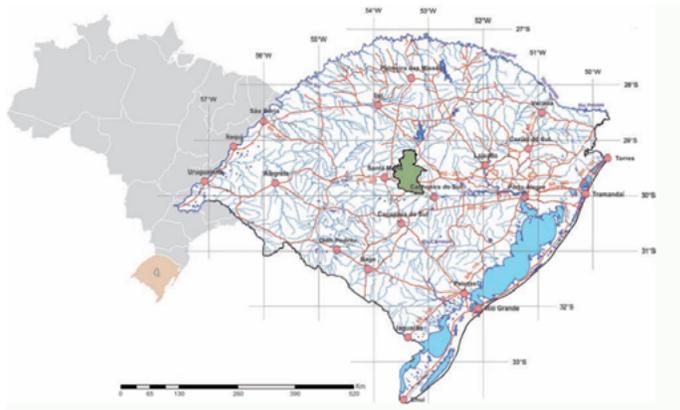
Parte desse potencial fóssilífero tem sido desenvolvido através do envolvimento da região pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), que mobiliza as nove prefeituras em torno do tema. Um dos méritos foi a criação de um parque paleontológico e um centro de pesquisas, o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPP), bem como rotas paleontológicas e atividades de educação patrimonial.

Para além dos fósseis, a geodiversidade da região apresenta paisagens cênicas, riqueza fisiogeográfica e paisagística, uma vez que a região é o encontro de diversas formações geológicas, como o derrame basáltico da encosta da serra (Planalto Meridional), que encontra a Depressão Central e ainda elementos do Escudo Cristalino, como as coxilhas.

Em termos de vegetação, enquanto as várzeas e planícies são ocupadas pelas lavouras de arroz (eventualmente outras culturas), as altitudes acima da cota de 300 m.a.m. (metros acima do nível do mar) possuem vegetação preservada que herda parte de sua complexidade da mata atlântica. Nas encostas, videiras e parreirais lembram a colonização italiana que é marca da região.

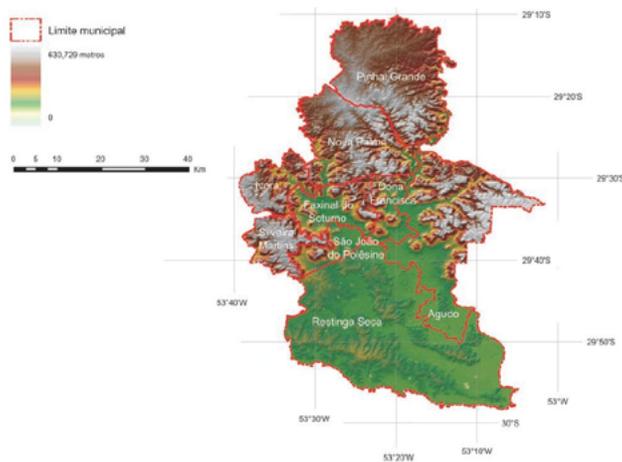
É importante conhecer as peculiaridades do território regional e as características tanto populacionais quanto comunitárias, pois são elas que tornam a região diferente de outras localidades e podem a tornar atrativa para turistas e viajantes interessados em espaços naturais e culturais distintos. É nessa perspectiva que se apresenta uma breve descrição do cenário territorial e populacional, com vistas aos diferenciais e ao que pode agregar valor em uma possível oferta turística. Para uma visão geral do território da região em estudo as figuras 01 e 02 ilustram a região dentro do mapa do Rio Grande do Sul, município que pertencem à região e seus os limites.

Figura 01- Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul



Fonte: Godoy *et al.* (s.d., p. 423).

Figura 02- Modelo Digital do Terreno e limites municipais.



Fonte: IBGE (limites municipais retificados pelo *Mosaico GeoCover 2000**) e *Shuttle Radar Topography Mission (SRTM)* (Modelo Numérico de Terreno) *apud* Godoy *et al.* (s.d., p. 424).

A POPULAÇÃO

Tendo em vista conhecer quem vive, como vivem e o que fazem na região em estudo, descreve-se a área e a população. Inicialmente uma área doada a russos-alemães (SIMONETTI, 2008), a área que corresponde à Quarta Colônia somente mais tarde foi ocupada pelos primeiros imigrantes italianos. Segundo Saquet (2003, p. 82 *apud* MANFIO, 2012, p. 36):

Na colônia de Silveira Martins as primeiras turmas ficaram alojadas num barracão, na base da encosta do planalto. Este lugar foi denominado Val de Buia devido a predominância de italianos provenientes de Búia, província Údine, Itália. Em Val de Buia uns dormiam no barracão, outros em barracas feitas de lençóis ou ramos esperando a distribuição de lotes de chão.

Naturalmente as condições propícias, a chegada de novos imigrantes chamados pelos seus parentes e a promoção da imigração enquanto projeto de estado fizeram que, em pouco tempo, diversos núcleos fossem criados, os quais atualmente são os municípios da Quarta Colônia.

A região do Projeto Geoparque Quarta Colônia tem uma população de aproximadamente 60 mil pessoas, dividida entre zona urbana e rural. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a Um (desenvolvimento humano total) passou de médio a alto no estado do Rio Grande do Sul, desde a década de 1990 a 2010, conforme a Tabela 1. Já na região da Quarta Colônia, embora tenha crescido até a década de 2000, acompanhou o Estado e baixou seus índices de forma geral, excetuando São João do Polêsine, que mesmo assim se manteve próximo da média do Estado. Esses índices apontam que embora a região não seja subdesenvolvida, ainda carece de condições para igualar-se à média estadual.

Tabela 1 – IDHM da Quarta Colônia.

Município / Estado / país	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Agudo	0,719	0,786	0,694
Dona Francisca	0,727	0,765	0,697
Faxinal do Soturno	0,729	0,793	0,720
Ivorá	0,726	0,777	0,724
Nova Palma	0,731	0,803	0,744
Pinhal Grande	0,705	0,773	0,678
Restinga Seca	0,712	0,765	0,683
São João do Polêsine	0,738	0,804	0,748
Silveira Martins	0,726	0,796	0,742
Rio Grande do Sul	0,753	0,814	0,746

Fonte: Atlas Brasil (2013). Disponível em : <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>.

Pensar a região, sua história e condições é fundamental no planejamento de estratégias para o desenvolvimento, e é nesse sentido que a proposta do Geoparque Quarta Colônia assume seu potencial.

Conhecendo os municípios que compõem a região que compreende a implantação do Geoparque, também se percebe um forte fator cultural intrínseco, o da cultura italiana: a região é permeada por gastronomia típica italiana, religiosidade e museus que são voltados à imigração. Tudo isso agregado ao valor paisagístico e natural, arqueológico e paleontológico, que assumem um diferencial capaz de atrair diversos tipos de turistas, e todos esses fatores somados, convergidos para trabalhar com o turismo, podem ser fonte de geração de desenvolvimento regional.

O TURISMO

Este capítulo também visa demonstrar a possibilidade de a atividade turística se constituir uma componente para o desenvolvimento regional,

como uma atividade econômica básica ou exportadora a estimular atividades econômicas não básicas, oferecendo, assim, subsídios para o planejamento e o desenvolvimento sustentável regional, com foco especial no Turismo e Patrimônio Cultural ou Turismo Arqueológico, que são potencialidades da Região da Quarta Colônia, a região que compõe este estudo.

A atividade turística está na agenda dos principais debates que se dão em torno dos caminhos adotados pela sociedade atualmente. Considera-se o crescimento do número de turistas e viajantes por todos os lugares do mundo e os benefícios gerados na economia, além dos benefícios sociais gerados por esse deslocamento de pessoas, em âmbito mundial, mas que se reproduzem dentro dos países em regiões que pensam em trabalhar com um turismo de foco regional, que pensam nas potencialidades e nos benefícios futuros de forma regionalizada e integrada.

Portanto, o setor de turismo pode se consolidar como uma atividade geradora de emprego, renda e desenvolvimento econômico, principalmente em regiões que apostam nesse ramo de atividade e realizam investimentos de todas as ordens, tais como: capacitações profissionais, revitalizações tanto de áreas públicas quanto privadas, além da oferta de novos serviços e produtos turísticos direcionados a todas as faixas etárias e para todos os gostos da população. Tais investimentos incluem, no caso em estudo, a criação de um Geoparque, que está em andamento e levado a cabo pelos professores e equipes da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), no Rio Grande do Sul.

Estimado como uma das atividades mais relevantes e de maior expansão, o Turismo vem se consolidando a cada dia que passa por trazer uma série de benefícios socioeconômicos aos residentes do local destino e até da região (DIAS; AGUIAR, 2002). O turismo é composto por diversos segmentos da economia, como equipamentos, serviços, infraestrutura, atrativos ao qual se relaciona. Portanto, diversas áreas estão intrinsecamente associadas a ele, como é o caso da rede hoteleira, do setor de alimentação como bares, restaurantes e similares, lojas e comércio em geral, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos dos mais variados, entre outros (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, o turismo vai além desses segmentos econômicos e sociais, pois abrange o deslocamento e o encontro entre o cidadão local e o viajante, ultrapassa a visão econômica e passa também pela visão de fenômeno social, até uma visão de turismo humanista.

O turismo tem se tornado importante objeto de estudo em função de seu efeito multiplicador econômico, refletindo em diversas áreas, como na hotelaria, nos restaurantes, nas agências, nos transportes, entre outras em crescimento. Existe o entendimento, por parte de certas agendas políticas, de que o setor seja capaz de atingir níveis mais altos de expansão e crescimento a partir da sensibilização geral do setor civil e público/privado de que o turismo pode ser considerado uma alternativa na geração de emprego e renda em nível municipal e regional, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico de determinada região, como no caso em estudo da Quarta Colônia de Imigração Italiana, através da criação do Geoparque.

Para tanto, é necessário um trabalho conjunto entre os citados e o envolvimento da sociedade, como no exemplo da criação e instalação do projeto Geoparque na Quarta Colônia, ocorrendo uma mobilização coletiva na produção de um legado, pelo seu comportamento e pelas suas ações. Através dessa compreensão, o turismo poderá ser capaz de contribuir para a redução da pobreza das localidades, para o bem-estar das pessoas, para a melhoria da qualidade de vida da população local, entre outros.

Ele precisa ser pensado com uma visão voltada para a gestão, dinâmica e inovadora pautada pelo desenvolvimento sustentável. O turismo pode ser considerado uma atividade capaz de transformar o espaço, mas ele necessita da existência de uma organização dentro do setor que promova as viagens e beneficie os locais receptores pelos meios que utiliza e pelos resultados que produz. Os resultados que a atividade turística é capaz de obter decorrem da movimentação econômico-financeira pelo deslocamento de pessoas de seu local habitual de residência para outros, desde que esse deslocamento seja espontâneo e de permanência temporária.

Para entender o fenômeno turístico, devem ser levados em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse da comunidade local que recebe os turistas. O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o seu tempo livre por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que a localidade se organiza e dinamiza o setor turístico. O caso é se a região da Quarta Colônia e seus gestores estão interessados em fomentar esse segundo aspecto, no sentido de receber mais turistas, de ter o que oferecer, como hospedar, como servir e entreter o viajante. Nesse sentido, a instalação do Geoparque pode contribuir tanto para a intervenção acadêmica sobre o espaço e seu manejo como para uma mudança na relação entre as pessoas, o território e os bens patrimoniais.

A partir do momento em que a procura de turistas pela região aumenta, a presença dos turistas leva o Poder Público a repensar seu desempenho às novas necessidades. Em uma esfera regional, interessada em fomentar o turismo, é inconcebível falhas no fornecimento de água, luz, rede de esgoto e o recolhimento do lixo. É necessário que a localidade tenha boa pavimentação e sinalização, minimamente.

Um dos principais aspectos capazes de fomentá-lo é espaço geográfico e suas peculiaridades, daí aponta-se uma de suas mais importantes especificidades: o consumidor-turista, que tem, obrigatoriamente, que se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico (CRUZ, 2001). É justamente o fator “espaço geográfico” que está em pauta através da criação do Geoparque, para além dos aspectos culturais, gastronômicos, religiosos e de lazer, um aspecto que desperta interesse técnico-científico através dos fósseis e da relação entre as comunidades e seu território. Compreendemos a implantação do Geoparque como fundamental para o reconhecimento não só dos fatores geológicos e geomorfológicos, mas também da relação entre população e a natureza, as comunidades e seus patrimônios naturais e culturais.

Em função dessa característica intrínseca, o turismo acaba por impingir transformações em três diferentes porções do espaço geográfico: os polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas. O presente capítulo se debruça sobre a terceira porção do espaço geográfico, o núcleo receptor e suas potencialidades.

De acordo com a origem e o destino dos turistas, podem ser classificados como emissores e receptores, designação que tanto se pode aplicar aos municípios e às regiões como aos países de onde provêm os turistas ou aonde se destinam, respectivamente. A região ou município que se pretende como receptor dispõe de recursos, infraestruturas e instalações turísticas mínimas necessárias para acolher os turistas. Porém, para que a atividade turística exista, é necessário que haja uma oferta atrativa nos lugares classificados como receptores. A quarta colônia de imigração italiana ainda não se configura um polo ou região receptora, porém apresenta características que a coloca em evidência regional e está recebendo incentivos e investimentos para que suas potencialidades sejam atrativas para os turistas e que tenha condições de acolhê-los de forma a se tornar uma região receptora.

Os recursos naturais constituem o primeiro componente da oferta, considerando-se como tais os elementos do meio natural que satisfazem necessidades humanas. Só pelo fato de existir um elemento natural não quer dizer, porém, que exista um recurso turístico. Para isso, necessita-se de uma intervenção do homem, que atribua ao elemento natural a capacidade de satisfazer necessidades. Tal como são oferecidos pela natureza, os recursos naturais são insuficientes para garantir a permanência dos viajantes. As características naturais da região somente não são capazes de atrair e de fazer com que o turista permaneça na Quarta Colônia, e em se tratando de elementos arqueológicos não é diferente, por isso é necessário que a sociedade invista nesses elementos para que se tornem atrativos e para que os viajantes tenham interesse em visitá-los, alojando-se, alimentando-se e permanecendo na região.

Nesse sentido, é necessário investimento e fomento na construção de equipamentos que, por um lado, permitam o deslocamento (transportes,

organização de viagens, etc.) e, por outro, assegurem aquela permanência (alojamentos, restaurantes, etc.). Sem esses equipamentos não existirá atividade turística, embora possam existir deslocamentos. Não existirá turismo, uma vez que este se caracteriza pela transferência de divisas de um local (centro emissor) para o outro (centro receptor).

A partir da produção de bens e serviços, na região turística podemos compreender fatores intangíveis que colaboram para a satisfação das necessidades dos turistas. Um dos principais fatores é o acolhimento. Segundo Cunha (1997), o acolhimento é um conjunto de comportamentos, de políticas e de técnicas utilizadas para realizar a aproximação do turista no sentido de uma relação humana de qualidade com o fim de satisfazer a sua curiosidade, as suas necessidades, gostos e aspirações, e na perspectiva de desenvolver um clima de reencontros e de troca a fim de estimular o conhecimento, a tolerância e a compreensão entre os seres.

Desse modo, pode-se definir como oferta turística o conjunto de fatores naturais, equipamentos, bens e serviços que provoquem o movimento de visitantes, satisfaçam a suas necessidades de deslocamento e de permanência. Considerando como bem tudo o que satisfaça as necessidades humanas e esteja disponível para esse fim, a oferta turística compreende todos os bens e serviços que satisfazem as necessidades turísticas, podendo dividir-se em quatro grupos: 1- Bens livremente disponíveis que, não sendo bens econômicos, por definição, constituem as bases fundamentais da produção turística: o clima, as paisagens, o relevo, as praias, lagos, fontes termais; 2- Bens imateriais que, resultantes da maneira de viver do homem, exercem sobre os outros homens um fenômeno de atração: tradições, cultura, exotismo; 3- Bens turísticos básicos criados que, pelas suas características ou dimensões, provocam o desejo de viagem: monumentos, museus, parques temáticos, centros desportivos, estâncias termais; 4- Bens e serviços turísticos complementares que, resultando, em exclusivo, da ação do homem, permitem as deslocamentos e garantem as necessidades de permanência: meios de transporte, vias de comunicação, meios de alojamento e alimentação.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Antes de aprofundarmos os conceitos de Desenvolvimento, primeiramente, é necessário entender o significado desse termo. Uma breve procura em dicionários e fontes não oficiais terá resultados como crescimento, expansão, propagação, incremento, amplitude, entre outros, de modo que o termo desenvolvimento remete a uma transformação positiva de características, ou seja, a passagem de um estado inferior para um estado aprimorado. Sendo assim, falar em desenvolvimento local é falar em modificar a situação atual de uma localidade, tornando-a aperfeiçoada, melhorada, aprimorada. Para tanto, é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual da localidade e traçar os objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar (ÁVILA, 2006).

O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado, e até mesmo inconsequente, afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local.

Souza (1999) oferece algumas questões norteadoras que podem contribuir de forma relevante para pesquisas que buscam resultados sobre a prática do turismo como meio de desenvolvimento local: Quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com essa atividade? Quais são os grupos envolvidos na atividade (segmentos sociais, distribuição de renda, características culturais, necessidades e desejos) e quais os contrastes existentes entre esses grupos? Qual a natureza do turismo em questão (predatório, humanista, enriquecedor, ético)?

Ainda que o turismo possa gerar impactos positivos significativos nas cidades e regiões receptoras, quando mal planejado e gerido, pode gerar externalidades negativas ao núcleo receptor e refletir seus impactos para além do destino visitado (DALLAGNOL, 2012).

No presente capítulo, acredita-se nas premissas que fazem parte dos modelos de desenvolvimento local endógeno (DLe), com o qual se corrobora. O desenvolvimento local endógeno se refere ao desenvolvimento que acontece a partir do interior da localidade, partindo dos interesses de seus habitantes e considerando suas capacidades, competências e habilidades, conforme exposto por Ávila (2006). O desenvolvimento local

Consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2006, p. 68).

A partir do ponto de vista delineado por Ávila (2006) de que o DLe parte da comunidade para a comunidade, os interesses da população local, assim como sua capacidade de gestão e aproveitamento de suas características endógenas e de recursos exógenos a ela destinados são os fatores preponderantes para que o desenvolvimento ocorra. Fortunato e Silva (2011, p. 92) enfatizam que o desenvolvimento local “[...] procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e mercado”.

O turismo com base no desenvolvimento local representa uma saída às tendências de produção de uma imagem estereotipada (destruição de suas singularidades). Impede que haja degradação da paisagem do meio ambiente e descaracterização de culturas tradicionais. O turismo com base local ou regional compõe uma intercessão possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representando a possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local favorece a possibilidade de alavancar cinco objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

O turismo está envolto por uma série de conceitos e percepções ligados ao tema do deslocamento e das viagens, mas também do encontro entre os diferentes. Pode remeter ao turista a ideia de férias, ao empreendedor a ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de emprego e renda e à comunidade autóctone a ideia de desenvolvimento local (PANOSSO NETTO, 2010). Não há um consenso entre os autores, pesquisadores e instituições ligadas ao setor sobre uma definição única do turismo. A sua epistemologia tem sido tema de pesquisa de alguns autores, mas as definições dadas por eles, ainda que bastante esclarecedoras, trazem limitações quanto à abrangência e à realidade do fenômeno (PANOSSO NETTO, 2010).

As definições de turismo podem ser classificadas em três grupos: definições econômicas (com enfoque comercial e econômico), definições técni-

cas (com enfoque estatístico e de institutos de turismo) e definições holísticas (que tentam abarcar todos os aspectos envolvidos no turismo). Panosso Netto (2010), por sua vez, considera que existem três distintas visões sobre o turismo: a visão leiga, a visão empresarial e a visão acadêmico-científica. A visão leiga entende o turismo como descanso, férias, viagem etc. A visão empresarial considera as oportunidades de renda e lucros financeiros advindos da geração de produtos e serviços oferecidos ao viajante. A visão acadêmico-científica entende que o

Turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo. (PANOSSO NETTO, 2010, p. 17).

Mamede (2003, p. 36) explica que “[...] o desenvolvimento socioespacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos, ou seja, eleger ela própria e conscientemente as suas prioridades e os meios para concretizá-las”. Dessa forma, também corrobora a importância da participação coletiva a fim de encontrar as formas adequadas para o desenvolvimento local, o qual parte dos interesses internos da comunidade e é planejado e executado por seus membros, contribuindo para o sentimento de pertença dos indivíduos ali estabelecidos e fortalecendo os laços comunitários e o cuidado para a preservação de suas características naturais e culturais. Buarque (2008, p. 25-26) entende o Desenvolvimento Local endógenos da seguinte forma:

[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Nessa perspectiva, é necessário que a própria comunidade descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornarem o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecerem qualidade de vida à população local.

O TURISMO ARQUEOLÓGICO: POTENCIAL REGIONAL

Embora se saiba que o ponto alto do Geoparque Quarta Colônia seja o patrimônio paleontológico, e por conseguinte o turismo paleontológico, deve-se ter em conta que ambos, arqueológico e paleontológico, são patrimônios que têm alta capacidade de mobilização da opinião pública e de recursos. Há que se ter em mente que o turismo arqueológico não se restringe ao pré-histórico e, nesse sentido, a Quarta Colônia é riquíssima em taperas, casas abandonadas, quintas e outras ocupações, que remetem aos primeiros imigrantes europeus da região.

A ocupação pré-histórica, embora de longo alcance temporal, remetendo a mais de 3 mil anos atrás, não tem o chamariz de uma cultura material apelativa ou com artefatos facilmente reconhecíveis. Então os raspadores, talhadores, bifaces e lascas retocadas, que do ponto de vista acadêmico são tão importantes quanto qualquer outro artefato, do ponto de vista museal e turístico correm o risco de ser pouco atrativos se não houver uma grande expografia bem planejada. Isso é importante reafirmar, uma vez que quase todos os municípios da Quarta Colônia possuem seus museus ou coleções arqueológicas locais, mas os artefatos ainda sofrem do epíteto de curiosidade ou, pouco mais que isso, os atrativos são milhões de anos mais antigos ou recuam a menos de dois séculos. Devemos dar ênfase ao fato que, de talhadores a boleadeiras, de pontas de projéteis a cerâmicas indígenas, quase todas as cidades possuem acervo arqueológico. Por que então não os aproveitar turisticamente?

Assim, faz-se necessário a identificação destes (patrimônios) através de levantamentos sistemáticos, escavações e envolvimento das comunidades no processo de cognição e apropriação deste patrimônio, que fazem parte do grande trabalho que contempla este projeto. (MILDER, 2009, p. 08).

A construção do projeto Geoparque e seus atrativos turísticos tem que ser pensados de forma mais ampla a fim de não se perder a essência do Geoparque enquanto território a ser preservado. Considerando os atrativos da paleontologia, dos geosítios e das paisagens naturais, é importante colocar o ser humano nesse cenário construído a partir do Triássico. Então, as saídas para a arqueologia pré-histórica e histórica são duas:

- Como inserção primeira do ser humano na paisagem do passado, já no holoceno, mas com tecnologias e relações distintas com o ambiente, a flora e a fauna, bem como a relação entre as distintas sociedades humanas que viveram entre 5.000 antes do presente até a chegada dos europeus;

- Como passado recente, de reconstrução de parte da história dos primeiros imigrantes, a partir da cultura material, seus objetos e seu manejo do território no passado.

Dessa forma, a arqueologia, mesmo em caráter de ciência auxiliar, pode consolidar uma percepção pouco usual do cotidiano da história. Que artefatos vieram da Europa? O que criaram? Qual elementos eram comercializados no final do século XIX em uma longínqua região serrana? O cotidiano dos imigrantes pode ser observado através de sua cultura material?

Através deste trabalho pretende-se estabelecer uma nova forma de pensar o objeto arqueológico, ou seja, além de análises artefatuais e espaciais da inserção destes sítios na região, a visualização do artefato arqueológico sob a ótica do imigrante. Ou ainda, introduzir a Tradição oral como documento para o resgate das representações dadas por moradores da Quarta colônia à cultura material. (MILDER, 2009, p. 09).

No projeto já desenvolvido na Quarta Colônia, existe uma predominância de sítios pré-históricos líticos e cerâmicos, mas a ênfase que daremos aqui é o potencial dos sítios arqueológicos históricos. Esses sítios, já prospectados, mas pouco escavados, devem fazer diálogo com as fontes históricas com o objetivo de serem traçadas as memórias das comunidades locais, ao mesmo tempo que é resgatada a materialidade da ocupação dos imigrantes na região. Nesse sentido, a arqueologia pode oferecer um roteiro de memória histórica e arqueológica que valoriza e resgata os imigrantes em sua história a partir das fontes materiais, sem se esquecer de que o passado é feito, para além de documentos e materialidades, de sentimentos e saberes. Vamos elencar um possível roteiro histórico/arqueológico que deve se destacar na história e paisagem da Quarta Colônia:

1. Cemitério dos Montuanos. Escavado pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas até 2005, trata-se de uma escavação de 300 m² em local desativado como cemitério, no qual se encontraram vidros, fundações dos muros que circundavam o local, bem como restos de cruzes de metal (MILDER, 2009, p. 18-19).
2. A tapera dos Rizzi. O local hoje em ruínas pertenceu à família Rizzi. No local, foram observadas estruturas de uma “cantina”, paredes de pedra duplas aproveitando o desnível do terreno para acondicionar vinhos e preservar mantimentos. O sítio arqueológico registrado como RS – SMRT – 02, “Tapera dos Rizzi” foi escavado em uma área de aproximadamente 130 m², na qual foram resgatados fragmentos de louça, inclusive de produção local, grês, vidros, telhas, tijolos, entre outros objetos, e inclusive estruturas como uma possível “cozinha” da residência, um galpão e um poço (MILDER, 2009, p. 26-28). Podemos destacar a presença de faiança fina, do século XIX, de proveniência europeia, ou seja, vieram juntamente com os imigrantes, não sendo adquiridas depois (como atestam o período de fabricação). A cidade mais próxima, Santa Maria, neste momento é uma cidadela de difícil acesso. Por isso também é evidenciada a presença de cerâmica e louça produzida no próprio núcleo de Silveira Martins (MILDER, 2009, p. 31).
3. Sítio Moacir Rossato. Igualmente importante para fins de arqueologia, são os sítios pré-históricos, representantes dos povos indígenas que habitaram a região, visíveis através dos artefatos líticos e cerâmicos, muito presentes em toda a região da Quarta Colônia (MILDER, 2009, p. 42). São abundantes em toda a região, e é bastante comum que os agricultores encontrem artefatos arqueológicos em seus plantios.

No que concerne a esse capítulo, é importante destacar, tanto para a contribuição da história quanto da arqueologia sobre o passado da Quarta Colônia, que a arqueologia pode ser um contributo a ser explorado na região,

seja na constituição do Projeto Geoparque ou na formação de um roteiro turístico que envolva também o passado colonial e pré-colonial da região.

O POTENCIAL DO TURISMO PARA GERAR DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tendo em vista que as localidades podem aproveitar seus potenciais, principalmente os naturais, tais como os abordados neste capítulo, as habilidades, capacidades e competências dos sujeitos que as integram para desenvolverem-se de forma endógena pressupõem-se que localidades com potenciais turísticos podem se desenvolver a partir de estratégias que busquem o incremento da economia local e a melhoria da qualidade de vida de sua população a partir da otimização de suas características naturais, históricas e culturais.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) propôs algumas diretrizes éticas que direcionam a atividade turística em comunidades locais, tais como: “[...] comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que referem, especialmente na criação direta e indireta de emprego que ocasionem” (OMT, 1999, p. 6). Fica claro que seus pressupostos partem de fora para dentro, ou seja, de políticas e empreendimentos exógenos à comunidade e que são orientados a incluírem os sujeitos autóctones em seus projetos. Trata-se, sobretudo, de desenvolver um turismo guiado por valores locais e orientado para a minimização das agressões à cultura local e ao ambiente natural – lugar de moradia do cidadão local –, assim como de reduzir a dependência econômica externa. Fica clara a importância do planejamento político para que o turismo seja fonte de desenvolvimento local. Castro e Cruz Guzmán (2011, p. 23) apontam que

Há necessidade de uma formulação da concepção política, a partir da qual seja possível trabalhar o turismo com

visão estratégica, compreendendo-o como instrumento de desenvolvimento local, através de um processo de engajamento e participação comunitária. O desenvolvimento local é uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia o “olhar comunitário”.

Através dos pressupostos do DLe expostos acima, fica claro, portanto, que a participação da comunidade local para a decisão de implementação – ou de não implementação – de projetos turísticos e quais tipos de projetos devem ser implementados é fundamental. Muitas comunidades têm visto no turismo receptivo uma opção de melhoria de suas condições de vida. Ou seja, o turismo de base comunitária possibilita à população local ter um controle efetivo das decisões sobre o turismo no local e sobre o desenvolvimento de suas atividades. Pratica-se, assim, a gestão comunitária daquilo que é oferecido como serviços e atrativos turísticos, valorizando aspectos culturais e naturais do local.

Para que o Desenvolvimento aconteça de fato, é fundamental que existam empreendedores e trabalhadores interessados em oferecer produtos e serviços turísticos e, por fim, é imprescindível que existam pessoas que, mesmo sem entendimento técnico ou acadêmico sobre o turismo, estejam interessadas em viajar, descansar e usufruir um determinado destino. É necessário, ainda, considerar a visão do morador, habitante do local anfitrião, que é influenciado direta ou indiretamente pela prática do turismo (DALLAGNOL, 2012). No caso do Geoparque da Quarta Colônia, há o incentivo, a qualificação técnica e de gestão advindos da UFSM em consonância com o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e as prefeituras locais. Por conseguinte, há de ter o aval e apoio dos cidadãos para receber o turista.

O efeito multiplicador da atividade turística é uma consequência positiva para o desenvolvimento local e/ou regional, uma vez que não é apenas o núcleo receptor que se beneficia. Qualquer cidade pode se beneficiar do turismo, ainda que não tenha a presença e permanência do turista no mu-

nicípio. No caso dos municípios envolvidos no Geoparque, muitos não têm hospedagem; outros, serviços para o turista, mas dentro da região uma cidade complementa a outra em um roteiro integrado. Para isso, aquele município que não tenha a presença do turista, pode ser o fornecedor de bens que serão consumidos por ele, como produtos artesanais, industriais, agrícolas, alimentícios, mão de obra, etc.

Aí se encontra um dos pontos principais, na região da Quarta Colônia, se os municípios que a compõem não têm condições de oferecer ao turista toda a comodidade e serviços necessários para a sua permanência, visto que a cidade de maior porte e que estabelece limites com a região é Santa Maria, que por sua vez também se beneficiará com o desenvolvimento turístico da região. Justamente entendendo o turismo de forma integrada e regionalizada é que se pode aproveitar e usufruir dos benefícios da atividade turística tanto de forma econômica como com a manutenção de espaços naturais, espaços de memória, preservação dos patrimônios histórico-culturais da região etc.

O turismo tem como um de seus benefícios ser capaz de auxiliar na preservação de parques naturais, recreações ao ar livre e manutenção de áreas como atrações que, de outra forma, podem ser deterioradas ecologicamente. Quanto à preservação de locais históricos e arqueológicos, o turismo funciona como incentivo para ajudar a pagar a manutenção desses locais (como atrações para turistas), que, de outra forma, podem ser deteriorados ou até mesmo desaparecer. O turismo também funciona como incentivo para manter o meio ambiente agradável como um todo através do controle do ar, da água, da poluição sonora, de problemas com o lixo. E mais, pode incentivar a melhoria da estética ambiental por meio de programas de paisagismo, *designs* adequados de construções e melhor manutenção. No aspecto econômico, é capaz de aumentar as receitas dos municípios, gerar impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerar ocupação e renda para a população local e redistribuir a renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Souza (1999), é nítida a importância que o turismo tem como gerador de desenvolvimento local desde que as potencialidades endógenas sejam consideradas. Ainda de acordo com Souza (1999), deve-se pensar o local na forma de uma dimensão socioespacial que objetive como prioridade a conquista do bem-estar da comunidade e que não permita a exclusão social e a degradação ambiental.

Vale ressaltar, no entanto, que de maneira geral os projetos endógenos priorizam os anseios e interesses da comunidade local e que, portanto, podem resultar positiva ou negativamente em função dos caminhos tomados por seus participantes. Acredita-se que a orientação de profissionais especializados é fundamental para o apoio na tomada de decisões dos atores sociais envolvidos.

Tendo em vista a capacidade do efeito multiplicador na atividade turística, conclui-se que ela pode se apresentar como uma excelente alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira que preserve a identidade cultural local, conserve os patrimônios (natural e cultural) e dinamize a economia da região.

Observa-se, ainda, que para uma localidade se tornar turística, não basta ela possuir atrativos. É preciso que disponha também de um conjunto de serviços de acesso e infraestrutura. Portanto, desenvolvimento não deve ser percebido somente como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos permaneçam a reduzi-lo a esse significado.

O turismo sendo capaz de causar desenvolvimento aos municípios deve privilegiar a questão social e fazer com que a questão econômica venha como uma consequência. A pesquisa sobre o turismo como fator de desenvolvimento local deve ser incrementada em lugares onde novos projetos possam surgir, tal como a criação do Geoparque Quarta Colônia. Aqui apresentamos uma perspectiva de exploração dos bens arqueológicos como forma de ampliar

a cronologia que começa na formação do planeta, os dinossauros, passando naturalmente pelos primeiros habitantes ou mesmo pelos antepassados recentes.

A renovação de destinos turísticos é possível, e o desenvolvimento que pode acompanhá-la dependerá de planejamento, engajamento e participação do público mais interessado no local: a comunidade, setores público e privado, IES (Instituições de Ensino Superior) etc., enfim, aqueles que ali vivem.

É cada vez mais urgente e necessário estudos que apontem os meios adequados para fomentar um turismo humano enquanto atividade e fenômeno social capaz de contribuir para o desenvolvimento local para além do viés econômico. Enfim, um dos princípios fundamentais para lugares que visam ao turismo como uma possibilidade de desenvolvimento local é justamente melhorar a qualidade de vida das partes envolvidas nesse fenômeno. Nesse sentido, o turismo arqueológico deve ser tão impactante quanto o paleontológico, caso bem planejado.

Por fim, entende-se que projetos turísticos, tais como o do Geoparque, que avalia de forma prioritária os atributos locais, como o contexto econômico, social e cultural, a capacidade de carga e o desejo coletivo da comunidade local, podem colaborar positivamente para o desenvolvimento local e também podem minimizar os possíveis impactos negativos da atividade turística. A demonstração de tal desenvolvimento aparecerá conforme pesquisas forem sendo realizadas com a comunidade local no curto, médio e longo prazo. São os sujeitos locais, os viventes de determinado lugar, que serão capazes de analisar e opinar se o turismo foi fundamental ou não para melhora da qualidade de vida e do bem-estar social. Espera-se que a arqueologia possa dar seu contributo à construção desse projeto e que isso se concretize no Geoparque Quarta Colônia, trazendo todos os benefícios que um turismo bem planejado, sustentável e humano pode trazer à região.

REFERÊNCIAS

AREND, S.; BIANCHINI, G. N.; KARNOPP, E. A política Estadual de apoio às agroindústrias familiares de pequeno porte e de processamento artesanal na região da Quarta Colônia de Migração Italiana do RS. **Revista Brasileira de Gestão de Desenvolvimento Regional**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 397-399, maio 2017.

ATLAS BRASIL. **IDHM da Quarta Colônia**, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 23 set. 2020.

ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA, 2006.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CASTRO, L. L. C.; CRUZ, G.; GUZMÁN, S. J. M. Uma abordagem teórica da aplicação do Balance Scorecard como ferramenta de gestão de destinos turísticos de base comunitária. **Revista de Cultura e Turismo**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 19-32, 2011.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo, SP: Roca, 2001.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw'Hill, 1997.

DALLAGNOL, S. Impactos do turismo X comunidade local. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt02/arquivos/02/06_Dall_Agnol. Acesso em: 13 jul. 2013.

DIAS, R.; AGUIAR, M. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Alínea, 2002.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Revista de Cultura e Turismo**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

GODOY, M. M.; BINOTTO, R. B.; SILVA, R. C. da; ZERFASS, H. **Geoparque Quarta Colônia (RS) Proposta**. Vol. 1. Sem data de publicação. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17170/quartacolonia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MAMEDE, V. S. M. D. Participação e desenvolvimento do turismo local. In: MARTINS, C. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 31- 45, maio/ ago. 2012.

MILDER, S. E. S. **Projeto de Valorização do Patrimônio Arqueológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana, RS**. Relatório Final, Portaria IPHAN nº 07/ anexo III, setembro de 2009, Processo Administrativo nº 01512.00049/2005-78. Santa Maria: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA – UFSM, 2009.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 193-202, set. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Guia para administrações locais: desarrollo turístico sostenible**. Madrid: OMT, 1999.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

SIMONETTI, F. **Imigração Russo-alemã em Silveira Martins, século XIX**. 2008. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A. B. **Turismo. Desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CAPÍTULO 8

ARQUEOLOGIA, GEOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO TEJO, PORTUGAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura08>

Luís Mota Figueira

Cecília De Melo Correia Baptista

Ana Paula Gerardo Machado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Os acervos territoriais são, em todos os lugares, repositórios da ação da natureza e testemunhos da intervenção humana. Dessa relação resta um legado onde se depositam novas coisas aumentando continuamente o acervo original.

A Arqueologia e a Geologia tentam estudar esse acervo original pelo lado das intervenções físicas detetáveis no tempo e no espaço. A Etnoarqueologia e a Antropologia tentam determinar cenários compreensivos com base nos vestígios arqueológicos e na sua lógica temporal, buscam entender as narrativas históricas possíveis, desvendam olhares sobre a paisagem natural e antrópica, tentam esboçar aspectos comportamentais e artísticos (SILVA, 2009).

Os vestígios são, nessa perspectiva, os testemunhos: retirá-los da sua mudez natural e colocá-los sob o foco da interpretação pressupõe um trabalho sistémico (FIGUEIRA, 2013a). Os sinais das ocupações humanas são tantos e tão complexos, quão complexa é a existência humana com os seus rituais e sentidos espirituais em confronto com as condições naturais de onde emitem as suas mensagens. Captá-las será, portanto, senti-las como algo pertencente a uma unidade na diversidade: a ocupação humana dos territórios é uma cons-tância civilizacional e, como tal, não conhece fronteiras naturais nem culturais (CASIMIRO, 2007).

Dedicando-se o Geoturismo aos ambientes naturais e construídos abióticos, aposta na preservação do significado geográfico dos locais, para além dos seus aspectos puramente geológicos e geomorfológicos. De modo a conservar os recursos, é necessário desenhar uma interpretação interactiva de acordo com a diversidade e selectividade do mercado, envolvendo as comunidades e almejando a satisfação do turista e a criação de benefícios conducentes ao desenvolvimento local sustentável (FENNELL, 2002).

A formação e consolidação econômica e social de um destino turístico deve-se, principalmente, ao ambiente natural e cultural desse destino

e às condições de estada em lazer que os viajantes procuram: o destino passa a ser no portfólio pessoal uma referência positiva e da sua história de vida (FIRMINO, 2007).

A Cultura é o cimento das comunidades humanas, sejam elas mais pequenas ou vivam em grandes metrópoles. Em cada região há ícones incontornáveis. Preservá-los em função do seu uso cultural e turístico é respeitar o “espírito de lugar” (ICOMOS, 2008).

O Medio Tejo, Tomar, cidade templária, apresenta-se ao mundo do turismo e da cultura como um lugar onde o Convento de Cristo é Patrimônio da Humanidade e se reinventa na Festa dos Tabuleiros, ligando Cultura e Turismo (PEIXOTO, 2000). A lenda da fundação do Castelo Templário de Tomar se assenta em um pressuposto geológico: das colinas existentes e com condições para se instalar um edificado de defesa e de ataque militar, Gualdim Pais escolheu a colina que dominava o rio Nabão, na sua margem direita, cujo domínio controlava a velha estrada romana de Lisboa a Coimbra. São esses aspectos físicos e culturais que se pretende explorar do ponto de vista turístico.

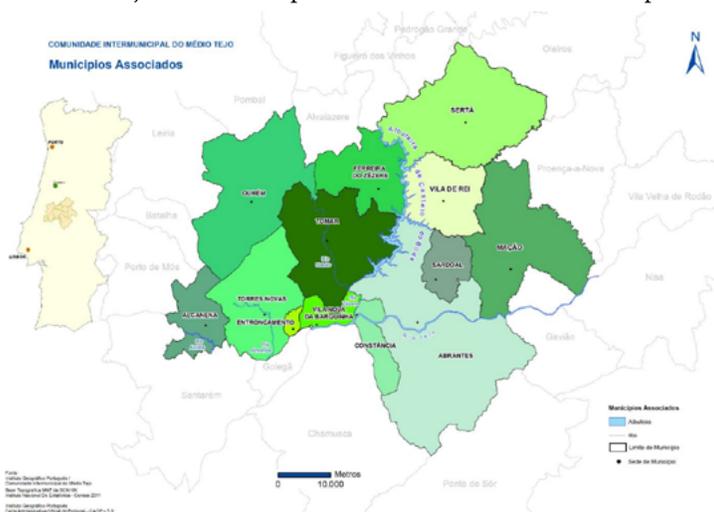
METODOLOGIA

A criação deste capítulo foi precedida de um trabalho alargado de análise da Geologia da sub-região do Médio Tejo e sua interpenetração com a Arqueologia.¹ Pretende-se que a metodologia adotada seja replicável em outros contextos de valorização arqueológico-turística, com base nos recursos geológicos de um determinado território (RODRIGUES, 2009).

1 Tem especial importância a constatação de que se reúnem nesse espaço de diversidade cultural concentrada elementos de cultura popular (museus de comunidade), de cultura municipal (equipamentos com gestão municipal), de cultura nacional (recursos patrimoniais sob classificação nacional) e de cultura mundial (recursos classificados de patrimônio da Humanidade pela Unesco).

A região do Médio Tejo – centro de Portugal Continental –, ocupa uma área de 3.344 km, com 247 330 habitantes (CIMT, 2014), distribuídos por treze concelhos: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio



Tejo Fonte: Costa (2016, p. 1).

A localização geográfica, o clima e a geomorfologia de cada um dos municípios conferem aspetos particulares à ocupação da terra, à indústria, à cultura e aos usos e costumes (TALAVERA, 2003). As características das construções tradicionais são diferentes em cada um dos concelhos em função da disponibilidade dos materiais para a construção.

A região inclui alguns concelhos localizados nas margens ou proximidades de rios, em um ambiente de peneplanície, beneficiando-se de uma cultura ribeirinha e da tradição piscatória, com exploração de materiais para construção. Outros concelhos são caracterizados por relevos mais acentuados

e agrestes, cortados por rios que correm em vales encaixados. Nesses casos, predominam as atividades típicas das zonas serranas e os materiais de construção passam a ser as pedras disponíveis na região, o calcário, o gneisse, o quartzito e o xisto.

As paisagens florestais e agrícolas são predominantes, assim como a presença do rio Tejo, que na sua passagem pela região recebe a água de quatro rios, o Alviela e o Almonda, cujas nascentes se situam em Alcanena e Torres Novas, respetivamente, o Zêzere e um dos seus afluentes, o Nabão (CIMT, 2014).

Acredita-se que a partir do Ecoturismo e, por consequência, do Geoturismo em particular é possível criar condições tendencialmente beneficiárias dos ecossistemas e da visitação turístico-cultural (WEARING; NEIL, 2009). Nesse, como em outros domínios, a interação com as populações locais é a chave para a qualificação metodológica paralela à metodologia científica (CORDEIRO; ALVES; CARVALHO, 2015).

Os ensaios de materiais geológicos e a sua confrontação com os vestígios de ocupação humana² obrigaram a uma revisão de literatura apurada. Porém, o estado da arte em matéria de Geoturismo na região do Centro de Portugal é ainda escasso. Em contraponto, para a Serra de Aire e Candeeiros e para a Serra de Sicó, ambas pertencentes ao sistema cársico do Maciço Calcário Estremenho, a evolução de conhecimento e sua divulgação têm crescido nas últimas décadas³.

Assim, sob o objetivo de criar mais visibilidade sobre o geoturismo na região e aproveitar a localização excelente de património natural e cultural, o trabalho se baseia, em uma primeira fase, no estudo geológico. A riqueza geológica é apresentada e, como objetivo secundário, considerou-se a roteirização do território, elegendo uma Rota Nacional (FIGUEIRA, 2013b). Esta, composta por Itinerários Regionais e, estes, por Circuitos Locais, a fim de res-

2 A relevância da Etnoarqueologia como disciplina auxiliar da Arqueologia é ponto crítico, nomeadamente nos territórios com maior cultura rural e núcleos urbanos em domínios do Interior.

3 Disponível em: <https://www.icnf.pt/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ponder à questão de partida: como esboçar uma proposta de Geoturismo para criar educação para a preservação ambiental, para a conservação do legado geológico, faunístico, florestal e florístico em simultaneidade com a exploração do destino turístico “Centro de Portugal”? A resposta se tornou evidente: a proposta de visitação liga a arqueologia com a geologia originando um produto que tem potencial para ser integrado em pacotes turísticos e, acima de tudo, para afirmar uma experiência única, autêntica, apenas possível com a presença do turista nesse território.

O fato de a zona geograficamente considerada ser delimitada administrativamente, ao invés de constituir um problema (porque ao turista não interessa essa delimitação da administração pública), torna-se uma solução, inclusive para uma melhor distribuição do turismo no território continental. Tomar, com o Convento de Cristo classificado como Patrimônio da Humanidade; Abrantes, caracterizada pela sua natureza associada ao rio Tejo e à Barragem do Castelo do Bode; Torres Novas, plena de ligação ao cársico extremo com as Grutas do Almonda e com o Paul do Boquilobo; e Alcanena, com a nascente do Alviela, que é considerada a maior nascente cársica da Península Ibérica, corporizam quatro de treze municípios que metodologicamente foram eleitos, neste estudo, como subdestinos turísticos do Médio Tejo (CIMT, 2014).

Nessa visão, escalar se revela a base metodológica que seguimos: i) estudo geológico e geomorfológico do território em análise; ii) organização de conteúdos para visitação, partindo-se do micro para o macro espaço; iii) criação de circuitos, itinerários e rota sob ligação plena da tríade Território-Pessoas-Organizações, base tripartida das dinâmicas de crescimento sustentável.

ENQUADRAMENTO

Na administração pública são indispensáveis medidas políticas orientadas ao ordenamento do território, tecnicamente exequíveis. Para o setor

privado, essas medidas proporcionam oportunidades para criar mais economia, alavancar negócios e, como prevê a UNWTO, a inserção no crescimento turístico sustentado; para as organizações associativas, significam crescimento no âmbito das suas missões.

O Turismo é uma invenção social que, na Economia, foi-se integrando como gerador de valor para as comunidades, consumindo território e aproximando culturas (LOPES, 2010). A Viagem e a procura do Outro foram, desde a mais profunda Antiguidade, uma constância do ser humano em situação. Esse desafio é a mola impulsionadora dos descobridores.

Atualmente, a estratégia capitalista de embaratecimento das viagens constitui uma alavanca para os biliões de percursos aéreos, rodoviários, marítimos, fluviais, ferroviários e pedonais que se fazem durante todo o ano. O conceito de Férias ou de Lazer, face à desconstrução do conceito de Emprego e de Trabalho, constitui novo desafio aos destinos turísticos. Nestes, a vertente natural e a vertente cultural motivam os viajantes a visitá-los e a despendem dinheiro e tempo para empreenderem viagem e pernoitarem em um e em outro destino, seja o de estada, seja os de trânsito (McKERCHER; CROS, 2002).

As populações locais precisam ser integradas nos processos de apropriação territorial para minimização dos impactes do turismo (FENNELL, 2008; HIGHAM, 2007). Constatamos, por vezes, que os residentes necessitam de explicações básicas que os insiram nesse meio de modo simples e objetivo. As reflexões e as propostas que estudamos em sede de revisão de literatura são claras no caso da intervenção do turismo em territórios cuja fragilidade ambiental aconselha delicada intervenção das atividades turísticas (NETTO; NECHAR, 2014). É necessária mais cultura ambiental, arqueológica, geológica, turística. A educação e a formação nesses quatro domínios são a base da estratégia de sustentabilidade territorial (ALMEIDA; ABRANJA, 2009).

O que mais marca qualquer destino turístico é a forma como o visitante, tanto turista quanto excursionista, percebe a forma como é recebido e tratado durante a sua estada. O atendimento e a hospitalidade interagem

com os visitantes que, também avaliam e comunicam as suas experiências turísticas. Por isso, quanto mais cultura turística existir em um território, tanto mais forte e consistente se torna o diálogo entre atores territoriais (GASTAL, 2000). Cada viajante considera e avalia o dinheiro gasto na aquisição de bens e serviços, observa o comportamento das organizações que comercializam produtos e pacotes turísticos, aprecia a qualidade da sua relação com as pessoas. Para satisfazer a procura com qualidade, exige-se dos profissionais esforço nos estudos, treino, demonstração de competências e prestação de serviço com excelência. Para esse objetivo central, é necessário criar e manter uma *cultura do turismo* e uma *cultura de turismo* (OMT, 1999).

Cultura do turismo porque a sociedade necessita compreender os benefícios da intrusão turística (o turismo é uma indústria muito recente se for colocada na linha do tempo geológico-arqueológico), regulando, consistentemente, práticas de turismo responsável e sustentado; Cultura de turismo porque alargar a visão sobre cultura turística às populações residentes e ao comportamento profissional de todos os agentes turísticos é condição de sustentabilidade. Nessa cultura, insere-se, naturalmente, a linha de afirmação da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

O Geoturismo, aliando-se à Geologia, à Arqueologia e ao Turismo, pode se tornar uma ferramenta da sustentabilidade, tal como acontece com a maior parte das formas de turismo alternativo (SIMÕES; FERREIRA, 2009). O ambiente natural é, para a atividade turística, determinante. A Geologia e a Arqueologia são domínios que, agregando valor científico à geografia local, contribuem para que a visita seja uma realidade simultaneamente cultural e econômica: contribui para a educação, em geral, e é uma fonte de receita para empresas locais.

O Geoturismo poderá suscitar na região maior consciência e percepção sobre as contribuições que o turismo oferece ao ambiente e à economia, proporcionando ao visitante uma experiência singular e simultaneamente preservando a qualidade do ambiente do qual dependem todos os outros objetivos do turismo sustentável (CUNHA, 2008).

CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA DO TERRITÓRIO DO MÉDIO TEJO

O território é vasto, revestido de aspetos geomorfológicos diferenciados e complexos. A Norte e Nordeste, o relevo é acidentado e predominam as rochas cristalinas, formando cristas quartzíticas que se alternam com xistos e grauvaques. Uma parcela da zona Centro e Oeste se caracteriza pela morfologia cársica com relevos agrestes e vales profundos, predominando a rocha calcária com diversas fácies e alguns materiais detríticos. A zona Centro e Sul se caracteriza pelos planaltos e planícies, destacando-se toda a planície aluvial do rio Tejo, mas também dos rios Almonda, Alviela e Nabão. Predominam os materiais detríticos constituídos por areia, cascalho e calhau rolado com uma matriz silto-argilosa.

Terrenos da cobertura ceno-antropozóica, constituídos por aluviões modernas, preenchem os vales, com maior desenvolvimento nos rios Tejo, Zêzere, Almonda, Alviela e Nabão. Depósitos de terraços fluviais constituídos por arenitos e conglomerados, por vezes com intercalações argilosas, são visíveis em várias cotas e com diferentes espessuras em toda a região.

Há um grande desenvolvimento do baixo terraço entre Torres Novas, Riachos, Golegã, Mato Miranda, Entroncamento, Azinhaga e Pombalinho. Grés argilosos acastanhados e avermelhados e areias com seixos, em geral bem rolados, do Pliocénico, formam depósitos dispersos na superfície dos planaltos do Miocénico (MANUPPELLA *et al.*, 2006).

Há na região três unidades morfoestruturais que importa distinguir: a Bacia do rio Tejo (centro-sul), a Bacia de Ourém (oeste) e o Maciço Calcário Estremenho, que ocupa uma área significativa na zona oeste da região em estudo. Este último é uma unidade geomorfológica elevada acima da Bacia do Tejo, da Plataforma Litoral e da Bacia de Ourém (MARTINS, 1949). Essa unidade morfoestrutural apresenta particularidades, nomeadamente de litoestratigrafia e de tectónica. A rocha calcária que a constitui condiciona o relevo

o qual apresenta várias escarpas e toda a morfologia cársica característica da região. Os movimentos tectônicos e as falhas condicionaram a forma desse maciço (RODRIGUES, 1998) onde se distinguem três regiões elevadas, a Serra dos Candeeiros, o Planalto de Santo Antônio, o Planalto de São Mamede e a Serra de Aire (MANUPPELLA *et al.*, 2000; QUARTAU, 1998).

Do ponto de vista geológico esse maciço é um patrimônio natural de grande importância pelas características da rocha calcária com diversas fácies, resultantes dos fenômenos de geodinâmica interna, responsáveis também por algumas formas estruturais bem visíveis na paisagem, dobras e falhas de deslignamento e cavalgamento. A morfologia cársica constitui um importante atrativo turístico. Resulta da dissolução da espessa sequência de calcário de elevada pureza, formando estruturas com geometria e dimensão muito variáveis.

É possível observar depressões fechadas com fundo plano do tipo dolina ou uvala, os poljes, os vales secos, as galerias, as grutas, os algares e os campos de lapíais. Esse maciço encerra um importante Sistema Aquífero que constitui uma das principais reservas de água subterrânea de Portugal. As grutas de Alvados, Santo Antônio, Mira de Aire, Moeda e as nascentes do Almonda e Alviela fazem parte desse Sistema Aquífero. Ao circular pelas vias de comunicação que atravessam o Maciço Calcário Estremenho são visíveis as marcas da atividade extrativa destinada à indústria da construção sob a forma de rocha ornamental, agregados e produção de cal e às indústrias química e siderúrgica. Nestes casos, com extração de calcários dolomíticos e dolomitos (QUARTAU, 1998).

Ao longo da depressão do rio Tejo, principalmente a montante da Vila Nova da Barquinha e entre esta e Constância, Tramagal, Abrantes e Alferrarede se encontra o substrato cristalofílico hercínico e ante-hercínico, representado por rochas intrusivas como o granito, visível na Barquinha, em Tancos e em Arripiado. Nessa zona são, também, visíveis gnaisses e migmatitos e xistos do Precâmbrico, visíveis na zona de Constância e nas margens do rio Tejo em Abrantes, assim como em Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Sertã e Mação. Aqui, para além do granito, do xisto, dos filitos e do grauvaque, aparecem os

quartzitos brancos ou acinzentados do Ordovícico, do Silúrico e do Devónico, alguns com continuidade para os concelhos limítrofes (GONÇALVES, 1979; MANUPPELLA *et al.*, 2006).

Nos concelhos a Norte e Nordeste, a geomorfologia é mais complexa, nomeadamente em Mação (ROMÃO, 2006). Essa zona se localiza junto ao contato Norte da Bacia Terciária do Tejo com o Maciço Ibérico. Apresenta litologia variada e de diferentes épocas geológicas desde o Proterozoico, representado por granulitos, ortognaisses, xistos negros, metagrauvaques e filitos, a que se segue o Ordovícico representado por quartzitos e xistos seguidos pelo Silúrico com xistos, quartzitos e siltitos e terminando no Devónico com quartzitos brancos, xistos e siltitos. O Terciário está representado por conglomerados do Pliocénico, e o Quaternário por depósitos de terraços do Plistocénico e aluviões do Holocénico.

A variedade da geomorfologia e a riqueza dos recursos naturais encontrados na região permitem considerar a possibilidade de se atingir um patamar de fruição turística correspondente a um elevado potencial empresarial no domínio especializado do geoturismo e turismo científico. Esses segmentos do Ecoturismo poderão desenvolver mecanismos para contribuições positivas potenciais no domínio da conservação e sustentabilidade (BUCKLEY, 2004; WEARING; NEIL, 2009).

POTENCIAL TERRITORIAL

O potencial dos territórios, integrando as pessoas, alicerçado nas organizações públicas (administrativas), privadas (negócios) e associativas (participação cívica) pode ser demonstrado através de uma fórmula muito simples, mas persistente (PICARD; MICHAUD, 2001).

Os recursos endógenos *versus* recursos exógenos, quando combinados com o objetivo de produção de valor, seguindo as linhas da sustentabilidade, beneficiam uma estratégia coerente, porque são ativados e explorados

com benefícios daí resultantes (COMISSÃO EUROPEIA, 2014). A gestão dos interesses públicos e privados precisa de arbitragem: a investigação é a base dessa gestão. O exemplo já apresentado em Figueira (2011, p. 4) a propósito do Roteiro do Tejo, projeto de valorização turística do Rio Tejo, recurso hídrico estruturante da região, afirmava o seguinte:

O Roteiro do Tejo pode ser uma marca com identidade forte porque: é sustentado numa realidade singular evidenciada pela tradição marítima e fluvial; é revelado pelos traços e testemunhos geológicos, da fauna e da flora, etnoarqueológicos, artísticos e socioeconómicos, de ontem e de hoje; é valorizador das informações estratégicas para activação do território, tanto nas dimensões antropológicas, históricas e turístico-culturais, quanto nas que respeitam aos recursos naturais e culturais, suas interpretações e apropriações a favor da economia regional e nacional; é uma referência de autenticidade, para todos os Actores territoriais (Estado Central - Poder Local – Comunidades Intermunicipais – Associações – Empresas - Organizações Não Governamentais – Cidadãos) nos diversos domínios de actividade económica e social.

A cultura territorial tem relação direta com os vestígios arqueológicos e é composta por esses e outros recursos endógenos que, transformados em atrativos, tornam-se traços dessa identidade que se afirma distintivamente das restantes. A gestão do território é orientada, no domínio do Ordenamento, pelas linhas de Sustentabilidade (HANAI, 2012) e, nesse contexto, a qualificação da relação Visitantes-Visitados é ponto crítico da turistificação como processo de valorização patrimonial nem sempre isento de contradições. Por isso e como argumentava Barreto (2004, p. 137):

Na atualidade parece não haver discussão quanto ao fato de que a relação entre visitantes e visitados apresenta graus de conflito que variam, também, em função da

visão que a população local tem dos estrangeiros em decorrência de experiências anteriores com forasteiros não turistas, de preconceitos, da rapidez com que acontece o fenômeno de turistificação, da percepção que a população tem dos benefícios econômicos e sociais advindos do turismo e/ou dos custos sociais e ambientais (Gursoy, Juroski e Uysal, 2002), da competição por recursos naturais ou pelo uso de instalações, e do grau de distância social e econômica entre visitantes e visitados.

A percepção da população local é fundamental, e o saber turístico que importa melhorar se pratica em um espaço Geográfico de experimentação que para os Operadores turísticos tem importância pela acessibilidade às Viagens, pela densidade de Alojamento disponível, pela qualidade e autenticidade da Restauração, assegurada pelas ofertas locais de Entretenimento e Lazer e, naturalmente, considerando-se as questões da Segurança e de cuidados de Saúde e, no fim da cadeia de valor para o visitante e turista, o Acesso a Bens e Serviços complementares. A estruturação da oferta pressupõe melhorar sempre as condições de visitação dos recursos, apostar na qualificação e capacitação dos agentes e desenvolver ofertas integradas de serviços (AMORIM; FIGUEIRA; SOARES, 2015).

O turismo se ressentido e absorve as tendências ambientais que caracterizam a sociedade atual e que se estendem desde as maiores preocupações ambientais sentidas pelas populações-operadores-governança, as alterações climáticas, a necessidade de utilizar racionalmente os biorrecursos, a utilização de energias e transportes alternativos em uma política de eficiência energética, a valorização de práticas de reutilização e reciclagem, até a implementação de normas de regulamentação ambiental e de técnicas de certificação ambiental (COOPER, 2002).

Desse fato resulta, conseqüentemente, uma tendência de maior procura por produtos naturais com alteração dos fluxos turísticos e aumento de procura em épocas consideradas baixas, o que implica uma adaptação das

estratégias de gestão e *marketing* às questões ambientais, incluindo um aumento dos custos de manutenção e operação de atrações turísticas naturais, mas também o desenvolvimento de produtos mais sofisticados no domínio do Turismo de Natureza. Esses novos paradigmas podem aumentar o potencial turístico territorial (SIMÕES; FERREIRA, 2009).

A atratividade do Geoturismo, bem como de todos os segmentos do turismo, revela-se pela capacidade de cada destino para a integração dos visitantes e pelo papel da governança local. Essa visão, quando bem gerida, assegura aos destinos as melhores condições de entrada, de estada e de retorno de visitantes, ressaltando-se a estreita inter-relação entre a prática de atividades de Turismo de Natureza *soft* e os destinos próximos ou o país de origem (TURISMO DE PORTUGAL, 2006).

No futuro, perspectiva-se um aumento do potencial de compra de viagens de Natureza, pela concorrência de alguns fatores, como é o caso da maior preocupação pelos temas ambientais, da procura de destinos não degradados e não massificados, do efeito “moda”, da necessidade de implementar ações de sustentabilidade, da preferência crescente por férias ativas em detrimento de férias passivas, da procura de experiências com autenticidade, da forte oferta dessas viagens via *web*, acessível a um grande número de consumidores (TURISMO DE PORTUGAL, 2006).

Em um mercado global onde o turismo irá continuar a crescer será cada vez mais intensa a concorrência entre destinos, sendo necessário descobrir fatores diferenciadores que possam exaltar o potencial turístico dos destinos face aos seus concorrentes. Nesses fatores se incluem os sítios arqueológicos já classificados e indexados pela Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC)⁴ e outros em vias de classificação, de que se apresenta um resumo dos que são acessíveis à visitação (Quadro 1). O aumento do interesse turístico sobre esses recursos arqueológicos pode induzir processos de conserva o em uma perspectiva de transforma o em atrativos turisticos permanentes (FCT, 2019).

4 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Quadro 1 - Recursos Arqueológicos da sub-região do Médio Tejo

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Fórum Romano de Tomar	Fundado no século I d.C. pelo imperador Augusto, posicionava-se no itinerário que ligava Olisipo e Bracara Augusta.	Tomar 39°36'11.8"N 8°24'25.6"W
Estação Romana de Seiça	Casal do Baixo-Império Romano, comprovado por vários vestígios arqueológicos, onde se pensa ter existido uma estrada romana.	Seiça, Ourém 39°40'25.094"N 8°31'41.7921"W
Estação Arqueológica Romana de Vale de Junco	Antigo povoado (≈2 ha) que evidencia ocupação romana com balneário do complexo termal do século III ou IV d.C.	Ortiga, Mação 39°28'48.718"N 8°1'40.592"W
Estação de Arte Rupestre da Fechadura	Gravuras de diversos motivos em xisto (6 m ²) que datam do período entre o Calcolítico e a Idade do Ferro.	Sertã 39°50'53.00"N 7°58'26.45"W
Estação de Arte Rupestre da Lajeira	Gravuras de diferentes motivos e representações (12 m ²) datadas do período entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro.	Sertã 39°50'35.16"N 7°56'49.91"W
Castro de S. Miguel	Povoado com cerca de 50 habitações de paredes de pedra seca ou argamassa muito primitiva (apogeu entre o século III a.C. e I d.C.).	Serra da Ladeira (Amêndoa), Mação 39°40'5.14"N 08°3'52.25"W
Conheiras	45 sítios arqueológicos constituídos por conjuntos de seixos rolados, resultantes de exploração mineira romana de ouro alucinar.	Vila de Rei 39°36'57.17"N 8°7'46.06"W

Continua...

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Estação Arqueológica de Casais de Abadia	Conjunto de vestígios de ocupações do Neolítico, Calcolítico, Romano, Medieval e Moderno, incluindo edificado. Enterramentos datados dos sécs. XVI e XVII.	Casais da Abadia, Ourém 39°42'1.487'' N 8°32'37.20'' W
Castelo Velho do Caratão	Sistema defensivo edificado a 250m de altitude do qual resta um troço de muralha e numerosos objetos – Idade do Bronze.	Caratão, Mação 39°34'36.69''N 7°57'39.39''W
Anta da Foz do Rio Frio	Monumento funerário formado por uma câmara poligonal, que se pensa ter sido edificada no final do quinto milénio a.C.	Ortiga, Mação 39°28'27.144''N 8°3'48.151''W
Bicha Pintada	Inscrição em sulco no topo de uma camada de quartzito cinzento-escuro (30 cm de espessura) complementada com galerias vermiformes.	Vila de Rei 39°37'35.96''N 8°9'45.00''W
Gruta de Avecasta	Sítio arqueológico composto por várias aldeias sobrepostas, seladas e preservadas por camadas de argila fina, com evidências de ocupação entre o Neolítico e a Idade Média e também de exploração metalúrgica de cobre.	Avecasta, Ferreira do Zêzere 39°44'46.082''N 8°24'12.599''W
Grutas das Lapas	Labirinto de galerias subterrâneas à povoação, escavadas em calcário mole conhecido por <i>tufos</i> .	Lapas, Torres Novas 39°29'34.58'' N 8°33'14.40''W

Continua...

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Parque Arqueológico do Ocreza	Trinta rochas com gravuras rupestres, repartidas por dois núcleos, originárias do período Paleolítico ou Neolítico/Calcolítico (expansão do megalitismo e agro-pastorícia).	Envendos, Mação 39°32'45.674"N 7°49'32.132"W
Pias Escavadas na Pedra	Tanques contíguos escavados na rocha.	Pias, Ferreira do Zêzere 39°42'46.899"N 8°19'51.661"W
Ponte da Ladeira d'El-Rei	Ponte romana, com dois arcos de volta perfeita, sendo um deles reforçado posteriormente com um arco quebrado.	Mação 39°33'8.68"N 8°0'3.58"W
Ponte Romana do Coadouro	Ponte assente em três arcos, o central com maior vão e flecha, com talha-mares nos pegões das duas faces, que deve remontar ao século I a.C.	Mação 39°32'57.647"N 8°1'12.651"W
Ruínas Romanas de Alcolobre	Complexo termal de uma vila romana dos séculos I a III. Vestígios de exploração de minério de ouro.	Santa Margarida da Coutada, Constância 39°26'33.755"N 8°16'54.668"W
Vale de Azurrague	Vestígios megalíticos.	Alburitel, Ourém 39°38'35.444"N 8°30'37.6116"W
Vestígios Arqueológicos do Agroal	Vestígios que remontam a vários períodos de ocupação humana, nomeadamente a gruta do Buraco do Velho, a Palmaria, a necrópole da Lapa dos Furos e o Castro do Agroal.	Agroal, Ourém 39°40'47.512"N 8°26'1.0232"W

Continua...

Continuação.

Designação do Patrimônio Arqueológico	Breve descrição	Localização e Coordenadas GPS
Vestígios Romanos da Quebrada do Meio	Troço de calçada e uma ponte da época da ocupação romana.	Ferreira do Zêzere 39°44'30.179"N 8°25' 44.330"W
Ruínas Romanas de <i>Villae Cardillium</i>	Vestígios de uma antiga quinta romana composta por entrada, peristilo e êxedra, revelando um conjunto de alicerces, bases de colunas e pavimentos ornamentados com tesselas.	Torres Novas 39°27'10.61"N 8°31'43.98"W
Vila Romana de Arrochela	Povoado romano, repositório de múltiplos vestígios arqueológicos – alicerces, cerâmicas, pesos de tear, restos de forjas, colunas, entre outros.	Espite, Ourém 39°45'32.898"N 8°39'12.629"W
Vila Romana de Coinas	Vila romana do Alto Império com várias estruturas arqueológicas – alicerces, pesos de tear, cerâmica de construção, mós manuais, mosaico e escória de ferro.	Vale de Leiria, Ourém 39°39'20.45"N 8°37'49.744"W
Vila Romana de Olival	Vestígios de uma vila romana (século I-IV), nomeadamente mosaicos, materiais de construção e cerâmica comum.	Olival, Ourém 39°42'38.289"N 8°36' 8.315"W
Anta do Vale da Laje	Monumento funerário megalítico mais antigo a norte do Tejo, com mais de 7500 anos, cuja câmara é formada por cinco grandes lajes.	Serra de Tomar, Tomar 39°33'22.5"N 8°18'07.5"W

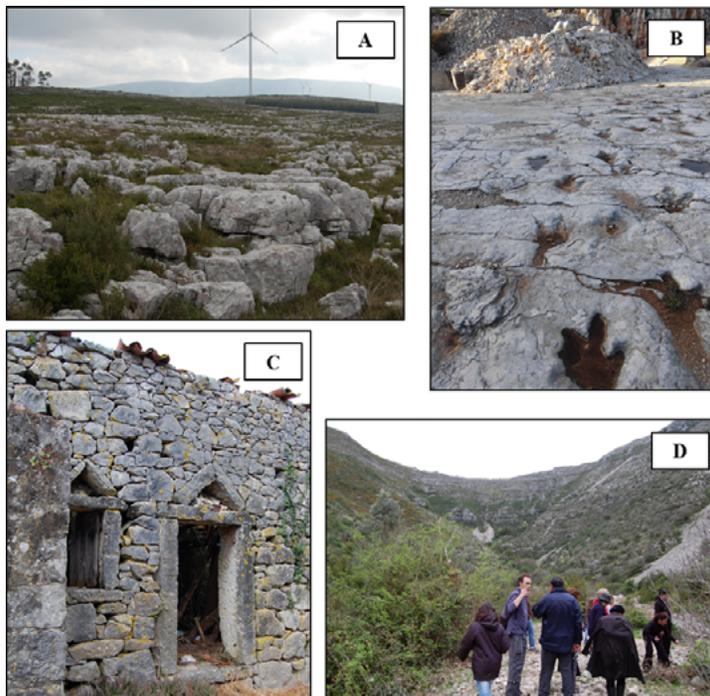
Fonte: Elaborado a partir de CIMT (2014).

Encontram-se muitos vestígios pré-históricos em lapas (grutas naturais), comuns nos afloramentos calcários. O solo, algum de grande qualidade para a prática agrícola (terrenos aluvianares), o clima úmido e a abundância de presas potenciaram a fixação humana. No final do Neolítico, a anta de

Alcobertas, indiciando organização social, porventura, é uma das primeiras construções em pedra que persistiram até a atualidade.

As construções em pedra são diversificadas, correspondendo a uma paisagem onde dominam os afloramentos rochosos (Figura 2). As construções estão materializadas em muros, paredes, casinas, maroiços, caneiros ou presas, choisos, choisas e cerrados, segundo a terminologia popular local (PEREIRA, 2007). Essas construções utilizam apenas aparelho de alvenaria de pedra seca (sem argamassa). O olival emblemático da zona serrana tem origem no séc. XVII. Nessa época, tiveram lugar as primeiras construções de pedra seca para responderem a várias necessidades habitacionais, de contenção ou divisão de terras, armazenamento de utensílios e produtos ou para guarda de animais domésticos. Na época, tal como hoje, as Serras de Aire e Candeeiros seriam percorridas por pastores que nas suas atividades construíram pequenos abrigos de proteção (as casinas) face aos ventos marítimos que se fazem sentir na cumeada.

Figura 2 - Paisagem natural e cultural do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC): A - Campo de lapiás; B - Pegadas de dinossauros de Vale dos Meios; C - Edifício popular na localidade da Serra de Santo Antônio; D - Afloramento Geológico: Fórnea em Alcaria, Porto de Mós.



Fonte: Acervo dos autores.

Como pode ser observado através do quadro 1 e das figuras 2 e 3, é possível criar Circuitos Locais e Itinerários Regionais, que na diversidade de vestígios arqueológicos de entre gravuras, povoados, conheiras, vilas romanas, forjas de metais, necrópoles e monumentos funerários, etc. podem constituir uma Rota temática assente nos vestígios arqueológicos enquadrados na geologia do território do Médio Tejo (FIGUEIRA, 2010).

Figura 3 - Sítios arqueológicos: A - Detalhe do leito da Via Romana do Alamal, atualmente coincidente com o plano de água do Rio Tejo (margem esquerda); B - Hipocausto das Ruínas Romanas de Vila Cardílio.



Fonte: Acervo dos autores.

Os conteúdos reunidos formam um conjunto elucidativo disponível para diversos usos pela sua riqueza comunicativa. As organizações públicas e privadas, de acordo com os seus interesses, nomeadamente empresariais e turísticos, educativos, de animação social ou outros, passam a dispor de uma fonte que, organizada para o Geoturismo, serve outros domínios de atividade (TURISMO DE PORTUGAL, 2015).

ROTEIRIZAÇÃO EM GEOTURISMO

A Roteirização é uma componente de gestão da Visitação nos destinos turísticos (COOPER *et al.*, 2001). A elaboração de Roteiros atende a pelo menos três variáveis: o turista, quando está em trânsito, recebe influências e influencia os indivíduos com que interage; o turista nas suas relações humanas e no contato com a natureza, cria memórias, fixa as especificidades naturais de cada lugar, usos e costumes de que participa; o turista quando retorna à sua residência recorda as experiências de que participou no espaço geográfico e no tempo de estada (PÉREZ, 2009).

O Geoturismo⁵ é uma atividade de descoberta e de contato com a natureza que, pela sua dimensão social, tem virtualidades na manutenção de ecossistemas e no turismo responsável. A roteirização geoturística atende a conceitos operacionais. Poder-se-á tomar nota do conceito atualizado de Geoturismo que enfatiza as seguintes linhas: a) - identidade de um território, geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, patrimônio e o bem-estar dos seus residentes; b) - ferramenta orientada à conservação, divulgação e valorização do passado da Terra e da Vida, com perspectivas de projetar possíveis cenários futuros comuns para a vida humana; c) - valorização inovadora do patrimônio geológico através das novas tecnologias de informação para veicular conteúdos complementares dos clássicos painéis informativos; d) - disponibilização acessível clara e inteligível da informação para os diversos públicos-alvo (AROUCA GEOPARK, 2011). Como argumenta Figueira (2013b, p. 20):

O processo de Roteirização é, portanto, um instrumento ao serviço da valorização dos territórios, tendo especial importância na adequada apropriação turística do patrimônio tradicional e, com igual importância, na inclusão do patrimônio que se vai criando contemporaneamente. A sua missão enquanto instrumento de desenvolvimento de base territorial é decisiva na relação Turismo-Cultura, porque é a sua referência informativa de base.

Se, porventura, ao redor dos conceitos é relevante serem defendidas as posições que determinam a melhoria contínua da sua compreensão, na aplicação empresarial interessa serem considerados os seus impactos econômicos. Para as empresas, a roteirização é percebida como um meio para realizarem trabalho mais produtivo, recolhendo maiores dividendos. A responsabilidade de gestão dos destinos turísticos é da administração pública, mas, cada vez mais, também, da iniciativa privada (TRIGO; MAZARO, 2012).

5 A Declaração de Arouca de 2011 é muito clara quanto ao conceito e à sua aplicação prática. Em Arouca Geopark (2011) está explicitada essa questão.

A procura da sustentabilidade, palavra-chave para se controlar positivamente o uso dos recursos endógenos, em função dos múltiplos interesses da sociedade exige a evolução controlada da relação custo-benefício no uso dos recursos naturais finitos. Esse é um tema atual e que necessita ser constantemente lembrado aos atores territoriais (FCT, 2013).

A comunicação em roteirização também deverá atender aos públicos-alvo em presença, porque, como também se lê em Figueira (2013b, p. 26), na perspectiva de inclusão social,

[...] parece-nos haver espaço para, pelo menos, desenhar 4 níveis de “Apresentação-Interpretação” do património natural e cultural nas actividades de visita turística:

- primeiro nível, de **Iniciação**, destinado a públicos pouco relacionados com o objecto de visita e capazes de lidar com um nível de complexidade básica (correspondente, comparativamente até ao 9º ano de escolaridade ou equivalente);
- segundo nível, de **Divulgação**, correspondendo a uma apresentação e interpretação para públicos com capacidade para acolherem a complexidade média na abordagem ao objecto de visita (que corresponde até ao 12º ano ou equivalente);
- terceiro nível, de **Aprofundamento**, destinado a públicos com formação superior ou equivalente, procurando responder a necessidades de uma interpretação mais profunda e detalhada (que corresponde a licenciados, pós-graduados, e auto-didactas com aptidões equivalentes a estes níveis de formação académica);
- quarto nível, de **Investigação**, que se focará nos públicos científicos e técnicos que operam nos domínios onde os objectos de visita se poderão contextualizar, destinado a ilustrar certos aspectos mais específicos e profundos (que toma corpo no que podemos designar por visitas técnico-científicas em sede de I&D).

Na organização dos Circuitos locais que satisfazem os percursos de cada ponto de partida, de trânsito e de chegada, as narrativas deverão ser encadeadas com os Itinerários regionais em que aqueles Circuitos se integram. Os Circuitos e os Itinerários dão corpo a uma Rota temática que dessa forma ganha uma lógica de visitação (FIGUEIRA, 2013b). Nesse caso, os Valores que estão associados a recursos tanto naturais quanto culturais são diferenciadores do produto turístico, agregando experiências únicas e intransmissíveis. Assim, como enfatiza a ERTC (2019, p. 1), poder-se-á apresentar um exemplo muito concreto sobre essa constatação:

Em 1983 a UNESCO declarou monumento “Património da Humanidade” uma joia ímpar da história do Ocidente: o Castelo Templário e Convento dos Cavaleiros de Cristo de Tomar. Construído sobre um lugar de culto romano, este vasto conjunto monumental fala-nos de sete séculos da história de Portugal e de grandes momentos da história do Ocidente.

Afonso Henriques, nosso primeiro rei, doou aos Cavaleiros do Templo de Jerusalém, uma vasta região entre o Mondego e o Tejo. Conta a lenda que, em 1160, os cavaleiros chegados à região escolheram um monte para estabelecer um castelo e o nome que lhe iriam dar: Tomar.

Na poeira da história também se revelam os trilhos arqueológicos da sub-região do Médio Tejo, associados à matriz rodoviária romana que, de calcada em itinerários terrestres e fluviais, foram as bases de desenvolvimento econômico da Idade Média e significaram o futuro até a industrialização e às ligações ferroviárias do século XIX, completadas com as aéreas do século XX. Neste século XXI, é todo esse acervo de ligações externas e de aberturas aos territórios exteriores que a Arqueologia (trilhos arqueológicos) e o Geoturismo (trilhos geológicos e da natureza) asseguram, em uma cada vez maior proximidade intergeracional, além dos benefícios da vida ao ar livre e da (re)descoberta de culturas locais (FIGUEIRA, 2010).

Os profissionais do turismo produzem e vendem bens e serviços de grande complexidade. Acompanhar as tendências de consumo dos viajantes é o ponto crítico dessa atenção continuada. Agregar valor à fileira econômica do turismo (pessoas residentes integradas nos processos de gestão integrada do território mediante aplicação dos pressupostos doutrinários da Agenda 21 Local, por exemplo) significa melhorar a economia do turismo e elevar-se a capacidade atrativa dos destinos nos níveis internacional, nacional, regional e local. Nessa premissa, a questão ambiental ganha espaço de atenção (SIMÕES, 1993).

PROPOSTA DE PRODUTO GEOTURÍSTICO

As práticas de visitação em Geoturismo suscitam intervenções beneficiando as economias locais, criam cultura turística que sustenta, produtos, pacotes e experiências turísticas oferecidas ao mercado. Poderemos resumi-las partindo da lição de Tilden (2008, p. 9-10):

Saber receber o visitante com respeito pela cultura de que ele é portador e sob o exercício (profissional e cívico) da amabilidade e da hospitalidade;

Tratar qualquer visitante como gostaríamos de ser tratados, ou seja, com o máximo de abertura e amizade, eliminando eventuais preconceitos;

Oferecer os bens e serviços disponíveis de modo agradável e objetivo, com rapidez, com qualidade de prestação de serviço e com demonstração de confiança no visitante;

Preparar as abordagens aos clientes evidenciando conhecimento e cultura geral adequada como parte relevante do diálogo entre visitante e visitado (obtida nos tipos de ensino-aprendizagem institucional e empresarial por capacitação e estudo contínuo);

Conhecer o território de trabalho turístico no domínio dos atrativos existentes e saber apresentá-los e interpretá-los a partir dos níveis institucional, empresarial e cívico, em visitas ocasionais ou mais estruturadas tendo em conta os públicos-alvo de cada situação de visitaçãõ;

Promover os atrativos com sentido de identidade cultural e de orgulho no território que acolhe os visitantes, independentemente do estatuto de promotor, de empresário, de profissional de turismo ou de outras classificações de atividade económica e/ou de residente;

Contribuir empenhadamente para o esforço coletivo de conservar e salvaguardar o património natural e cultural, os parques, monumentos, artes, artes e ofícios, e restantes zonas de interesse turístico-cultural;

Interagir com os visitantes numa ótica de troca cultural (e naturalmente económica) com afabilidade e segundo as suas necessidades, contornando o eventual impulso da geração fácil de receita económica pela exploração de visitantes incautos;

Fomentar profissionalmente e fomentar entre amigos, práticas sociais e o melhor atendimento aos visitantes com orgulho no património local, valorizando-o no seu conjunto e nos seus detalhes únicos;

Respeitar o visitante e turista como consumidores, não abusando nos preços ou evitando promessas sobre facilidades ou outro tipo de situações que, por razões diversas, não possam ser cumpridas;

Exercer sempre o atendimento institucional, empresarial e cívico com simpatia e um sorriso de boas vindas, de permanência e de despedida.

Ao constatar-se uma lacuna na oferta estruturada de produtos de Geoturismo e analisando a oportunidade de colocar na agenda territorial a atenção devida aos intrínsecos valores geológicos e arqueológicos regionais, pretende-se concretizar uma abordagem de experiência turística sustentável e economicamente viável.

A empresarialização como facilitador da aplicação de programas teóricos é cada vez mais experimentada face à necessidade de testar em contexto real as formatações que suscitam o desenvolvimento de novos produtos turísticos (SIMÕES; FERREIRA, 2009). Na figura 4, apresenta-se o planeamento de um desses produtos aplicados ao Geoturismo.

Figura 4 - Proposta de Rota de Geoturismo no Médio Tejo – Portugal.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se observa, esse produto poderá ser consumido com intermediação de uma empresa (no caso, a *High Sun Tourism Experiences* – <https://www.highsun.pt/>) ou por iniciativa de qualquer consumidor que, com autonomia, organize a sua escolha de visitação mediante as hipóteses propostas no plano da Rota (BRITO, 2000). Todavia, a interação gerada em uma experiência geoturística guiada por um profissional de turismo acrescenta indubitavel-

mente valor e potencia a socialização, concorrendo para um incremento do grau de satisfação do turista. No trabalho de campo realizado pudemos atestar a virtualidade dessa interação.

A ARQUEOLOGIA, O GEOTURISMO E A SUSTENTABILIDADE

Na estruturação deste texto, tomaram-se como ainda válidos os princípios de (TILDEN, 2008, original de 1957) presentes na Declaração de Arouca, Arouca Geopark (2011, p. 1), ligando o patrimônio geológico e sua envolvente social, afirmando que:

- Toda a valorização do patrimônio geológico que não se adequa, de uma forma ou de outra, à personalidade ou à experiência de vida de um visitante é estéril;
- A informação não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação. As duas coisas são totalmente diferentes, mas toda a interpretação apresenta informação;
- A interpretação de um espaço natural deve provocar e despertar a curiosidade e a emoção muito mais do que ensinar.

Nessa lógica, a componente de animação geoturística de cada produto turístico (equivalente a cada pacote turístico de turismo de natureza ou de experiências decorrentes da imersão dos viajantes na natureza de cada destino turístico) pode estabelecer-se segundo a descrição que propomos⁶:

6 Considerando-se sob este chapéu da “Visitação” todos os segmentos turísticos que utilizam os recursos naturais na sua composição de produto autônomo, de pacote combinado, de experiência turística inovadora.

Atrativos que a partir dos recursos endógenos mostram a identidade do destino:

- constituindo-se em ícones que não podem deixar de ser apreciados pelos turistas;
- capazes de, por si sós, motivarem experiências únicas, inesquecíveis e vantajosas para o turista, segundo a relação custo/benefício;
- levando os turistas a desfrutarem de lugares e a ocuparem-se segundo um leque de possibilidades (de descoberta da natureza – de aventura radical – de imersão paisagística – de experimentação de manualidades e artes – etc.).

Transportes no destino e eficácia da mobilidade turística:

- logística adequada à viagem de ida e volta e componentes legais e regulamentares (vistos, segurança, higiene e saúde pública, etc.);
- serviços prestados por operadores licenciados e profissionalmente implicados no processo de distribuição de turismo no destino;
- atendimento aos desejos de deslocação dos turistas sob situações de combinação e/ou adequação inteligente aos meios de transporte existentes.

Atividades que integram o participante a troco de pagamento:

- de viagem, estada e alojamento, restauração, entretenimento e lazer;
- de fruição ao modo desejado nomeadamente no segmento de geoturismo e de turismo arqueológico.

Experiências que enriquecem a cultura do participante:

- experimentando novas culturas e novos lugares e descobrindo-se como portador de cultura em confronto com outras culturas;
- vivenciando momentos e sentimentos integrado nos usos e costumes locais.

Animação e oferta de programas de entretenimento e lazer:

- segundo a visão de que as atividades dentro dos lugares visitados são experiências que podem não se voltar a desfrutar tão cedo;
- aproveitando a singularidade dos destinos turísticos e do que só neles será possível realizar, porque são autênticos e genuínos;
- aproveitando integralmente o cenário que só um destino turístico com cultura própria proporciona aos turistas.

Serviços que, em qualidade e quantidade, fazem parte do pacote turístico:

- de entre um leque de possibilidades e de limites estabelecidos pelas capacidades das empresas que prestam os serviços;
- serviços complementares resultantes da interação dos participantes (excursionistas e turistas) com os residentes.

Estrutura organizacional e a prestação de serviços profissionais de excelência:

- perfil de gestão (pública, e privada) integradora dos atores territoriais (promotores-empresas-residentes) no processo de turistificação;
- intervenção da administração pública e da organização empresarial através da resolução de questões de hospitalidade, de saúde, de segurança, de acesso a bens e serviços interligados por redes locais, regionais, nacionais e internacionais ativas, geradoras de confiança do viajante em relação à experiência no destino.

Infraestruturação adequada e acessos facilitados às necessidades do turista:

- disponibilização de espaços públicos qualificados e salubres, seguros e disponíveis para a fruição do espaço comum dos destinos turísticos;
- preparação e gestão de qualidade nas instalações principais e complementares com orientação ao turista, sem deixar de atender às necessidades dos residentes locais e dos visitantes ocasionais.

Equipamentos básicos e sensação de conforto:

- disponibilização de espaços para atividades complementares e segundo oferta de programas especiais para os turistas;
- serviços de moda, de compras, e de tratamento pessoal.

Outros Recursos que, ocasionalmente, poderão ser descobertos pelos turistas:

- fomentar oportunidades para surgimento do fator “surpresa” tirando partido do prazer de descobrir pessoas, lugares e coisas;
- organização de programação cultural em rede ligando promotores, empresários, profissionais de turismo, artistas e artesãos residentes, etc.

Em Portugal, esse quadro que propomos se inspirou na aplicação da Estratégia Turismo 2027⁷, que orienta os profissionais do setor e significa Cultura turística para todos, desde os Decisores aos Executivos e demais Profissionais e Estudantes. A divulgação dos valores que sustentam a cultura turística também requer o tão almejado território inteligente que o RIS3⁸, documento europeu de orientação para a competitividade dos territórios, fundamenta.

Promover a ideia de “Turismo e Cultura para e com a Sociedade”, como se experimenta no Projeto MovTour⁹, só fará sentido se for integrada nas práticas quotidianas. A integração de valores de natureza ética e profissional, quando exercida em conformidade com os imperativos estratégicos tanto da UNWTO¹⁰ quanto das diretivas da União Europeia nessa matéria, e do Turismo de Portugal, I.P.¹¹, não esquecendo o contributo das Associações de empresários, de consumidores e de municípios que decidiram criar comunidades intermunicipais, bem como o papel das Entidades Regionais de Turismo e da Região de Turismo do Algarve e Secretarias regionais dos Açores e da Madeira e outras estruturas com interesses nesse domínio, depende dos

7 Disponível em: <https://estrategia.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

8 Disponível em: <http://ris3.ccdrc.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

9 Disponível em: http://portal2.ipt.pt/pt/ipt/unidades_de_i_d_tecnologico_e_artistico/l_tour/movtour_turismo_e_cultura_com_e_para_a_sociedade/. Acesso em: 23 jun. 2020.

10 Disponível em: <http://www2.unwto.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020. Acrônimo inglês da Organização Mundial do Turismo.

11 Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

níveis e da qualidade das colaborações. Estas se relacionam com a evolução das preocupações sobre a sustentabilidade.

Recorde-se que, nos anos 80, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável pela iniciativa da União Europeia e da Comissão Brundtland¹². Também a Globalização econômica suscitou a Globalização tecnológica e a Globalização cultural e, por isso, as atividades culturais se orientaram pela Cultura mosaico, global. Essas mudanças tiveram decisiva influência sobre o modo como culturalmente se expressam os destinos através dos seus Residentes, porque se conectam cada vez mais aos comportamentos globais, adotando matrizes de pensamento e ícones de orientação similares a outros lugares, em contraponto aos sedimentos da sua cultura local que, contudo, não perdem, mesmo que parte deles a tentem olvidar (SOUSA; SIMÕES, 2010).

As doutrinas da ONU¹³, da UNESCO¹⁴ e do ICOMOS¹⁵ podem significar a diferença entre a utilização de recursos culturais de modo meramente mercantilista na ótica simples do custo/benefício ou no modo mais adequado que, sem deixar de ser mercantilista, adiciona compromisso e ética àquela apropriação.

A disseminação dos valores ambientais, sociais e econômicos deverá ser sustentada, por sua vez, nas intervenções que possam colocar a cultura como um quarto pilar que dá maior estrutura a essa trilogia que tem cumprido o seu papel de orientadora do designado desenvolvimento sustentável. No espírito da Carta Internacional do Turismo Cultural¹⁶, podemos esquematizar os principais fatores que devem contribuir para uma cultura turística de qualidade (FIGUEIRA; BAPTISTA, 2015).

12 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

13 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

14 Disponível em: <https://en.unesco.org/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

15 Disponível em: <https://www.icomos.org/fr>. Acesso em: 23 jun. 2020.

16 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

De fato, há três tipos de atores com responsabilidades nos êxitos e nos fracassos de natureza institucional, empresarial e populacional. Assim, do lado da promoção, os institutos públicos constituem o primeiro tipo; do lado da comercialização, as organizações empresariais, em nome individual e coletivo, estruturam o segundo tipo de atores; por fim e assumindo a relevância do terceiro tipo, o conjunto dos residentes fecha o triângulo, sendo uma parte muito sensível do processo de turistificação dos territórios e seus sistemas turísticos (BENI, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o potencial do turismo baseado na geologia e nas evidências arqueológicas da região do Médio Tejo em função dos processos de desenvolvimento territorial de base comunitária foi o fio condutor da investigação. A espessura arqueológica desse território se revelou e assegura, estamos certos, a otimização dos recursos e a minimização de conflitos.

O Geoturismo aproveita essa porta franqueada pela Geologia e pela Arqueologia, como se demonstrou. A roteirização responsável alinhada ao ordenamento do território valoriza-o e, nesse processo, as pessoas e as suas organizações também crescem em valores. A descoberta e redescoberta dos testemunhos ancestrais também impulsiona, economicamente, a evolução cultural das comunidades locais.

A sub-região do Médio Tejo beneficiar-se-á dessa animação econômica que também tem no geoturismo uma fonte de receita. A sustentabilidade dos territórios, baseada nos pilares clássicos de Ambiente, Sociedade e Economia tem necessidade de ver nela integrado um novo atributo como pilar complementar, suportando as consequências da rápida mudança de paradigmas: a Cultura.

Esse é um aspeto central porque a criação de mais cultura turística é urgente. As designadas “cidades criativas” e “indústrias criativas” que

são apenas as pontas do *iceberg* das tendências culturais do nosso tempo exigem-no. Relacionar Natureza, Turismo e Cultura significa em termos de Etnoarqueologia uma especialização distintiva. A tabela que acompanha o levantamento de campo revela isso mesmo. Dentro dos modelos de crescimento turístico nos territórios, o geoturismo, com pouca expressão nessa tão rica zona em atrativos naturais, tem na rota proposta e na sua ligação empresarial, como propomos, uma oportunidade para se impor.

O turismo arqueológico, o turismo de natureza, o ecoturismo e outras modalidades de fruição responsável do legado natural da geologia e da paisagem cultural construída ao longo dos tempos são componentes do modelo replicável, que propomos para aplicação outras geografias, onde a transformação de recursos em atrativos se possa manifestar e criar economia e mais cultura turística.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. D.; ABRANJA, N. A. Turismo e Sustentabilidade. **Revista Cogitur**, Lisboa, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/506/409>. Acesso em: 28 jun. 2017.

AMORIM, E.; FIGUEIRA, L. M.; SOARES, C. **Planejamento e organização do turismo**. Curitiba: Inter Saberes, 2015.

AROUCA GEOPARK. **Declaração de Arouca**. Arouca, 9 a 13 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf. Acesso em: 12 jul. 2018.

BARRETO, M. Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62663/65458>. Acesso em: 14 out. 2015.

BENI, M. C. Sistema de Turismo – SISTUR: Estudo do Turismo face à Moderna Teoria de Sistemas. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63854/66610>. Acesso em: 14 out. 2015.

BRITO, B. R. O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: APS, 2000. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs/prv/docs/DPR462dea1a49422_1.PDF. Acesso em: 12 out. 2015.

BUCKLEY, R. **Environmental Impacts of Ecotourism**. Wallingford: CABI Publishing, 2004.

CASIMIRO, P. C. Estrutura, composição e configuração da paisagem – conceitos e princípios para a sua quantificação no âmbito da ecologia da paisagem. **Revista Estudos Regionais**, Angra do Heroísmo, n. 20, p. 75-99, 2007. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER20/20.6.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **Orientações para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária**. Bruxelas: CE, 2014. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/guidance_clld_local_actors_pt.pdf. Acesso em: 07 jan. 2018.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO - CIMT. **A região**. 2014. Disponível em: <https://mediotejo.pt/index.php/medio-tejo/>. Acesso em: 03 set. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS ESCRITÓRIO – ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”**. Québec: ICOMOS, 2008. Disponível em: http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 26 ago. 2015.

COOPER, C. *et al.* **Turismo, Princípios e Prática**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

COOPER, C. Sustainability and tourism visions. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: UNPAN, 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044548.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

CORDEIRO, B.; ALVES, L.; CARVALHO, P. **O Ecoturismo em Portugal: uma análise exploratória aos Agentes de Animação Turística e sua relação particular com o Ecobusiness**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293814771_O_Ecoturismo_em_Portugal_Uma_Analise_Exploratoria_aos_Agentes_de_Animacao_Turistica_e_a_Sua_Relacao_Particular_com_o_Ecobusiness. Acesso em: 12 ago. 2019.

COSTA, H. **Desafio da Proximidade**. 2016. Disponível em: www.mediatejo.net/desafio-da-proximidade-por-hugo-costa/. Acesso em: 30 dez. 2017.

CUNHA, L. Avaliação do Potencial Turístico. **COGITUR Journal of Tourism Studies**, Lisboa, 2008. Disponível em: http://jts.ulusofona.pt/turismo01/pdf01/artigo_liciniocunha.pdf. Acesso em: 07 jul. 2015.

ENTIDADE REGIONAL DO TURISMO DO CENTRO - ERTC. **Convento de Cristo Património Mundial da UNESCO e Castelo Templário de Tomar**. Publicado em 2019. Disponível em: <http://www.centerofportugal.com/pt/convento-de-cristo-e-castelo-templario-de-tomar/>. Acesso em: 10 set. 2019.

FENNELL, D. A. **Ecotourism Programme Planning**. New York: CABI Publishing, 2002.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 3. ed. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2008.

FIGUEIRA, L. M. **Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural**. [e-book]. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013b. Disponível

em: http://www.cespoga.ipt.pt/new/wp-content/uploads/2013/03/Manual_Roteiros_CESPOGA2013.pdf. Acesso em: 14 out. 2015.

FIGUEIRA, L. M. O Rio Tejo como recurso inspirador. In: PATRIMÓNIO DO TEJO. **Debate:** Turismo. Lisboa: Org. ArhTejo/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2010. Disponível em: http://www.apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Patrimonio_do_Tejo_2/Luis_Mota_Figueira.pdf. Acesso em: 14 out. 2015.

FIGUEIRA, L. M. Roteiro do Tejo – Ideia e Conceito. In: SESSÃO DE DEBATE. **Roteiro do Tejo**, Abrantes: Org. ArhTEJO, 2011, p. 1-26. Disponível em: https://apambiente.pt/_zdata/Divulgacao/Projectos/exARH_Tejo/Sesoes_Debate/Roteiro_do_Tejo_2_Luis_Mota_Figueira.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

FIGUEIRA, L. M.; BAPTISTA, C. Turismo, Património Cultural, Direito e Sustentabilidade Ambiental na ótica da Carta Internacional do Turismo Cultural: breves considerações. In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente:** um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Vol. 1. Curitiba: Ed. Multiideia, 2015, p. 123-143. Disponível em: http://www.multideiaeditora.com.br/flip/patrimonio_IHTML/files/assets/basic-html/page1.html. Acesso em: 12 set. 2019.

FIGUEIRA, L. Roteirização do Turismo: Uma Abordagem Preliminar à “apresentação-interpretação” do território. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, n. 20, p. 121-133, 2013a.

FIRMINO, M. B. **Turismo:** Organização e Gestão. Lisboa: Escolar Editora, 2007.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FCT. **Agenda Temática de Investigação e Inovação:** Turismo, Lazer e Hospitalidade. Lisboa: FCT, 2019. Disponível em: https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/Agenda_Turismo_Final.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA - FCT. **Estratégia nacional de Investigação e inovação para uma Especialização Inteligente** – Eixo temá-

tico 4: recursos naturais e ambiente – Turismo. Lisboa: FCT, 2013. Disponível em: https://www.fct.pt/esp_inteligente/docs/Turismo_Documento_ENEI_Faro.pdf. Acesso em: 03 nov.2015.

GASTAL, S. (Org.) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

GONÇALVES, F. *et al.* **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 27-D, Abrantes**. Lisboa: Direção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal, 1979. 75 p.

HANAI, F. I. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, 2012. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/589/276>. Acesso em: 05 jan. 2018.

HIGHAM, J. **Critical Issues in Ecotourism: understanding a complex tourism phenomenon**. Oxford: Butterworth-Heinemann, Elsevier Ltd, 2007.

LOPES, E. R. **A constelação do Turismo na economia portuguesa: Portugal** Desafios nos alvares do século XXI. Lisboa: Ed. O Sol é Essencial S.A., 2010.

MANUPPELLA, G. *et al.* **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 27- C, Torres Novas**. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 2006. 79 p.

MANUPPELLA, G. *et al.* **Carta Geológica e Notícia Explicativa da Folha 27-A, Vila Nova de Ourém**. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 2000. 156 p.

MARTINS, A. F. **Maciço Calcário Estremenho: Contribuição para um Estudo de Geografia Física**. 1949. 249 p. Tese (Doutoramento em Ciências Geográficas) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 1949.

McKERCHER, B.; CROS, H. du. **Cultural Tourism: the partnership between Tourism and Cultural Heritage Management**. New York: Routledge, 2002.

NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/30514>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **O Código Mundial de Ética do Turismo**. Madrid: OMT, 1999. Disponível em: <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2015.

PEIXOTO, P. **O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas**. Coimbra: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/155.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

PEREIRA, F. F. As paredes de pedra no Maciço Calcário Estremenho, sua importância para a Conservação da Natureza. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA APDR, 13., CONGRESSO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1., 2007, Angra do Heroísmo. **Anais [...]**. Angra do Heroísmo: APDR, 2007, p. 29.

PÉREZ, X. P. Turismo Cultural: Uma visão antropológica. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Canarias, n. 2, 2009. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/.../1/livro%20tc%20xerardo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PICARD, M.; MICHAUD, J. Tourisme et sociétés locales. **Anthropologie et Sociétés**, Laval, v. 25, n. 2, p. 5-13, 2001. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/AS/2001/v25/n2/000230ar.html>. Acesso em: 12 out. 2015.

QUARTAU, R. Calcários Ornamentais e Industriais do Maciço Calcário Estremenho: A variedade Semi Rijo de Cabeça Veada. **Estudos, Notas e Trabalhos do Instituto Geológico e Mineiro**, Lisboa, v. 40, p. 81-88, 1998.

RODRIGUES, J. C. Geoturismo: uma abordagem emergente. *In*: CARVALHO, N.; RODRIGUES, J. C. (Eds.). **Geoturismo & Desenvolvimento Local**.

Idanha-a-Nova: [s.n.], 2009, p. 38-61. Disponível em: [www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/livro%203\(1\).pdf](http://www.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/files/livro%203(1).pdf). Acesso em: 22 set. 2017.

RODRIGUES, M. L. Evolução geomorfológica quaternária e dinâmica actual: Aplicações ao ordenamento do território - Exemplos no Maciço Calcário Estremenho. 1998. 868p. Dissertação (Doutoramento em Geografia Física) - Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

ROMÃO, J. **Carta Geológica de Portugal e Notícia Explicativa da Folha 28-A, Mação**. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, 2006. 77 p.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspetiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Revista MÉTIS: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/954/671>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SIMÕES, J. M. Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. **Revista INFORGEO**, Lisboa, n. 6, p. 71-82, 1993. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/section44/1235567095_INFORGEO_06_p071a082.pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

SIMÕES, J. M.; FERREIRA, C. **Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios**. Lisboa: Territur - Centro de Estudos Geográficos, 2009.

SOUSA, B.; SIMÕES, C. Comportamento e perfil do consumidor de turismo de nichos. **Tékhne Review of Applied Management Studies**, Barcelos, v. VIII, n. 14, p. 137-146, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n14/n14a10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

TALAVERA, A. S. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 31-57, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 4. ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008.

TRIGO, L. G. G.; MAZARO, R. Movimentos Globais e Cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, n. 23, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/9012>. Acesso em: 14 out. 2015.

TURISMO DE PORTUGAL. **Repositório de documentos legais que enquadram ou condicionam a actividade turística: Política de Turismo - Ordenamento do Território - Licenciamento e Classificação - Investimento - Formação**. Lisboa: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/Pages/Legislacao.aspx>. Acesso em: 14 out. 2015.

WEARING, S; NEIL, J. **Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities**. 2. ed. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2009.

CAPÍTULO 9

ARQUEOTURISMO NA BAIXADA MARANHENSE: UMA PROPOSTA FOCADA NAS ESTEARIAS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura09>

Alexandre Guida Navarro

João Costa Gouveia Neto

Francisco Silva de Oliveira

Karen Cristina Costa da Conceição

Elton Estácio Viana Menezes

Yasmim Silva e Silva

Tayse Handreyza Mendes Abreu

Zilneri Coelho Silva

Nilenilde Gomes Sousa

Rayllane Cabral Cardoso

Pettson Luan Arouche Mendes

Eleildon Trindade Couto

Raymisson Santos Matos

SUMÁRIO

O QUE É O ARQUEOTURISMO?

O Arqueoturismo ou turismo arqueológico é uma prática de turismo focada nos sítios arqueológicos. Comum em países mais desenvolvidos ou em países pobres, mas com um rico patrimônio arqueológico, *i.e.* México ou Peru, no Brasil, essa atividade é ainda incipiente, em grande medida pela negativa visão cultural do brasileiro, uma vez que, segundo Funari (1994, p. 24) “[...] já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes”. Dentro dessa perspectiva, poucas seriam as exceções, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

O Arqueoturismo se aproxima do ecoturismo no aspecto de sua relevância social, uma vez que o ecoturismo é “[...] uma forma ambientalmente responsável de fazer turismo, onde se visitam áreas naturais de importante valor ecológico com o objetivo de observar, estudar ou admirar a flora, a fauna, a paisagem e em geral a história natural do local” (CROSBY *et al.*, 2003 *apud* MANZATO; REJOWSKI, 2004, p. 2) enquanto que no Arqueoturismo se incentiva a “[...] reconstrução do passado e a construção contínua entre passado e presente” (SILVERMANN, 2002 *apud* MANZATO; REJOWSKI, 2004, p. 2). Nesse sentido, essa experiência transcende a simples contemplação e afina-se em valores mais sociais.

Ainda para Manzato e Rejowski (2004), a principal ferramenta para a implantação de qualquer Arqueoturismo é a conscientização, que dever vir acompanhada de uma familiarização do visitante para o segmento, participação da comunidade científica e incentivo aos meios de comunicação para divulgar a atividade.

Essa conscientização é o primeiro passo para a realização do Arqueoturismo, já que o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais, como Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, o Código Penal Brasileiro (parte especial, Título III – Dos crimes contra o patrimônio); a Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1999, do então SPAHN; a

Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, do IPHAN (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2005).

Pereira e Figueiredo (2005), citando Monte Alegre e a Serra das Andorinhas no Pará, salientam que a gestão dos parques e locais de interesse arqueoturísticos precisam ser realizados de forma coerente e responsável pelas autoridades para evitar a depredação dos mesmos. Em Monte Alegre, por exemplo, esses autores informam que apesar de um parque estadual ter sido construído desde 2001, ele ainda não possui plano de manejo. Apontam o lado negativo das visitas sem controle: a destruição de pinturas rupestres. Em Marajó, onde estão os famosos tesos com belas cerâmicas arqueológicas, tampouco há manejo e desde o ano de 1991 a arqueóloga Anna Roosevelt vem denunciando a destruição de montículos como Os Camutins por retroescavações. Desse modo, o turismo pode fomentar a valorização do patrimônio arqueológico, conseguir fundos para a manutenção da atividade e gerar emprego, mas para isto, é necessário um efetivo plano de manejo do local a ser impactado.

AS ESTEARIAS DO MARANHÃO

As estearias foram moradias aquáticas dentro de rios ou lagos que foram construídas com os esteios ou troncos das árvores que serviam de sustentação para a construção das aldeias, originando, desse modo, as palafitas pré-coloniais (LOPES, 1924; CORREIA LIMA; LIMA AROSO, 1989; NAVARRO *et al.* 2017; NAVARRO, 2015, 2016, 2018a, 2018b) (Figuras 1, 2 e 3).

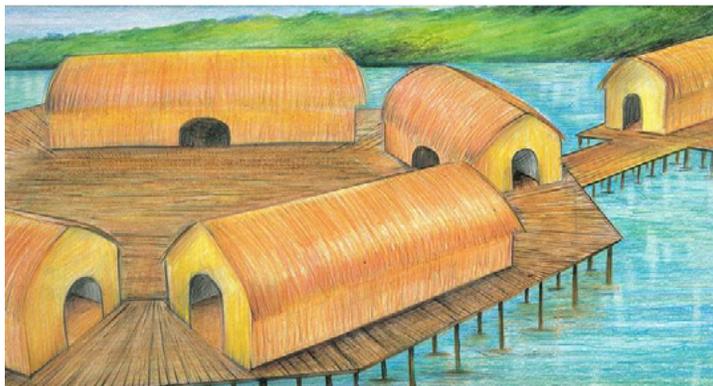
Esses sítios estão localizados em uma região estuarina chamada Baixada Maranhense, situada na Amazônia oriental, a 200 quilômetros a sudoeste da atual capital do estado do Maranhão, São Luís, Brasil. Compreende um território de aproximadamente 20 mil km² dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA) segundo o decreto nº 11.900, de 11 de junho de 1991, reeditado em 05 de outubro de 1999.

Figura 2 - Os vestígios dos esteios no leito dos lagos na época da estiagem



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 3 - Reconstituição de uma aldeia de palafitas (desenho)



Fonte: Acervo do LARQ.

A região é marcada por duas estações bem definidas: a chuvosa de janeiro a junho e a estiagem de julho a dezembro. A grande quantidade de água da região é corroborada pelo transbordamento dos rios Pindaré, Pericumã e Turiaçu durante o chamado inverno amazônico ou período de chuva (CORRÊA; MACHADO; LOPES, 1991; AB'SÁBER, 2006; FRANCO, 2012). Nesses locais com baixos índices de IDH do Estado, vivem aproximadamente 600 mil pessoas, segundo o censo do IBGE de 2016, em cidades como Pinheiro, Santa Helena, Viana, Penalva e São Bento. A população vive da agricultura tradicional, criação de animais e exploração de recursos vegetais nativos, como o coco babaçu, além da pesca (Figura 4).

Figura 4 - Barcos percorrem o rio Turiaçu. A ação poderia fomentar o turismo



Fonte: Acervo do LARQ.

As estearias permanecem sendo um dos tipos de habitação humana pré-colonial amazônica menos conhecidos na literatura arqueológica (PROUS, 1992; MARTIN, 1996). Corroborando a documentação etnohistó-

rica, as várias pesquisas arqueológicas realizadas na região amazônica vêm demonstrando que as várzeas dos rios da região foram densamente povoadas na época pré-colonial (ROOSEVELT, 1991; BALÉE, 1994; SCHAAN, 2004; HECKENBERGER, 2005; NEVES, 2008). Referências históricas a povos indígenas que habitavam as várzeas são encontradas nas terras altas da Amazônia, como os relatos de Carvajal na expedição de Orellana (*apud* MELO LEITÃO, 1941) e os de Acuña e Rojas na de Aguirre e Ursúa no século XVI (*apud* MELO LEITÃO, 1941; PORRO, 1992). Notícias sobre as habitações palafíticas no atual estado do Pará são conhecidas documentalmente pelo menos desde meados do século XVIII, como se pode observar no relato do cronista João Daniel (2004 [1776], p. 280):

Muitas nações vivem sobre lagos, ou no meio deles, onde têm em cima da água as suas casas feitas da mesma sorte, e só com o ádito de serem de sobrado, que levantam de varas, e ramos de palma, e nelas vivem contentes, como peixe na água. A razão de fabricarem nos lagos as suas povoações e moradias é em uns pela grande fartura que neles têm de tartarugas, bois marinhos, e mais pescado, em outros é para estarem mais seguros dos assaltos dos seus inimigos.

Especificamente nos rios do atual estado do Maranhão, não há relatos nas crônicas. Eles aparecem somente no ano de 1872, quando o engenheiro Pereira do Lago, incumbido de fazer a carta topográfica da Capitania do Maranhão, ao visitar a vila de Viana, informou que ela se comunicava com sete lagos, dentre eles o Cajari, em cuja “[...] beira deste lago, em partes que de inverno se cobre d’água, aparecem restos e sinais de que ali havia edifícios e até alinhados em forma de rua” (PEREIRA DO LAGO, 2001 [1872], p. 40).

No começo do século XX, observações sobre as estearias foram feitas por Raimundo Lopes (1916, 1924, 1970) em duas importantes obras sobre a geografia do Maranhão: o *Torrão Maranhense* (1916) e *Uma Região Tropical*

(1970), em que realizou croquis e mapas, medindo o Cacaria, maior sítio do lago Cajari, em 2 km de extensão.

Depois, somente no final do século XX, as pesquisas foram retomadas. Simões (1981) voltou a estudar o sítio da Cacaria, pontuando a importância dos estudos de Lopes (1924), medindo-o em uma área elíptica de 135 x75 m. Simões acreditava, assim como Lopes, que os diversos grupos de esteios poderiam se referir somente a uma grande aldeia. Esse pesquisador realizou datação por C14 em fragmentos de esteio, obtendo a primeira datação radio-carbônica de uma estearia, cuja data é a de 570 AD. Nos anos que se seguiram, Corrêa, Machado e Lopes (1991) continuaram as prospecções no lago Cajari e estudaram os materiais cerâmicos, chamando a atenção para o fato de que esses materiais cobriam o leito do rio, impossibilitando caminhar sobre ele. Atualmente, o lago Cajari não seca por causa de uma barragem construída nele. Assim, somente com mergulho é possível ver o material depositado no seu fundo.

Uma importante informação é a existência de ilhas e tesos (CORREIA LIMA; LIMA AROSO, 1989) em algumas áreas dos lagos, ratificando as comparações geográficas dos *mounds* feitas por Lopes (1924) com a região marajoara, sem, no entanto, estabelecer discussões sobre esse tema. Correia Lima e Lima e Aroso (1989) inumaram uma urna funerária no teso do sítio Encantado, e Lima realizou escavações nesse sítio, sem nunca ter publicado os resultados da pesquisa.

O TRABALHO COM A COMUNIDADE

Os trabalhos arqueológicos nas estearias são caracterizados pela sua natureza comunitária ou pública, com a participação da população do entorno do sítio arqueológico, como alunos, moradores e pescadores (Figura 5). Assim, ressalta-se seu aspecto social e de inclusão social. Ao se tornar agente ativo do trabalho arqueológico, a comunidade desenvolve o sentimento de pertenci-

mento ao seu passado, agindo, também, como preservadora do sítio arqueológico e perpetuadora do conhecimento compartilhado entre todos.

Figura 5 - Alunos e professores da Unidade Escolar Tancredo Neves, na cidade de Penalva



Fonte: Acervo do LARQ.

Os debates acerca das diversas formas de patrimônio se tornaram um elemento de destaque na contemporaneidade. Além de sua inserção nas discussões teóricas, fundamental para o desenvolvimento foi sua aproximação com a comunidade, no seu sentido público, ou seja, um patrimônio que buscou a aproximação social dos excluídos, dando-lhes uma voz que reverberou significados identitários e de preservação da memória, ora buscando associações com o passado cultural, ora vivenciando experiências comunitárias (MERRIMAN, 2004) (Figura 6).

Figura 6 - Palestra na Unidade Escolar Tancredo Neves, em Penalva – os alunos se conectaram com o passado ancestral



Fonte: Acervo do LARQ.

A principal participação comunitária no projeto das estearias é o mapeamento dos assentamentos. Após revisão bibliográfica e diante dos desafios da arqueologia subaquática de modo a incorrer menos dano ao sítio, uma vez que existe material arqueológico na superfície do leito do rio, optou-se por uma escolha metodológica que teve como ação principal a prospecção intrasítio para a delimitação do assentamento a fim de realizar seu mapeamento. O método mais adequado para a realização da tarefa, devido às características do sítio acima descritas, foi o mais simples: através de canoas e caminhamentos, identificou-se cada esteio manualmente, que foi marcado com uma estaca de tal forma, que poderá ser identificado pelo topógrafo que fez o georreferenciamento e o mapeamento com estação total. Os esteios não estão totalmente cobertos pelo leito do rio, o que possibilitou sua localização manualmente, sem a necessidade de equipamentos mais sofisticados. Essa metodologia é inédita para os sítios de tipo estearias. No caso da última campanha arqueológica das

estearias realizada em dezembro de 2019, focamos o projeto no sítio Formoso, localizado na cidade de Penalva, com a participação dos alunos da Unidade Escolar Tancredo Neves, em Penalva, assim como de seu professor, Francisco Oliveira, os quais tiveram papel fundamental na realização da tarefa (Figuras 7, 8 e 9).

Figura 7 - Lago do Formoso na cidade de Penalva: potencial turístico



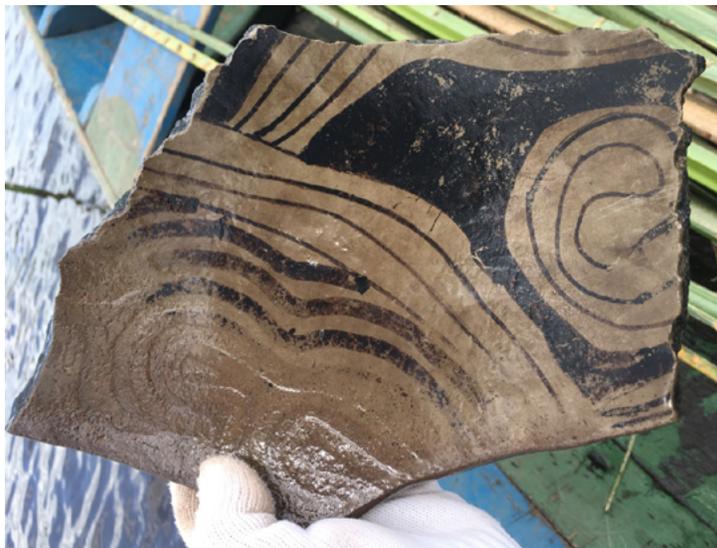
Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 8 - Alunos de Penalva e estagiários do LARQ, além dos pescadores



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 9 - Artefatos encontrados dentro do lago do Formoso



Fonte: Acervo do LARQ.

ONDE ENTRA O TURISMO?

É de interesse da comunidade a fomentação do turismo nas estearias. Baseada na experiência de Pereira e Figueiredo (2005) e nas conversas realizadas com a comunidade, propõem-se os seguintes procedimentos para a criação de uma área de arqueoturismo na região das estearias da Baixada Maranhense:

1. Zoneamento dos sítios. Avaliar quais os sítios que podem ser visitados e quais não. Estimar as potencialidades de cada sítio bem como suas fragilidades para a atividade antrópica;
2. Criação de um manejo arqueológico e fomento de políticas públicas para a valorização cultural desses espaços;

3. Planejamento e gestão entendidos como “[...] a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra [...]”; sendo que a gestão “[...] é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis) [...]”, das condições as quais o planejamento realizado no passado “[...] ajudou a construir” (SOUZA, 2010, p. 46);
4. Criação de um museu próximo ao/aos sítio/sítios escolhido/escolhidos. Esse empreendimento possibilitará a educação patrimonial e o conhecimento dos sítios, bem como sua cultura material antes de o turista percorrer o sítio arqueológico em si. Isso envolve os gestores municipais, estaduais e federais com o objeto de serem captados recursos financeiros para a criação e manutenção do espaço museológico;
5. Publicações. Criação de documentos, como uma cartilha, por exemplo, para o manuseio do turista, nos quais serão encontradas informações básicas sobre o sítio a partir de pesquisas científicas acadêmicas realizadas por universidades. O envolvimento com o meio universitário é primordial;
6. Capacitação de guias autorizados para a visitação;
7. As comunidades do entorno deverão participar do processo, uma vez que ao desenvolverem o sentimento de pertencimento, poderão ajudar no manejo do plano turístico e na própria preservação dos sítios arqueológicos. Visitas dos próprios moradores e estudantes são fundamentais e a própria comunidade pode gerar essa atividade.

Como aplicação dessa proposta, poder-se-iam obter os seguintes resultados (Figuras 10, 11, 12 e 13):

1. A criação de uma rota turística focada nas estearias, sítios arqueológicos únicos no contexto da arqueologia brasileira;

A criação de museus temáticos geraria um sentimento de identidade das comunidades locais com seu passado, o que poderia fomentar, também, trabalhos de educação patrimonial e o surgimento de novos pesquisadores que continuariam o trabalho futuramente (recomendação de várias Cartas da UNESCO). Esse sentimento já existe, dado que muitos autores deste texto são alunos e professores de escolas locais. Segundo os próprios alunos na Unidade Escolar Tancredo Neves:

“Um museu em nossa cidade seria muito bom, pois além de ser um ponto turístico, ele seria um lugar de conexão entre passado, presente e futuro, assim ao olhar o passado conhecemos mecanismos que influenciam nosso presente para que novos conhecimentos e técnicas sejam disponibilizadas para a sustentabilidade das gerações futuras. Além disso seria mais uma fonte de renda para nossa cidade e geraria mais empregos”.

1. Geração de renda para a comunidade envolvida em nível municipal, estadual, federal ou até mesmo internacional. Há muitas pessoas no exterior que visitariam esses locais;
2. O arqueoturismo poderia também incluir rotas naturais, uma vez que a região possui atrativos ambientais peculiares formados por muitas bacias hidrográficas, como a observação de aves, atividades que atraem um público específico e cada vez mais em alta no Brasil e no exterior. Outras possibilidades são os passeios de lanchas para a observação da flora e fauna, que incluiriam locais para banho dos turistas;
3. Além das rotas naturais, poderiam ser fomentadas as rotas históricas, pois a região da Baixada Maranhense possui um belo conjunto de casarios coloniais, como a cidade de Viana (GOUVEIA NETO, 2019);
4. A circulação de turistas desencadearia a construção de pousadas, hotéis e viabilizaria um investimento em saneamento básico tão carente na região, o que beneficiaria a todos e aumentaria o IDH das cidades envolvidas no projeto;

5. Arqueologia como desenvolvimento sustentável e inclusão social;
6. Visibilidade para o trabalho arqueológico e a aproximação desses cientistas com as comunidades locais.

Figura 10 - Casas típicas da Baixada Maranhense em meio aos ipês amarelos para observação da fauna e da vida lacustre



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 11 - Locais para banho turístico – Rio Turiaçu



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 12 - Observação de aves regionais, nesse caso, garças, que se alimentam no rio Turiaçu. Opção para os ornitólogos e apreciadores de fauna



Fonte: Acervo do LARQ.

Figura 13 - Pôr do sol no sítio Cabeludo. Uma vista de tirar o fôlego



Fonte: Acervo do LARQ.

CONCLUSÃO

As estearias são um tipo de sítio arqueológico único no contexto das terras baixas da América do Sul. Por apresentarem boa preservação dos restos arqueológicos, são fundamentais para entender a ocupação humana na Amazônia pré-colonial. Elas são, também, um ótimo laboratório para avançar nas questões teóricas acerca da ocupação dos grupos humanos nessa região. Os povos das estearias preferiam morar em locais alagadiços, onde o curso do rio se dilata, formando lagos. As palafitas pré-coloniais da Baixada Maranhense ocuparam uma área de 25 mil km².

Desse modo, o Arqueoturismo permite a fruição do conhecimento e a vivência de experiências pessoais que incutem no visitante alguma abstração no sentido de entender e compreender o significado e a importância dos sítios arqueológicos. Além do mais, é um bom meio de suporte financeiro às escavações e à ampliação da consciência de preservação e incentivo à criação

de leis de proteção e o combate aos saques. No entanto, há situações em que para determinada tipologia do patrimônio, sobretudo dos sítios arqueológicos subaquáticos, é mais difícil a articulação e a implementação de medidas de valorização, tendo em vista que em muitos casos, os bens são frágeis e de difícil acesso. De todo modo, é necessária a adoção, respectivamente, de princípios que respeitem a salvaguarda e a preservação, a investigação arqueológica, a oferta de turismo, a constituição de bases para acolhimento do público e a posterior inserção dos sítios arqueológicos como recurso cultural.

Os trabalhos arqueológicos realizados pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA) contemplam a inserção da comunidade nos seus trabalhos. Essa inclusão social, ao longo dos anos da pesquisa, criou um sentimento de pertencimento da comunidade com seu passado. Essa percepção foi construída aos poucos e sensibilizou os moradores das cidades envolvidas no projeto. O resultado desse processo participativo culminou na reivindicação da criação de rotas turísticas com o objetivo de divulgar esses sítios arqueológicos, dos quais a população tem orgulho, além de trazer dinheiro e investimento para as cidades. Por fim, citamos Anjos *et al.* (2005, p. 383, acréscimo nosso), chamando a atenção para o fato de que a criação dessas rotas turísticas deva contemplar um “[...] planejamento [que] precisa ser flexível o suficiente para garantir que a gestão de cada processo aconteça de forma contínua e sistêmica, resultando em estratégias eficientes e eficazes social, ecológica e economicamente”.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense: patrimônios básicos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ANJOS, F. A.; ANJOS, S. J. G.; BARROS, R. B.; ZANCHI, C. Processos de planejamento e gestão de territórios turísticos: princípios norteadores de uma proposta. **Revista Turismo Visão e Ação**, [s.l.], v. 07, n. 2, p. 377-286, maio/ago. 2005.

BALÉE, W. **Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany** – the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

CARVAJAL, G. de; ROJAS, A. de; ACUÑA, C. de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Tradução de C. de Melo Leitão. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

CORRÊA, C. G.; MACHADO, A. L.; LOPES, D. F. As estearias do lago Cajari-MA. Anais do I simpósio de pré-história do nordeste brasileiro. **Clio Série Arqueológica**, Recife, n. 4, p. 101-103, 1991.

CORREIA LIMA, O.; LIMA AROSO, O. C. **Pré-história maranhense**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1989.

CROSBY, A. *et al.* **El desarrollo turístico sostenible en el medio rural**. Espanha: Centro Europeo de Formación Ambiental y Turismo, 1993.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas: 1722-1776**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [1757-1776].

FRANCO, J. R. C. **Segredos do rio Maracu: A hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da Baixada Maranhense, sítio Ramsar, Brasil**. Sao Luís: EDUFMA, 2012.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista da História da Arte e Arqueologia**, Campinas, v.1, p. 281-290, 1994.

GOUVEIA NETO, J. C. O espaço das estearias: aspectos históricos da Baixada Maranhense. *In*: NAVARRO, A. G. **A civilização lacustre e a Baixada Maranhense: Da Pré-História dos campos inundáveis aos dias atuais**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 57-67.

HECKENBERGER, M. **The ecology of power: Culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000**. Nova York: Routledge, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2016: Características da população e dos domicílios**.

Resultado do Universo. Disponível em: www.censo2016.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2019.

LOPES, R. A civilização lacustre do Brasil. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.

LOPES, R. **O Torrão Maranhense**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

LOPES, R. **Uma região Tropical**. Coleção São Luís. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fon-Fon/Seleta, 1970.

MANZATO, F.; REJOWSKI, M. Considerações sobre o turismo arqueológico ou Arqueoturismo no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2., 2004, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2004.

MARANHÃO. Secretaria de Turismo. **Site**. Disponível em: <http://www.turismo.ma.gov.br/>. Acesso em: 09 fev. 2020.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste brasileiro**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MERRIMAN, N. **Public Archaeology**. Londres: Routledge, 2004.

NAVARRO, A. G. A pré-história da Baixada Maranhense. Datação radiocarbônica de cinco estearias. *In*: ZIERER, A.; VIEIRA, A. L. B.; ABRANTES, E. S. (Orgs.). **História Antiga e Medieval. Sonhos, mitos e heróis: memória e identidade**. São Luís: Editora UEMA, 2015, p. 369-380.

NAVARRO, A. G. Morando no meio de rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.73-103, 2018b.

NAVARRO, A. G. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. **Antiquity**, [s.l.], v. 92, n. 366, p.1586-603, 2018a.

NAVARRO, A. G. O complexo cerâmico das estearias, Maranhão. *In*: BARRETO, C.; LIMA, H. L.; BETANCOURT, C. J. **Cerâmicas arqueológicas**

da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Vol. 1. Belém: Museu Emilio Goeldi/IPHAN, 2016, p. 158-169.

NAVARRO, A. G.; COSTA, M. L. da; SILVA, A. S. N. F. da; ANGÉLICA, R. S.; RODRIGUES, S. S.; GOUVEIA NETO, J. C. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 3, p. 869-894, 2017.

NEVES, E. G. Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian Foodplain. *In*: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Orgs.). **Handbook of South American Archaeology**. London: Springer, 2008, p. 359-379.

PEREIRA DO LAGO, B. **Itinerário da província do Maranhão**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001 [1872].

PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. **Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio V**, Pelotas, v. II, n. 3, jan./jul. 2005.

PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

ROOSEVELT, A. **Moundbuilder of the Amazon**: Geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil. San Diego, CA: Academic Press, 1991.

SCHAAN, D. P. **The Camutins Chiefdom**. Rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. 2004. 497 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazonica**, Manaus, v. 11, n. 1. Suplemento, 1981.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAPÍTULO 10

MÉRTOLA, VILA MUSEU E CAMPO ARQUEOLÓGICO: QUATRO DÉCADAS DE MUSEALIZAÇÃO DE OLHO NA SUSTENTABILIDADE

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura10>

Manuelina Maria Duarte Cândido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, OU DE ONDE EU FALO

Mértola é uma vila alentejana pertencente ao distrito de Beja. Sua sede possui, segundo censos recentes, cerca de 1.000 habitantes. Por que essa pequena vila na fronteira de Portugal com a Espanha foi escolhida como tema para o presente texto? Tendo ouvido falar de Mértola ainda durante meus estudos de História no Ceará, por volta de 1994, nestes 25 anos não deixei de acompanhar e admirar o trabalho ali realizado com afincos pela equipe liderada pelo arqueólogo Cláudio Torres. De minha primeira viagem à Europa, em 1997, em que descobri os grandes museus de Paris e Lisboa, quase posso dizer que a estada de alguns dias em Mértola foi o ponto alto, mas não devo ser injusta com tantos outros museus e ecomuseus visitados em Portugal, que marcaram de maneira indelével meu olhar e meus interesses no campo da Museologia. O que é inevitável registrar é que em todas as vezes que pude retornar a Mértola (uma ida entre colegas do curso de Museologia da USP em 2001 foi frustrada por razões de saúde já na saída de Lisboa), em 2006 e em 2019, sempre me surpreendi com novos aspectos e facetas desse processo de musealização que se mostra continuamente rico e dinâmico.

Figura 1- Vista de Mértola a partir da Torre do Castelo



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

Essa dinâmica tem apresentado, na prática, desafios e ajustes que procurarei apresentar aqui por meio de um olhar museológico e estrangeiro, que é diferente do de quem lá habita ou estuda esse caso há muitos anos. Irei, de certa forma, apresentar Mértola, de maneira a dar um contexto e enquadramento das reflexões aqui oferecidas, mas especialmente falar do que aprendi com ela. Esta experiência e os aprendizados são singulares, não coincidindo com impressões de quem vivencia ou vivenciou esse lugar de outras maneiras. Para quem desejar mais profundidade e/ou precisão nos dados e análises, recomendo, claro, primeiramente as inúmeras publicações da equipe que produz a partir daquele local e, em seguida, dos estudiosos e especialistas portugueses.

A que equipe ou agentes locais me refiro? Trata-se de Cláudio Torres e de diversos outros pesquisadores que se reuniram pouco a pouco ao seu redor ao longo destas mais de quatro décadas de trabalho. O Campo Arqueológico de Mértola (CAM) é hoje uma associação cultural e científica sem fins lucrativos, mas em sua origem, em 1978, era uma missão científica encabeçada pelo então professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que chegou a essa região juntamente com seus colegas António Borges Coelho e José Luís de Matos por meio de um convite de Serrão Martins, seu aluno e, àquela altura, Presidente da Câmara de Mértola¹.

O potencial arqueológico da área ficou logo evidente sobretudo a partir da identificação dos vestígios islâmicos em profusão. Tudo isso estava excepcionalmente preservado, bem como o casco histórico, devido ao abandono quase completo da região a partir do século XVI. Desde então, Cláudio Torres passou a retornar com alunos todos os anos para dar sequência às escavações. Em 1985, estabeleceu-se definitivamente na vila com esposa e filhas. A Arqueologia está na origem dessa longa jornada, assim como a paixão desse

¹ A Câmara Municipal e o seu Presidente correspondem, no Brasil, à prefeitura e ao prefeito. Para saber mais sobre esse período de início das pesquisas em Mértola, veja <http://www.camertola.pt/>.

pesquisador que continua até hoje, já com oitenta anos e inúmeros prêmios de vulto², a desvelar múltiplas camadas da História de Mértola.

ARQUEOLOGIA E TURISMO SUSTENTÁVEL EM MÉRTOLA

O material arqueológico atesta a presença, nesse território, de diversas populações desde a Idade do Ferro, passando por fenícios, cartagineses, romanos, visigodos, árabes e cristãos. A implantação privilegiada às margens do rio Guadiana, via de intenso fluxo comercial em muitas épocas, fez dali um porto estratégico que esteve na base de distintas ocupações urbanas: a *Myrtilis Julia* romana (sec. I a.C.), a *Martulah* islâmica (auge nos séculos XI e XII de nossa Era), e a Mértola cristã.

Em comum entre Cláudio Torres, Serrão Martins³ e outros agentes desses primórdios da pesquisa em Mértola, alguns ideais e utopias dos que resistiram ou se exilaram durante a ditadura de Salazar⁴. Após a Revolução de 25 de abril de 1974, um dos motores a impulsionar esta e outras iniciativas voltadas para o patrimônio de pequenas localidades era a ideia de resistir à tendência, estimulada na ditadura, de centralização política e econômica. Tal política foi responsável pela acentuada migração para a capital e pelo abandono das zonas

2 Recebeu o Prêmio Pessoa, em 1991, e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 1993. Em 2001, a Universidade de Évora lhe atribuiu o título de Doutor *Honoris Causa*.

3 Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Mértola democraticamente eleito após a ditadura.

4 “[...] todos ellos eran conscientes de que la investigación arqueológica que iban a iniciar sólo se justificaba si era entendida como una fuente de desarrollo cultural y social para la comunidad local. Esta consciencia nacía del clima idealista que presidía la vida política y académica de los años que siguieron a la Revolución de los Claveles de abril de 1974. Ese clima estimuló las más diversas utopías y, en el caso de Mértola, sedujo a muchos jóvenes para un proyecto en el que la investigación arqueológica tiene una utilidad inmediata y evidente para la comunidad en la que se desarrolla. Aunque muchas de las personas que participan en el proyecto viniesen (viniésemos) de fuera de Mértola, el proyecto integró, desde el inicio, tanto a estudiantes universitarios de origen diverso como a jóvenes de la región, y se desarrolló en y desde Mértola, con una clara consciencia de la importancia del factor local para su consolidación” (GOMÉZ MARTÍNEZ, 2016, p. 271).

rurais. Isso ocorreu especialmente na região do Alentejo, árida e “menos desenvolvida” que o norte do País, que passou por um processo de esvaziamento.

Mértola, que historicamente foi privilegiada por se encontrar próximo a importantes vias de transporte marítimo-fluvial, sentiu o impacto, no século XX, de sua substituição pelo transporte rodoviário (GOMÉZ MARTÍNEZ, 2016). Chegou a quase ser despovoada e ainda havia a pressão especulativa do ramo da mineração interessado em desapropriar terrenos com vistas à exploração. Serrão Martins foi um dos primeiros a perceber a gestão dos recursos patrimoniais locais como uma alternativa para outro modelo de desenvolvimento. Seu projeto, para o qual conseguiu atrair Torres, opunha-se àquele caminho propondo uma opção pelo desenvolvimento sustentável, menos imediatista, com base na preservação e valorização do patrimônio, que é tomado como recurso.

Na génese deste recomeço esteve a consciencialização relativa à importância do seu património arqueológico, histórico e natural e, também, o envolvimento dos agentes locais e da população no que se entendia ser uma das principais vias para um desenvolvimento com evidentes repercussões na melhoria das condições de vida de todos. (RAFAEL, 2019, p. 262).

Essas propostas não se estabelecem sem obstinação e paciência, de um lado, desconfiança e resistência, de outro. Um diálogo continuado e bem fundamentado precisa ser estabelecido⁵. Os apelos contrários podem ser sem-

5 Em texto conjunto, Susana Gomes Martínez, Lígia Rafael e Cláudio Torres destacam o potencial empregatício da valorização do patrimônio pelo qual Mértola tem passado: “As distintas áreas de trabalho relacionadas ao patrimônio constituem uma nova oportunidade de emprego para os jovens que podem permanecer na sua terra, trabalhando em atividades distintas das tradicionais (agropecuária, construção e comércio). O emprego nas áreas da conservação e restauração, investigação histórica, artística, etnográfica e arqueológica, a animação turística, a hotelaria e a restauração ou as atividades artísticas, áreas inexistentes há apenas 30 anos, ou em eminente extinção como no caso das atividades artesanais, é atualmente uma perspectiva para o futuro” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 73). Além disso, alertam para o

pre mais sedutores e a equipe não se nega a reconhecer os conflitos inerentes ao “[...] delicado equilíbrio de forças entre os recursos patrimoniais e a frágil economia local” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 60).

Cláudio Torres reconhece como “ponto de viragem” “[...] o reconhecimento externo, quando os mertolenses verificaram que o trabalho lento e minucioso de arqueólogos e museólogos era considerado e elogiado no exterior” (TORRES, 2016a, p. 21). Até hoje, o arqueólogo vê com preocupação o modelo econômico que impede que as pessoas permaneçam em suas vilas de origem:

A nossa escola, a educação, não o permite. A escola obriga a partir para a cidade. A cidade é o modelo de desenvolvimento, o progresso. O que a criança aprende na escola é a andar nas ruas de Lisboa. E o processo é ainda mais dramático porque começa a odiar a família, os pais, os analfabetos. (TORRES *apud* COELHO, 2012, n.p.).

E também se opõe ao mercado do turismo de massas, que considera selvagem, procurando propor como alternativa um turismo de base cultural e rural que devolva à comunidade e às instituições locais o benefício do seu esforço em investir e em preservar o patrimônio. “Neste contexto, o Projecto de Museologia Local de Mértola insere-se numa filosofia de intervenção que visa, antes de tudo, projectar a recuperação social e patrimonial do centro histórico, conhecido por Vila Velha” (TORRES, s.d., n.p.).

fato de que “O desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas e formativas em Mértola significa já uma contribuição considerável para a economia local. Por um lado, um grupo considerável de pessoas que reside no município desenvolve atividades científicas e técnicas que, tradicionalmente, eram centralizadas nas grandes cidades, e que canalizam para um meio rural, recursos que antes iriam para as grandes urbes” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 73).

Não por acaso foi inspirado na experiência de Mértola que surgiu em Castro Verde, também Alentejo, o Museu da Ruralidade. Esse museu de território, entretanto, define-se pelo interesse particular sobre o século XX.

Entre as especificidades da experiência precursora, é preciso destacar que:

[...] os seus objetivos não eram muito diferentes daquilo que começa hoje a ser uma filosofia muito difundida em amplos setores da arqueologia: envolvimento da população com o objetivo de consolidar a sua identidade e contribuir para o desenvolvimento local. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 56).

Desde o início, tratou-se de um projeto científico e político, de cunho multidisciplinar, identificado com o que se chamaria hoje de Arqueologia Pública. Nesse sentido, o diálogo entre passado e presente, patrimônio, território e suas gentes, fez-se valer de maneira seminal nessa experiência.

Palácios e castelos, antes olhados apenas como símbolos de decrépitos poderes senhoriais, podem ser hoje elementos singulares da paisagem, pólos positivos de agregação e identificação local ou regional. Ruínas, espaços e mesmo o timbre ritmado do efêmero lúdico, em perigo de sobrevivência. Servem muitas vezes de bandeira na resistência a uma aparentemente inevitável banalização cultural. [...] Este é hoje o património mais ameaçado do mundo rural porque o seu gestor, o camponês, está em vias de extinção. Os saberes da terra, os trilhos antigos, as nascentes da melhor água os marcos limite dos maninhos, os melhores pastos para as abelhas e para o gado, era ele a conhecê-los como ninguém, era ele o detentor da memória colectiva. Só ele podia passar o testemunho. (TORRES, 2016b, p. 07-08).

A estrutura organizacional adotada foi inicialmente a Associação para a Defesa do Patrimônio de Mértola (ADPM), depois dividida em duas entidades: “[...] o Campo Arqueológico de Mértola (CAM), centrado nas temáticas em torno da história e da arqueologia, e a ADPM mais focada nas questões relacionadas aos recursos naturais, o patrimônio rural e etnográfico, e o desenvolvimento sustentável” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 59). Desde 2004, o Museu é integrado institucionalmente à Câmara Municipal de Mértola. O Campo Arqueológico de Mértola é o responsável técnico-científico, tendo à frente a arqueóloga Susana Gómez Martínez.

A CENTRALIDADE DO PROJETO MUSEOLÓGICO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO EM MÉRTOLA

A consciência da ineficácia de realizar somente a pesquisa sem estratégias de valorização e extroversão do patrimônio fez com que, mesmo sem intencionalidade inicial, a experiência fosse conduzida dentro do que chamei aqui de processo de musealização⁶: “Desde o início que se procurou desenvolver uma estratégia equilibrada de gestão patrimonial baseada no equilíbrio

6 O processo de musealização ocorre a partir de uma seleção e atribuição de sentidos feita dentro de um universo patrimonial amplo, resultando em um recorte formado por um conjunto de indicadores da memória ou referências patrimoniais tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais, indistintamente. A preservação é tomada, aqui, como equivalente a processo de musealização, e é realizada pela aplicação da cadeia operatória museológica, formada por procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais em equilíbrio. Representando tanto a responsabilidade pela herança constituída para o futuro, como a comunicação permanente e processual, essa cadeia operatória é necessariamente inserida em um contexto de planejamento e avaliação, ou seja, é contínua, não uma linha de operação: cada estágio de avaliação realimenta o planejamento. A preservação, ou processo de musealização, abrange desde a seleção das referências patrimoniais à devolução para a sociedade, que por sua vez produz novos bens patrimoniais e interfere em novas seleções e atribuições de sentido, em modo contínuo.

de quatro pilares fundamentais: o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 59).

A opção pela musealização em paralelo à publicação dos resultados de pesquisa em revistas científicas é assim justificada:

[...] a musealização ou divulgação local, em linguagem acessível e pedagógica, é a única forma convincente de justificar localmente os trabalhos em curso, capaz de identificar as mais fortes referências culturais e, por conseguinte, dinamizar potenciais endógenos. Na dinâmica museográfica não só se difundem os resultados de uma forma mais eficiente pelo público em geral, sobretudo o local, como se torna possível atrair visitantes, desde que a oferta seja devidamente divulgada. Assim se constituiu Mértola como um destino de turismo cultural de importância nacional e, até, internacional. (TORRES, 2016a, p. 22-23).

A equipe, entretanto, é unânime em afirmar que a necessidade de teorização surgiu só depois e que o ponto de partida foram as práticas da gestão patrimonial. Não foi, portanto, uma tomada de posição por uma Nova Museologia que determinou a escolha de um modelo que lhe é caro: o museu de território com características próximas dos ecomuseus, preservando de maneira integrada população, território e as diferentes vertentes patrimoniais ali produzidas. O que influenciou o modelo a que hoje podemos atribuir características de uma Museologia comunitária foi certamente o fato de Cláudio Torres ter para ali se mudado com a família e mais tarde outros agentes terem

7 É inevitável traçar paralelos entre esses pilares e as funções do museu preconizadas pelo Conselho Internacional de Museus em sua definição vigente: “[...] o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM, 2007 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64)

sido também atraídos pelo local não só em uma perspectiva de impulsionar a carreira, mas de construir e partilhar a vida do local.

“O objetivo sempre foi o de integrar o conhecimento histórico-arqueológico em um âmbito mais vasto, relacionando-o com as gentes, com a envolvente paisagística e com a dimensão cultural” (RAFAEL, 2019, p. 263) O reconhecimento do casco histórico de Mértola como elemento fundamental a ser preservado, para além de artefatos arqueológicos passíveis de coleta e musealização, colocou o desafio de como manter esse local vivo, apesar de ser pouco viável economicamente ou mesmo para fins residenciais (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 61). A criação dos diversos núcleos museológicos não foi decidida de uma só vez, mas pouco a pouco, em um processo que continua a acontecer, e de acordo com diferentes razões:

Muchos de los núcleos existentes surgen de la necesidad de realizar intervenciones arqueológicas preventivas que, cuando reúnen las condiciones necesarias, son objeto de musealización. En algunos casos, este proceso conlleva complicadas negociaciones y concesiones de unos y de otros, que han llevado, en la mayor parte de los casos, a la modificación de los proyectos de construcción iniciales para incorporar espacios expositivos o para integrar vestigios arqueológicos dentro del proyecto arquitectónico. En otros casos, la opción es la de crear un museo de sitio, erigiendo un edificio que albergue los restos conservados o estructuras más o menos amovibles que los protejan.

En otras ocasiones se trata de musealizar colecciones de objetos separados de su localización original o de su lugar de hallazgo. En ellos se intenta aliar continente y contenido, buscando espacios que tengan o hayan tenido un uso relacionado con la colección. Cuando no se dispone de espacios con estas características, la opción es revitalizar edificios abandonados o degradados del centro histórico, dándoles un uso que permita su mantención y que los dignifique. (GOMÉZ MARTÍNEZ, 2016, p. 273).

A equipe descreve esses núcleos como possuidores de uma expografia muito simples e que pouco recorre a soluções multimídia, evitadas deliberadamente devido aos custos e dificuldades de manutenção e ao fato de rapidamente se tornarem obsoletas. As soluções expográficas são então bastante intuitivas e apostam na simplicidade, tentando chegar facilmente ao grande público. Mas também há a produção de catálogos e outros materiais para públicos mais exigentes.

A preservação integrada das diferentes vertentes patrimoniais com vistas ao fomento do turismo cultural e sua implicação no desenvolvimento sustentável foi uma das chaves propostas desde o início do projeto. Para os autores,

[...] tão importantes como os achados arqueológicos que enchem os expositores, são as ruas, a organização dos espaços públicos, a estruturação e usufruto das fachadas, volumes arquitetônicos, materiais e técnicas de construção, assim como uma sustentada requalificação habitacional. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 61-62).

Não há, entretanto, uma identidade visual homogênea entre os diferentes núcleos, o que a equipe reconhece ser um dificultador do entendimento do conjunto. Nisso que os próprios autores chamam de *puzzle*, a Mértola Vila Museu, processo sempre dinâmico e inacabado, o que dá unidade é um conjunto de materiais como folheteria, sítio *internet*, placas identificadoras e mapas com itinerários que permitem ao visitante descobrir esse rico território e suas referências patrimoniais.

Em 2010, de forma a diversificar a oferta para os visitantes, foram criadas seis rotas temáticas, a saber: Centro Histórico, Museu de Mértola, período Romanos e Antiguidade Tardia, Período Islâmico I, Período Islâmico II e Mina de São Domingo. Cada uma delas indica um ou mais tipos de perfil

de público adequado (MARTÍN PORTUGUÉS, 2018, p. 58). Para além dessa oferta ao turismo há sempre um cuidado especial quanto à comunidade local, como verificamos na análise de Martín Portugués a respeito do horário de funcionamento dos núcleos museológicos:

Si consultamos el horario, parece adecuado al turista. No obstante, en nuestras entrevistas realizadas, se nos confirmó que, con el ánimo de atraer al museo a los residentes, las actividades culturales extras, se suelen ofrecer en horario extralaboral o durante los fines de semana, como por ejemplo, los conciertos e interpretaciones teatrales, o las rutas nocturnas guiadas por el Conjunto Histórico. (MARTÍN PORTUGUÉS, 2018, p. 63).

Da mesma forma, em que pesem as diversas mudanças de políticas de tarifas de ingresso nos núcleos museológicos também analisadas pela autora, ela afirma que sempre houve um sistema de gratuidade para os residentes de Mértola.

UM MUSEU DE TERRITÓRIO? UM ECOMUSEU? UMA EXPERIÊNCIA SEM AMARRAS

Segundo George Henri Rivière, um ecomuseu funciona como um espelho onde uma comunidade se percebe e projeta sua imagem para as demais. Além disso, tudo nele é apresentado em função do homem: seu meio ambiente, suas crenças, suas atividades da mais simples à mais complexa (RIVIÈRE *apud* DESVALLÉES, 1992, p. 26). Esses novos modelos museológicos começaram a se constituir pelas mãos do próprio GHR, tendo como uma das inspirações os museus etnográficos ao ar livre surgidos no século XIX na Escandinávia. Eles se caracterizam, segundo Meijer-Van Mensch e Van Mensch (2010) pela ruptura com a especialização disciplinar e passagem à especialização geográfica:

são inicialmente museus locais, que na Alemanha se configuram em um termo ligado ao sentimento de pertencimento a um local, o Heimatmuseum. Mais tarde, outras experiências buscaram essa conexão com o território, como os museus de vizinhança. Nos ecomuseus há também uma quebra de paradigmas na qual a coleção não é mais necessariamente o motor do processo de musealização, mas um campo de relações: entre pessoas, seu patrimônio e seu meio ambiente (território) e, em especial, a qualificação dessas relações em proveito do desenvolvimento da sociedade.

Para Andréa Vial (2015, p. 8) os ecomuseu,

[...] são um instrumento de gestão do patrimônio integrado que só se realiza de fato, ao ser apropriado por movimentos sociais previamente organizados que veem na identificação e gestão do patrimônio um instrumento a mais de ação política, de reforço de identidades e de luta.

Assim é que olhando de hoje para trás podemos facilmente pensar Mértola como um ecomuseu, mas não houve, segundo a equipe, uma escolha deliberada, desde o início, por esses referenciais teóricos da Museologia para sua implantação. O que havia era a certeza de que o caminho não seria criar um grande museu centralizador de todos os recursos patrimoniais, mas vários pequenos museus que foram surgindo pouco a pouco, sempre que possível no local mais próximo das descobertas arqueológicas em questão:

Em Mértola nunca houve a intenção de criar um grande Museu. A estratégia de divulgação, baseada na polinuclearização, permite que objetos e estruturas arqueológicas dialoguem com o público através duma museografia cuidada e adaptada a cada situação. (RAFAEL, 2018, p. 153).

A opção pelo modelo polinucleado faz referência a uma combinação entre gestão do patrimônio e reabilitação urbana, dando o tom processual que nos faz perceber que esse museu nunca está pronto, é criado e recriado na dinâmica das pesquisas políticas e do cotidiano. É o que chamamos anteriormente de processo de musealização, e que vai se estendendo no tempo e no espaço de Mértola ao longo destas mais de quatro décadas. Se a teorização não foi o motor inicial podemos, entretanto, perceber uma estratégia consciente: a polinuclearização leva o turista a aumentar o tempo de sua visita, gerando um sentido de descoberta e de variação de circuitos que beneficia a economia ligada a alojamentos e à alimentação.

O primeiro núcleo museológico foi criado em 1988, mas vale ressaltar que “Em Mértola o Museu é a própria vila” (RAFAEL, 2018). Esse primeiro núcleo, a Casa Romana, encontra-se no subsolo do edifício da Câmara Municipal, sede do poder local. Ali se podem ver musealizadas as estruturas da casa e diversos artefatos datados entre os séculos II e IV da nossa Era.

Figura 2 - Casa Romana, no subsolo da Câmara Municipal de Mértola. Foi o primeiro núcleo a ser musealizado, ainda na década de 1980



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

A vinculação entre passado e presente é marcante. A musealização não implica o uso exclusivo do espaço ligado ao patrimônio e ao turismo, mas a inserção na dinâmica da Vila. Um caso emblemático foi a descoberta, na década de 1990, de ruínas de uma antiga Ermida do século XVI e de uma necrópole romana (séculos I a VIII d.C.) na área de ampliação de uma escola. As escavações arqueológicas são só conviveram com o funcionamento da escola, como a musealização foi integrada como exercício pedagógico para os alunos de cursos profissionalizantes ligados a museografia e a gestão do patrimônio.

O núcleo da Oficina de Tecelagem realça as permanências culturais ao abrigar a Cooperativa de Tecelagem e proporcionar o contato do visitante com as tecelãs. Elas são, a um só tempo, artesãs, detentoras do saber-fazer, e mediadoras desse patrimônio. Elas fazem demonstrações e param seus afazeres para dialogar com os turistas, mas não estão ali como atrizes realizando performances artificiais, são mulheres que vivem desses saberes tradicionais cuja inserção no projeto inclui remuneração da Câmara para complementar a renda, exatamente em virtude da tarefa adicional de mediação e da queda na produção devido a essa dupla atuação. Nesse núcleo, pode-se ver torres de roca em osso, utensílios da fiação artesanal do século XI encontrados nas escavações arqueológicas, os artefatos e as agentes ligados à produção tecelã contemporânea, e adquirir os produtos da Cooperativa de Tecelagem.

Figura 3- Núcleo Oficina de Tecelagem



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

Figura 4- Núcleo Oficina de Tecelagem



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

Hoje há 14 núcleos museológicos, mas sempre há um em projeto⁸, e a ideia acalentada agora é de criar um núcleo de Memória dos Sabores do Mediterrâneo que realce a culinária local, mas que seja também, como em quase todos os núcleos já existentes, um espaço de vivência e experimentação, no caso, de degustação. O Museu de Mértola é tutelado pela Câmara Municipal e gerido em parceria com o CAM (RAFAEL; PALMA, 2016) e também em “[...] colaboração com outras instituições locais, nacionais e internacionais” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 61). Os núcleos se encontram na Vila e também em outras localidades do Concelho (Mosteiro, Mina de S. Domingos e Alcaria dos Javazes), recebendo, em vários deles, mais de 40 mil⁹ visitantes por ano, 52% deles estrangeiros.

MUSEU, TURISMO E SUSTENTABILIDADE: DIVERSIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM TORNO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O Museu é visto como “[...] elemento agregador desta estratégia, que aposta no turismo cultural como motor dinâmico, que potencia o empreendedorismo e a criação de emprego e riqueza” (RAFAEL, 2018, p. 153).

Cláudio Torres (s.d., n.p.) adverte:

Aqui chegados, encontramos-nos agora num ponto de viragem: os recursos, incluindo os turísticos, têm de ser

8 Documentos mais recentes já chegam a mencionar 16 (TORRES, s.d.; MARTÍN PORTUGUÉS, 2018).

9 “O número apresentado como total de visitantes do Museu de Mértola reporta sempre ao núcleo mais visitado e não ao somatório das entradas em todos os núcleos. De qualquer forma, e tendo presente que há indivíduos que visitam mais que um, ou todos os locais do circuito, é também interessante dar a conhecer o número total, tendo como base a soma de todos os núcleos, o que se traduz em 130.011 entradas no ano de 2017, mais 19.131 que no ano anterior” (RAFAEL, 2018, p. 154).

planeados e geridos, sob pena de não serem devidamente acautelados. É necessário definir objectivos e estratégias. E estes parecem apontar para uma melhor gestão das visitas acompanhadas organizando mais circuitos temáticos para crianças, adolescentes e idosos, diversificando a oferta, nomeadamente para a vertente do turismo etno e antropológico e de natureza.

Para além destes aspectos estamos agora empenhados em melhorar a qualidade do serviço prestado dando formação aos que mais directamente trabalham com o visitante, envolver a população de uma forma mais participada na actividade turística e, sobretudo, que o planeamento, para além de permitir uma melhor operacionalidade, reduza ao mínimo os impactos negativos. Estamos conscientes que a qualidade do factor turístico está directamente relacionada com a qualidade do serviço, com a informação disponibilizada e, também, com a qualidade da animação existente.

Todos estes aspectos, devidamente estruturados e interligados, podem ser um obstáculo ao crescimento desregrado e incontrolado que, mais tarde ou mais cedo, pode levar à agonia e morte por massificação dos destinos turísticos mais procurados.

Entre as estratégias de comunicação para além da preparação dos núcleos museológicos estão o amplo programa editorial do CAM, que já chega a mais de 20 títulos, entre eles a revista “Arqueologia Medieval”, anais dos inúmeros eventos científicos e catálogos, e também um programa de Educação Patrimonial, que inclui a elaboração de maletas pedagógicas e de outros recursos didáticos. Nessa linha são realizadas ainda campanhas de escavação arqueológica abertas à participação de voluntários entre 16 e 30 anos, um projeto denominado “Arqueologia para Todos”¹⁰.

São também elaboradas exposições temporárias e itinerantes, inclusive para o Museu Nacional de Arqueologia e para museus fora do país, com

10

A idade mínima de 16 anos é flexibilizada no caso de residentes.

seus catálogos correspondentes. Desde 2001, é ainda organizado, a cada dois anos, o Festival Islâmico de Mértola¹¹, uma atração a mais, que como todos os elementos sazonais precisa ser gerido de maneira equilibrada para não gerar sobrecarga na capacidade da Vila em um momento e esvaziamento em outros. Em quatro dias de atividades, Mértola chega a receber 40 mil visitantes. Os agentes locais, que são ao mesmo tempo investigadores, partícipes e observadores críticos do processo, avaliam-no com preocupação:

O fenômeno dos festivais temáticos tem crescido exponencialmente em Portugal, dando lugar a uma grande banalização destes eventos. No caso de Mértola, mantém-se alguma originalidade, privilegiando a autenticidade (trazendo, por exemplo, comerciantes do Norte da África para o *souk*, e grupos etnográficos em vez de empresas de figurantes profissionais) e as atividades culturais e científicas de nível internacional. Relativamente a este Festival, urge avaliar as questões relacionadas à capacidade de carga de Mértola e a estratégia relativa à atratividade do Festival, uma vez que se verifica que, devido ao elevado número de visitantes, desvaloriza-se a qualidade dos serviços oferecidos, o que tem repercussões na imagem que se pretende transmitir de Mértola Vila Museu. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 76).

Algo que evidentemente diferencia Mértola de outras pequenas vilas distantes dos grandes centros urbanos é a capacidade de atrair pessoal qualificado e de formar e profissionalizar agentes locais:

Em Mértola, são ministrados cursos em diversas etapas de formação. Há mais de 20 anos, a Escola Profissional de Mértola (denominada Bento de Jesus Caraça nos primeiros anos e ALSUD na atualidade) forma técnicos especializados em diferentes áreas ligadas ao patrimônio (assis-

11

Para saber mais, visite <https://www.festivalislamicodemertola.com/>.

tentes de arqueólogo, técnicos de patrimônio edificado, técnicos de turismo rural, etc.). O Campo Arqueológico de Mértola leciona cursos livres em diversas áreas e, em parceria com várias universidades (Algarve, Évora, Lisboa e Coimbra), são ministradas pós-graduações, que atraem estudantes de outras regiões e mesmo de outros países. São muitos os jovens que escolhem Mértola para fazer os seus estágios e trabalhos de investigação ou, simplesmente, consultar a bibliografia existente na Biblioteca do CAM. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 74).

Lígia Rafael, em seu balanço da experiência, alerta, entretanto, que esses atrativos e o crescimento da visitação de turistas¹² não correspondem ainda a um incremento da permanência das pessoas do lugar, e que Mértola segue a tendência de envelhecimento da população, despovoamento e desinvestimento no território, colocando a médio prazo o enorme desafio de reverter o processo de abandono. O maior afluxo turístico não reverte em fixação da população, como seria desejado (RAFAEL, 2018, p. 156). O que é perceptível é uma desaceleração do despovoamento, mas não seu fim (GOMÉZ MARTÍNEZ, 2016). Esse é um aspecto a inquietar os investigadores e agentes locais:

Mértola sofre el “mal endémico” de los conjuntos históricos mediterráneos que es la desertización, aunque según fuentes del CAM y de la *Câmara*, este proceso se ha frenado, y va disminuyendo, muy poco a poco, el número de casas vacías. Para paliar el problema, la *Câmara* tiene varias acciones como es la Línea de Apoyo para la Rehabilitación de construcciones del Conjunto Histórico, que cuenta con varios subprogramas, como, por ejemplo; la recuperación

12 “Um indicador extraordinariamente significativo da evolução da tendência do turismo é o número de camas disponíveis em Mértola. Há vinte anos, só havia três quartos com casa de banho privativa em todo o Concelho. Hoje há mais de 100 quartos na vila e outros tantos nas pequenas aldeias do Concelho e, em muitas épocas do ano, não há camas livres” (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 75).

de edificios históricos para albergar servicios municipales; o, la recuperación del núcleo histórico para vivienda social y creación de un centro de apoyo para residencias creativas. (MARTÍN PORTUGUÉS, 2018, p. 56-57).

A par desse desafio, uma outra proposta vem sendo embalada: “Mértola integra desde 2016 a Lista Indicativa Nacional do Patrimônio Mundial da UNESCO, candidatura promovida pela Câmara Municipal de Mértola, que se encontra em fase de estruturação e desenvolvimento” (RAFAEL, 2019, p. 272).

UM OLHAR EXTERNO SOBRE O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO

Como já mencionei anteriormente, pude realizar três visitas a Mértola ao longo de três décadas, cerca de uma semana cada. Um fator muito importante para a compreensão desse modelo de museu é observar o processo, inclusive com seus altos e baixos, avanços e recuos. Nessas três idas, é certo que eu também me transformei e meu olhar mudou. O presente relato pode estar enviesado pela memória, mas traz alguns aspectos e impressões que penso ainda justificarem seu registro.

Em 1997, recém-graduada em História, estudante, vinte e poucos anos, primeira viagem à Europa, toda uma descoberta de tipos de museus que eu apenas começava a encontrar na teoria e podia experimentar *in situ*. O Campo Arqueológico de Mértola era bem integrado com a gestão municipal que “vendia” Mértola como Vila-Museu. A infraestrutura para o turismo, entretanto, era quase nula e não somente por isso, mas também pela minha condição, buscando minimizar os custos da viagem, fiquei hospedada em um alojamento para estudantes dentro do próprio Campo Arqueológico, ao lado do Castelo. Era dezembro de 1997, inverno forte para uma nordestina, e lem-

bro-me que cheguei na quinta-feira à noite, não sabia ligar nem a água quente do chuveiro, precisei de ajuda dos estudantes que passavam temporada mais longa lá. Na sexta, reencontrei cada um deles em seu posto, mas à noite todos voltaram para suas cidades e fiquei sozinha no alojamento sem saber acender a lareira para aquecer o ambiente.

Aspectos prosaicos à parte, tive a grande oportunidade de conhecer alguns núcleos museológicos como o de Arte Sacra, com o próprio Cláudio Torres, que vistoriava lugares atingidos por enchentes recentes. Também tive acompanhamento e explicações em vários momentos de visita pela arqueóloga Susana Gómez, ao que eu entendo, chegada há pouco tempo da Espanha. Fiquei muito impressionada com núcleos como a Casa Romana e a Basílica Paleocristã, e a relação de proximidade entre esses espaços musealizados e a vida cotidiana: a Câmara Municipal e a Escola, respectivamente.

Figura 5- Núcleo de Arte Sacra. A musealização buscou conciliar o uso eventual do espaço com a finalidade de culto, bastando, para isso, preencher o espaço com mais bancos, em outra disposição



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

Mértola não saiu do meu imaginário até que eu pudesse voltar em 2006, após a frustração de ter adoecido na saída de Lisboa em 2001 e ter deixado de acompanhar a ida dos meus colegas de São Paulo. Fui mais uma vez sozinha, agora já morava de volta em Fortaleza, como profissional *freelancer*, e queria aperfeiçoar minha compreensão sobre o patrimônio conhecendo boas práticas e retornando a alguns lugares-chave de minha viagem de 1997. O retorno a Mértola me deu a oportunidade de conhecer novos núcleos museológicos, notadamente o Museu Islâmico, uma das maiores coleções da Europa. As pesquisas de Cláudio Torres permitiram mudar completamente a percepção das heranças da ocupação islâmica na península ibérica, associada então quase que exclusivamente à Espanha.

Mértola mudara bastante, posso dizer que entrara no circuito turístico europeu. Tanto que medidas de controle começavam a ser tomadas pelo governo municipal em concerto com o CAM, para evitar impactos demasiado profundos. Foi criado um perímetro restrito dentro das muralhas no qual os ônibus de turismo não podiam circular. Dificuldade decorrente: garantir a acessibilidade especialmente aos idosos e cadeirantes, em uma área de calçamento muito irregular. Outra medida que revela bem a dimensão da gestão do território atenta à sustentabilidade foi percebida nesse momento: turistas de norte da Europa começavam a adquirir casas antigas e arruinadas de Mértola para renová-las e transformá-las em casa de veraneio. O poder público se preocupava com o impacto de ter a cidade ocupada somente por temporadas e passou a adquirir as edificações para restaurar e transformar em residências para aluguel social ou para estudantes. Assim, garantiu que fossem ocupadas por uma população de renda mais baixa, mas não tão sujeita à sazonalidade. A pessoa que me guiava pelas ruas da vila me explicou: preferimos alguém que compre somente um pão por dia, mas que more aqui e movimente a economia o ano inteiro, a quem compra muito em um mês e deixa a casa vazia o resto do ano.

Nessa estada fiquei mais tempo. Pude me instalar em uma pousada, que não existia em 1997. Ali veio ter comigo o professor Cláudio Torres, que gentilmente me convidou a me transferir, após o primeiro dia, para uma casa

de hóspedes recém-construída ao lado da sua. Mais uma vez foi uma estância de grande aprendizado, ainda mais que dessa vez pude conviver mais com a família de Cláudio Torres, filhos e netos. O professor em si, como da primeira vez, estava entre uma viagem e outra, sempre saindo para dar conferências em outros países. Guardo com carinho a lembrança das conversas com sua esposa Manuela Barros Ferreira¹³ e de uma deliciosa refeição de ovos com túbaras recém-colhidas pela família.

A experiência dessa vez incluiu também participar do início da escavação em um sítio arqueológico em Monte Mosteiro, um pequeno templo de cerca do século V-VI d. C. (DUARTE, 2017), juntamente com estudantes da escola profissional. Criada no ano letivo de 1992-1993, a *Escola Profissional de Mértola* era uma espécie de extensão da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça¹⁴ e ministrava cursos de Técnico em Recuperação do Patrimônio Edificado, Técnico em Museografia Arqueológica, Técnico de Turismo Ambiental e Rural e Patrimônio Cultural – Gestão e Divulgação. A formação teórico-prática nessa escola permitia, por exemplo, aos alunos intervirem em edificações históricas de Mértola, responsabilizando-se por todo o projeto, “[...] desde a parte burocrática que implica a elaboração do projecto de recuperação, a sua submissão à aprovação da Câmara Municipal e ao parecer do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico” (ABREU, 1999, p. 08). Nos dois últimos anos do curso, eles realizavam a intervenção propriamente dita utilizando as técnicas tradicionais. Os alunos inclusive experimentaram um processo similar no próprio terreno da escola, em que recuperaram uma Ermida e uma Necrópole Romana.

A escola trabalhava com formação profissional de três anos durante os quais não criava nova turma até formar o grupo de alunos. A iniciativa de criá-la fez parte de um plano para fixar os jovens em Mértola, visto o esva-

13 Especialista em filologia e uma das responsáveis pelo reconhecimento do mirandês como segunda língua oficial de Portugal.

14 A escola deixou de funcionar nesse formato em 2008, quando foi transformada em Escola Profissional ALSUD, no que parece ser um episódio controverso das políticas públicas ou do embate entre políticas locais e diretrizes nacionais.

ziamento do território com as migrações para grandes cidades, e para atrair jovens de outros locais. Contar com uma escola como faceta de um projeto ambicioso e de longo prazo como o de Mértola significa ainda investir na sustentabilidade, visto que a experiência mostra que muitos processos de musealização amplos e ricos podem ser fragilizados com a passagem entre gerações, quando as pessoas que participaram no início começam a envelhecer e não há um grupo mais jovem interessado em dar continuidade. Assim, iniciativas como a escola, ao mesmo tempo em que atuam sobre a questão do esvaziamento populacional do território, podem fortalecer essa passagem entre gerações.

Minha terceira visita se deu em março de 2019, já como professora de Museologia da Universidade de Liège, juntamente com alunos do mestrado¹⁵. Na ocasião, ficamos quatro dias, mas, como sempre, quando se trata desse tipo de museu “éclaté”, distribuído no espaço, polinucleado, esse tempo não foi suficiente para visitarmos todos os núcleos, então nos detivemos naqueles da zona urbana. Mais uma vez, a sensação de grandes mudanças. Pude me hospedar em um hotel que não existia antes e que me parece ser ao lado da pousada em que me hospedei em 2006. O Hotel Museu é surpreendente porque durante sua construção ocorreu

[...] a descoberta de várias casas do arrabalde ribeirinho levou à integração, nas estruturas do próprio hotel, de uma das casas do século XII d.C. marcada por sinais de cristianização em um contexto claramente islâmico de época almorávida e almóada. Um conjunto variado de objetos encontrados durante as escavações são expostos junto das estruturas arqueológicas. Se, na primeira fase, os donos do empreendimento olharam com reticências para os inconvenientes da integração dos vestígios arqueológicos, rapidamente perceberam as maisvalias deste projeto, tendo designado a unidade hoteleira de Hotel Museu. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 67).

15 *Master en histoire de l'art et archéologie orientation générale, finalité spécialisée en muséologie.*

Figura 6 - Núcleo sob o Hotel Museu, com ruínas de casas do século XII d. C.



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

O Posto de Informação Turística me pareceu mais estruturado, com folheteria em diversas línguas e alguma variedade de *souvenirs* para venda. Também o comércio privado me pareceu mais adaptado à demanda do turismo e com produtos destinados especialmente para esse público. Ao seu lado está a Casa de Mértola, a reconstituição do interior de uma pequena habitação que permite ao visitante compreender mais uma faceta dos modos de vida neste lugar:

São dois pequenos compartimentos onde até há pouco mais de trinta anos viviam o pai, a mãe e cinco filhos. Na cozinha, todos se juntavam para comer e nas duas camas do quarto, todos se apertavam para dormir. Sem contar alguns palacetes mais antigos e as casas dos comerciantes ricos da Rua do Muro, assim era a vida para os cerca de dois mil habitantes apertados pelas muralhas da cidade

medieval. (GOMÉZ MARTÍNEZ; RAFAEL; TORRES, 2016, p. 67).

Ainda nas proximidades, conheci o núcleo museológico Ateliê de Tecelagem, que já comentei anteriormente. Esse núcleo mostra com clareza a relação existente nesse processo de musealização entre patrimônio arqueológico e o tempo presente. A tecelagem é um dos saberes e fazeres mais antigos da região, como comprovam torres de roca dos séculos XI a XII feitas em osso e expostas neste núcleo. Ao lado do material arqueológico podemos ver uma exposição de diversos tipos de instrumentos ligados ao trabalho com a lã, bem como seus produtos, especialmente as mantas. As duas tecelãs trabalham na oficina e ao mesmo tempo recebem e dialogam com o público, explicando as diferentes etapas entre o preparo da lã e o produto final, que também é comercializado ali.

Outros núcleos, como o Museu Islâmico e a Basílica Paleocristã permanecem quase inalterados em relação a 2006. O Núcleo de Arte Sacra foi ampliado e a área do Castelo teve uma grande intervenção nas áreas ao redor da torre, com uma preparação para acolher eventos que marcaram profundamente as características morfológicas desse espaço. A Igreja Matriz (antiga Mesquita) ganhou uma área de visitação no subsolo onde foram evidenciados alicerces antigos e outros elementos construtivos que permitem melhor compreender seus diferentes usos ao longo do tempo.

Figura 7- Núcleo da Basílica Paleocristã



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

Um núcleo que teve alterações significativas em sua gestão é a Forja do Ferreiro. Oficina desativada, ela apresenta ao visitante os instrumentos de trabalho do ofício de ferreiro, que gradualmente desapareceu do lugar. Trata-se do local original de trabalho do último ferreiro de Mértola, adquirido com todo seu recheio pela Câmara Municipal. Em 2006, sua filha, já idosa, que morava ao lado, era a responsável por atender ao público. Como em outros núcleos que não possuem horário de abertura permanente (caso também do núcleo de Arte Sacra), havia um aviso na porta sobre aonde se dirigir para pegar a chave ou conseguir acompanhamento para a visita. Era então essa senhora que abria e apresentava o núcleo. Posso imaginar que ela tenha falecido. O núcleo está preparado agora com um guarda-corpo que permite ao visitante olhar seu interior sem entrar, e com painéis explicativos que apresentam as operações do trabalho do ferreiro e prescindir de um guia ou acompanhamento, enfim, do elemento humano. Não é a mesma coisa.

Outra área em que as pesquisas arqueológicas e a musealização avançaram muito foi a alcáçova. Aqui convivem ruínas de um bairro islâmico do século XII-XIII e estruturas romanas do século IV d. C. Susana Gómez Martínez informou que foi a partir de 2009 que se instalou uma estrutura de coberturas para proteger os achados arqueológicos e passadiços que permitem a locomoção dos visitantes entre as ruínas. Em 2015, foi criado o seu centro de recepção de visitantes, incluindo a reconstituição em escala real de uma habitação, complementada pela exposição de artefatos de uso cotidiano encontrados nas escavações (GOMÉZ MARTÍNEZ, 2016).

Figura 8 - Área das escavações no bairro islâmico, com vista para as estruturas de passadiços preparadas para a visita



Fonte: Foto de Manuelina Duarte, março de 2019.

A própria sede do CAM, transformada em Centro de Estudos Islâmicos e do Mediterrâneo, é também um ponto de visita dos percur-

sos em Mértola. Há laboratórios, biblioteca especializada aberta a consultas e espaços expositivos. É nesse espaço que haverá futuramente um núcleo museológico dedicado à Memória dos Sabores do Mediterrâneo. Optei aqui por não fazer uma descrição sistemática de cada um dos núcleos, mas registrar as impressões que alguns deles deixaram em mim em visitas que ocorreram, não todas ao mesmo tempo, pois algumas vezes não retornei, em uma visita posterior, a um núcleo que já conhecia, e não pude me atualizar sobre seu estado, priorizando conhecer outros. Há farta bibliografia dos próprios pesquisadores de Mértola sobre os diferentes núcleos, inclusive alguns dos textos já citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de Mértola me ensina que esse tipo de processo de musealização que pensa o patrimônio de forma integrada possui um enorme potencial, mas é extremamente complexo para ser gerido. Exige de seus agentes múltiplas sensibilidades e capacidades técnicas que integrem diversos saberes, inclusive não só acadêmicos. São museus indisciplinados e absolutamente singulares, o que requer criar soluções originais mesmo quando seus agentes se cercam de referências em experiências semelhantes, mas nunca iguais. É difícil que as características centrais do projeto não se percam se a iniciativa e as escolhas não venham da própria população, mas de técnicos ou agentes externos, mesmo que validadas no local. Em Mértola, esses agentes foram, em determinado momento, externos. Mas pouco a pouco Cláudio Torres e família, além de alguns de seus alunos, foram se fixando em Mértola e enraizando-se ali. Isso garantiu uma continuidade e força de já mais de 40 anos. Hoje octogenário, o grande mestre do patrimônio de Mértola tem seguidores em diversas e estratégicas posições na cidade, que buscam assegurar a continuidade dos trabalhos e de sua filosofia mesmo em contextos político-partidários diversos. Mas é evidente perceber a preocupação sobre o futuro para além dessa geração, hoje em torno de 40-60 anos.

Por isso não posso deixar de registrar uma anedota que mostra bem o espírito dessa equipe, mas que é um fato real. Quando retornei em 2006, perguntei por uma pessoa que conhecera em 1997 e que não havia encontrado na segunda visita, e Cláudio Torres comentou que a pessoa tinha parado por um tempo de fazer patrimônio para fazer matrimônio, o que é bom para Mértola também, ou seja, garante continuidade da ocupação do lugar. A preocupação em manter as pessoas em Mértola sempre foi central no projeto, de modo a proporcionar uma renovação populacional. Casar e ter filhos em/de Mértola era também considerado, de alguma maneira, um ganho para o projeto.

Essa história revela bastante da relação de Cláudio Torres e sua equipe em relação a Mértola e o porquê dos sucessos dessa experiência, malgrado das dificuldades e eventuais frustrações: o grupo abraçou essa terra como lugar onde fizeram suas vidas, não como um campo de trabalho sazonal. Dessa forma, estar ali fazendo patrimônio ou matrimônio não são questões hierarquizadas (e nem mesmo excludentes), pois se alguém não dá continuidade aos trabalhos, mas fica em Mértola, contribui para sua (re)existência, o que é tão importante quando investigar e interpretar o patrimônio do passado, pois se trata de dar oportunidades para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. **Escola Profissional Bento de Jesus Caraça**. Delegação de Mértola Abre Curso de Técnicos em Recuperação do Património Edificado. *In: Pedra & Cal – Revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*, [s.l.], ano I, n. 03, p. 7-9, jul./ago./set. 1999. Disponível em: http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev03_Pag07.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

COELHO, A. P. “Cláudio Torres e Mértola”. *In: Público*, [s.l.], 21 de abril de 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/21/jornal/claudio-torres-e-mertola-24369213>. Acesso em: 15 out. 2019.

DESVALLÉES, A. **Vagues**: une anthologie de la nouvelle museologie. Vol. 1. Paris: W. M. N. E. S., 1992.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (eds.). **Conceitos-chave de Museologia**. Trad. De Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUARTE, J. F. M. **Sustentabilidade dos espaços rurais**: intervenções em Monte Mosteiro, Mértola. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. “O desafio de musealizar a paisagem cultural”. *In: Revista Museu*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/site/index.php/br/artigos/18-de-maio/242-o-desafio-de-musealizar-a-paisagem-cultural>. Acesso em: 15 out. 2019.

GOMÉZ MARTÍNEZ, S. “Mértola, Vila Museu. Un proyecto cultural de desarrollo”. *In: VAQUERIZO, D.; RUIZ, A. B.; DELGADO, M. (Eds.). Rescate: Del registro estratigráfico a la sociedade del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*. Tomo I. Córdoba: Editorial Universidad de Córdoba, 2016, p. 269-286.

GOMÉZ MARTÍNEZ, S.; RAFAEL, L.; TORRES, C. “Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado”. *In: Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 55-80, out. 2016.

MARTÍN PORTUGUÉS, I. Mértola vila Museu. Modelo rural de difusión des patrimônio cultural. *In: Cuaderno de Investigación Urbanística*, Madrid, Instituto Juan de Herrera, n. 117, mar./abr. 2018. 80 p.

MEIJER-VAN MENSCH, L.; VAN MENSCH, P. «From disciplinary control to co-creation – collecting and the development of museums as praxis in the nineteenth and twentieth century. *In: PETERSSON, S.; HAGEDORN-SAUPE, M.; JYRKKIÖ, T.; WEIJ, A. (eds.). Encouraging collections mobility: a way forward for museums in Europe*. S.l.: Finnish National Gallery/Erfoed

Nederland/Institut für Museumsforschung/Staatliche Museen zu Berlin – Preussischer Kulturbesitz, 2010.

RAFAEL, L. “Museus, turismo e desenvolvimento local o caso do Museu de Mértola”. *In: Revista de Museus*, [s.l.], n. 1, p. 150-165, 2018.

RAFAEL, L. “Os museus, a valorização patrimonial e o turismo – o caso do Museu de Mértola”. *In: Arrayollos – Revista de Cultura do Município de Arraiolos*, [s.l.], n. 1, p. 261-273, 2019.

RAFAEL, L.; PALMA, M. de F. “O Museu de Mértola”. *In: CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA - CAM. Mértola, da escavação ao Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2016., p. 74-81.

TORRES, C. “A Vila Museu e a Arqueologia”. *In: CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA - CAM. Mértola, da escavação ao Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2016a, p. 21-28.

TORRES, C. “Da escavação arqueológica ao Museu”. *In: CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA - CAM. Mértola, da escavação ao Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2016b, p. 7-11.

TORRES, C. **Um projecto cultural de desenvolvimento integrado**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, s.d. Disponível em: <http://www.camertola.pt/info/m%C3%A9rtola-vila-museu>. Acesso em: 16 out. 2019.

VIAL, A. **Patrimônio integrado e a prática museológica**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAPÍTULO 11

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SAMBAQUIS DE LAGUNA-SC NA PERSPECTIVA DO TURISMO ARQUEOLÓGICO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura11>

Geovan Martins Guimarães
Bruna Cataneo Zamparetti
Deisi Scunderlick Eloy de Farias
Francisco Antônio dos Anjos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina abriga em seu território diversos tipos de sítios arqueológicos, atraindo o interesse de pesquisadores de várias universidades nacionais e internacionais. Os sambaquis, denominação dos grupos indígenas Tupi para amontoado de conchas, constituem-se um dos tipos de sítios mais estudados. Eles estão distribuídos por toda a costa brasileira, concentram-se principalmente em regiões lagunares e áreas recortadas por baías e ilhas. Esse sítio possui forma monticular e constitui-se basicamente por camadas sucessivas de moluscos intencionalmente arranjadas. Variando bastante de tamanho, os sambaquis, no litoral catarinense, chegaram a alcançar 70m de altura e 500m de diâmetro (DEBLASIS *et al.*, 2007).

Passaram-se milhares de anos e tais sítios arqueológicos ainda hoje integram a paisagem cultural da região sul do estado de Santa Catarina. Nesse longo período de tempo, os sambaquis foram tema de discussões e receberam diversos significados, sendo continuamente (re)significados, conforme os diversos grupos humanos que escolheram esse ambiente para habitar, desde os grupos ceramistas que ocuparam o território sambaqueiro na Pré-História, até os colonizadores europeus que aqui chegaram a partir do século XVI.

Até o início da década de 1960, a destruição deles foi intensa, sobretudo por indústrias de exploração calcária, além da escavação do material para ser utilizado em aterro de estradas e áreas baixas, promovida muitas vezes pelo próprio poder público municipal. Nesse período, foi promulgada a Lei Federal nº 3.924 (BRASIL, 1961), de 26 de julho de 1961, objetivando diminuir a depredação dos sítios arqueológicos, principalmente dos sambaquis, que eram os mais visados pela indústria de cal e prefeituras locais.

Focaremos nossa análise nos sambaquis presentes no município de Laguna, localizado no sul de Santa Catarina, tendo como objetivo apresentar a potencialidade turística desses sítios, que podem ser importantes vetores tanto no desenvolvimento do turismo local quanto na preservação e valorização dos

sambaquis. Localizado na região turística Encantos do Sul, o município de Laguna foi escolhido por possuir atrativos turísticos naturais e culturais, como praias, centro histórico e sítios arqueológicos, que poderão ser integrados na perspectiva do Turismo Arqueológico.

A população de Laguna, de acordo com o último censo demográfico de 2010, era de 51.562 habitantes (IBGE, 2011). A economia de Laguna no meio rural está baseada no cultivo da mandioca, seguida pela cana-de-açúcar e arroz. Em se tratando do setor produtivo primário, no município também se destaca a pesca, em moldes artesanais com a captura de crustáceos e peixes, bem como a pesca industrial, que destina sua produção para ser processado em empresas no município, principalmente na localidade de Cabeçudas. A pesca de crustáceos é realizada, sobretudo, nas lagunas do complexo lagunar (Santo Antônio, Imaruí e Mirim). O município também já foi destaque na carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), mas devido a uma patologia que afetou drasticamente o cultivo, a produção entrou em declínio. A economia urbana é bastante diversificada, com destaque para o terceiro setor – serviços, sendo em sua maioria empresas do comércio, empresas prestadoras de serviços e indústrias de transformação.

O Município apresenta importantes elementos do patrimônio histórico e arqueológico, além de manifestações culturais singulares. Seu centro histórico, com mais de 600 prédios protegidos, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na década de 1980.

Laguna é o terceiro núcleo populacional estabelecido no litoral catarinense. Sua data de fundação ainda é uma interrogação¹. Varia entre 1676 e 1684. Nesse período, o vicentista Domingos de Brito Peixoto, rico fazendeiro da Baixada Santista e seus dois filhos, Francisco de Brito Peixoto e Sebastião

1 Segundo Dall'Alba (1979, p. 13), “[...] enquanto diversos autores dão o ano de 1684 como marco de fundação, o próprio Francisco de Brito Peixoto [...]”, em uma petição de 1714, afirma que a fundação se deu em 1676. “Teria sido em 1676 a tentativa fracassada pelo naufrágio da primeira expedição, e a fundação efetiva em 1684 com a nova expedição vinda por terra e por mar” (DALL'ALBA, 1979, p. 13).

de Brito Guerra, chegaram a Laguna, onde se confrontaram com os grupos indígenas da região (DALL'ALBA, 1979; ULYSSÉA, 1956).

O Município foi palco de acontecimentos históricos de grande repercussão. Ocupada por rebeldes adeptos à Revolução Farroupilha, expulsaram os federalistas e declararam a República Juliana, com a ajuda dos revolucionários vindos do estado do Rio Grande do Sul.

Além desse cenário histórico, o Município possui 22 Sambaquis registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esses sítios foram intensamente minerados e sofreram desmontes até a década de 80. Ainda hoje sofrem atos depredatórios, tais como: uso para atividades de motocross, gaiolas, jipes, entre outros; descarte inapropriado de lixo; avanço da malha urbana.

Esses sítios arqueológicos passaram por uma gama de significados, foram inicialmente pensados como espaço ritualísticos, posteriormente serviram de acampamento e de ressignificação cultural por outros grupos indígenas que ali passaram, com a chegada do colonizador foram vistos como matéria-prima para a construção de suas vilas e cidades, só recentemente é que surgiu a concepção protetiva e valorosa para com esses espaços.

Contudo, medidas protetivas verticalizadas não foram suficientes para proteção desses sítios, tampouco construíram um sentimento de pertencimento para com esse patrimônio. Diante desse panorama, este capítulo tem como objetivo apresentar o potencial uso turístico desses bens culturais visando a sua preservação. Para tanto, realizou-se a análise dos sistemas turísticos do município, compartimentando o território em subsistemas considerando as particularidades de área, bem como os sítios sambaquis que integram cada espaço. Buscando uma perspectiva mais horizontalizada, nesta proposta, entrevistaram-se turistas e moradores de Laguna, com intuito de diagnosticar seu entendimento sobre o patrimônio arqueológico existente no município, assim como a potencialidade de seu uso como atrativo turístico. Para tanto, utilizaram-se duas estratégias de contato com a população: a primeira com a

aplicação de um formulário de pesquisa com moradores e visitantes; e a segunda através de um resgate da História Oral com moradoras circunvizinhas de um sítio arqueológico. A História Oral, que se constituiu uma metodologia de coleta de dados, foi utilizada porque trabalha diretamente com a memória, seu caráter seletivo, ideologicamente formado, mas também com o reservatório de experiências que são relegados ao esquecimento nas histórias ditas oficiais. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

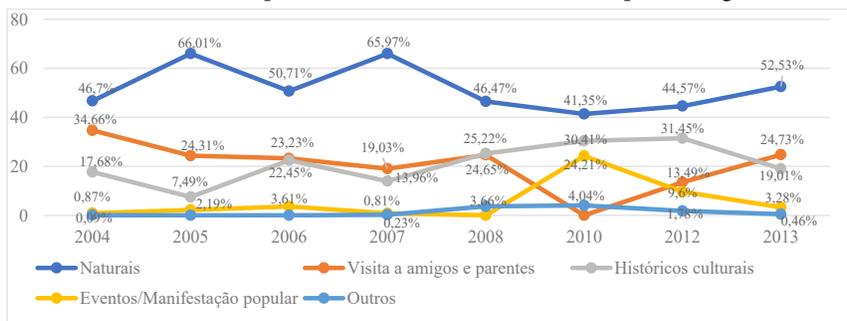
No que tange à atividade turística, o município já apresenta uma receita, segundo dados da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina – SANTUR (2008, 2009, 2010, 2012, 2013), que ultrapassa a ordem de 15 milhões de dólares. O maior rendimento foi registrado no ano de 2008, com 308.592.566,40 de dólares. Em 2012, esse valor estimado teve uma redução significativa para 53.097.415,30 de reais², e no ano de 2013, a receita foi estimada em 56.019.933,19 de reais. Os dados também apresentam uma média anual de mais de 300 mil visitantes, com alta representatividade de visitantes estrangeiros (SANTUR, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013).

Um dos grandes problemas com que o turismo em Laguna se depara é a sua sazonalidade. O movimento ocorre essencialmente na temporada de verão, causando grande pressão ao ambiente, devido à grande concentração de turista em curto espaço de tempo. Uma das áreas mais disputadas é a Praia do Mar Grosso, localizada próximo a sede do município, devido ao incentivo do poder público – oferece infraestrutura atrativa para o local –, que estimulou a urbanização da área ocupada fundamentalmente durante o período de verão. Trata-se de um adensamento urbano, predominantemente formado por prédios residenciais e casas, é nessa área que se localiza maior parte dos equipamentos turísticos de hospedagem e alimentação. Muitas das residências ficam maior parte do tempo desocupadas durante a baixa temporada, pois é muito forte o turismo de segunda residência no município, um panorama que não contribuiu para o fortalecimento do setor hoteleiro.

2 Entre os anos de 2004 e 2009, a SANTUR realizou a estimativa de receita em dólares; já em 2010 e 2013, os valores foram estimados em reais.

De acordo com os dados da Santur (2008, 2009, 2010, 2012, 2013), entre os principais atrativos do município (gráfico 01), os naturais são os mais citados pelos visitantes. No ano de 2012, representou 44,57% das respostas. Em Laguna, são encontradas diversas praias, de urbanizadas às praias desertas. São elas as principais atrações que motivam a visita. Os atrativos históricos culturais figuram nesse mesmo ano em segundo lugar, foram 31,45%. O município é detentor de importante patrimônio cultural, pouco usufruído, que permitiria colocá-lo como destino cultural de excelência. Embora esse atrativo venha ganhando destaque ao longo dos anos no cenário do turismo da cidade, ainda são necessárias políticas públicas para planejar e gerir o seu desenvolvimento. Outra grande motivação para os visitantes é o fato de poderem visitar amigos e parentes. Em 2009, somaram 13,49%. Eventos e manifestações populares também atraíram visitantes, foram 9,60%, nesse segmento. Um evento bastante conhecido é o carnaval de rua, que atrai visitantes de toda a região e também de outros estados.

Gráfico 1: Principais atrativos turísticos do Município de Laguna



Fonte: Elaborado a partir de dados da Santur (2008, 2009, 2010, 2012, 2013).

Para melhor compreensão do território lagunense, aplicou-se o modelo de análise conhecido como **subsistema territorial turístico**, proposto por Anjos (2004). Nesse modelo, é possível visualizar a inserção dos sítios

arqueológicos nos subsistemas como mais um atrativo turístico, agregando aos atrativos conhecidos das cidades.

O envolvimento da comunidade local é um elemento imprescindível para o desenvolvimento da atividade turística. Butler (1980 *apud* MONTEERRUBIO, 2009, p. 106) assegura: “[...] el grado de amabilidad y hostilidad que la comunidad receptora presente es de suma importancia a tal grado de poder determinar la visita o el regreso de turistas al destino”. Nesse sentido, os autores afirmam que a disposição da comunidade local ante o turismo pode definir seu êxito ou fracasso do destino turístico. Pensando nessa perceptiva, buscou-se, também, respaldo na comunidade local e turística do município.

Aplicamos um formulário com perguntas abertas e fechadas com a população local objetivando perceber qual a sua relação com o patrimônio arqueológico, cujo objetivo era compreender se a população e os visitantes possuem interesse pela preservação e pelo desenvolvimento do turismo arqueológico.

Os formulários foram aplicados em duas etapas. A primeira foi realizada na temporada de verão, com visitantes, e a segunda, na baixa temporada, com os moradores. Com os moradores, o formulário foi aplicado no Centro Histórico, onde se encontra um comércio diversificado e os serviços públicos com maior circulação da população e por receber moradores de diferentes localidades.

Após essa análise, realizou-se uma pesquisa através da metodologia da História Oral, com moradoras da comunidade de Cabeçuda, circunvizinha do Sambaqui Cabeçuda 01. Essa parte da pesquisa buscou levantar memórias das entrevistadas para com o sítio em questão, apontando momentos depredatórios dos sítios e ressaltando sentimento de pertencimento para com o mesmo.

O TURISMO ARQUEOLÓGICO EM LAGUNA

O turismo arqueológico é uma vertente do turismo cultural, que utiliza como atrativo turístico os sítios arqueológicos. “El interés que la comunidad mantenga en la protección de sus recursos estará directamente relacionado con la existencia de dichos recursos, y por lo tanto del desarrollo turístico, en tempos futuros” (MONTERRUBIO, 2009, p. 107). A integração da comunidade local no desenvolvimento do turismo é fundamental para uma proposta que priorize a proteção dos recursos, no caso do turismo arqueológico, a promoção do patrimônio arqueológico é uma consequência esperada, porém o estabelecimento de estratégias que garantam a salvaguarda é essencial (GUIMARÃES; ANJOS, 2015). Estudos realizados em locais onde foi constatado o envolvimento da comunidade no processo de planejamento e gestão do turismo arqueológico, os resultados foram positivos na efetividade da preservação (GUIMARÃES *et al.*, 2018).

Manzato (2005 *apud* MANZATO, 2007, p. 4) descreve que:

Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo consiste no deslocamento de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas ou históricas, passíveis de visitação terrestre e/ou aquática.

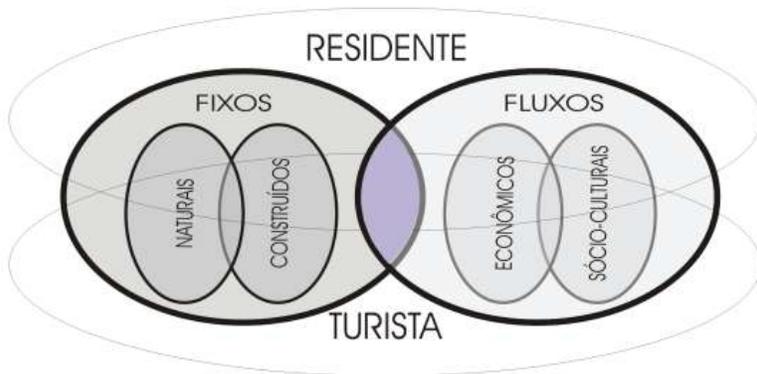
Esse segmento turístico utiliza como atrativo sítios arqueológicos e deverá alcançar alguns aspectos como: a proteção dos recursos; a valorização econômica; a participação da população local; o turismo como ferramenta de conservação e preservação. Diferentemente do comum observado no País, com a maioria dos segmentos turísticos, esse segmento não pode carecer de qualificação. Para um correto desenvolvimento, deverá ser monitorado, nor-teado por um planejamento e que vise ao desenvolvimento de estratégias para o seu fortalecimento.

Com o intuito de entender a dinâmica territorial e turística de Laguna, assim como os sítios arqueológicos ali inseridos, utilizamos como subsídio o modelo de análise do **subsistema territorial turístico** (Figura 1), proposto por Anjos (2004).

Segundo Anjos (2004, p. 156), esse modelo visa a “[...] compreender a dinâmica do sistema territorial turístico, possibilitando o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica – SIG que dê suporte aos demais processos, através de atualização permanente dos dados”.

A compreensão do sistema territorial turístico deve considerar as especificidades territoriais de dois subsistemas sociais que o constituem: o subsistema dos residentes e o subsistema dos turistas. Cada subsistema tem alguns interesses convergentes e outros antagônicos. Desta forma, cada subsistema deve ser analisado na sua particularidade e nas suas relações, buscando perceber as especificidades, dinâmicas e sobreposições (de escalas espaciais e temporais) entre os dois subsistemas. (ANJOS, 2004, p. 156).

Figura 1 - Sistema Territorial Turístico



Fonte: Anjos (2004, p. 155).

Segundo Anjos (2004, p. 166), “[...] tais indicadores precisam demonstrar os elementos que limitam ou potencializam o sistema, na mesma direção que os fluxos provenientes destes fixos contribuem ou reduzem as possibilidades de desenvolvimento do sistema”. A compreensão dessa dinâmica auxiliará no processo de planejamento e gestão do território turístico. A seguir, apresentaremos os resultados alcançados com o levantamento dos dados territoriais de Laguna, utilizando a metodologia de análise de subsistema territorial turístico (ANJOS, 2004).

Compartimentou-se o território de Laguna em seis subsistemas, tendo como base o Plano Diretor Municipal – PDM. São estes: subsistema Itapirubá/Praia do Sol, localizado na porção norte do município; subsistema Centro Histórico/Praia do Mar Grosso, na sede urbana de Laguna; subsistema Ponta da Barra/Farol de Santa Marta, região sudeste; subsistema Campos Verdes/Cigana, ao sul; subsistema Ribeirão Pequeno/ Bananal, sudoeste; e subsistema Cabeçadas/Perrixil, noroeste. Essa compartimentação visa integrar locais com dinâmicas territoriais semelhantes. Das seis apresentadas, apenas quatro são subsistemas turísticos.

O **subsistema Itapirubá/Praia do Sol** se localiza na porção nordeste do município, formado principalmente por habitações de veraneio. A ocupação é sazonal, com baixa atividade comercial fora da temporada, trata-se de um território turístico, mas que apresenta recurso turístico limitado. Não há registros de sítios arqueológicos nesse subsistema.

A segunda divisão é o **subsistema Centro Histórico/Praia do Mar Grosso**, esse recorte abrange localidades com dinâmicas diferenciadas, mas no geral é a área onde a atividade turística se realiza de maneira mais intensa no município. Formado pelos bairros Centro Histórico, Mar Grosso, Campo de Fora, Magalhães, Navegantes, Laguna Internacional, Praia do Gi e parte do bairro Progresso. Trata-se do subsistema mais populoso e de maior atividade turística, tanto no turismo de sol e mar (praia do mar grosso e praias adjacentes) como para o turismo cultural, no qual está inserido o Centro Histórico. Com mais de 600 edificações tombadas como patrimônio histórico nacio-

nal, o Centro Histórico possui diferentes estilos arquitetônicos, dentre eles o Colonial, *Art Déco* e Eclético, entre outros. Contudo, este último segmento turístico ainda é incipiente, o local ainda é pouco procurado por turistas, sendo usado predominantemente como espaço de circulação e comercial voltado para os moradores do município. Esse é um ponto bastante positivo, pois, embora concordamos com o grande potencial turístico desse espaço, a população jamais deverá ser expropriada do local, como ocorreu em outros centros históricos apropriados pelo turismo Brasil, a gentrificação do espaço deverá ser atenuada para que o uso conjunto entre residentes e turistas seja possível.

Nesse subsistema se encontram cadastrados três sítios sambaquis, o sítio Laguna I – Morro do Peralta, localizado próximo ao centro da cidade, no bairro Magalhães, a área do sítio foi ocupada, várias casas foram construídas em cima do sítio. No ano de 2008, foi realizada uma pesquisa arqueológica pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), onde foram recuperados dois esqueletos que estavam aflorando no acesso de uma das casas. Como resultado dessa pesquisa, atividades de educação patrimonial foram realizadas, como: palestras, exposição na cidade, publicado e distribuído uma cartilha para a rede escolar do município. O sambaqui Caieira está localizado no bairro Campo de Fora, foi pesquisado por Walter Piazza, a data mais antiga encontrada no sítio é de 3.230 AP. Sobre o sítio Magalhães, pouca informação estava disponível, apenas a tradição e o responsável pelo cadastro.

O subsistema Ponta da Barra/Farol de Santa Marta, localizado na porção sudeste do município, integra os bairros: Ponta da Barra, Praia da Tereza, Praia Ypoã, Praia Galheta, Praia Farol de Santa Marta e Praia do Cardoso. O turismo nessa região está relacionado às belezas naturais, a qual oferece locais para atividade de *surf* e trilhas.

Destaca-se também o turismo gastronômico e cultural, principalmente na Praia do Farol de Santa Marta. No local há uma construção histórica conhecida como Farol de Sant Marta. De acordo com Cittadin (2010), em 1890, o Ministério da Marinha iniciou a construção do farol com o objetivo

de auxiliar a navegação na região do Cabo de Santa Marta. O farol ainda está em funcionamento, possui 74 metros de altura, a partir do nível do mar, com alcance de 22 milhas. Essa construção estimulou a ocupação inicial da região, primeiramente por famílias de pescadores e agricultores. Assim como em outras praias do município, a partir da década 70 aconteceu uma ocupação mais intensa por turistas que procuram o local devido à sua paisagem (CITTADIN, 2010, p. 88). A área do Farol de Santa Marta é a mais populosa e com mais infraestruturas turísticas desse subsistema, que abriga uma numerosa quantidade de sítios arqueológicos, são 33 registros de diferentes tipologias, destes, 28 são Sambaquis.

O **subsistema Campos Verdes/Cigana** é formado pelos bairros Passagem da Barra, Campos Verdes e Cigana. Ele está próximo do subsistema Ponta da Barra/Farol de Santa Marta, onde o turismo é desenvolvido com bastante intensidade. Nesse subsistema, o turismo não tem um papel expressivo, o local funciona como uma espécie de corredor de acesso aos atrativos turísticos do subsistema supracitado e pouco se utiliza desse fluxo. Apesar de não ter representatividade significativa no turismo do município, esse subsistema apresenta 20 sítios arqueológicos registrados, destes, 16 são sambaquis.

O subsistema **Ribeirão Pequeno/Bananal** está situado a sudeste do município, a maior parte das comunidades desse subsistema está localizado nas lagoas de Santo Antônio dos Anjos e Santa Marta. Nesse subsistema, não houve desenvolvimento do turismo, principal potencial seria o turismo rural e o turismo ligado à atividade náutica, além do turismo arqueológico. A ocupação dos locais é formada por habitações permanentes. Quanto ao patrimônio arqueológico cadastrado, encontramos o registro de dois sítios, um na comunidade de Ribeirão Pequeno, um sambaqui que está destruído, e na comunidade de Bananal, um sambaqui de pequenas proporções.

O último é o **subsistema Cabeçadas/Perrixil** constituído pelos bairros Cabeçadas, Portinho, Jardim Juliana, São Judas Tadeu, Barbacena, Barranceira, Bentos, Caputera, Perrixil, Estreito e Nova Fazenda. Muitas dessas comunidades formam um grande adensamento urbano do município,

principalmente a região de Cabeçadas e os bairros próximo ao subsistema Centro Histórico/Mar Grosso. Esse subsistema é formado, principalmente, por residências fixas.

Classificamos esse subsistema como turístico, mesmo que essa atividade seja incipiente, principalmente se compararmos a outros subsistemas do município. A região possui alguns equipamentos turísticos. É detentora de um grande atrativo natural, banhado pelas lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim. O local é propício para prática de esportes náuticos e já recebe alguns praticantes, além de que a orla da lagoa vive um processo mais recente de ocupação por moradores de segunda residência. Fazem parte desse subsistema 17 sítios arqueológicos, destes, nove são sambaquis.

Quadro 1: Sítios Arqueológicos por subsistema turístico

c	Sítio	Data	Descrição	*
Centro Histórico/Mar Grosso	Laguna I - Morro do Peralta	3.550	Sambaqui	2
	Caieira	3.230	Sambaqui	2
	Magalhães	-	Sambaqui	#
Ponta da Barra/Farol de Santa Marta	Canto da Lagoa I	3.370	Sambaqui	2
	Canto da Lagoa II	3.500	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa III	-	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa IV	-	Sambaqui	#
	Costão do Ilhote de S. Marta	980	Taquara/Itararé	#
	Galheta I	3.090	Sambaqui	3
	Galheta II	4.530	Sambaqui	3
	Galheta III ou do Padre	-	Sambaqui	2
	Galheta IV	1.360	Taquara / Itararé	2
	Sítio Histórico Galheta V	-	Histórico	#
	Polidores Fixos da Galheta	-	Sambaqui	3

Continua...

PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE:
Arqueologia e Turismo Sustentável (volume IV)

Continuação.

c	Sítio	Data	Descrição	*
Ponta da Barra/Farol de Santa Marta	Ilhote de Ipoã II	-	Sambaqui	#
	Ilhote de Ipoã III	-	Sambaqui	#
	Lagoa dos Bixos I	4.420	Sambaqui	3
	Lagoa dos Bixos II	4.070	Sambaqui	3
	Lagoa dos Bixos III	4.130	Sambaqui	2
	Lagoa dos Bixos IV	-	Sambaqui	#
	Lagoa dos Bixos V	-	Sambaqui	2
	Lagoa dos Bixos V	-	Sambaqui	2
	Lítico do Ipoã III	-	Sambaqui	#
	Morro do Céu	-	Estação lítica	#
	Passagem da Barra	-	Sambaqui	2
	Roseta (Ilhote de Ipoã)	-	Sambaqui	#
	Santa Marta I	3.800	Sambaqui	2
	Santa Marta II	4.340	Sambaqui	1
	Santa Marta III	4.090	Sambaqui	3
	Santa Marta IV	2.530	Sambaqui	2
	Santa Marta V	2.090	Sambaqui	2
	Santa Marta VI	3.510	Sambaqui	1
	Santa Marta VII	-	Sambaqui	1
	Santa Marta VIII	1.710	Sambaqui	#
Santa Marta IX	4.670	Sambaqui	3	
Santa Marta X	5.240	Sambaqui	3	
Fortim do Atalaia	-	Sítio histórico	#	
Campos Verdes/Cigana	Canto da Lagoa I	3370	Sambaqui	2
	Canto da Lagoa II	-	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa III	-	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa IV	-	Sambaqui	#
	Carniça I	3400	Sambaqui	3
	Carniça II	3.360	Sambaqui	2

Continua...

PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE:
Arqueologia e Turismo Sustentável (volume IV)

Continuação.

c	Sítio	Data	Descrição	*
Campos Verdes/Cigana	Carnaça III	3.360	Sambaqui	2
	Canto da Lagoa I	3370	Sambaqui	2
	Canto da Lagoa II	-	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa III	-	Sambaqui	3
	Canto da Lagoa IV	-	Sambaqui	#
	Carnaça I	3400	Sambaqui	3
	Carnaça II	3.360	Sambaqui	2
	Carnaça III	3.360	Sambaqui	2
	Carnaça IV	-	Sambaqui	2
	Carnaça V	-	Sambaqui	1
	Carnaça VI	3.800	Sambaqui	2
	Carnaça VII	3.510	Sambaqui	#
	Carnaça IX	-	Sambaqui	1
	Carnaça X	2.750	Sambaqui	3
	Sítio Histórico Carnaça VIII	-	Sítio histórico	#
	Km 308	-	Tupiguarani	#
	Madre	-	Sambaqui	#
	Morro do Céu	-	Estação lítica	#
Ribeirão Pequeno/Bananal	Pedra Chata - Bananal	2.040	Sambaqui	2
	Ribeirão Pequeno	2390	Sambaqui	3
Cabeçuda/Perrixil	Barreiros	-	Sambaqui	#
	Bentos I	-	Tupiguarani	#
	Bentos II	-	Tupiguarani	#
	Cabeçuda I	4.180	Sambaqui	2
	Cabeçuda II	-	Sambaqui	2
	Caputera I	-	Sambaqui	#
	Caputera II	-	Sambaqui	#

Continua...

Continuação.

c	Sítio	Data	Descrição	*
Cabeçuda/Perrixil	Estreito I	-	Sambaqui	#
	Estreito II	-	Sambaqui	#
	Estreito III	-	Sambaqui	#
	Km 308	-	Tupiguarani	#
	Mato Alto	-	Tupiguarani	1
	Peixaria	-	Sambaqui	#
	Ponta do Perrixil I	-	Sambaqui	#
	Ponta do Perrixil II	-	Sambaqui	#
	Porteira	-	Sambaqui	#
	SC-LGN-50	-	Tupiguarani	2

Avaliação da integridade (*) do sítio realizada na pesquisa de mestrado de Assunção (2010) no âmbito do projeto Sambaquis e Paisagens, além de estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep) da Unisul a partir de 2000. O grau de integridade pode ser descrito da seguinte forma: 1 - Destruído; 2 - Parcialmente preservado; 3 - Bem preservado; e # - Não verificado.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de campo, bem como de Assunção (2010), Deblasis et. al. (2007), Farias e Kneip (2010) e Kneip, Farias e Deblasis (2018).

Em pelo menos quatro subsistemas foi observado o desenvolvimento efetivo do turismo. A cidade de Laguna possui uma infraestrutura turística básica e recebe visitantes procedentes de diferentes partes do País, além de um público internacional. Inseridos nessa paisagem se encontram os sítios arqueológicos, principalmente os sambaquis, que por sua magnitude e complexidade chamam atenção de residentes e visitantes. Contudo, assim como os demais bens históricos tombados no município, os sítios arqueológicos são pouco aproveitados no desenvolvimento turístico, atualmente focado fundamentalmente no segmento de sol e mar. A cidade de Laguna é procurada principalmente durante a temporada de verão, após o período, sofre uma enorme queda no número de visitantes.

O desenvolvimento de novos segmentos turísticos através de ações planejadas, bem como a gestão eficiente do turismo, poderá contribuir para a minimização dos impactos na sazonalidade da atividade no município.

PERCEÇÃO DA COMUNIDADE

Uma vez que o desenvolvimento do turismo deve ser feito de forma planejado, a comunidade circunvizinha dos sítios arqueológicos tem de estar inserida nesse pensar. Para tanto, optou-se por duas estratégias de pesquisa. Através da aplicação de formulários para residentes e turistas em Laguna, buscou-se um resultado quali-quantitativo acerca do conhecimento sobre os patrimônios arqueológicos locais, a potencialidade deles como vetores turísticos. Por fim, utilizando a metodologia da História Oral, foram entrevistadas antigas moradoras da comunidade de Cabeçuda, em Laguna, SC, com o intuito de entender o processo destrutivo do sambaqui Cabeçuda 01, localizado na comunidade, assim como a relação de memória e pertencimento dessas entrevistadas para com o patrimônio em questão.

ENTREVISTA COM MORADORES E TURISTAS

Os formulários de pesquisa foram aplicados com grupos de moradores e visitantes no município de Laguna em duas etapas de campo, ambas desenvolvidas no ano de 2012, em duas áreas distintas: Mar Grosso e Centro Histórico. Na primeira etapa, foram entrevistados os visitantes, e o levantamento ocorreu durante a temporada de verão, período em que a cidade recebe maior número de visitantes, já as áreas escolhidas se deram pelo fato de serem pontos preferenciais de turistas.

As entrevistas com os moradores ocorreram no Centro Histórico, visto ser ele um local de grande circulação de moradores provenientes de várias localidades do município, possibilitando uma amostra mais diversificada.

Foram aplicados um total de 270 formulários de pesquisas, sendo 135 para cada grupo. Os formulários aplicados aos grupos de moradores e visitantes possuíam 20 questões abertas e fechadas, algumas específicas e outras comuns aos dois grupos, conforme o Quadro 2:

Tipo de questões	Moradores	Visitantes
Específicas abertas	Número de membros de sua família? Número de pessoas da família que trabalham em Laguna e fora do município? Quando falamos da história de Laguna, que aspectos devem ser destacados? O que você considera patrimônio histórico, cultural e arqueológico na sua região?	Procedência? Quais os cinco últimos destinos turísticos que você visitou? Qual atrativo fez com que você escolhesse Laguna como destino turístico? Quanto tempo ficará na cidade?
Específicas fechadas	Qual órgão público é responsável pela preservação dos sítios arqueológicos? Você já participou de atividade educativa sobre a pré-história local? Você já visitou algum museu ou exposição sobre a pré-história local? Qual?	É a sua primeira visita ao município? Qual meio de hospedagem está utilizando? Retornaria ao município? Por quê?

Continua...

Continuação.

Tipo de questões	Moradores	Visitantes
Comuns abertas	Idade? Profissão? Escolaridade? O que espera ver em um sítio arqueológico?	
Comuns fechadas	Sexo? Já ouviu falar sobre pré-história e/ou arqueologia do Brasil? Sabe o que é um sítio arqueológico? Já visitou um sítio arqueológico? O município de Laguna possui sítio arqueológico? Você acha interessante visitar um sítio arqueológico? Você considera importante a preservação dos sítios arqueológicos?	

Optou-se por realizar um diagnóstico por perfis distintos, e as respostas foram analisadas entre eles, buscando identificar diferenças em um dado perfil respondente. Criamos dois perfis, averiguamos as diferenças entre as faixas etárias distintas e o grau de escolaridade, tanto para os moradores quanto para os visitantes. O objetivo foi verificar o conhecimento acerca do patrimônio arqueológico regional.

A seguir, serão apresentadas as discussões das entrevistas. Inicialmente, serão apresentados os resultados gerais obtidos nos grupos de visitantes e moradores; posteriormente, por faixa etária e escolaridade.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA ENTREVISTA

Primeiramente, buscou-se conhecer o perfil dos respondentes de cada grupo a fim de visualizar a semelhança/diferença entre os grupos pesqui-

sados em termos de sexo, estado civil e escolaridade. A descrição do perfil dos respondentes é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil dos respondentes

MORADORES						
Sexo			Estado Civil			
Masculino: 31%	Feminino: 69%		Solteiro: 58%		Casado: 42%	
Escolaridade						
Fundamental Incompleto: 21%	Funda- mental Comple- to: 23%	Médio Incompleto: 6%	Médio Comple- to: 26%	Superior Incompleto: 9%	Superior Completo: 14%	Pós-gra- duação: 1%
VISITANTES						
Gênero			Estado Civil			
Masculino: 34%	Feminino: 66%		Solteiro: 53%		Casado: 47%	
Escolaridade						
Fundamental Incompleto: 5%	Funda- mental Comple- to: 19%	Médio Incompleto: 1%	Médio Comple- to: 36%	Superior Incompleto: 9%	Superior Completo: 27%	Pós-gra- duação: 3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Comparativamente, verificou-se que os dois grupos possuem similaridade em termos de sexo e estado civil, mas com considerável diferença no que se refere à escolaridade, em que o grupo de visitantes apresenta um maior grau de instrução.

Verificou-se que os moradores pesquisados são, em sua maioria, solteiros, do sexo feminino, e a escolaridade com maior incidência foram os níveis fundamental incompleto e médio completo. No grupo de visitantes, por

sua vez, mais da metade da amostra é composta de pessoas solteiras, do sexo feminino, com maior incidência de escolaridade entre os níveis médio completo e superior completo.

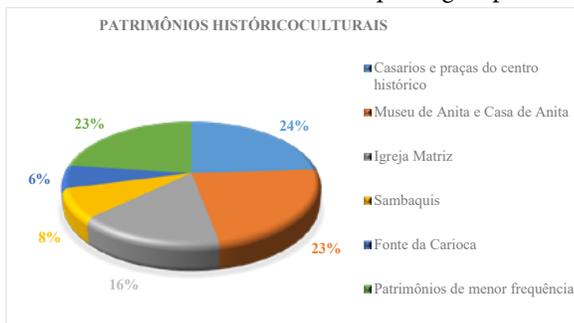
Entre os visitantes, a maioria apresentava idade entre 25 e 30 anos e 41 e 45 anos, apresentando uma média de 44 anos. Dentre os moradores, houve uma distribuição mais homogênea de idade, apresentando uma média de 38 anos.

Após uma análise breve do perfil etário e de formação educacional dos entrevistados, foram analisadas as perguntas voltadas à relação desses entrevistados com o patrimônio cultural do município. Apresentamos, inicialmente, os dados obtidos nas entrevistas com os moradores.

Quando perguntado para os moradores sobre quais aspectos da história de Laguna mereciam destaque, 51% mencionaram a história de Anita Garibaldi, 10% mencionaram aspectos da história da cidade em geral, desde a colonização, como exemplo o Tratado de Tordesilhas. A história da República Juliana foi citada por 6% dos pesquisados, e a preservação da arquitetura e centro histórico por 5%. Entre os pesquisados, 8% não souberam informar qualquer aspecto da história que merecia ser destacado, outros 19% citaram aspectos de menor frequência de respostas. Nota-se que o patrimônio arqueológico pré-histórico não foi citado como merecedor de destaque.

Quanto questionados sobre o que consideravam patrimônio histórico, cultural e arqueológico da cidade, foram obtidos os seguintes indicadores: 24% nomearam a arquitetura, que envolve os casarios e as praças do centro histórico, 23% elegeram o Museu de Anita Garibaldi e a Casa de Anita, 16% consideraram a Igreja Matriz, 8% os Sambaquis e 6% a Fonte da Carioca. Outros 23% citaram os demais patrimônios, que tiveram menor frequência de respostas. Os sítios arqueológicos são vistos, ao menos por 8% dos moradores entrevistados, como patrimônio cultural de Laguna, contudo não são considerados nos aspectos da história da cidade como merecedores de destaque, portanto, há uma desvinculação entre entendimento de patrimônio cultural e história da cidade.

Gráfico 2: Patrimônio histórico, cultural e arqueológico para os moradores



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando o conhecimento sobre o órgão responsável pela gestão do patrimônio arqueológico, os resultados se apresentaram heterogêneos: para os moradores, 41% afirmaram ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 14% o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), 12% consideraram a Prefeitura Municipal de Laguna, 10% o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e 23% não souberam responder. Um resultado bastante satisfatório, pois, ainda assim, demonstra que a maioria da população sabe que o IPHAN é responsável pela gestão do patrimônio histórico local.

Quando questionamos se haviam visitado algum museu ou exposição sobre a pré-história local, 56% afirmam não ter visitado e 44% responderam que sim, já tinham visitado. Entre os entrevistados que responderam sim, 70% afirmaram ter visitado o Museu de Anita – a instituição possui em seu acervo alguns materiais arqueológicos pré-históricos –, 11% a Casa de Anita, 6% visitaram exposições organizadas pelo Escritório Técnico do Iphan de Laguna, 5% a exposição organizada pelo Grupep/Unisul, outras opções somaram 10%.

Nota-se que apesar de não colocarem como relevantes nem tampouco citarem expressivamente como patrimônio cultural, os bens arqueológicos pré-coloniais são conhecidos devido às ações educativas desenvolvidas por variados agentes focados na preservação do patrimônio arqueológico do município e região.

Em se tratando dos visitantes entrevistados, 14% eram turistas procedentes do exterior, de nacionalidade argentina, boliviana e paraguaia (Gráfico 3). Brasileiros somaram 86%, e o maior polo emissor de visitantes foi o estado do Rio Grande do Sul (55%), seguido por 34% de visitantes provenientes de outras cidades catarinenses. Posteriormente, temos os estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, cada um com 3%, e por último, com 2% da amostra, o estado de Minas Gerais (Gráfico 4).

Gráfico 3: Nacionalidade dos visitantes



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: Origem dos visitantes nacionais



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação aos atrativos de Laguna, muitos fatores influenciaram na escolha do município como destino turístico para os respondentes: as praias 48%, Centro Histórico e Carnaval 17%, visita a familiares e amigos residentes na cidade 18%.

Gráfico 5: Atrativos que influenciaram a escolha do destino turístico



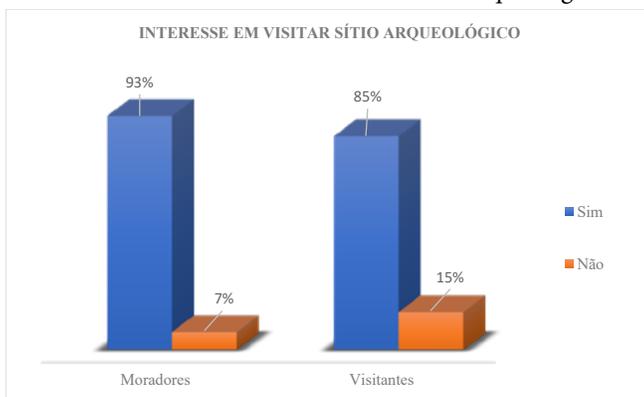
Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre o regresso à cidade, 62% dos visitantes afirmaram que já a haviam visitado antes, entre eles, 55% declararam que já retornaram à cidade de uma a cinco vezes, 16% de seis a dez vezes e 29% mais de dez vezes. Dessa forma, verificamos que a maioria (43%) dos visitantes ficou na cidade entre um e cinco dias, e 35% ficaram entre seis e 10 dias. Outros 23% ficaram mais de 10 dias. Em relação aos resultados, observamos que Laguna conquistou a preferência de uma grande parcela de visitantes, que elegeram a cidade como destino turístico, visitando-a frequentemente.

Os meios de hospedagem mais utilizados são casas de terceiros (25%), casa própria (20%), hotéis (19%), casa alugada (13%), pousadas (6%), *camping* (3%) e 14% afirmaram estar apenas de passagem pelo município. Ainda em relação aos visitantes, 97% deles declararam que voltariam ao município.

As questões abaixo analisadas são comuns a ambos os grupos, moradores e visitantes, portanto, serão apresentadas conjuntamente. Questionamos os grupos de visitantes e moradores se consideravam interessante visitar um sítio arqueológico (Gráfico 6). Como resultado, 7% dos visitantes responderam que não era interessante, 93% responderam que era interessante. Dos moradores, 15% responderam que não seria interessante visitar, 85% afirmaram que achariam interessante a visita. Percebemos que entre os visitantes há uma porcentagem maior de pessoas que consideram interessante a visita.

Gráfico 6: Interesse em visitar um sítio arqueológico



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos entrevistados que haviam respondido afirmativamente, pedimos para avaliarem o grau de interesse em uma escala de 0 a 10. A média da avaliação do grupo visitante foi de 8,2, já para os moradores foi de 8,7. Entre os moradores, percebeu-se um grau de interesse maior, uma diferença de 0,5 em relação aos visitantes.

Com o intuito de perceber mudanças nas respostas por diferentes perfis dos respondentes, realizamos uma análise por faixa etária e grau de escolaridade, tanto para o grupo de moradores quanto para os visitantes.

Inicialmente, pretendíamos apresentar os resultados de seis questões, porém não observamos diferenças significativas nas respostas. Dessa forma, foram excluídas duas questões desta análise, a saber: “Acha interessante visitar um sítio arqueológico?” e “Considera importante a preservação dos sítios arqueológicos?”. Essas questões obtiveram uma porcentagem de respostas afirmativas muito próximas de 100%, com mudanças pouco significativas entre os diferentes perfis de respondentes.

A tabela 2 apresenta as respostas dos moradores e visitantes por faixa etária. A faixa etária na qual se observou maior quantidade de respostas afirmativas foi entre os moradores jovens (12 a 20 anos), com uma diferença de apenas 1% para adultos do mesmo grupo. Em termos gerais, quando comparados os dois grupos, percebemos que as respostas mais satisfatórias por faixa etária foram do grupo de 21 a 60 anos.

Os visitantes, quando questionados se já tinham ouvido falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil, em maior porcentagem (em relação a outras faixas etárias), os respondentes que disseram “sim” eram adultos (21 a 60 anos). Entre os jovens (12 a 20 anos), a maioria respondeu afirmativamente. Dos entrevistados com idade superior a 60 anos, a maioria respondeu não, mostrando desconhecer a temática. Entre os moradores jovens e adultos, os valores foram semelhantes, cuja maioria afirmou ter conhecimento sobre o assunto, inclusive indivíduos com idade superior a 60 anos.

Tabela 2: Respostas dos visitantes e moradores por grupo de faixa etária

VISITANTES					
		Já ouviu falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil?	Sabe o que é um sítio arqueológico?	Já visitou um sítio arqueológico?	Laguna possui sítio arqueológico?
12 a 20 anos	Sim	59%	29%	24%	35%
	Não	41%	71%	76%	41%
	Não sei				24%

Continua...

Continuação.

VISITANTES					
		Já ouviu falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil?	Sabe o que é um sítio arqueológico?	Já visitou um sítio arqueológico?	Laguna possui sítio arqueológico?
21 a 60 anos	Sim	68%	53%	32%	50%
	Não	32%	47%	68%	27%
	Não sei				23%
Mais de 60 anos	Sim	32%	39%	35%	48%
	Não	68%	61%	65%	23%
	Não sei				29%
MORADORES					
		Já ouviu falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil?	Sabe o que é um sítio arqueológico?	Já visitou um sítio arqueológico?	Laguna possui sítio arqueológico?
12 a 20 anos	Sim	72%	39%	45%	22%
	Não	28%	61%	55%	6%
	Não sei				72%
21 a 60 anos	Sim	71%	51%	25%	31%
	Não	29%	49%	75%	9%
	Não sei				60%
Mais de 60 anos	Sim	56%	44%	31%	19%
	Não	44%	56%	69%	25%
	Não sei				56%

*Observações: As porcentagens maiores foram destacadas em negrito.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na segunda questão, quando indagados sobre o que era um sítio arqueológico, em ambos os grupos, a maioria dos indivíduos mais jovens não soube definir. Entre os indivíduos adultos, houve uma distribuição mais homogênea nas respostas; já os idosos, em sua maioria, também responderam negativamente.

Em relação às visitas aos sítios arqueológicos, percebemos que os visitantes com mais de 60 anos foram os que mais visitaram. Já os moradores, a faixa etária entre 12 e 20 anos foi superior em visitas aos sítios arqueológicos.

A maioria dos entrevistados desconhece a existência de sítios arqueológicos no município, inclusive muitos responderam que não havia. Tanto os visitantes quanto os moradores com idades entre 21 e 60 anos foi a faixa etária que mais respondeu afirmativamente sobre a existência de sítios arqueológicos em Laguna.

Quando analisado na perspectiva da categoria escolaridade (Tabela 3), tanto o grupo de visitantes quanto o de moradores apresentaram respostas mais assertivas entre os indivíduos com ensino superior incompleto a pós-graduação, com destaque para os moradores. A primeira pergunta se destinava a diagnosticar o contato entre os entrevistados e o conhecimento relacionado à pré-história e/ou Arqueologia. Observamos que a maioria dos indivíduos com ensino superior incompleto e pós-graduação possuía um conhecimento maior sobre o assunto e que esse número é ainda maior entre os moradores. Os resultados obtidos nas outras questões são muito semelhantes à pergunta anterior.

Quando indagados acerca das visitas a sítios arqueológicos, os visitantes foram superiores em número de visitas. Quando questionados sobre a existência de sítios arqueológicos em Laguna, a maioria dos indivíduos com grau de ensino superior incompleto e pós-graduação respondeu afirmativamente. Mas os indivíduos com ensino fundamental incompleto e completo demonstraram ter mais conhecimento sobre a existência de sítios arqueológicos no município em relação aos indivíduos com ensino médio incompleto e completo.

Tabela 3: Respostas dos visitantes e moradores cluster escolaridade

VISITANTES					
		Já ouviu falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil?	Sabe o que é um sítio arqueológico?	Já visitou um sítio arqueológico?	Laguna possui sítio arqueológico?
Ensino Fundamental incompleto e completo	Sim	51%	30%	24%	27%
	Não	49%	70%	76%	22%
	Não sei				51%
Ensino Médio incompleto e completo	Sim	72%	44%	32%	22%
	Não	28%	56%	68%	6%
	Não sei				72%
Ensino Superior incompleto a pós-graduação	Sim	79%	65%	29%	36%
	Não	21%	35%	71%	8%
	Não sei				56%
MORADORES					
		Já ouviu falar de pré-história e/ou arqueologia do Brasil?	Sabe o que é um sítio arqueológico?	Já visitou um sítio arqueológico?	Laguna possui sítio arqueológico?
Ensino Fundamental incompleto e completo	Sim	26%	25%	22%	31%
	Não	74%	75%	78%	33%
	Não sei				36%
Ensino Médio incompleto e completo	Sim	65%	44%	26%	47%
	Não	35%	56%	74%	32%
	Não sei				21%
Ensino Superior incompleto a pós-graduação	Sim	97%	90%	59%	84%
	Não	3%	10%	41%	9%
	Não sei				7%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Se compararmos os indivíduos com o mesmo grau de escolaridade, os moradores com ensino superior incompleto a pós-graduação apresentaram um resultado mais satisfatório que os indivíduos com o mesmo grau de escolaridade do grupo dos visitantes. Em relação aos outros graus de instrução, os valores das respostas foram mais homogêneos.

Levando em consideração os resultados dos grupos apresentados, poderíamos afirmar que, no primeiro (faixa etária), os indivíduos adultos (21 a 60 anos), independentemente do grupo, em geral, apresentaram maior conhecimento sobre o assunto. No segundo grupo (grau de escolaridade), foram os respondentes com ensino superior incompleto a pós-graduação que se destacaram, demonstrando ter um nível de conhecimento, respondendo de maneira satisfatória às indagações.

O SAMBAQUI CABEÇUDA 01 SOB A ÓTICA DOS MORADORES

Como forma de coleta de dados na busca de compreender a relação existente entre a comunidade circunvizinha e um sambaqui, neste caso o Sambaqui Cabeçuda 01, utilizamos a metodologia da História Oral, que, por sua vez, trabalha diretamente com a memória, seu caráter seletivo ideologicamente formado, mas também com o reservatório de experiências que são relegadas ao esquecimento nas histórias ditas oficiais.

A recuperação da memória popular já proporcionou uma modificação no panorama patrimonial, findando em uma valorização de patrimônios até então invisíveis. Soares (2007, p. 116) expõe a importância da memória como fator de identificação e apropriação patrimonial, sendo que “[...] o resgate da memória deve ser o ponto de partida das ações educativas que visam ao reconhecimento e à apropriação do patrimônio por parte da sociedade”. O patrimônio está ali, constitui o espaço de vivência do grupo que o (re)significa ao longo de sua história, contudo a memória oficial o abafou, cabendo à História Oral identificar esse calar.

Dias e Soares (2008, p. 76) chamam a atenção para a importância da memória como peça fundamental no surgir de identidades e patrimônios.

Mesmo que, muitas vezes, em função desse sistema excludente, a memória das elites tente abafar a dos dominados, buscando sua libertação por sua própria memória. Sua liberdade está ali, o nosso dever é apenas torná-los a percebê-la. (DIAS; SOARES, 2008, p. 76).

Essa importância dada às lembranças faz com que os patrimônios que até então estavam marginalizados se tornem visíveis a partir do ponto de vista do sujeito histórico. A memória coletiva de determinado grupo e sua identificação são os combustíveis para que algo que caracterize o coletivo seja visto, identificado e preservado como um patrimônio.

Buscando esse novo olhar sob o Sambaqui Cabeçada 01, procurou-se na comunidade circunvizinha entrevistar antigos moradores que apresentassem suas memórias acerca da sua relação com o patrimônio arqueológico daquela localidade. As entrevistas foram desenvolvidas com quatro senhoras, entre os meses de maio e junho de 2014. Com o intuito de preservação da identidade das entrevistadas, utilizamos nomenclaturas para designá-las, a saber: entrevistada A – 79 anos, entrevistada B – 93 anos, entrevistada C – 70 anos, entrevistada D-78 anos e entrevistada E – 50 anos.

O mesmo roteiro de entrevista foi aplicado às entrevistadas, e perguntas e informações diferenciadas surgiram no decorrer dos relatos. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, apresentadas às entrevistadas, que, após esse processo, assinaram os termos de consentimento de seu relato.

No quadro 3, podemos observar o roteiro da entrevista que continha treze questões norteadoras da conversa.

Quadro 3: Roteiro da entrevista desenvolvida com moradoras circunvizinhas do sítio arqueológico

Tipo de questões	Roteiro de questões
Dados sobre os entrevistados	Nome? Idade? Tempo de moradia no Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC?
Relação do entrevistado com o Bairro de Cabeçuda, Laguna/SC	Quais as transformações ocorridas no Bairro de Cabeçuda, que você observou desde que veio morar aqui? Você se lembra das caieiras funcionando? Você vivenciou a construção da segunda ponte da ferrovia? Você vivenciou a construção da BR 101?
Relação do entrevistado com o Sambaqui Cabeçuda 01.	Você sabe o que é um sambaqui, quem o construiu? Você sabe que no Bairro de Cabeçuda existe um Sambaqui? O Sambaqui sofreu alterações, mudanças que você recorda? Comente. O que o Sambaqui Cabeçuda 01 significa para você? Acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, que recordações você traz na memória? Existe na memória do bairro algum mito, histórias, lendas envolvendo o Sambaqui Cabeçuda 01? O Sambaqui Cabeçuda 01 faz parte do imaginário da comunidade?

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Bairro de Cabeçuda, inicialmente uma vila de pescadores e agricultores, possui, de acordo com o censo do IBGE de 2010, 3.700 habitantes. Acredita-se que parte desses dados estaria por englobar a comunidade de Mato Alto e Barranceira.

A localidade era formada principalmente por pescadores, agricultores e trabalhadores da ferrovia. A entrevistada D lembrou que ali “[...] *tinha poucas famílias, a maioria era pescadores, tinha uma família ali ou duas que*

trabalhavam na estrada de ferro, tinha outra aqui que trabalhava na estrada de ferro, e a maioria era pescador, meu pai era pescador e plantava também". O pai da entrevistada B, o Sr. Aparício, foi um dos fundadores do bairro, que além de líder comunitário, dono da indústria caieira – que minerou o Sambaqui Cabeçuda 01 –, era dono de um armazém responsável por abastecer a localidade, também foi um influente político da cidade e região.

O Bairro de Cabeçuda era assim, como na descrição das entrevistadas até pouco tempo atrás, pequeno, rural, interiorano e distante do centro da cidade de Laguna.

Com a construção de BR 101 e a opção pelo tráfego rodoviário em detrimento do ferroviário, aquela comunidade começou a se desenvolver com a abertura de estabelecimentos comerciais que visavam atender tanto os viajantes como os moradores. Outro momento de desenvolvimento do bairro foi a abertura da indústria de pescados, que acarretou a vinda de vários trabalhadores para lá.

Esse crescimento, contudo, avançou para a área do sítio arqueológico. Atualmente, existem muitas residências localizadas em cima do sambaqui. A entrevistada E, 50 anos, apontou a ocupação irregular do Sambaqui Cabeçuda 01 como um dos seus fatores de destruição. *“Bem em cima, isso, por aquela rua ali nem tinha, aquilo era só uns atalhos. Não tinha nada daquilo ali, até eu passei muito tempo sem ir lá, quando eu fui lá me apavorei [...] Não tinha nada daquilo [...] Tudo cheio de casa, fizeram rua, construíram rua lá por detrás da casa da mãe da Erusia”*.

A indignação sobre a ocupação irregular na área do sambaqui é evidente nos relatos orais. Segundo as entrevistadas, as casas devem ter pouco mais de 20 anos no local. Quando foi perguntado à entrevistada A acerca das transformações no bairro, ela nos relatou sobre o crescimento populacional e comercial e alertou como esse crescimento estaria impactando a área do “casqueiro”, *“Pois eu também, aconteceu porque eu passei pelo mar, e vi está tudo diferente, tudo diferente”*.

O Sambaqui Cabeçuda 01 está tão enraizado na história e na memória do bairro que o cerca, que este deve sua nomenclatura ao sítio arqueológico. De forma geral, as entrevistadas relataram que o nome do bairro de Cabeçuda está diretamente ligado à existência do “casqueiro” (como é denominado pela comunidade). Segundo os moradores, o Sambaqui, por sua imponência, assemelhava-se a uma grande cabeça bem na ponta da lagoa, por isso o nome Cabeçuda. Ainda relacionado ao sítio arqueológico, alguns relataram sobre o fato de encontrarem cabeças no sambaqui e daí vir o nome da comunidade. A última história está relacionada à formação geográfica da Ponta de Cabeçuda, que vista por fotos aéreas se assemelhava a uma cabeça.

Em um panorama geral, as entrevistadas se mostraram ligadas de forma afetuosa ao sítio arqueológico, já que o consideravam parte relevante das suas memórias de criança, da vivência no bairro, enfim, da sua história. A entrevistada C ressaltou: *“Pois é, aquilo também não sei como se acabou, era um edifício aquilo ali, era muito bonito, mas nós como criança não né, sei lá, não ligava né, só brincava ali, passava por baixo, era igual um arco do triunfo”*. *“Nós encontrávamos caveira, coisas de braço, osso assim, sempre encontrávamos, diziam assim: OH, ENCONTRAMOS ISSO AQUI. E ninguém dava, criança né, não se estudava”*.

A entrevistada B ressaltou que *“ninguém dava valor”*. A entrevistada C lamentou: *“Eu tenho assim saudade, porque a gente não conservou”*. Ainda sobre a destruição do Sambaqui (Quadro 4), as entrevistadas B e C assim dialogaram.

Quadro 4: Diálogo entre as entrevistadas B e C

Entrevistada B: “É uma pena, né”.

Entrevistada C: “Ah, ele era enorme”.

Entrevistada B: “Era, era, ah, ele começava ali quase perto da estação, é começava dali”.

Entrevistada C: “Hoje, se fosse hoje assim, a gente ia lutar para que ninguém não desmanchasse, para conservar”.

Entrevistada B: “Da prefeitura, não sei, nunca ligaram para cá, nunca ligaram, nunca deram importância para cá. Todo mundo fazia o que queria, papai era o político, era o que mandava, todo mundo respeitava ele, a política tava sempre do lado dele, tava sempre do lado do que achava que era o certo, e era mesmo. [...] Eles faziam comício lá em casa.

Um dos pontos relevantes de todas as entrevistas, que nos mostra a produção simbólica acerca do sambaqui/casqueiro por parte dos entrevistados, foi quando perguntamos o que o sambaqui significava para eles. A resposta a essa indagação foi evidenciada no decorrer dos relatos, quando as entrevistadas demonstraram pesar pela destruição indiscriminada do sítio arqueológico. Para a entrevistada A, o sambaqui, “Quando ele estava né ainda. Era importante, era um ícone do bairro. [...] Era, era, um ícone do bairro”. Para a entrevistada B, o sambaqui é uma lembrança, uma recordação: “Uma recordação que a gente tinha né. Até hoje é, porque a gente não viu e não vai ver nunca vai, é uma recordação, porque ele tava sempre ali. Como diziam era um cartão de visita. Cartão postal”. A entrevistada C disse que “[...]naquele tempo muita gente já vinha lá para ver”. Para a entrevistada D, o sambaqui também é uma lembrança, algo que não volta mais: “Sei lá, uma lembrança assim do passado”.

O Sambaqui era ponto de referência do bairro, local de lazer. Momentos de (re)significação daquele espaço que estão contidos na memória dos moradores mais antigos: A entrevistada C lembrou “[...] de quando nós brincávamos lá, faziam piquenique lá, corria atrás e subia. [...] Brincava, corria, cavava, fazia buraquinho para fazer casinha, dava porque ele era enorme né”. As recordações da Entrevistada E são semelhantes: “Mas eu fui muito com as excursões de escola, a gente foi em excursão da escola, piquenique, fazer piquenique. [...] A gente fez muito piquenique ali. Antes dava, agora já não dá mais, porque agora ali tá cheio de casa, porque antes aquilo ali não tinha casa nenhuma”.

No transcorrer das entrevistas, quando perguntamos sobre a importância de se preservar o sambaqui, houve referência à destruição do local por não existir mais quase sambaqui, sempre pautada na comparação de sua memória acerca da monumentalidade dele. A entrevistada A destacou a importância científica do casqueiro e a relevância histórica de seu relato: *“Sim, porque hoje estais vindo aqui e a gente sabe muita pouca coisa. Bom, daqui há uns anos quem é que vai explicar isso aí? Será que vai haver alguém para contar e para dizer assim, ainda tem o casqueiro ali para mostrar para vocês e não existe mais nada disso”*. Para a entrevistada B, não existe mais o que preservar: *“É que hoje não tem mais nada não né. [...] Ah, não, agora é cada um por si e tá acabado né”*. A entrevistada D destacou a relevância histórica do sítio arqueológico para a comunidade: *“Ah, eu acho né. Eu acho porque assim, sei lá, uma coisa histórica né, ele é histórico. Porque acabar com uma coisa que sempre existiu ali não é bom né. Eu acho que deve ser conservado”*. A entrevistada C mais uma vez lamentou pelo fato de o sambaqui não ter sido preservado: *“Não se estudava, não tem o valor que tem hoje, se fosse no nosso tempo que a gente tivesse consciência, teria conservado, mas não”*.

Essas mulheres vivenciaram os processos de destruição do sítio arqueológico. Durante sua vida, significaram esse sítio, criaram hipóteses acerca de sua existência no bairro, produzindo um imaginário mitológico em torno dele.

A vivência criou laços preservacionistas e saudosistas acerca do Sambaqui Cabeçuda 01, transformando esse local em marco de referência memorial das entrevistadas. Essa vivência, relacionada ao patrimônio arqueológico, gerou processos significativos que hoje podem contribuir para a sua preservação. O Sambaqui Cabeçuda 01 é um patrimônio estimado pela comunidade, que se importa e considera importante a sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Laguna possui a história testemunhada através de seus sítios arqueológicos, bens imóveis tombados e patrimônio imaterial reconhecido. Contudo, os bens culturais ainda não estão inseridos, não ao menos de forma relevante no planejamento turístico do município. Apesar de o Turismo ser uma das principais atividades econômicas da cidade, a atividade ocorre de forma sazonal, principalmente no período de veraneio. Fora da temporada, a cidade recebe um baixo número de turistas. Outra característica é o turismo de segunda residência, um panorama que não estimula o desenvolvimento do setor hoteleiro

A atividade turística desenvolvida de maneira intensa em apenas um período do ano, provocando uma forte ocupação do território, põe em risco o ecossistema regional, inclusive os sítios arqueológicos que integram a paisagem. Esses sítios, por sua vez, estão constantemente ameaçados pela especulação imobiliária e seu uso indevido para a prática de esportes radicais (*motocross*, *jipeiros*, *sandboard*). A utilização desses espaços como mais um atrativo turístico, desde que feita de forma planejada, poderia contribuir para a sua preservação.

Todavia, pensar o turismo arqueológico envolve um planejamento que integre as comunidades circunvizinhas, desenvolva processualmente atividades de educação patrimonial visando à valorização e preservação desses patrimônios. Tendo como base esses pressupostos, um diagnóstico envolvendo diversos atores acerca da utilização desses patrimônios no turismo é imprescindível. Neste capítulo, apresentamos pesquisas desenvolvidas com moradores e visitantes da cidade. Os resultados nos permitem refletir, ainda que necessitem de maior aprofundamento, sobre alguns subsídios que venham ao encontro do pensar o turismo em sítios arqueológicos, principalmente os sambaquis, como vetor na valorização e preservação.

Constatou-se nas entrevistas que a vinda dos turistas para Laguna é recorrente, sendo a sua permanência na cidade entre cinco e dez dias. A maioria dos turistas respondeu que voltaria novamente ao município e que teria interesse em colocar na sua programação de viagem uma visita a algum sítio arqueológico do município. Muitos desconheciam a existência de sítios arqueológicos no município, o que mostra a baixa promoção desses patrimônios. Diante disso, contata-se que Laguna já possui potencial para o desenvolvimento do turismo arqueológico, entretanto, é necessário divulgar a existência de sítios arqueológicos no município.

Os moradores, por sua vez, sabem da existência dos sítios arqueológicos, mas quando questionados sobre o que consideram um patrimônio histórico, cultural e arqueológico (Gráfico 2), não conseguiram visualizar, ao menos inicialmente, os sítios arqueológicos como um dos momentos históricos do município. Assim como os turistas, os moradores demonstraram interesse na visitação de sítios arqueológicos.

Cabe aqui ressaltar que esses sítios, com enfoque para os Sambaquis, são registros não só da pré-história, mas também do período histórico do município. Estão vivos na memória dos moradores os períodos de desmonte dos sambaquis, os artefatos recorrentes nesse processo, a monumentalidade desses sítios, assim como as mais diversas explicações sobre a existência deles. Esses registros foram aqui apresentados na comunidade circunvizinha do Sambaqui Cabeçuda 01.

No transcorrer dos relatos, notou-se claramente certo pesar pela destruição, por falta de instrução, do sítio arqueológico local. Mas, para essas pessoas, o sambaqui não é visto como um registro arqueológico (produção de um grupo pré-colonial), mas antes como algo oriundo de fatores naturais (tornados, dilúvios). Essa produção fatídica do passado se transformou em um ícone da comunidade de Cabeçuda, algo de sua referência e identidade. O próprio nome da comunidade é, segundo os relatos, atribuído à existência do sambaqui. E é esse sentimento de pertencimento que faz com o sítio seja valoroso para a comunidade e que sua proteção seja reivindicada. A ativida-

de turística poderia contribuir para a valorização, manutenção e preservação desse espaço.

O turismo ocupa uma parcela muito importante no desenvolvimento econômico em nível mundial, o qual pode trazer vários benefícios para a comunidade local desde que seja uma atividade planejada e pensada por e para os diversos atores. O turismo cultural pode ser uma alternativa para fortalecer o turismo no município de Laguna, visto os inúmeros sítios nele existentes.

São vários sítios sambaquis cadastrados no município de Laguna que dispõem de um grande potencial para o turismo arqueológico, mas que carecem de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade. Esse segmento deve envolver um planejamento minucioso para que a integridade do patrimônio não seja ameaçada, visto se tratar de um bem cultural frágil. As políticas deverão ser criadas focando na preservação não no sentido de inviabilizar o acesso ao público, mas de utilizá-las de maneira que os impactos negativos sejam minimizados e possibilitem as visitas. O turismo arqueológico deve ser difundindo na comunidade, incrementado a partir de um planejamento e desenvolvido sob uma gestão contínua das atividades, integrando a prática processual de educação patrimonial, bem como a promoção do segmento turístico.

O turismo arqueológico, dentro da perspectiva apresentada, poderá ser uma alternativa para a preservação do patrimônio arqueológico, desde que não comprometa a integridade do local e garanta o acesso às gerações futuras, seguindo o princípio da sustentabilidade. A atividade deve garantir que esse princípio não seja um agente explorador do recurso, mas sim uma ferramenta de sensibilização para que todos cumpram seu papel de protagonistas na preservação dos sítios arqueológicos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA - SANTUR. **Programa de Promoção do Turismo Catarinense.**

Município de Laguna: sinopse de ação: estudos e pesquisas de turismo – estudo da demanda turística – alta estação 2008. Florianópolis: Gerência de Planejamento/Santur, 2008.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA - SANTUR. **Programa de Promoção do Turismo Catarinense.** Município de Laguna: sinopse de ação: estudos e pesquisas de turismo – estudo da demanda turística – alta estação 2009. Florianópolis: Gerência de Planejamento/Santur, 2009.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA - SANTUR. **Programa de Promoção do Turismo Catarinense.** Município de Laguna: sinopse de ação: estudos e pesquisas de turismo – estudo da demanda turística – alta estação 2010. Florianópolis: Gerência de Planejamento/Santur, 2010.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA - SANTUR. **Programa de Promoção do Turismo Catarinense.** Município de Laguna: sinopse de ação: estudos e pesquisas de turismo – estudo da demanda turística – alta estação 2012. Florianópolis: Gerência de Planejamento/Santur, 2012.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA - SANTUR. **Programa de Promoção do Turismo Catarinense.** Município de Laguna: sinopse de ação: estudos e pesquisas de turismo – estudo da demanda turística – alta estação 2013. Florianópolis: Gerência de Planejamento/Santur, 2013.

ANJOS, F. A. dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos:** uma proposta sistêmica. 2004. 256 f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

ASSUNÇÃO, D. **Sambaquis da paleolaguna de Santa Marta:** em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 20 nov. 2015.

CITTADIN, A. P. **Laguna, paisagem e preservação: o patrimônio cultural e natural do município**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DALL'ALBA, J. L. **Laguna antes de 1880: documentário**. Curitiba: Lunardeli/UNESC, 1979.

DEBLASIS, P. *et al.* Sambaquis e Paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *In: Arqueología Suramericana/Arqueologia Sul-Americana*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.

DIAS, G.; SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. *In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2008, p. 63-77.

FARIAS, D. S. E.; KNEIP, A. **Panorama Arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Unisul, 2010.

GUIMARÃES, G. *et al.* Gestão do patrimônio arqueológico e desenvolvimento turístico: ações e propostas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s.l.], v. 12, p. 47-80, 28 out. 2018.

GUIMARÃES, G. M.; ANJOS, F. A. dos. O turismo arqueológico como segmento turístico. *In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. dos R. (Eds.). Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri: Manole, 2015, p. 209-227.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010: característica da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KNEIP, A.; FARIAS, D. S.; DEBLASIS, P. Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na Laguna de Santa Marta, Santa Catarina. **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 25-51, 25 jun. 2018.

MANZATO, F. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **Pasos Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 99-109, 2007.

MONTEERRUBIO, J. C. C. Comunidad Receptora: Elemento esencial en la gestión turística. **Gestión turística**, [s.l.], n. 11, p. 101-111, 2009.

SOARES, A. L. R.; SOUZA, C. S. de; CARDÔZO, L.; ALBARELLO, T. H. A Educação Patrimonial como um instrumento de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio nos museus. *In*: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM. **Cadernos do CEOM: Educação Patrimonial**. Chapecó: Unochapecó, 2007, p. 109-134.

ULYSSEÁ, R. **Panorama histórico de Laguna**. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1956.

CAPÍTULO 12

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO ARQUEOLÓGICO: ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM TRÊS ESTUDOS DE CASO: BRASIL, INGLATERRA E CHINA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura12>

Fabiana Manzatto

SUMÁRIO

ARQUEOLOGIA E TURISMO

Inicialmente, os vestígios arqueológicos eram vistos como meros objetos de apreciação estética ou tecnológica. Constituíram grandes coleções de antiquários ou fizeram parte de gabinetes de curiosidades. Muitos desses vestígios foram adquiridos através de coletas sistemáticas, com origens por vezes desconhecidas, quando não ilícitas, mas já demonstravam uma “[...] forte relação entre as questões inerentes ao poder e à memória, além de, retratar a realidade e a história de uma parte do mundo onde foram formados, e também a daquele homem ou sociedade que os coletou e transformou em coleção”, como afirma Vasconcellos (2006, p. 15).

Segundo Trigger (2004, p. 371) o “[...] dado arqueológico era tratado com um fim em si [...]” e “[...] não havia absolutamente nenhuma consciência de que os vestígios materiais do passado poderiam ser usados para a verificação de inúmeras especulações filosóficas conflitantes [...] a respeito das origens e das linhas gerais da história humana [...]”, conseqüentemente, não havia o desenvolvimento de um estudo sistemático sobre eles (TRIGGER, 2004, p. 30).

A Arqueologia enquanto ciência surgiu na Europa durante o início do século XVIII e “[...] esteve preocupada com os vestígios materiais das sociedades que estavam nos fundamentos dos modernos estados nacionais, em particular, a Grécia Antiga e o mundo romano, seguido pelas civilizações médio-orientais (Egito, Mesopotâmia)” (FUNARI, 2003, n.p.). De caráter positivista-descritivo, durante muitos anos, ocupou-se em criar tipologias e classificações dos vestígios remanescentes das elites porque “[...] as culturas primitivas não eram consideradas dignas de interesse científico” (FUNARI, 2003, n.p.).

Começou a adquirir novos contornos a partir de 1960, com o surgimento da Nova Arqueologia. Lewis Binford foi seu precursor e assinalou uma mudança importante no desenvolvimento da Arqueologia, já que “[...] o descontentamento não se referia tanto às técnicas de escavação ou das disciplinas

auxiliares da Arqueologia, mas como ao modo em que se tiravam conclusões a partir dela” (REFREW; BAHN, 1993, p. 36). Também estava evidente para Hodder (1994, p. 171) que “[...] atrás dos processos históricos e adaptativos se escondem estruturas e códigos de presença e ausência o que não encaixava facilmente com o empirismo e o positivismo que tinha dominado a Arqueologia desde suas origens”.

Com a fundação do *World Archaeological Congress* (WAC), em 1986, ficam evidenciadas as preocupações com as dimensões sociais dessa área (FUNARI, 2004, 2005) porque, segundo Robrahn-González (2006, p. 64), agora se entende que “[...] não é mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado ciência, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas”.

As diferentes formas de participação da Arqueologia para o consumo do passado, apoiadas na “[...] importância da interação com a comunidade para uma ciência menos exclusiva” (SHACKEL, 2005, p. 35), têm desencadeado um crescente envolvimento dos arqueólogos com o turismo. Isso significa que a interação da Arqueologia com o Turismo tem demonstrado ser crucial para um entendimento mais profundo não só do passado, mas dos presentes usos do passado (FUNARI; MANZATO; ALFONSO, 2013, p. 59). Essa associação tem sido denominada Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo que:

Consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou subaquática. (MANZATO, 2005, p. 45).

Países dos cinco continentes se valem da visitação turística em sítios arqueológicos para a preservação, a legitimação dos laços entre as comunidades e para a instrução pública (RAHTZ, 1989, p. 45). Assim, a associação entre

Arqueologia e Turismo pode e deve ser utilizada como fonte de cidadania, cultura, saber e desenvolvimento socioeconômico, ainda mais considerando que o contato com a evidência arqueológica leva a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural (BASTOS, 2007, p. 158).

SUSTENTABILIDADE NA ATIVIDADE TURÍSTICA

Inicialmente, o turismo se configurou como uma atividade meramente econômica, baseada na geração de rendas e empregos. Com isso, várias localidades turísticas pereceram, como as famosas grutas de Lascaux, na França, e de Altamira, na Espanha. Um movimento mundial, no final dos anos 80 e no início dos anos 90, sobre os cuidados com meio ambiente também refletiu na atividade turística, de acordo com Mason, Mac Lean e Torre (2003), surgindo as primeiras definições de turismo sustentável, as quais estavam ligadas especificamente a aspectos ambientais, como capacidade de carga, poluição e degradação dos recursos naturais.

No final da década de 90, em âmbito nacional, Ruschmann (1997 *apud* CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, p. 15) define com excelência o turismo sustentável a partir dessa orientação ambiental, combinando com ela os aspectos culturais e o bem-estar da comunidade:

Um modelo de gerenciamento da atividade que enfatiza a conservação dos aspectos naturais e culturais do núcleo receptor, evitando-se a degradação dos atrativos e estimulando a economia local, de forma consensual e de acordo com as demandas das comunidades.

A partir de então, a atividade turística orientada unicamente pelos interesses econômicos e pouco preocupada com o meio ambiente e sua co-

munidade (autóctone) se demonstrou completamente inadequada. A ideia de sustentabilidade começou a ser apresentada como alternativa obrigatória nas ações pensadas para um futuro melhor. A própria Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo sustentável como aquele que “[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Wray *et al.* (2010, p. 22) destaca que o destino turístico sustentável é alcançado quando os valores ambientais, sociocomunitários e econômicos são equilibrados e resolvidos por meio de colaboração e compromisso para atingir um nível e estilo de turismo que:

Protege e aprimora os recursos naturais e construídos sobre os quais a indústria do turismo se baseia; é consistente com os valores e aspirações da comunidade, agora e a longo prazo, e contribui para desenvolvimento comunitário e bem-estar; é adequadamente desenvolvido e comercializado, de forma que seja distinto, competitivo e sinérgico e com a flexibilidade para responder às mudanças do mercado agora e no futuro; aumenta a contribuição do turismo para a economia de destinos regionais e promove a longo prazo viabilidade da indústria; e aumenta o apelo ao destino, cumpre as promessas da marca, aumenta as visitas repetidas e aprimora o reputação do destino, resultando em maior rendimento do turismo. (WRAY *et al.*, 2010, p. 22).

Atualmente, o entendimento de um turismo sustentável não é estático nem restrito. Ele deve ser pensado de modo abrangente, em âmbito econômico, social, ambiental e cultural, a partir da inclusão de variados atores como partes interessadas, viabilizando a existência de uma rede de ações colaborativas onde qualquer pessoa pode afetar ou ser afetada por ela, entre eles, por exemplo: comunidades tradicionais, artesãos locais, associação de moradores,

prefeituras, conselhos de turismo, ONG's ambientais, institutos de amigos do meio ambiente sustentável, organizações sociais, associação de defesa do meio ambiente, empresas de transporte, entre outros.

CENÁRIO INSTITUCIONAL DOS ESTUDOS DE CASO

BRASIL

O Brasil é o maior país da América Latina. República Federativa Presidencialista, constituída por 26 Estados e pelo Distrito Federal. Sua estrutura organizacional está composta por 22 ministérios (GOVERNO DO BRASIL, 2019). Desses ministérios, destacam-se o Ministério do Turismo e o Ministério da Cidadania. O primeiro foi criado em 2003, é composto pela Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – antiga Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Já o Ministério da Cidadania foi criado em janeiro de 2019 e resultou da união entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) visa contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio

de parcerias com estados e municípios. A ideia é incorporar elementos de planejamento e gestão para qualificar as propostas locais, alinhando tais iniciativas às políticas nacionais de turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

A EMBRATUR é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo para promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. A partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, as atribuições da EMBRATUR foram direcionadas exclusivamente para a promoção internacional.

Ao Ministério da Cidadania foram incorporadas instituições como a Fundação Cultural Palmares (FCP) – entidade pública, cujo objetivo é reforçar a cidadania, identidade, ação e memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira – e, também, a autarquia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (IPHAN, 2019). Na esfera estadual (e, em alguns casos, na esfera municipal), também existem institutos, conselhos, departamentos e fundações envolvidos em questões referentes à arqueologia e ao turismo sustentável.

CHINA

A República Popular da China é politicamente socialista, mas com uma economia de mercado capitalista. Sua divisão administrativa consiste em quatro municipalidades: Pequim, Chongqing, Xangai e Tianjin; 23 províncias: Anhui, Fujian, Gansu, Guangdong, Guizhou, Hainan, Hebei, Heilongjiang, Henan, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi, Jilin, Liaoning, Qinghai, Shaanxi, Shandong, Shanxi, Sichuan, Taiwan, Yunnan, Zhejiang; duas Regiões Administrativas Especiais: Hong Kong e Macao.

O Conselho de Estado da República Popular da China é o órgão executivo mais alto da administração estatal. Ele é responsável pela execução dos princípios e das políticas do Partido Comunista da China pelos regulamentos e leis selecionados pela Assembleia Popular Nacional e por tratar dos assuntos de política interna, diplomacia, defesa nacional, finanças, cultura, economia, educação, gestão e administração social do país (GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2019).

Sua estrutura organizacional, a partir de 19 de março de 2019, é composta por 26 ministérios, três comissões, o Banco Central e o Conselho de Estado (CE). Dentre os ministérios, destaca-se o Ministério da Cultura e Turismo, responsável por toda a administração nos campos de desenvolvimento artístico, da indústria cultural, da cultura pública e da proteção do patrimônio cultural da China. O novo Ministério foi criado a partir da integração do Ministério da Cultura com a Administração Nacional de Turismo da China (GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2019).

Ao novo ministério cabe a gestão da Administração Estatal do Patrimônio Cultural (SACH) responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento de museus, bem como pela proteção de relíquias culturais de importância nacional. Em 2000, a UNESCO sugeriu a substituição da palavra “reliquia” para a denominação universal “patrimônio”, no entanto, “reliquia” continua a vigorar nos documentos oficiais chineses.

Cabe a ele também a gestão do Centro Internacional de Treinamento para o Patrimônio Cultural Imaterial na região Ásia-Pacífico (CRIHAP), criado em 2012, comprometido a realizar atividades de treinamento internacional no campo do Patrimônio Cultural Imaterial (ICH), criando uma plataforma regional e internacional de intercâmbio e cooperação engajada na implementação da Estratégia Global de Capacitação da UNESCO para fortalecer as capacidades nacionais de implementação da Convenção e fazer contribuições para a ICH, salvaguardar os empreendimentos na região da Ásia-Pacífico e no mundo (CENTRO INTERNACIONAL DE TREINAMENTO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO, 2019).

INGLATERRA

A Inglaterra é uma das quatro nações britânicas da ilha da Grã-Bretanha, que juntamente com a Irlanda do Norte constitui o Reino Unido. É uma monarquia constitucional parlamentar e, de forma simplificada, possui 25 Departamentos Ministeriais e 20 Departamentos Não Ministeriais. Desde 1997, o governo vem procurando reduzir o número de agências culturais, concentrando funções, minimizando a burocracia e os gastos administrativos. Dessa forma, o Departamento de Patrimônio Nacional (DNH) se fundiu com outras agências e constituiu o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (*Department for Culture Media and Sport* – DCMS), como destaca o Governo do Reino Unido (2019).

O DCMS é responsável pela política do governo nas áreas de artes, esporte, loteria, turismo, bibliotecas, museus e galerias, radiodifusão, telecomunicações e banda larga; nas indústrias criativas (publicidade, mercado de artes, *design* e moda), cinematográficas e musicais; na regulamentação dos jogos de azar; nas políticas para edifícios históricos, monumentos antigos e pela gestão das Coleções de Arte do governo e da Agência Real de Parques (GOVERNO DO REINO UNIDO, s.d.). O DCMS é governado por um Secretário de Estado da Cultura, Olimpíadas, Mídia e Esporte. O Secretário é assessorado por três ministros: um Ministro do Turismo e Patrimônio, um Ministro do Esporte e Olimpíadas e um Ministro da Cultura, Comunicação e Indústrias Criativas.

Para atingir os seus objetivos, o DCMS trabalha em parceria com outros órgãos não governamentais, conhecidos como *Quango* ou Departamento Público Não Governamental (*Non-departmental public body* – NDPB), que são coligações que exercem papéis nos processos do governo, mas que não se constituem como seu departamento e dele também não fazem parte, atuando de forma independente, como *arms length* – comprimentos de braços dos Ministros –, portanto, não podem ser consideradas como parte formal da estrutura do governo, mas por ele são financiadas.

Ao longo dos séculos, o patrimônio esteve sob a responsabilidade de inúmeras Secretarias de Estado da Inglaterra até que, em 1980, Michael Heseltine, Secretário de Estado do Meio Ambiente, propôs que a responsabilidade Nacional do Ambiente Histórico deveria ser transferida para um *quango*, porque ele seria capaz de gerenciá-la com maior eficiência, mas sob as diretrizes ministeriais e a política do governo (HISTORIC ENGLAND, 2011, p. 5). Em consequência disso, em 1984, a Comissão de Edifícios Históricos e Monumentos para Inglaterra passou a usar um nome menos formal, Patrimônio Inglês (*English Heritage* – EH).

Além do EH, outro exemplo de *quango* é a Mantenedora Nacional (*National Trust* – NT) criada em 1895. Trata-se da maior instituição privada dedicada à preservação de 350 casas históricas, 149 jardins e monumentos antigos do Reino Unido. A NT conquistou uma posição jurídica muito específica concedida pelo parlamento em 1907, de tal maneira que suas propriedades são inalienáveis, não podem ser vendidas ou dele retiradas (NATIONAL TRUST, 2012). A NT possui quatro grandes objetivos: apoiar o envolvimento, melhorar a conservação e desempenho ambiental, investir na comunidade e financiar o futuro.

Os *Quango* também podem ser instituições privadas ou de caridade, que exercem responsabilidade nas atividades as quais envolvem o turismo, o patrimônio cultural, a história e a arqueologia. Podem ter representantes na esfera local e municipal.

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO ARQUEOLÓGICO: ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (BRASIL)

O Parque Nacional Serra da Capivara (Parna-SC) foi criado em 1979 para preservar vestígios arqueológicos da mais remota presença do homem

na América do Sul (IPHAN, 2019). Localizado no Sudeste do estado do Piauí, cerca de 530 km de distância de Teresina, o parque ocupa uma área total de 214 km entre os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. No interior do Parna, SC, existem “[...] 1.335 sítios arqueológicos, onde 184 sítios com vestígios cerâmicos, 946 sítios de pinturas rupestres, 206 sítios de pinturas e gravuras, e 80 sítios de gravuras [...] 7.000 fósseis e identificadas mais 60 espécies de animais, nas quais 30 espécimes já são considerados extintos” (JUSTAMED; OLIVEIRA, 2018, p. 48).

Em 1986, foi criada a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parna, SC, resultado de uma cooperação científica binacional entre a França e o Brasil, coordenada pela arqueóloga Dra. Niède Guidon (FUMDHAM, 2019). É uma entidade científica, filantrópica, sociedade civil (OSCIP), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social (FUMDHAM, 2019).

A proposta desenvolvida pela arqueóloga Niède Guidon e a FUMDHAM, entre arqueologia e turismo sustentável, consistiu-se por meio de várias iniciativas, como: defender os patrimônios cultural e natural da região do Parna e área do entorno; realizar pesquisas interdisciplinares, expondo as coleções no Museu do Homem Americano; desenvolver ações de divulgação científica e constituir um polo de atração cultural; formar pessoal de nível técnico-profissional; contribuir para a formação básica dos habitantes da área de proteção ambiental do Parna; realizar convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando à obtenção de recursos financeiros; propor ações de desenvolvimento econômico da região por meio de melhorias na qualidade de vida da comunidade local e inseri-las em atividades ligadas direta e indiretamente ao turismo (TRESSERRAS, 2009).

Em 1994, foi criado o Museu do Homem Americano para preservar e compor as exposições fundamentadas pelas pesquisas realizadas ao longo dos anos no Parna e na área de entorno. O local é acessível para pessoas com mobilidade reduzida; conta com tecnologia de última geração como ferra-

menta para favorecer o processo de interpretação patrimonial e paleontológico; possui biblioteca, gabinete para pesquisadores, laboratórios, espaço para atividades artísticas e auditório. Todo o sistema elétrico e hidráulico possui tecnologia sustentável.

Resumidamente, a FUMDHAM foi responsável pela criação de Centros Comunitários que inicialmente foram financiados pelo governo italiano com o objetivo de promover melhorias na educação, a formação de pequenas unidades produtivas e a consolidação do artesanato. As atividades educativas incluíram o público infantil de cinco escolas que funcionavam em período integral, oferecendo as disciplinas tradicionais e aulas de música, artesanato, entre outras. Após o término do período de convênio, o governo brasileiro ficou incumbido de dar sequência ao projeto e prover a sua manutenção. Mas o que restou foram apenas duas escolas que funcionam duas horas por dia (GUIDON, 2011, informação verbal).

A FUMDHAM impulsionou o desenvolvimento rural comunitário por meio de cooperativas de apicultura, cerâmica e objetos artesanais. Em 1995, foi o início da produção e comercialização de mel. Um dos objetivos desse projeto foi impedir que a população local utilizasse o Parque para atividades agrícolas e de caça, oferecendo alternativas para a geração de renda. Existem mais de 240 famílias envolvidas na apicultura e que agora cooperam com a FUMDHAM na proteção do Parque (TRESSERRAS, 2009). Atualmente, a apicultura colabora de forma expressiva na renda financeira das famílias, fortalecendo a economia da comunidade e a permanência do apicultor/agricultor e de sua família no campo. Note-se que 36% da produção do mel é exportada para a Europa e os Estados Unidos (CARVALHO *et al.*, 2019).

A cerâmica Serra da Capivara teve sua produção iniciada em 1994, após oficinas realizadas com artesãos italianos. É produzida de forma ecologicamente correta, cujos fornos utilizados para a queima da argila são a gás. Cerca de 30 artesãos trabalham na confecção de utensílios domésticos e itens para decoração, tais como porta-retratos, vasos, sopeiras, fruteiras, pratos, saladeiras, xícaras, canecas, porta-joias, etc. Todos os objetos são confecciona-

dos com motivos rupestres. A qualidade e o *design* admiráveis favoreceram a comercialização dos produtos por grandes empresas, como o Pão de Açúcar e a Tok & Stok, além de serem exportados para vários países.

Próximo à oficina de cerâmica funciona a loja de produtos artesanais (camisetas, sacolas retornáveis, entre outros) e o Albergue Serra da Capivara – um tipo de acomodação que se caracteriza pelos preços baixos e pela socialização dos hóspedes, com casa de banho, cozinha e lavanderia partilhada. Ali também podem ser servidas refeições regionais (SANTANA, 2016). Em 2018, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) premiou a cerâmica da Serra da Capivara como melhor projeto de sustentabilidade do País na categoria de pequenas empresas.

Em 2001, foi criado o projeto Pró-Arte FUMDHAM, que desenvolve ações socioeducativas para crianças e adolescentes, em período alternado com o escolar. Visa promover a educação integral envolvendo o trabalho com a arte educação, a cultura, a ludicidade, as brincadeiras como linguagem expressiva, a contação de histórias, o cuidado com o meio ambiente, a participação ativa da comunidade, o desenvolvimento de valores da cidadania. No ano de 2007, recebeu o prêmio Itaú Unicef, iniciativa que premia projetos que contribuem para garantir o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2019).

Ries (2003, p. 59) destaca que a FUMDHAM desenvolveu um programa de Capacitação em Arqueologia para parte da população que trabalhava no campo e também criou “[...] o Sítio do Mocó: uma vila construída com toda infraestrutura necessária para abrigar os trabalhadores e suas famílias – desde escolas até centro médico”. De acordo com Ries (2003, p. 60),

[...] esses ex-roceiros, apelidados de Tarzans ou Mondrongs são peças chaves para a prospecção do Parque. Com sua experiência saem pela mata seca e espinhenta da caatinga, à procura de novas tocas (que abri-

gam pinturas rupestres) e outros vestígios arqueológicos e ainda auxiliam na manutenção dos sítios e na conservação das pinturas.

Em 2005, foi realizada a 1ª Oficina de Educação Patrimonial no entorno do Parna, que consistiu em um conjunto de palestras sobre a importância de Educar para Preservar, com professores da rede pública dos quatro municípios que abrangem o parque, e oficinas patrimoniais em duas comunidades do entorno (BUCCO, 2002). Ainda dentro do contexto do envolvimento de todas as partes interessadas, no Parna aconteceram vários eventos regionais, nacionais e internacionais, como o Festival Interartes de 2003 a 2005, o Congresso Internacional de Arte Rupestre (2009), o Festival de Cultura Acordais (2010), o Festival Ópera da Serra da Capivara (2019 - 3ª edição), conforme especificou a FUMDHAM (2019).

No final de dezembro de 2019, foi inaugurado no Parna o Museu da Natureza. Trata-se de um espaço para a exposição de fósseis encontrados na região a partir de exemplares materiais e virtuais de preguiças gigantes, ursos, dinossauros e animais da megafauna organizados em ordem cronológica, que passam uma noção real de como a paisagem e os seres vivos se transformaram no decorrer dos milhares de anos na região da Serra da Capivara e no nordeste brasileiro (GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ, 2018).

MAUSOLÉU DO IMPERADOR QIN E SEU EXÉRCITO DE GUERREIROS TERRACOTA (CHINA)

O Mausoléu do Imperador Qin e seu Exército de Guerreiros Terracota estão em Xian, capital política, econômica e cultural da província de Shaanxi, região noroeste da China, a 1200 km de Pequim. A cidade foi local de origem, na Rota da Seda, das caravanas que seguiam em direção ao Ocidente

para a comercialização de produtos como seda, porcelana, chás, metais preciosos, entre outros (ROPP, 2010).

A descoberta do sítio arqueológico aconteceu por acaso, no ano de 1974, quando camponeses escavavam um poço e depararam-se com armas antigas de bronze e fragmentos de cerâmica no solo. O exército foi encontrado a 1,5 km do Mausoléu do Imperador Qin. Ying Zheng (nome original) subiu ao trono aos 13 anos de idade e autoproclamou-se Qin ShiHuang Di, o Primeiro Imperador da Dinastia Qin (SUN, 2009).

De acordo com Martín-Torres *et al.* (2014, p. 537), 700 mil pessoas, em quase 40 anos, estiveram envolvidas na construção do Mausoléu do Imperador e do seu Exército. O Exército foi disposto em posição de batalha em uma área de 200 mil m² sobre um piso pavimentado com tijolos. Foram desenterrados do sítio cerca de 8 mil guerreiros, 100 carros, 400 cavalos, cerca de 100 mil armas, esculturas em bronze de aves, entre outros.

Cada guerreiro está em tamanho natural, e estudos recentes comprovaram que eles refletem o tamanho físico real da população chinesa daquela época (KOMLOS, 2003). Foram elaborados em argila e submetidos a temperaturas superiores a 1000°C e têm expressões faciais singulares, indumentária e penteado de acordo com a sua patente, inclusive, os guerreiros foram pintados individualmente, no entanto, a maior parte do colorido foi perdida assim que as estátuas entraram em contato com o ar e a baixa umidade (SUN, 2009).

Positivamente, Tao e Zan (2011) explicam que o governo estimula para que cada cidade na China tenha pelo menos um patrimônio inscrito na Lista de Patrimônio Mundial (WHL). No entanto, os autores afirmam que o Patrimônio Mundial tem sido exaustivamente usado pelo governo como uma ferramenta para colocar a China no centro do cenário internacional, aumentar seu prestígio internacional, promover o patrimônio e o turismo e, por fim, minimizar ou extinguir as brigas entre o Estado, os governos provinciais e população local, mas é certo que, em muitos casos, o Estado acaba instigando as tensões e dificilmente reavalia sua posição (TAO; ZAN, 2011).

O resultado, ao longo dos anos, tem sido problemas ambientais em muitas áreas e a mudança nos valores sociais e culturais das pessoas na China (WANG, 2008). Partes antigas de muitas cidades estão desaparecendo e numerosos locais de patrimônio estão sendo destruídos ou modelados por projetos de novas construções para atender às necessidades do turismo (HUO, 2015). Os autores Zhu e Gabrum (2017) alertam que tudo isso é sabido, mas pouco discutido, mesmo pelos chineses que estudam no estrangeiro, porque eles têm suas atividades de pesquisa monitoradas de perto pelas autoridades, e isso tem consequências claras. Para manter o apoio financeiro e a segurança no emprego, eles sempre aderem ao discurso do governo central.

Su e Wall (2012) identificaram uma série de preocupações relacionadas ao desenvolvimento do turismo em locais de Patrimônio Mundial na China. Dentre eles, que a gestão do patrimônio mundial é confusa porque envolve vários departamentos governamentais cuja sobreposição de papéis e responsabilidades dificulta a tomada de qualquer decisão, questionam que atenção insuficiente tem sido dada para as comunidades locais, seus conhecimentos e experiências não são agregados às vivências do turista, não participam na tomada de decisões e, somada a tudo isso, a grande insatisfação dos autóctones quanto à distribuição da receita gerada pela atividade turística.

Muitos artigos abordam esses problemáticos tópicos nos mais diversos locais de Patrimônio Mundial na China, no entanto, especificamente para o Mausoléu do Imperador Qin e seu Exército de Guerreiros Terracota não foram encontrados artigos que abordassem o envolvimento das partes interessadas na sustentabilidade do turismo arqueológico. Existem, sim, inúmeros relatórios que tratam de análises tipológicas, métricas, microscópicas, químicas e espaciais oriundas das escavações.

Pode-se ao menos afirmar que o governo central chinês divulga em âmbito estrangeiro exemplares dos Guerreiros Terracota compondo um intercâmbio cultural, com exposições pelo mundo, como aconteceu na Oca do Parque Ibirapuera, São Paulo, no Brasil (2003); no Museu Britânico, em Londres, Reino Unido (2008); na Galeria de Artes de New South Wales, em

Sydney, Austrália (2010); no Museu Real de Ontário, Canadá (2011); no Museu Nacional de Etnologia, em Leiden, Holanda (2012); no Museu do Palácio de Topkapi, em Istambul, Turquia (2012); no Museu Histórico Bernisches, Suíça (2013); no Museu Nacional de História da Romênia, Bucareste, Romênia (2013); no Vapriikki Museum Center, Tampere, Finlândia (2014 e 2015); em Tóquio, Kyushu e Osaka, Japão (2015); em vários museus nos Estados Unidos durante os anos 2016, 2017 e 2018; no Museu de Liverpool, Reino Unido (2018); e até o dia 13 de outubro de 2019, na Galeria Nacional de Victoria, em Melbourne, Austrália, de onde seguiu para o Museu Bowers, em Santa Ana, Estados Unidos (CHINA HIGHLIGHTS, 2019).

MURO DE ADRIANO (INGLATERRA)

O Muro de Adriano, declarado Patrimônio Mundial em 1987, situa-se ao norte da Inglaterra, cortando o território de uma costa à outra, de Segedunum, em Wallsend, sobre o rio Tyne, até a praia do Solway, totalizando uma extensão de 117 km de comprimento. Começou a ser construído no início do século II d.C. sob as ordens do imperador Adriano e esteve ocupado por 300 anos.

Foi construído com o objetivo de separar os romanos dos bárbaros, ser um controle de fronteira para o recolhimento de impostos de pessoas que entravam no Império Romano a partir do Norte, como uma afirmação do limite do império, defesa militar e, além disso, o muro pode ter ajudado a criar ideias de nação Inglesa, concentrando a atenção sobre a monumentalidade dessa fronteira física (HINGLEY; NESBITT, 2008). Foi um grande feito de engenharia, sendo associados a ele os fortes, as torres de observação, as obras de terraplanagem, os postos de guarda, os pontos de passagens, as residências militares, os assentamentos civis e os parques (BREEZE; DOBSON, 2009).

De acordo com Hingley (2008), nos últimos 150 anos, seções extensas do Muro de Adriano foram escavadas, consolidadas e exibidas para o

público. Um grande número de acadêmicos, artistas, fotógrafos, escritores, amadores e famílias visitam anualmente os remanescentes do sítio, que além do muro, incluem casas de banho, casa do comandante, fortalezas, jardins, hospital, casa dos soldados, torre de observação, entre outros. É gerido por várias organizações, autoridades públicas e privadas nacionais, como EH, NT, Trust Vindolanda, Patrimônio Muro de Adriano (*Hadrian Wall Heritage Ltd* – HWHL), Parques Nacionais e também por pequenos proprietários de empresas ou agricultores.

O HWHL foi responsável pela coordenação e entrega de melhores práticas de planejamento estratégico a partir de dois importantes documentos: o Quadro de Interpretação do Muro de Adriano, elaborado em 2011, e o Plano de Gestão do Muro de Adriano 2008-2014. O quadro de interpretação foi uma peça-chave para desenvolver uma abordagem inovadora de planejamento interpretativo dentro de um contexto de múltiplas responsabilidades para o cuidado, a apresentação, a gestão, o turismo e o desenvolvimento econômico para as áreas ao longo do muro. Seu sucesso em longo prazo é fruto direto do engajamento com as partes interessadas (HWHL, 2011).

O HWHL investiu £ 26 milhões em projetos ao longo do muro e esperou um adicional de £46 milhões de receita gerada pelo visitante em 2015, com mais de mil empregos adicionais. O nível total de receita esperada até 2029 pode ser trazido para mais de £1 bilhão por ano, conforme previsão enunciada na Revisão Anual de 2010/2011 (HWHL, 2011).

Ao longo dos anos, foram colocados em prática os seguintes projetos: fóruns e oficinas de educação, dia do prestador de serviços (que permitiu a reunião de todos os parceiros para celebrarem suas experiências), escavações arqueológicas, abertura de museus e galerias, treinamento de guias locais, desenvolvimento da marca para a comercialização de produtos locais (que também poderão chegar a públicos internacionais por meio da *internet*), criação da instituição de caridade Amigos do Muro de Adriano (*The Hadrian's Wall Trust*), cuja finalidade é atrair regularmente fundos em troca de benefícios.

O turismo sustentável nessa área arqueológica é resultado do engajamento de inúmeras partes interessadas. Começando pelas escavações contínuas onde, todos os anos, arqueólogos, historiadores e uma equipe de voluntários fazem novas descobertas e contribuem com detalhes da era romana. A cada ano, o programa de escavação envolve 500 voluntários de todas as esferas da vida e em todo o mundo. Grupos de arqueologia comunitária e sociedades arqueológicas locais, como *Wallquest*, em Tyneside, e a *Maryport and District Archaeological Society* estão ativos no WHS. Eles têm um papel importante a desempenhar na pesquisa e no incentivo à participação, diversão e sustentabilidade a longo prazo do sítio.

Há também um grupo de voluntários locais dedicados a ajudar a cuidar do Muro de Adriano e a garantir que ele sobreviva para as gerações futuras. Treinados por arqueólogos profissionais, cada voluntário faz inspeções regulares nas seções do monumento, tirando fotografias e registrando quaisquer alterações nas condições. Esses registros permitem que os arqueólogos profissionais avaliem qualquer dano e tomem medidas corretivas.

Empresas oferecem passeios a pé autoguiados ou até mesmo com guias de turismo vestidos com roupas romanas. Grupos romanos de encenação ao vivo, incluindo a *Ermine Street Guard*, a *Deja Crew* e a Quinta (parte da Sociedade Arbeia), realizam pesquisas sobre as armas e armaduras do exército romano, bem como sobre sua organização e práticas militares, e sobre a vida civil ao longo da fronteira na época romana. Esses grupos também atraem um grande número de visitantes aos seus eventos e, portanto, desempenham um papel importante na criação de interesse público pelo Muro de Adriano e no fornecimento de uma divertida experiência de aprendizado. O *Art Trust* de Adriano traz eventos artísticos – performance, poesia e música – para as comunidades ao longo da Muralha.

O projeto é composto também por autoridades locais como *Northumberland County Council*, *Newcastle City Council* e os Conselhos de North Tyneside e South Tyneside, Conselhos Distritais de Carlisle, Allerdale e Copeland, Conselho do Condado de Cumbria. Duas sociedades arqueo-

lógicas: a Sociedade de Antiquários de Newcastle upon Tyne e a Sociedade de Antiquários e Arqueológicos de Cumberland e Westmorland, além dos Departamentos de Arqueologia das universidades de Durham, Newcastle upon Tyne e Manchester. As pesquisas geofísicas do sítio são realizadas pela *Timescape Surveys*.

A Sociedade Arbeia organiza uma Conferência Anual sobre aspectos do Muro de Adriano e da Grã-Bretanha romana para as partes envolvidas. E a Associação de Turismo de Muralha do Coração de Adriano é a intermediária no fornecimento de acomodações – hotéis, pousadas, B&B, parques de campismo. Os interesses agrícolas são representados pela Associação de Proprietários e Empresários do País e da União Nacional de Agricultores, organizados em uma base regional, os quais usam a marca “*Country Hadrian’s Hall*” na comercialização de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações foram feitas sobre o conhecimento do passado não ser mais domínio exclusivo do arqueólogo. Especialmente a partir de 1986, ficaram evidenciadas as preocupações com as dimensões sociais dessa área. A responsabilidade social do seu trabalho faz com que haja uma abertura nos diálogos com outras áreas de conhecimento como o Turismo. As literaturas nacionais e estrangeiras são unânimes ao apontar iniciativas conjuntas de sucesso entre essas áreas, revelando assim suas condições de parceiros na atividade denominada Turismo Arqueológico.

Também se ponderou sobre a sustentabilidade na atividade turística. Ela deve ser pensada de modo abrangente, em âmbito econômico, social, ambiental, cultural, com a inserção de variados atores, que são as partes interessadas, viabilizando a existência de uma rede de ações colaborativas por meio da qual qualquer pessoa pode afetar ou ser afetada pela atividade. O cenário institucional foi apresentado, intencionalmente, para mensurar até que ponto os governos,

departamentos públicos e privados e demais instituições podem ser ou não responsabilizados pelo desenvolvimento sustentável do Turismo Arqueológico.

A análise dos estudos de caso expostos demonstra que a sustentabilidade no Turismo Arqueológico é positiva nas práticas adotadas no Brasil e na Inglaterra, já que elas facilitam a integração e o envolvimento das diversas partes interessadas. Ênfase pode ser atribuída à Inglaterra por tratar o assunto com excepcional transparência, o acesso às informações gerais e até mesmo financeiras são facilmente acessadas pessoalmente, por meio de *sites* ou aplicativos. Quanto à China, as dificuldades em se trabalhar as informações sobre seu patrimônio não se devem apenas às limitações quanto ao idioma, mas também por seu sistema de controle local e global de redes (*internet*) e a pressão sobre os pesquisadores para que publiquem segundo o discurso do governo central.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. L. A Arqueologia pública. *In*: MORI, V. H.; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2007, p. 157-167.

BREEZE, D.; DOBSON, B. **Hadrian's Wall**. Londres: Penguin Books Limited, 2009.

BUCO, C. A. Preservação e diagnóstico do patrimônio arqueológico da área do entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara: um programa de educação patrimonial. *In*: CONGRESSO ABRACOR, 12., 2002, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ABRACOR, 2002.

CARNEIRO, E.; OLIVEIRA, S. A.; CARVALHO, K. D. Turismo Cultural e Sustentabilidade: uma relação possível? **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, [s.l.], v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16514852-Turismo-cultural-e-sustentabilidade-uma-relacao-possivel-pala->

bras-chave-cultura-turismo-cultural-produto-turistico-sustentabilidade.html.
Acesso em: 01 jun. 2019.

CARVALHO, D. M. C.; AMORIM, L. B; SOUZA, D. C.; COSTA, C. P. Apicultura em São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, Paraíba, v. 14, n. 1, 2019.

CENTRO INTERNACIONAL DE TREINAMENTO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO. **Sobre nós**. Disponível em: http://en.crihap.cn/2014-07/25/content_17926305.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

CHINA HIGHLIGHTS. **Terracotta Army Overseas Exhibitions 2010-2020**. Disponível em: <https://www.chinahighlights.com/xian/terracotta-army/exhibition.htm>. Acesso em: 01 jun. 2019.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, MÍDIA E ESPORTE (DCMS). Disponível em: <http://www.culture.gov.uk/> Acesso em: 16 set. 2019.

ENGLISH HERITAGE. Disponível em: <http://www.english-heritage.org.uk/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

FUNARI, P. P. **Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq13.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2003.

FUNARI, P. P. Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **MNEME - Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/267/243>. Acesso em: 29 jan. 2007.

FUNARI, P. P. A.; MANZATO, F; ALFONSO, L.P. El turismo y la Arqueología en el Brasil: una mirada posmoderna. *In*: HERRERA, A. (Org.). **Arqueología y desarrollo en América del Sur: de la práctica a la teoría**. 1. ed. Bogotá: Uniandes, 2013.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Todos pela educação**. Disponível em: <https://programaitausocialunicef.cenpec.org.br/edicao/2007-7a-edicao-todos-pela-educacao/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Cerâmica Serra da Capivara ganha prêmio de melhor projeto sustentabilidade do Brasil**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/educacao-contextualizada/10348-ceramica-serra-da-capivara-ganha-premio-de-melhor-projeto-sustentabilidade-do-brasil>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO - FUMDHAM. **A luta de Niéde Guidon para preservar o maior tesouro arqueológico brasileiro**. Sem data de publicação. Disponível em: http://fumdham.org.br/cpt_noticias_ane-xos/a-luta-de-niede-guidon-para-preservar-o-maior-tesouro-arqueologico-brasileiro/. Acesso em: 01 jun .2019.

GOVERNO DO BRASIL. **Conheça a presidência: Ministros**. Sem data de Publicação. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 08 set. 2019.

GOVERNO DO REINO UNIDO. **What the Department for Digital, Culture, Media & Sport does**. Sem data de Publicação. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-digital-culture-media-sport>. Acesso em: 16 set. 2019.

GOVERNO ESTADUAL DO PIAUÍ. **Museu da Natureza é inaugurado na Serra da Capivara**. 2018. Disponível em: <http://www.pi.gov.br/materia/governo/museu-da-natureza-e-inaugurado-na-serra-da-capivara-6836.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GOVERNO POPULAR CENTRAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Instituições Estaduais**. Sem data de Publicação. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/statestructure2019/201911/fa2deebf75264effa68df01c-fecfb60c.shtml> . Acesso em: 16 set. 2019.

GUIDON, N. **Mulheres na ciência**. [jun. 2011]. Entrevistadores: J. R. Monteiro; M. I. Landim e S. Brandão. *In*: Ciência na Travessa, Livraria da Travessa do Shopping Leblon, Rio de Janeiro, 5 jun. 2011.

HADRIAN'S WALL HERITAGE LTD. **Reviewing the past and building the future**: Annual Review 2010/2011. 2011. Disponível em: <http://www.hadrianswall.ltd.uk/>. Acesso em: 01 jun. 2019.

HINGLEY, R. Hadrian's Wall: a wall for all times. **British Archaeology**, [s.l.], n. 102, set./out. 2008.

HISTORIC ENGLAND. **ENGLISH HERITAGE**: A Brief History. 2011. Disponível em: <https://historicengland.org.uk/images-books/publications/eh-info-pack-2011-12/brief-history-2011-12/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**: corrientes actuales: Crítica. Barcelona: [s.n.], 1994.

HUO, Z. Legal protection of cultural heritage in China: a challenge to keep history alive. **International Journal of Cultural Policy**, [s.l.], 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **O IPHAN**. Sem data de Publicação. Disponível em: <http://www.iphan.org.br>. Acesso em: 16 set. 2019.

JUSTAMED, M.; OLIVEIRA, G. F. A importância das pesquisas arqueológicas no Parque Nacional Serra da Capivara para a construção de narrativa dos primeiros habitantes do Brasil. *In*: CAMARGO, V. R. T; FUNARI, P. P. **Divulgando o patrimônio arqueológico**. Rio de Janeiro: Editora Bonecker, 2018.

KOMLOS, J. The size of the Chinese terracotta warriors - 3rd century B.C. **Antiquity**, [s.l.], v.77, n. 296, 2003.

MANZATO, F. **Turismo arqueológico**: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no estado de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

MARTINÓN-TORRES, M.; LI, X. J.; BEVAN, A.; XIA, Y.; ZHAO, K.; REHREN, T. Forty Thousand Arms for a Single Emperor: From Chemical Data to the Labor Organization Behind the Bronze Arrows of the Terracotta Army. **Journal of Archaeological Method and Theory**, [s.l.], v. 21, n. 3, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10816-012-9158-z#citeas>. Acesso em: 06 jul. 2014.

MASON, R.; MAC LEAN, M. G. H.; TORRE, M. de la. Hadrian's wall world heritage site: a case study. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **O Papel do Ministério do Turismo Enquanto Organização Nacional Pública**. Sem data de publicação. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2019.

NATIONAL TRUST. **Annual report 2009/10**. Sem data de publicação. Disponível em: <http://www.nationaltrust.org.uk/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO - OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RAHTZ, P. **Convite à arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RENFREW, W. C; BAHN, P. **Arqueología: teoria, métodos y práctica**. Madrid: Akal, 1993.

RIES, G. **Arqueologia: um potencial para o ecoturismo no Brasil – Serra da Capivara, um exemplo a ser seguido**. 2003. (Pós-Graduação em Ecoturismo) - Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria, São Paulo, 2003.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública**, [s.l.], n. 1, 2006.

ROPP, P. S. **China in world history**. Oxford: Oxford University Press Inc., 2010.

SANTANA, E. A. S. **O Parque Nacional da Serra da Capivara: turismo arqueológico no município de São Raimundo Nonato, Piauí.** 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SHACKEL, P. A. Local Identity, National Memory, and Heritage Tourism: creating a sense of place with archaeology. **Illinois Antiquity**, [s.l.], v. 3, n. 40, 2005.

SU, M.; WALL, G. Community Participation in Tourism at a World Heritage Site: Mutianyu Great Wall, Beijing, China. **International Journal of Tourism Research**, [s.l.], v. 3, n. 15, 2012.

SUN, Z. J. Life and Afterlife in Early Imperial China. **American Journal of Archaeology**, [s.l.], v. 113, 2009.

TAO, W.; ZAN, L. Management and presentation of chinese sites for UNESCO World Heritage List (UWHL). **Facilities**, [s.l.], v. 29, n. 7/8, jan. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1745323>. Acesso em: 01 jun. 2019.

TRESSERRAS, J. (Org.) **Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil)**. Brasília, DF, Editora IABS/Rede de Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/Ministério do Turismo, 2009.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VASCONCELLOS, C. M. **Turismo e museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

WANG, Y. **Perspectivas do ator e redes de políticas de turismo em Hangzhou, China**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Sheffield Hallam, Reino Unido, 2008.

WRAY, M.; DREDGE, D.; COX, C.; BUULTJENS, J.; HOLLICK, M.; LEE, D.; PEARLMAN, M.; LACROIX, C. **Sustainable regional tourism destinations: best practice for management, development and marketing**. Austrália: CRC

for Sustainable Tourism, 2010. Disponível em: <https://www.portstephenstourism.com.au/wp-content/uploads/2014/10/80099-Sustainable-Regional-Tourism-Destinations-Project-WEB.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

ZHU, Y.; GABRUM, N. Domesticating tourism anthropology in China. **American Anthropologist**, [s.l.], v. 119, n. 4, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35167908/Domesticating_tourism_anthropology_in_China_pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

CAPÍTULO 13

“AS CHARQUEADAS, O ENGENHO, O CAMPO DO OSÓRIO, A PONTE, TUDO SÃO PATRIMÔNIO”: O FAZER ARQUEOLÓGICO COM A COMUNIDADE DO PASSO DOS NEGROS (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura13>

Louise Prado Alfonso
Vanessa Avila Costa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: POR UMA ARQUEOLOGIA FEITA COM A COMUNIDADE

Com o andar indisciplinado, nos perdemos por entre um emaranhado de caminhos.

Caminhos estes que estão conectados no passado-presente-futuro.

Foi a cidade quem nos disse que eles transbordam cotidianamente.

Apreciamos o labirinto por onde perambulávamos, afinal o dédalo¹ nunca nos satisfaz.

Durante o percurso, percebemos os fluxos criativos da vida. Estávamos diante de uma outra Arqueologia.

Encontramos Arqueologias feitas de vivências – do sentir, do ser e do pertencer.

Arqueologias que derrubam fronteiras e são capazes de surpreender.

Continuamos seguindo a trilha da cidade.

Sabemos que a pluralidade do caminhar irá nos guiar. (COSTA, 2019, p. 9).

A prática arqueológica dominante costuma ser – apropriando-nos das ideias de Ingold (2015) sobre os caminhos e os caminhares –, mais um dédalo do que um labirinto. Conforme a arqueóloga aborígene Tara Million (2005, p. 48), a Arqueologia científica convencional é fundamentada na filosofia ocidental e em seus valores culturais. Ela depende do meio cultural colonial

1 Utilizamos aqui a diferenciação entre Dédalo e Labirinto, expressa na leitura do antropólogo Tim Ingold (2015). Conforme o autor, quando caminhamos pelo labirinto, a escolha não é uma questão. O caminho leva, e o/a caminhante deve ir para onde quer que ele o leve (INGOLD, 2015, p. 25). Já o dédalo coloca toda a ênfase nas intenções do/a viajante: O/A viajante intencionado/a, envolto/a no espaço de suas próprias deliberações, encontra-se ausente do mundo em si (INGOLD, 2015, p. 26). Ele/a deve decidir para onde ir, mas, uma vez tendo estabelecido uma trajetória, não precisa mais olhar para onde está indo (INGOLD, 2015, p. 27).

que permite que os/as arqueólogos/as pratiquem uma “Arqueologia do outro”. Esse posicionamento excludente impede que os/as arqueólogos/as ocidentais percebam a possibilidade de expandir seu repertório arqueológico utilizando valores e sistemas culturais alternativos (MILLION, 2005). Dessa forma, encontram-se presos/as na perspectiva cultural da própria disciplina. Estariam eles/as aprisionados/as em um dédalo? Ingold (2015) explica que o dédalo se difere do labirinto por oferecer não apenas um caminho, mas várias escolhas. Podemos selecionar esses caminhos livremente e eles nos levarão a um destino preestabelecido. Parece-nos o que frequentemente ocorre na Arqueologia, quando arqueólogos/as tentam resolver seus problemas de pesquisa com base em classificações dicotômicas ocidentais, não levando em conta a “pluralidade do caminhar” das sujeitas e dos sujeitos em seus trabalhos. Eles/as desconsideram o que Ingold (2015, p. 21) chama de “caminho para a verdade”. Esse caminho nos convida a andar pelas ruas da cidade como se estivéssemos em uma floresta governada por forças ainda não disciplinadas (INGOLD, 2015, p. 24), atentando para os fluxos da vida. Ao usarmos nossa imaginação e criatividade, assim como crianças a caminho da escola, desfazendo-nos das separações que tentam ordenar o mundo à nossa volta, podemos ver as coisas como elas são. Como coloca Million (2005), a Arqueologia ocidental parte da presunção de que a categorização por divisão é a forma mais lógica e produtiva de examinar um fenômeno arqueológico. Dessa forma, enquanto o labirinto nos abre o mundo, o dédalo (que representamos aqui como a Arqueologia convencional), pelo contrário, fecha-o.

A cultura dominante deixou cegas e surdas as pessoas arqueólogas às formas alternativas de construção do conhecimento arqueológico (MILLION, 2005). Por que, então, não fazer uma Arqueologia de forma labiríntica, eliminando nossa predisposição a conceber as coisas e seus cotidianos plurais, que estão ontologicamente conectados e carregados de histórias de vida no passado-presente-futuro, em “caixinhas” separadas? Devemos nos afastar da visão hegemônica de que a ciência ocidental é universal e transpor as fron-

teiras entre as ciências ocidentais e as não ocidentais para possibilitar outras formas de pensar e fazer Arqueologia (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

O arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco (2012), em seu artigo “*Escavando arqueologias alternativas*”, afirma que é necessário redefinir as bases da Arqueologia (tradicionalmente definida pela ótica moderna como o estudo do passado distante, que está enterrado, sendo a escavação a chave para descobrir esse passado) para realizar Arqueologias que sejam realmente alternativas. José Alberione dos Reis e Mariana Petry Cabral (2018) colocam a Arqueologia como um campo do conhecimento colonialista² que, ao ser institucionalizado no século XIX, foi enrijecido e surdo no que chamam de maldição do passado. É por causa do passado como categoria europeia e fundante da Arqueologia que esta se encontra bem distante da vida encarnada na nossa existência e na nossa consciência enquanto seres humanos (REIS; CABRAL, 2018).

Concordamos com Million (2005) que devemos pensar formas de praticar Arqueologia que sejam alternativas aos paradigmas hegemônicos utilizados na Arqueologia convencional. É nesse sentido que o pós-colonialismo, como crítica da ciência, identifica uma postura que não é monolítica, mas diversa e situacional – uma intervenção ativa que emerge de histórias particulares, interroga o *status quo* e move-se conscientemente em direção à descolonização política, intelectual e econômica (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

Portanto, afastar-nos dos princípios modernos da prática disciplinar (GNECCO, 2012) significa que podemos realizar programas por conta própria (como fazem, por exemplo, a Arqueologia Indígena e a Arqueologia Feminista), e isso inclui uma Arqueologia feita sem escavação – e, por que não, sobre o presente?

2 Alfonso (2012, p. 24) segue as considerações de Shepherd (2002, p. 194) ao afirmar que a relação entre Arqueologia e colonialismo foi marcada por uma interdependência de conhecimento e de poder, pois, se por um lado os processos políticos e econômicos do colonialismo serviram para a abertura de novos territórios, por outro, a Arqueologia se converteu em poderosa forma de validação de projetos coloniais.

Defendemos uma Arqueologia que seja engajada com as pessoas as quais envolvemos em nossa pesquisa. Isto é, uma Arqueologia que seja eticamente plural, que leve em conta os interesses da comunidade, inserindo a disciplina no âmbito das necessidades e expectativas de cada grupo social. Uma Arqueologia que considere que as comunidades precisam ser incluídas na definição do que é mais relevante para a pesquisa e que ouça suas vozes (ALFONSO, 2012), e é nessa perspectiva que este capítulo se situa.

A Arqueologia que pretendemos elucidar aqui não tem a pretensão de seguir os princípios tradicionais da disciplina, os quais estão calcados na colonialidade do conhecimento (GNECCO, 2012; HABER, 2016). Ao contrário, essa é uma forma de praticar Arqueologia pensada para tentar romper com essas posturas, que seja descolonizante e que cumpra seu papel ético e social (ALFONSO, 2012), valorizando experiências, vivências e narrativas das comunidades negras de Pelotas, em especial da comunidade que vive no Passo dos Negros. Em outras palavras, uma Arqueologia consciente das práticas colonizadoras do saber científico poderá produzir um conhecimento mais descolonial ao atentar tanto para suas abordagens epistemológicas como para o envolvimento com essas comunidades negras (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2007).

Portanto, neste trabalho, ao situar a Arqueologia enquanto um campo do conhecimento que, longe de ser neutro, é dotado de poder político e ideológico, partiremos de uma crítica às pesquisas arqueológicas que acabam por reforçar a invisibilidade das comunidades negras, a partir da legitimação de narrativas oficiais de patrimônio e turismo as quais se pautam na cultura da branquitude (BERGMANN, 2019), ao fazerem seleções espaciais e temporais que não levam em conta os modos de habitar das pessoas que sempre estiveram presentes nos locais estudados, resistindo e reinventando-se cotidianamente. De acordo com Schucman (2012), a branquitude é uma construção sócio-histórica, produzida a partir da concepção de uma superioridade racial branca, em que pessoas brancas são sistematicamente privilegiadas no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo e que se mantêm e são preservados. Trata-se, conforme

a autora, da significação da branquitude como o lugar racial da superioridade, que garante privilégios simbólicos, mesmo que involuntários. Nesse sentido, como um exemplo de práticas arqueológicas éticas que esperamos que se firme, trazemos a pesquisa que vem sendo realizada desde 2014 no Passo dos Negros, localizado na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, a partir do envolvimento com a comunidade que habita e transforma esse espaço.

PATRIMÔNIOS NEGROS INVISIBILIZADOS

A pesquisa arqueológica realizada com a comunidade do Passo dos Negros teve início no ano de 2014, no âmbito do pós-doutorado em Arqueologia de Louise Prado Alfonso, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Esta pesquisa pautava-se em compreender aquela região e sua relação com o passado escravista de Pelotas. As fontes históricas revelaram que a cidade passou por dois ciclos econômicos: o ciclo do charque, desde o final do século XVIII, e o ciclo do arroz, a partir do início do século XX. A formação da cidade, obviamente, deu-se devido ao trabalho das populações escravizadas (africanas e descendentes de africanas), no período da economia saladeril e escravista, e o ciclo do charque foi mantido por essas populações até seu declínio, quando se deu a entrada em cena da economia do arroz no período pós-abolição da escravidão. Pelotas foi a cidade do Rio Grande do Sul que possuía, no auge do ciclo econômico do charque no século XIX, a maior quantidade de pessoas escravizadas, o que se refletiu nas diversas casas de religiões de matriz africana que encontramos no município. Ela, juntamente com a cidade vizinha, Rio Grande, formam a segunda região com o maior número de casas de religiões de matriz africana do Brasil, perdendo apenas para a Bahia.

O Passo dos Negros, situado às margens do Canal São Gonçalo, na cidade de Pelotas e, também, no município de Rio Grande, é um local de grande importância histórica para ambas as cidades, já que ele surge como um entreposto comercial de cobrança de taxas no período das charqueadas

(SILVEIRA *et al.*, 2018). Segundo Rodrigues (2015), por se configurar um local de entrada e saída de mercadorias, apresentava grande circulação de gêneros alimentícios, objetos e também de pessoas, incluindo negros e negras escravizados/as, além de possuir três charqueadas. No porto de Rio Grande, as pessoas escravizadas desembarcavam dos navios e iam em direção ao Passo dos Negros via Laguna dos Patos, entrando no Canal São Gonçalo para serem comercializadas ou eram levadas para outros locais onde seriam negociadas (RODRIGUES, 2015). O Passo dos Negros também foi a região por onde as tropas de gado bovino se deslocavam pelo chamado Corredor das Tropas para serem vendidos e seguirem em direção às charqueadas (GUTIERREZ, 2006).

Conforme Gutierrez (2001), toda infraestrutura de Pelotas estava diretamente ligada ao Passo dos Negros, já que a urbanização da cidade estava relacionada à produção e comercialização do charque na região. Essa importância do Passo dos Negros na conformação de Pelotas foi ocasionada pela sua localização estratégica entre dois cursos d'água, o canal São Gonçalo e o Arroio Pelotas, de acordo com Silveira *et al.* (2018). Como destacam as autoras e o autor, essa localização possibilitou o estabelecimento de um ponto para a produção e o escoamento do charque e também dos produtos derivados produzidos às margens do Arroio Pelotas e do Arroio Santa Bárbara.

Figura 1 - Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros de Jean-Baptiste Debret (1825)



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Para compreender, a partir da Arqueologia, como o Passo dos Negros se relaciona com o passado escravista de Pelotas, foi formado um grupo de estudantes com o objetivo de realizar uma gama de atividades de campo. A proposta era estabelecer diálogos com a comunidade que vive hoje na região e entender sua relação com aquele espaço, o seu processo de construção, bem como sua transformação ao longo do tempo, e como esse passado escravista era significado e ressignificado no presente. Identificamos, ao conversar com moradores e moradoras da localidade, que a pluralidade do Passo dos Negros não cabia nas definições tão limitantes daquela Arqueologia que estava sendo desenvolvida. Primeiramente, com relação à espacialidade definida pelas pesquisas arqueológicas enquanto Passo dos Negros, compreendemos, a partir do olhar da própria comunidade para a região, que ele era geograficamente muito mais amplo, o que se evidenciou pela fala de um morador da localidade: “[...] *o Passo dos Negros não é só a Chácara da Brigada*”³. Percebemos, ainda, que esses estudos estavam enfocando em uma única temporalidade (o período das charqueadas), o que é bastante problemático.

A narrativa oficial de Pelotas é marcada pela presença de grandes homens e da riqueza do Charque, a qual valoriza como temporalidades a época das charqueadas, que se atualiza no presente por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, privilegiando uma determinada história, classe social, gênero e etnia (ALFONSO; RIETH, 2016). Essa narrativa hegemônica da cidade, que tem como foco principal os homens brancos, de nacionalidade portuguesa e donos de charqueadas, deixa à margem outras narrativas a partir das políticas públicas de patrimônio e turismo que preservam e valorizam, efetivamente, apenas os bens que pertenceram a esse grupo específico, construídos no período das charqueadas.

3 Área ocupada pela Brigada Militar em Pelotas, às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, também conhecida como Chácara da Boca do Arroio. Para essa localidade, houve um projeto do Poder Público local de implantação do novo distrito industrial de Pelotas. O plano diretor do município aponta essa área como Área Especial de Interesse Cultural (AEIAC) – Sítio Charqueador.

Ao patrimônio industrial pelotense, localizado na zona portuária, por exemplo, o qual representa os passados de uma gama de operários e operárias de diversas nacionalidades, não é destinada verba para a sua preservação. Isso ocorre, principalmente, por causa da valorização pelas políticas públicas de patrimônio apenas daqueles bens construídos no ciclo econômico do charque, como os casarões elitistas situados no centro histórico, já que essa é considerada uma época de opulência da cidade. Os roteiros turísticos reforçam essa mesma narrativa na escolha dos lugares e grupos que serão apresentados aos/às visitantes.

No caso do Engenho Pedro Osório, fundado em 1922 na região do Passo dos Negros, às margens do Canal São Gonçalo, no ciclo econômico do arroz, sendo um patrimônio industrial importantíssimo para a cidade por ter sido um dos maiores engenhos de arroz da América do Sul, a invisibilidade é constantemente reforçada pela legitimação da narrativa hegemônica. Ele foi construído pelo Coronel Pedro Osório, que também possuía uma charqueada no Passo dos Negros no ciclo econômico do charque. Uma estátua em homenagem a ele está na principal praça da cidade, que também carrega o seu nome, a Praça Coronel Pedro Osório, onde se situam em seu entorno os casarões da elite do charque. Segundo um ex-funcionário desse que vive até hoje na localidade: *“Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso”*. Além da não preservação do prédio onde funcionava o engenho, a vila operária também não foi preservada. Só restam algumas casas que foram construídas pelo engenho para a moradia de funcionários e de suas famílias após a demolição de um conjunto de casas que os moradores e moradoras denominam quadrinhas, além da escola Visconde de Mauá, que também sofre pela falta de verbas destinadas para a sua conservação. O time de futebol do engenho, o Osório Futebol Clube, fundado em 1933 por diretores e funcionários e também da charqueada que pertencera ao Coronel Pedro Osório, ainda existe plenamente graças ao esforço de moradores e moradoras da localidade. Ele também é o responsável por manter viva a memória do Passo dos Negros, como nos contou o diretor do time de futebol, cujo mascote é o Negrinho do Engenho. Como relatado, o Negrinho

do Engenho era um menino negro muito travesso, que roubava as marmitas dos funcionários do Engenho Pedro Osório. O próprio hino do time também remete aos passados do lugar: “Das charqueadas e engenho nasceste, para sempre mostrar teu valor [...] Passo dos Negros tornou-se imortal”.

Assim, a pesquisa sofreu transformações. Desde 2016, insere-se no projeto de pesquisa *Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas*, que envolve o projeto de extensão *Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação*, ambos pertencentes ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Esta pesquisa foi realizada juntamente com moradores e moradoras da localidade e revela que descendentes de pessoas escravizadas das charqueadas permaneceram no Passo dos Negros durante o ciclo econômico do arroz, no período pós-abolição da escravidão, integrando a mão de obra do engenho com o declínio das charqueadas. De acordo com os relatos de ex-funcionários, no interior do engenho, o trabalho ficava restrito aos homens, enquanto as mulheres trabalhavam em casa, costurando à mão os sacos de arroz que saíam de lá furados.

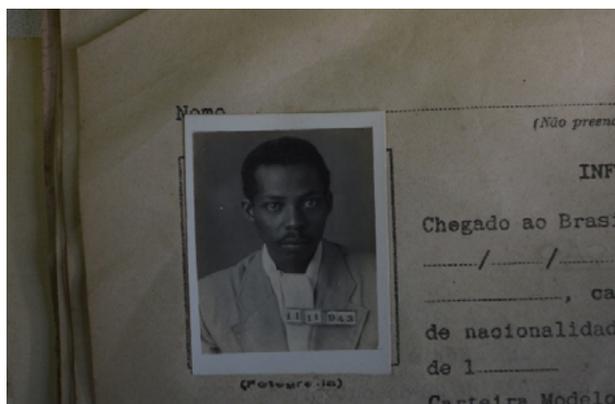
Figura 2 - Prédio onde funcionava o Engenho Pedro Osório



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Ao procurar pelas fichas de qualificação profissional de trabalhadores e trabalhadoras, encontramos apenas aquelas de funcionários homens referentes aos anos de 1939, 1942 e 1943, disponíveis para pesquisa no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel. Isso demonstra que as mulheres não eram reconhecidas como funcionárias, ainda que estivessem desempenhando atividades para o engenho, justamente por estarem trabalhando em suas casas e não no seu interior (COSTA, 2017). Todavia, esse trabalho desenvolvido pelas mulheres era essencial para o funcionamento do engenho. Evidenciou-se, ainda, ao serem analisadas as fichas de trabalhadores homens, que eles eram em sua maioria negros. Provavelmente, as mulheres que trabalhavam em casa para o engenho também eram negras, descendentes de pessoas escravizadas.

Figuras 3 e 4 - Fotos de funcionários do Engenho Pedro Osório que estão nas fichas de qualificação profissional referentes ao ano de 1943 da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel





Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

A fim de garantir o controle sobre esses trabalhadores e trabalhadoras para que produzissem mais e melhor, mantendo efetivamente o sistema capitalista como parte de uma política paternalista e assistencialista implantada pelo Coronel Pedro Osório, o engenho contava com uma vila operária, a qual cedia moradias para seus funcionários, uma escola destinada aos estudos de seus filhos e também o campo do Osório Futebol Clube, como destacamos anteriormente.

Figuras 5 e 6 - Casas que eram destinadas aos funcionários do Engenho Pedro Osório e escola Visconde de Mauá





Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Figura 7 - Sede do Osório Futebol Clube



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

De acordo com a historiadora Margareth Rago (2014, p. 55),

A burguesia industrial incentiva a assimilação de práticas moralizadas e tenta adestrar os dominados para extrair o maior rendimento possível, acompanhando-os também

nos momentos de não trabalho. Portanto, a atuação patrimonial foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos.

Para entender as técnicas que o poder disciplinar exercia sobre as experiências individuais e coletivas no Passo dos Negros, construindo modos de vivenciar o cotidiano e diferentes formas de resistir, um estudo da paisagem do complexo do Engenho Pedro Osório vem sendo desenvolvido a partir de relatos de ex-funcionários.

Figura 8 - Localização dos elementos que fazem parte do complexo do Engenho Pedro Osório



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

O sistema fabril é considerado um dos vários elementos que compõem a paisagem, estando, portanto, inter-relacionado a todos os outros que o constituem (THIESEN, 2005). Entendemos que a disposição das estruturas que conformam a vila operária do engenho foi estrategicamente pensada para atuar como um aparelho de disciplinarização da vida cotidiana dos funcionários, até mesmo nas horas de lazer que o futebol proporcionava (COSTA *et al.*, 2019). Nesse sentido, a paisagem opera com a finalidade de vigiar sem perturbar o indivíduo, pois esse não se sente vigiado (PLENS, 2010) no Passo dos Negros.

Compreendemos que não houve, portanto, uma ruptura de tempo com o declínio das charqueadas e início do ciclo econômico do arroz. Essas pessoas negras continuaram sendo oprimidas e exploradas no contexto industrial, no Passo dos Negros, recebendo salários ínfimos e realizando uma longa jornada de trabalho e até mesmo duplas jornadas de trabalho, como no caso das mulheres.

Conforme Alfonso e Rieth (2016), é marcante em Pelotas a exclusão da memória e da história da escravidão, bem como da importância do Passo dos Negros, peça fundamental para a industrialização pelotense. O que reflete, segundo as autoras, um processo de abandono da localidade pela ausência do atendimento dos serviços de infra-estrutura urbana no presente. Para o Estado, a localidade definida pela comunidade como Passo dos Negros é vista pelo poder público como um vazio urbano.

Inclusive nos mapeamentos municipais, que vão de 1830 a 2011, no que se refere às ocupações irregulares, a região do Passo dos Negros aparece como não habitada. Os mapas, nesse sentido, agem como componentes de um sistema criado para manter a ordem dominante, pois ao serem definidos cientificamente como aparelhos de neutralidade absoluta, ocultam interesses políticos do Estado (DAS; POOLE, 2008).

Os apagamentos, no que dizem respeito ao patrimônio, ocorrem justamente por causa das seleções excludentes de tempo, de espaço e de grupo

social a ser contemplado, a partir de recortes de gênero, classe, raça e etnia, que são inerentes às políticas patrimoniais criadas pelo poder. Seleções que, portanto, não são inocentes, mas construídas e constantemente reproduzidas para que obedeam ao propósito capitalista e colonialista de manter um *status quo* machista, racista, LGBTfóbico e elitista, que dita as histórias que devem ser contadas e as que precisam ser ocultadas. Afinal, por que diferentemente dos casarões da elite do charque onde as narrativas são tão fortes e valorizadas, que possibilitam políticas públicas de preservação e turismo, à região do Passo dos Negros, que teve a mesma importância naquela época, não é dado o mesmo reconhecimento?

A escravidão e a memória de pessoas negras escravizadas nas charqueadas, bem como as histórias de exploração de trabalhadores e trabalhadoras como consequência da industrialização pelotense, precisam ficar bem escondidas para que caiam no esquecimento. E, nesse contexto, preservar um bem que traga à tona essas narrativas seria escancarar os passados que a cidade prefere não revelar. Todavia, precisamos considerar que os próprios casarões da elite do charque também nos contam as histórias de outras pessoas que não são contempladas pela narrativa patrimonial hegemônica. A Arqueologia, ao estudar a arquitetura desses casarões, pode construir as histórias de mulheres negras escravizadas que neles realizavam o trabalho doméstico, atentando-se para as narrativas de trabalhadoras domésticas negras que, em um passado recente, também trabalharam nesses casarões. Como exemplo, mencionamos aqui a fala de uma interlocutora, a qual, em uma exposição que organizamos nas Comemorações do Dia do Patrimônio de Pelotas, sendo mulher negra, apontou para um dos casarões e questionou um grupo escolar sobre a idade das crianças. Então ela explicou para o grupo que, na idade delas (oito anos), ela era trabalhadora doméstica daquele casarão. Ao rememorar a sua infância, contou sobre o banquinho que tinha que usar para alcançar a pia para lavar a louça dos banquetes os quais a família oferecia e também para lustrar o faqueiro de prata. Ressaltou o tamanho das salas e demais peças do casarão que ela limpava, assim como os tapetes que ela precisava enrolar e bater para tirar o

pó. Essas outras narrativas não contam a história que se deseja para representar a cidade, mas são elas que buscamos valorizar.

Compreendemos, conforme Beatriz Thiesen⁴, que

[...] em geral, as políticas urbanas de patrimonialização são fundamentadas em uma noção linear de tempo que fixa lugares e seus conteúdos materiais e discursivos num passado estático e desconectado do presente – e das pessoas que hoje interagem e se envolvem com esses espaços. No que se refere a grupos socialmente marginalizados, seus interesses e experiências tendem a ser deslegitimados e invisibilizados não apenas nos processos decisórios como também nas próprias narrativas sobre o passado produzidas nesses processos.

O que devemos nos perguntar é como a Arqueologia pode agir na contramão das políticas urbanas de patrimonialização e turismo para combater essas invisibilidades. Essa problemática ficou explícita para nós quando, em um primeiro momento na pesquisa de campo, identificamos o início da construção de condomínios de luxo como uma nova proposta de urbanização para a localidade do Passo dos Negros. O avanço das políticas higienistas foi validado pelo poder público com a justificativa de que aquela localidade é um vazio urbano. Mas, e quanto àquelas pessoas que constroem suas vidas cotidianas no Passo dos Negros? Observamos um elemento marcante na paisagem, que evidencia os processos de exclusão os quais aquela comunidade vem sofrendo: a construção de um muro no condomínio fechado que estava sendo construído naquela ocasião. Um muro que, além de segregar e violentar moradores e moradoras do Passo dos Negros, reforçando a desigualdade e marcando as relações de poder, também causa uma agressão significativa àquela paisagem.

4 Palestra de Beatriz Thiesen intitulada “Invisibilidades Urbanas: Grupos Silenciados e o Fazer Arqueológico em Áreas Públicas”, realizada em 2019 na Universidade Federal de Pelotas, promovida pela equipe do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

Cabe ressaltar que os condomínios foram construídos em uma região de banhado, definida como Área de Proteção Permanente. A alteração nos planos diretores da cidade permitiu que esses condomínios fossem construídos, o que está estritamente relacionado com a saída das universidades da revisão desses planos diretores e a entrada de representantes do setor imobiliário. Quanto ao licenciamento ambiental da área pela equipe de Arqueologia, existem muitas versões sobre a sua realização. Ao fazermos prospecções na localidade do Passo dos Negros, encontramos um cerrito⁵, construído pelos grupos indígenas que habitavam a região no passado, nas raízes de uma figueira centenária. Ressaltamos que a presença indígena que habitava e que habita até os dias de hoje o município também é invisibilizada nas narrativas oficiais. Além do cerrito, foi identificado um dique criado para barrar as águas antes mais fluídas e que possibilitavam aos indígenas, depois aos africanos e aos descendentes aportarem no lugar (CARLE, 2017), bem como cerâmicas, louças e vidros, os quais contam as histórias de sujeitos e sujeitas que habitaram aquele espaço ao longo do tempo. Ao nos depararmos com uma miríade de coisas que falam sobre tantas gentes, questionamo-nos: como aquela área foi liberada pela equipe de Arqueologia que estava responsável pelo licenciamento ambiental para a construção dos condomínios sem a salvaguarda dos materiais arqueológicos?

5 Os cerritos, conforme Rocha e Monticelli (2009), são descritos como elevações do terreno constituídas de terra e restos de alimentos. Podem possuir formato circular, oval ou elíptico, chegando até 100m de diâmetro e 7m de altura. Eles foram construídos por grupos indígenas que habitaram a região sul do Rio Grande do Sul, próximo às lagoas e em banhados e várzeas ao longo dos rios.

Figura 9 - Cerrito e Figueira Centenária



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Ao ser iniciado o processo de escoamento de água em 2016 para evitar alagamento dentro do condomínio, foi colocada uma tubulação que retira a água do seu interior, mas que favorece o alagamento nas casas de moradores e moradoras da localidade. Além disso, essas tubulações quase danificaram a Ponte dos Dois Arcos, que foi construída por pessoas escravizadas em 1854 para a passagem do gado, a qual fica localizada na estrada que compreende o antigo Corredor das Tropas. Além disso, ela está listada no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas (SILVEIRA *et al.*, 2018).

Figura 10 - Ponte dos Dois Arcos no antigo Corredor das Tropas e casas de moradores/as do Passo dos Negros



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Quem defendeu a ponte de ser destruída foi um de nossos interlocutores, um ex-funcionário do engenho, que mora há mais de quarenta anos nas proximidades da ponte. Ele nos relatou que precisou se colocar na frente do maquinário, evitando assim que a ponte e também uma das figueiras centenárias fossem danificadas. Após o ocorrido, solicitou-nos ajuda para a preservação de alguns elementos, além da Ponte dos Dois Arcos. Esse mundo material o constitui enquanto morador do Passo dos Negros, assim como está entrelaçado às vivências de tantos outros moradores e moradoras da localidade. Esses elementos materiais estão imbuídos de sentimentos de afeto e de pertença. Afinal, para essas pessoas, “[...] as charqueadas, o engenho, o campo do Osório, a ponte, tudo são patrimônio”. Foi então que, após a reivindicação da comunidade para a preservação desses bens, começamos a escrever um dossiê de pedido de patrimonialização do Passo dos Negros, o qual foi encaminhado ao IPHAN no início de 2019 e solicita a patrimonialização do Complexo do Engenho Pedro Osório (prédio principal, vila operária, escola e

Osório Futebol Clube), da Ponte dos Dois Arcos, do Corredor das Tropas, das Figueiras Centenárias e do Canal São Gonçalo.

Quando vislumbramos a iminência da destruição do patrimônio e o processo de higienização social que a comunidade vem sofrendo com o avanço dos condomínios de luxo, questionamo-nos sobre como a Arqueologia reforça a narrativa patrimonial hegemônica ao focar na temporalidade que corresponde à época das charqueadas, desconectando o passado das pessoas que vivem hoje no Passo dos Negros. Além disso, começamos a pensar nos motivos pelos quais não são realizadas pesquisas arqueológicas pautadas na materialidade da industrialização pelotense. Por que esses patrimônios que não correspondem à dita época de opulência da cidade são invisibilizados até mesmo pela própria Arqueologia?

Refletimos sobre como a atuação de arqueólogos e arqueólogas a partir de uma perspectiva eurocentrada, que desconsidera outras visões de mundo, tem o poder de legitimar os processos de exclusão que aquela comunidade vem sofrendo ao definir que o local o qual compreende o Passo dos Negros é apenas a Chácara da Brigada. Como ela pode favorecer um discurso vazio, legitimando no presente a construção de empreendimentos imobiliários nos locais onde essas comunidades sempre estiveram, resistindo e reinventando-se cotidianamente, pois somos nós que temos o poder de decidir quais elementos são patrimônios e precisam ser preservados e quais não o são. Por que as pesquisas arqueológicas não levam em conta as demandas daquela comunidade que luta dia após dia pela sua permanência no Passo dos Negros e para defender o patrimônio?

Reis e Cabral (2018, p. 33) afirmam que deveria ter passado o tempo em que a Arqueologia ouvia apenas a si mesma já que, citando Djamila Ribeiro, “[...] o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados”. Além disso, fazem uma crítica à prepotência da academia ao querer dar voz a quem já a tem e que sabe muito bem o que seja voz. Afirmam, ainda, que a Arqueologia, desde que existe enquanto cam-

po do conhecimento, como porta voz da modernidade colonial europeia, está acompanhada da surdez e da gritaria dos ditos “excluídos” (pessoas indígenas, quilombolas, negras, LGBTQ+, mulheres, idosos, crianças...) – vozes essas que não se calam, mas só não são ouvidas.

A antropóloga indígena Zoe Todd (2015) afirma que devemos escancarar a política responsável por silenciar vozes dentro e fora da academia e privilegiar outras vozes, principalmente de homens brancos, como estratégia para combater esses silenciamentos. Afinal, segundo a autora, descolonizar a academia significa que devemos considerar nossos próprios preconceitos e nossas próprias predisposições. Enquanto arqueólogos, entendemos que devemos nos desvencilhar da suposta neutralidade acadêmica que funciona a serviço do colonialismo, assumindo que a ciência moderna é eurocêntrica, elitista, racista e masculinista, para fazer uma arqueologia realmente engajada com sujeitos humanos e não humanos no passado-presente.

Conforme Alfonso (2012), o conhecimento sobre os passados tem um importante papel social, o qual faz parte da forma como construímos nossas ideologias que conformam o nosso mundo e também a nossa identidade enquanto sujeitas e sujeitos. Por isso, arqueólogas e arqueólogos, como estudiosas/os da materialidade do passado e do presente, devem assumir que o seu trabalho tem efeitos sociais importantes e que eles obviamente não têm motivo algum para cair em um paternalismo igualmente ingênuo, tampouco para deixar de fazer Arqueologia. Pelo contrário, trata-se de seguir fazendo ciência, porém com “consciência”, aceitando o diálogo e a participação dos/as outros/as, assim como mantendo uma postura crítica (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003, p. 303 *apud* ALFONSO, 2012, p. 303).

Entendemos que sempre existirão relações de poder entre comunidade acadêmica e comunidade não acadêmica, por mais que estabeleçamos o envolvimento da Arqueologia com não arqueólogos/as ao utilizarmos abordagens de pesquisa não convencionais e construirmos uma prática arqueológica pensada juntamente com os grupos sociais. O que estamos defendendo é que podemos atenuar o efeito dessas relações de poder na vida das pessoas não ar-

queólogos. Para isso, temos que pensar em formas possíveis de fazer Arqueologia que nos afastem das práticas coloniais ligadas à própria criação da disciplina (ALFONSO, 2012) e reconhecer que, enquanto arqueólogas e arqueólogos, nossa atuação tem o poder de legitimar academicamente as narrativas de grupos sociais. Um poder que, quando usado criticamente e de forma engajada com essas narrativas, pode contribuir de forma mais expressiva para melhorias da qualidade de vida e atendimento das demandas de grupos do presente.

A PLURALIDADE DE PASSO DOS NEGROS PELO OLHAR DE UMA ARQUEOLOGIA QUE SE CONSTRÓI NO COTIDIANO

Levando em conta o compromisso ético que deve cercar o trabalho de todo/a ou qualquer arqueólogo/a (TRAMASOLI, 2015), entendemos que era mais importante do que nunca nos desfazermos da noção moderna de tempo linear, que até então pautava a pesquisa arqueológica no Passo dos Negros, e envolvermo-nos com o agora. Passamos a entender, conforme González-Ruibal (2012), que o passado, ao contrário do que muitos pensam, não passa tão facilmente. Em suas palavras, ele insiste em permanecer no presente e, às vezes, em envenená-lo.

Naquelas paisagens que observamos no presente, ainda é marcante os processos de exclusão – as opressões estruturadas pelo capitalismo e colonialismo –, mas, também, ao vislumbrarmos as histórias dos vários mundos que são intrínsecas à materialidade no Passo dos Negros, encontramos a resistência. As múltiplas resistências cotidianas de pessoas que construíram e constroem o Passo dos Negros, agenciadas por um mundo material que mistura passado e presente (OLSEN *et al.*, 2012).

Desfazendo-nos da concepção ocidental de ordenação do mundo material, sem sobrepor o passado sobre o presente, mas tratando o tempo pela forma como eles (passado e presente) se infiltram um no outro, conectando-os

(passado-presente), deparamo-nos com um outro Passo dos Negros. Como poderíamos fazer um estudo arqueológico daquele espaço tão diverso, que é representativo para tantas gentes (não só para os moradores e moradoras da localidade, como, também, para as pessoas negras), sem purificá-lo e perder de vista toda essa pluralidade? Foi então que imergimos nas histórias contadas pelos moradores e moradoras que habitam o Passo dos Negros e que moldam seu cotidiano. Essas histórias estão ligadas ao afeto o qual pauta suas relações com aquele mundo material que os/as cerca. Um mundo material que, para eles/as, constitui-se enquanto patrimônio, assim como para as comunidades negras as quais concebem o Passo dos Negros enquanto um local que evoca a ancestralidade africana, as memórias de seus/suas antepassados/as.

As coisas dos passados que sobrevivem no hoje ainda estão conosco no aqui e no agora, e esses passados podem ser vistos e ouvidos, pois estão emaranhados em nossas ações do cotidiano (WITMORE, 2006 *apud* SILVA, 2018). Logo, ao atentarmos para a persistência (e insistência) material (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012) e como essas coisas que cercam as vivências das pessoas que habitam aquele espaço atuam como construtoras de identidades e de visões de mundo, descobrimos vários Passo dos Negros. Descobrimos o Passo dos Negros de pessoas negras que foram escravizadas, que lutavam para garantir sua liberdade agenciando táticas de resistência (CERTEAU, 1994) através da Ponte dos Dois Arcos, construída pelos/as antepassados/as das pessoas que lá vivem nos dias de hoje. O Passo dos Negros de trabalhadores e trabalhadoras do Engenho Pedro Osório, a partir do complexo industrial. O Passo dos Negros de trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem e de pescadores e pescadoras que encontram no Canal São Gonçalo o seu meio de subsistência, os quais habitam a área do dique construído no passado por grupos indígenas e que originou a atualmente chamada Estrada do Engenho. De acordo com Carle (2017, p. 210), esses/as catadores/as

[...] levam e trazem seus cavalos, os amarram aqui e ali, junto as árvores e caminhos marcam a área. Cavalos que

puxam as carroças, levados para este ou aquele pasto melhor, como fizeram os tropeiros no passado ao pararem sobre este ponto, após a passagem do canal, para alimentar e manter vivas suas tropas antes de seguir viagem para o norte.

Figura 11- Área de pesca do Canal São Gonçalo



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPeL).

As Figueiras Centenárias, assim como os moradores e moradoras da localidade, contam-nos várias histórias que presenciaram durante suas longas vidas. Por ser a árvore que substituiu os Baobás da África nas cosmologias locais, a figueira forma um portal, uma representação dos próprios Orixás, constituindo-se, assim, um espaço destinado ao depósito de oferendas. Ao adentrarmos o portal, conhecemos esse pluriverso⁶ (ESCOBAR, 2012), conectando-nos com esses mundos através da materialidade.

6 Esse conceito postula a diferença radical entre mundos, os quais estão inter-relacionados. Como destaca Escobar (2012) citando Blaser (2010, 2011), o termo ontologia como alternativa à cultura para dar conta dos complexos processos de disputa entre mundos. Se existem múltiplos mundos, temos a noção de pluriverso que contesta o universo do conceito de

Encontramos as manifestações das vivências indígenas que construíram os cerritos. Segundo Schmitz, Naue e Becker (1991, p. 102 *apud* CARLE, 2017, p. 206-207), os cerritos

[...] encontram-se na proximidade das lagoas ou em banhados ao longo dos rios [...] agrupados, mas há também os solitários [...] podem ser dezenas ou mesmo centenas [...], muito conhecidos dos fazendeiros, que os protegiam, eram, nos tempos de enchente, os únicos pontos onde o gado estava resguardado das águas.

Nas mesmas raízes da figueira onde está o cerrito, encontramos fragmentos de recipientes cerâmicos, restos de velas, objetos de plástico e madeira, um pequeno depósito de lixo e de “feitiços” impregnados de anseios africanistas (CARLE, 2017, p. 206). As figueiras articulam, portanto, diferentes mundos e mesclam passado e presente: dentre eles, o de indígenas, construtores de cerritos, e das pessoas de religiões de matriz africana que fazem oferendas aos seus Orixás, conforme Alfonso *et al.*⁷. Percebemos que estávamos diante de algo que no passado era forte e que na atualidade, por outras vias, mantém sua força, a força do acúmulo de terra demarcador de uma cultura milenar, que agora toma outra força na sua representação enquanto espaço ritualístico do “bатуque” gaúcho (CARLE, 2017, p. 207).

Também refletimos sobre as estratégias de agenciamento da comunidade que vive hoje no Passo dos Negros diante do avanço dos condomínios de luxo a partir da materialidade. O Passo dos Negros é, sim, um espaço de lembranças e, sobretudo, de lutas constantes. Como uma dessas estratégias contra o apagamento dos passados do Passo dos Negros, a comunidade começou a nos solicitar a colocação de placas sinalizadoras perto dos bens que

cultura como estrutura simbólica. Por esse viés, é possível considerar outras lógicas existentes que contrariam os dualismos da modernidade, segundo o autor.

7 Dossiê de Patrimonialização do Passo dos Negros encaminhado em 2019 ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

precisam ser preservados para que sua importância seja (re)conhecida. Um dos moradores sugeriu a construção de um monumento que represente a localidade, enquanto outro propôs a colocação de uma placa que diga “Bem-Vindo ao Passo dos Negros”. Uma moradora sugeriu que as placas contem as histórias do lugar. Outros passaram a sinalizar aquele local enquanto Passo dos Negros nas suas próprias casas, como um movimento contra a mudança das placas que de Passo dos Negros passariam a sinalizar a localidade como Estrada do Engenho, muito criticada por moradores e moradoras.

Figura 12 - Fachada da casa de um morador de Passo dos Negros



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Esses/as moradores/as, partir da ideia de que aqueles elementos são patrimônios, passaram a vincular o Passo dos Negros ao turismo. Na imagem acima, vemos uma casa com o nome Passo dos Negros escrito na fachada pelo próprio morador e com três pontos de exclamação. A casa se situa bem em frente ao enorme muro do condomínio fechado, no antigo Corredor das Tropas, nas proximidades da Ponte dos Dois Arcos e da Figueira Centenária.

Segundo Zarankin (2012), ao se configurarem como limites entre o mundo privado e o público – os/as habitantes e os/as estranhos/as –, os muros se transformam em elementos de um diálogo entre ambos os grupos. Conforme o autor (2012, p. 24), os muros altos evidenciam a exclusão “do outro”. Eles são como corpos congelados: “dão as costas” aos que não têm, os transformam em “os outros”, ao mesmo tempo que os tornam invisíveis (ZARANKIN, 2012, p. 31). O nome “Passo dos Negros”, escrito na fachada da casa situada em frente ao muro, pode ser uma forma que essas pessoas encontraram de lutar contra a invisibilidade que esse elemento lhes causa. Uma forma de não deixar o Passo dos Negros morrer, como reivindicam nossos interlocutores e interlocutoras, resistindo às políticas patrimoniais que não reconhecem a localidade enquanto um patrimônio da cidade de Pelotas. E, também, à especulação imobiliária, que configura um processo de higienização social através da construção de condomínios de luxo.

Além do condomínio murado, também foi construído outro posteriormente, o qual, diferente do que foi primeiramente construído, cria discursos que promovem a ideia de um lugar de lazer para a comunidade pelotense. Todavia, ambos constroem mecanismos na paisagem para que ela desempenhe um papel como disciplinadora de grupos vistos como indesejáveis pelo poder, garantindo sua exclusão, além de reforçar as desigualdades sociais. Esses mecanismos construídos são validados por um discurso de segurança e proteção, seja a partir de muros (limites), como através de câmeras de vigilância e outros aparatos de controle, responsáveis por estabelecer quem deve ser incluído e quem precisa ser excluído de adentrar aqueles espaços.

Figura 13 - De um lado, vemos as casas de moradores e moradoras da localidade no antigo Corredor das Tropas; de outro, os muros do condomínio de luxo



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Figuras 14 e 15 - Condomínio de luxo que está sendo construído atualmente no Passo dos Negros e suas câmeras de vigilância



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPe).

Como um dos resultados de nossas pesquisas, definimos uma espacialidade que corresponde ao Passo dos Negros pelotense a partir das narrativas de moradores e moradoras da localidade. Mas essa definição de espacialidade, apesar de ser fundamental para o reconhecimento da região como Passo dos Negros, não pode ser fechada, pois está em constante construção e transformação. Afinal, existe uma multiplicidade de Passo dos Negros, que descobrimos cotidianamente em nossas andanças por aquele lugar.

Figura 16 - Espacialidade que corresponde ao Passo dos Negros com seus elementos referenciais mapeados



Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Extensão Narrativas do Passo dos Negros (GEEUR/UFPel).

Várias ações foram desenvolvidas por nosso grupo nos últimos anos na comunidade do Passo dos Negros, muitas voltadas à valorização das narrativas locais e à legitimação da fala dos/as moradores/as. Dentre elas, destacamos: exposições, rodas de conversa, oficinas, participação nas ações do Dia do Patrimônio, formação de mediadores/as de turismo, divulgação na mídia

e participação em eventos científicos. Também ações voltadas às lutas pelo território e preservação do local, como a construção do dossiê de patrimonialização entregue ao IPHAN, as denúncias ao Ministério Público e a articulação de parcerias.

Nossa luta, hoje, no Passo dos Negros é para que a especulação imobiliária não acarrete a remoção daqueles/as moradores/as. Nossas ações visam a que aquelas pessoas sejam consideradas importantes, que não apenas se valorizem os elementos apontados enquanto bens materiais. Lutamos contra a construção no local de um parque turístico e arqueológico, como apresentado em um projeto proveniente da iniciativa privada, que sirva de “jardim” para os condomínios. Lutamos por uma proposta a qual considere uma cidade plural, que busque melhorias para a qualidade de vida daquelas pessoas, naquele local, que se configura enquanto um território negro com o qual elas possuem vínculos sociais e simbólicos.

A APROXIMAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E O TURISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2019, o Passo dos Negros foi mencionado, pela primeira vez, no material produzido pelo poder público local para divulgação do turismo pelotense. Embora a imagem usada no folheto não seja representativa e a localização no mapa não esteja adequada, a menção ao Passo dos Negros como um local de importância já mostra que aquela localidade está ganhando visibilidade. Se, por um lado, consideramos uma vitória, por outro, sabemos que a luta ainda é longa. Como exemplo das dificuldades da inserção das narrativas negras na imagem turística local, destacamos que no ano de 2018 a Secretaria Municipal de Cultura, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), organizou uma reunião para a elaboração do primeiro roteiro negro de Pelotas. Para a nossa surpresa, o grupo convidado era composto por aproximadamente quarenta pessoas brancas (dentre elas,

comerciantes locais e proprietários das antigas charqueadas) e apenas uma pessoa negra, sendo a maioria delas homens. A história negra permanece sendo contada por uma elite branca quando se pensa na criação de imaginários turísticos por todo o Brasil.

Buscamos que nossas ações possibilitem a construção de tratativas contradiscursivas (SAID, 1990), as quais tragam à tona os preconceitos que estão internalizados na sociedade e provoquem reflexões que contraponham as narrativas oficiais, propondo mudanças. Consideramos, sim, que uma aproximação entre Arqueologia e Turismo possibilita formas de alteração dessas narrativas oficiais. Porém, essa transformação só ocorrerá quando ambos os campos do conhecimento não desvinculem o mundo material das pessoas, das narrativas locais, não separando o passado do presente.

Para tanto, enquanto projeto que aproxima ensino, pesquisa e extensão, buscamos propiciar a formação de profissionais capazes de incentivar a transformação de situações de exclusão, a qual auxilie nas lutas de comunidades para que elas mesmas lutem por melhores condições de vida e por justiça social. Entendemos que é fundamental para a Arqueologia trabalhar com as comunidades, seguindo a proposição de Paulo Freire (1999 *apud* ALFONSO, 2012), em sua *Pedagogia do Oprimido*⁸, e para os mais distintos públicos.

Assim, defendemos que é necessário propormos metodologias que façam com que, juntamente com as comunidades relacionadas às nossas pesquisas, (re)pensemos sobre a diferença, a diversidade cultural e a exclusão social (ALFONSO, 2012). Temos que formular discussões que possibilitem refletir não só sobre a sua própria realidade, como, do mesmo modo, sobre a realidade de outros grupos, excluídos não apenas socialmente, mas das narrativas locais (ALFONSO, 2012). É preciso, urgentemente, que desenvolvamos um trabalho arqueológico-educativo que provoque reflexões críticas sobre a

8 A pedagogia progressista libertadora de Paulo Freire almeja a construção do conhecimento por meio do diálogo entre grupos, mediada pela realidade concreta em que vivem. Os conteúdos devem ser extraídos e apreendidos dessa realidade e, depois de estudados, deveriam retornar à mesma realidade, transformando-a (ALFONSO, 2012).

materialidade e suscite um “olhar com outros olhos” para os diferentes povos do passado e do presente. Um trabalho que a partir de uma identificação por parte da comunidade com a realidade e o pensar dos outros povos possa gerar mais respeito à diferença (ALFONSO, 2012).

Por fim, acreditamos que a Arqueologia nos permite compreender facetas das formas como são construídas as relações de poder na sociedade, as quais embasam os processos de exclusão e de desigualdades sociais. Permite-nos também fazer reflexões sobre nosso papel no reforço das técnicas de poder da branquitude e os seus efeitos nas relações sociais. Por entendermos que a branquitude garante privilégios às pessoas brancas por ser tomada enquanto lugar racial da superioridade (SCHUCMAN, 2012), consideramos que as narrativas oficiais refletem esses privilégios e o racismo que estrutura nossa sociedade, sendo papel da Arqueologia propor formas de desconstrução dos discursos e das imagens hegemônicas que ajudamos a construir ao longo da história da disciplina.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALFONSO, L.; RIETH, F. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. *In*: SCHIAVON, C.; PELEGRINI, S. (orgs.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

BERGMANN, L. **Imagens e narrativas de Pelotas: uma análise do discurso turístico de uma cidade (re)imaginada**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2019.

CARLE, C. O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 205, 2017.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, V. **As trabalhadoras resistem**: uma arqueologia das mulheres operárias da Fábrica Rhiengantz (1884-1919). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2017.

COSTA, V. *et al.* Arqueologia da Vila Operária do Passo dos Negros: o cotidiano no Complexo do Engenho Pedro Osório. *In*: SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Caderno de Resumos do XI Encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Núcleo Regional Sul (SAB-Sul) 2018**. [S.l.]: Ed: Êxito, 2019.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Argentina, n. 27, p. 19-52, 2008.

ESCOBAR, A. Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo. Wale'keru. **Revista de Investigación en Cultura y Desarrollo**, [S.l.], v. 2, p. 8-29, 2012.

GNECCO, C. Escavando arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 8-22, dez. 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GUTIERREZ, E. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

GUTIERREZ, E. Sítio Charqueador Pelotense. *In*: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

HABER, A. Arqueología indisciplinada y descolonización del conocimiento. *In*: SHEPHERD, N.; GNECCO, C.; HABER, A. **Arqueología y decolonialidad**. [S.l.]: Ediciones del Siglo, 2016, p. 123-166.

GUTTIEREZ, M. **Art rupestre en Angola. Province de Namibe**. Saint-Maurdes-Fossés: Sépia, 2009.

HOLLOWELL, J.; NICHOLAS, G. Ethical challenges to a postcolonial archaeology: The legacy of scientific colonialism. *In*: HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (Eds.). **Archaeology and capitalism: from ethics to politics**. [S.l.]: Left Coast Press, 2007, p. 59-82.

INGOLD, T. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, 2015.

MILLION, T. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. *In*: SMITH, C.; WOBST, H. (eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Londres: Routledge, 2005, p. 43-55.

OLSEN, B. *et al.* **Archaeology: the discipline of things**. Berkeley: University of California Press, 2012.

PLENS, C. Da força repressora à coesão sutil: a arqueologia da vila operária. *In*: **Revista de Arqueologia**, [s.l.], v. 23, n. 2, 2010.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

REIS, J.; CABRAL, M. Precisamos falar sobre Tempo, Cosmologias Ameríndias, Ontologias e outras... Mas, o que é que a Arqueologia tem a ver com isso? **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [s.l.], v. 12, n. 2, 2018.

ROCHA, L.; MONTICELLI, G. Sítios arqueológicos da região sul do Rio Grande do Sul: os “Cerritos”. *In*: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

DO RIO GRANDE DO SUL. **X Salão de Iniciação Científica**. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

RODRIGUES, M. **A vida é um jogo para quem tem ancas**: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2015.

SAID, E. **O Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Y. **Arqueologia da Geribanda**: (re)existências no passado-presente. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018.

SILVEIRA, M. *et al.* Cidade-conceito e Cidade-vivida: cartografia das dinâmicas e temporalidades no Passo dos Negros em Pelotas/RS. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL CIDADE, CONTEMPORANEIDADE E MORFOLOGIA URBANA, 1., 2018, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2018.

TRAMASOLI, F. **Arqueologia da Cidade Cinza**: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

THIESEN, B. **Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana**: Arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924). 2005. Tese (Doutorado em História com Ênfase em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TODD, Z. Uma interpelação feminista indígena à “Virada Ontológica”: “ontologia” é só outro nome para colonialismo. *In*: **Grupo de Estudos e Rede de Antropologia Crítica**, 2015. Disponível em: <https://maquinacrisica.com.br/>

org/2015/12/22/uma-interpelacao-feminista-indigena-a-virada-ontologica-ontologia-e-so-outro-nome-para-colonialismo/. Acesso em: 23 mar. 2019.

ZARANKIN, A. Corpos Congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. *In*: MACEDO, J. *et al.* (orgs.). **Arqueologia na Paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

FONTES PRIMÁRIAS

Fichas de Qualificação Profissional – Engenho Pedro Osório (1939, 1942 e 1943). Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM: CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE – SANTA CATARINA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura14>

Nilzo Ivo Ladwig
José Gustavo Santos da Silva
Mônica Priscila Kravczik Guglielmi
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, as cidades são as principais geradoras de ofertas culturais e necessitam contemplar seu patrimônio como eixo de desenvolvimento, encontrando na promoção do turismo uma estratégia para sustentar e suprir os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares. Visando atrair o crescente segmento do turismo cultural, os projetos turísticos da cidade devem ser voltados ao fator cultural na formação de seus produtos e valorização histórica local (MELO, 2015).

Filippim, Hoffmann e Feger (2006) afirmam que o surgimento do turismo rural não implica na exclusão de outras práticas produtivas preexistentes na localidade, mas, pelo contrário, acaba por promover sua valorização. Nesse sentido, a região do município de Morro Grande, SC, abrange alta demanda para a atratividade turística por sua bagagem cultural e morfologia, na promoção de modalidades como esportes, lazer e entretenimento, natureza e ecoturismo, passeios, aventuras, etc. Dentre esses elementos, constitui-se a importância da valorização paisagística na localidade e sua relevância para o desenvolvimento da economia local.

Segundo Polette (1999), a paisagem pode ser definida como uma composição de componentes de diferentes amplitudes formados a partir dos processos naturais e da atividade antrópica, que se encontram em permanente interação e desenvolvem-se historicamente. Atualmente, a paisagem adquire importância em diversas linhas de pesquisa, sendo também utilizada em diferentes escalas espaciais de compreensão por meio das relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas.

O aspecto paisagístico tem enorme influência na contribuição da manutenção para a conservação local como patrimônio natural. Salcedo (2008) identifica o conceito de patrimônio e suas ramificações; o patrimônio cultural, em seu sentido material e imaterial, e o patrimônio natural – elementos da biodiversidade, incluindo a flora e a fauna, ecossistemas e estruturas

geológicas. A conservação, restauração e reabilitação do patrimônio cultural e natural leva à sua valorização e a seu reconhecimento para a atratividade turística, o que contribui para o desenvolvimento econômico da cidade e para a sustentação das atividades de manutenção e preservação (SALCEDO, 2008).

O município de Morro Grande apresenta grande potencial turístico no que diz respeito aos atrativos naturais, tendo hoje em seu rol turístico treze atrações, sendo apenas duas de cunho turístico-religioso e duas voltadas à prática de esportes, as nove atrações restantes giram seu foco em torno do ecoturismo, possibilitando a interação com a natureza. O ecoturismo se apresenta como uma alternativa ao mundo globalizado, onde as pessoas que residem nos centros urbanos ficam saturadas da vida corrida dos centros urbanos, assim buscam alternativas em meio à natureza para satisfazer aquilo que no passado recente destruíram em nome do progresso (BUENO; PIRES, 2006; BRAGA; ALVES, 2008; CAMPOS, 2015).

Nesse cenário, a prática do ecoturismo pode ser entendida como um “[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2008, p. 16). Assim, sobreleva sua importância na conservação do meio ambiente e do patrimônio.

A metodologia de avaliação qualitativa da paisagem auxilia contribuindo para o desenvolvimento do ecoturismo, pois a avaliação permite obter resultados expressivos referentes ao potencial turístico da região de forma detalhada através da observação das características da qualidade, que o cenário paisagístico local oferece aos visitantes.

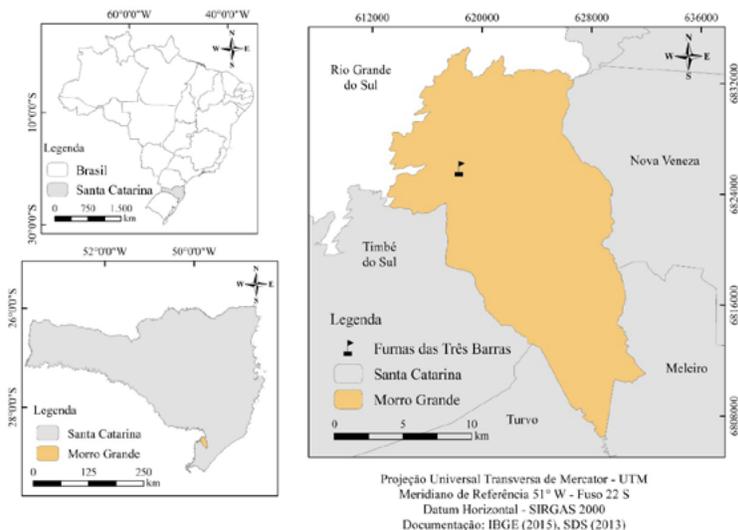
O ecoturismo leva em consideração a presença e a riqueza dos elementos naturais da paisagem. É nesse aspecto que o trabalho propõe a obtenção de resultados que evidenciem a potencialidade turística do município de Morro Grande no que diz respeito à sua capacidade de fornecer atrativos naturais voltados ao ecoturismo e de que forma a prática dele pode contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico local.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Instituído pela Lei Estadual nº 777, de 01 de dezembro de 1961, Morro Grande se tornou um distrito, mas antes era subordinado ao município de Meleiro. O distrito permaneceu assim até o ano de 1992, quando foi elevado à categoria de município, com a denominação de Morro Grande, pela Lei Estadual nº 8559, de 30 de março de 1992, desmembrando-se de Meleiro (MORRO GRANDE, 2015).

Situado no Extremo Sul de Santa Catarina, o município de Morro Grande possui limites territoriais com o estado do Rio Grande do Sul, ao norte, e com os municípios de Turvo e Meleiro, ao sul (Figura 1). A leste, faz limite com o município de Nova Veneza, e ao oeste, com o município de Timbé do Sul, assim compondo a associação de municípios do extremo sul catarinense (AMESC). Conta com 2890 habitantes, conforme o último censo (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização Geográfica de Morro Grande



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

O município tem suas atividades econômicas voltadas ao setor agropastoril, com destaque para as culturas de feijão, tabaco, fumo e arroz, sendo esta última a cultura mais plantada dentro da bacia hidrográfica do rio Araranguá, da qual o município de Morro Grande faz parte, sendo banhado pelos rios Manoel Alves, Do Meio, Saltinho e Pilão.

Historicamente, a região foi ocupada por diferentes culturas. Ainda na pré-história, os mamíferos da megafauna deixaram seus registros, cujos mais comuns são as estruturas sedimentares biogênicas, conhecidas por paleotocas, em cujo interior se encontram evidências da ocupação da megafauna extinta no final do Pleistoceno e da ocupação por grupos pré-históricos, sendo habitadas também por povos nativos da etnia Xokleng (BUCHMANN *et al.*, 2003; CEZARO, 2016).

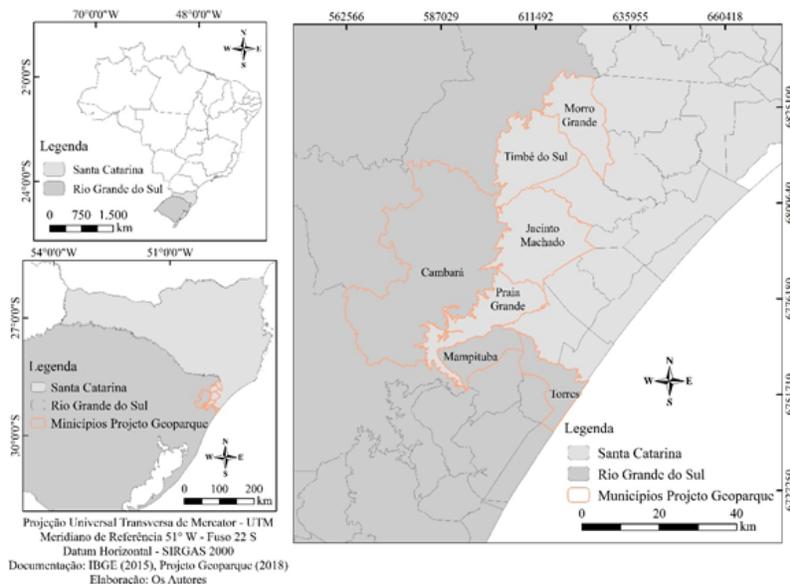
A avaliação paisagística foi desenvolvida no entorno de um dos pontos turísticos do município, as Furnas das Três Barras, conhecidas também pela presença das Paleotocas, de túneis e de labirintos escavados nos morros de arenitos. As Paleotocas, segundo Buchmann *et al.* (2003), foram formadas em quatro tipos de substrato. A área de estudo faz parte dos substratos associados às Terras Altas e aos Basaltos Mesozoicos alterados associados à Formação da Serra Geral.

A ocupação pré-colonial da região sul de Santa Catarina se desenvolveu em torno das tradições de grupos caçadores-coletores, pescadores-coletores pré-cerâmicos e, mais ao litoral, de grupos sambaquieiros (CAMPOS, 2015; CEZARO, 2016). A ocupação colonial se deu a partir dos anos de 1918, com a chegada de famílias italianas vindas de cidades mais ao norte, como Morro da Fumaça, Urussanga, Içara e Criciúma.

Hoje, o município demonstra alta potencialidade para atratividades turísticas por apresentar em sua paisagem uma diversidade de formas geomorfológicas e vegetacionais, como a Serra Geral, a mata nativa do bioma Mata Atlântica e as belas cachoeiras, ideais para a promoção do ecoturismo com prática de esportes radicais e trilhas.

Segundo dados da Prefeitura do Município de Morro Grande (2020), a região localiza-se a 20 km do centro da cidade e fica a 4 km da comunidade mais próxima, que é Três Barras. Esse local é próximo a outros pontos turísticos e está inserido no território do projeto Geoparque, que integra um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina denominado Caminhos dos Cânions do Sul.

Figura - 2 Municípios Integrantes do Projeto Geoparque



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

METODOLOGIA

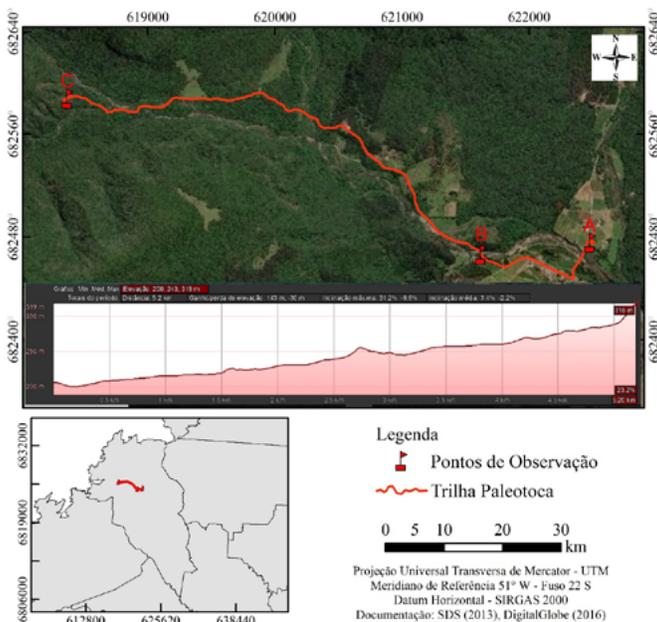
A opção metodológica deste capítulo seguiu uma abordagem descritiva, baseada no trabalho de Pires e Soldateli (2010), denominada “avaliação da qualidade visual”, a qual tem por base os trabalhos de Bernáldez (1981), Ignácio *et al.* (1984) e Cerro (1993). “É, portanto, um método subjetivo cujos critérios

internos se baseiam em juízo de valor profissional a partir do conhecimento e da experiência de quem o adota e o utiliza” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 6).

Dessa forma, o capítulo é composto por uma análise qualitativa de três pontos de observação específicos da paisagem, a qual ocorreu durante a trilha das Paleotocas, que foi realizada individualmente por seis discentes do mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), na disciplina de Ecologia de Paisagem.

A trilha percorrida até o ponto de observação três pode ser observada na figura 3, onde é demonstrado o caminho feito pelos avaliadores. A trilha em questão leva até um dos pontos turísticos do local e teve extensão de 5,2 km, com elevação de 230 metros do ponto de saída (A) até 318 metros no ponto das paleotocas (C). O perfil de elevação foi gerado no *Google Earth Pro*.

Figura – 3 Trilha das Paleotocas



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

A análise consistiu na observação dos pontos, seguindo os seguintes parâmetros da metodologia proposta por Pires e Soldateli (2010): naturalidade, singularidade e detratores da paisagem. Para cada um deles há uma série de observações a se fazer quanto aos componentes da paisagem (quadro 1).

Quadro 1- Componentes da paisagem e suas características

Componentes da paisagem	Características visuais
Relevo	Forma/volume, linha, espaço, escala/dimensão
Solo/Rocha	forma, textura, linha e cor
Vegetação	Forma, textura, linha e cor
Água	Forma, linha, cor, espaço e escala
Atividades humanas	Forma, textura, linha, cor, espaço e escala

Fonte: Adaptado de Pires e Soltateli (2010).

No parâmetro de observação de naturalidade, as características variam de paisagem natural sem alterações visíveis ou paisagem natural pouco alterada – consideradas a naturalidade Superior (S), a naturalidade Média Superior (MS), a naturalidade (M), a naturalidade Média Inferior (MI) e a paisagem urbana, com poucos elementos naturais ou áreas verdes, considerada a naturalidade Inferior (I).

Na observação da singularidade, foi levada em conta a presença na paisagem de componentes e/ou de suas propriedades visuais com atributos tais como: unicidade, raridade, grandiosidade, excepcional beleza ou ocorrência de interesse histórico ou cultural que possua expressão visual e etc. Neste aspecto, atribuiu-se como característica de avaliação a potencialidade turística da localidade, dispondo as nomenclaturas que representam o grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional (Gr), o razoável potencial de atratividade turística em nível estadual a subnacional (Rz) e o limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual ou regional (Lm).

Para a avaliação dos detratores, foram consideradas as possíveis alterações antrópicas no ambiente, variando entre pequena intrusão (PI), conjunto de pequenas intrusões (Cj-PI), média intrusão (MI), conjunto de médias intrusões (Cj-MI), grande intrusão (GI) e conjunto de grandes intrusões (Cj-GI).

Como instrumento metodológico para observação e descrição, foi utilizado um quadro (1) adaptado a partir de Pires e Soldateli (2010), no qual cada avaliador compôs e descreveu detalhadamente as características da paisagem e acrescentou a nomenclatura que representa cada plano destacado na imagem.

Quadro 2 - Quadro referente aos dados de naturalidade, detratores e singularidade

Ponto de Observação	Ponto 1 - nome do ponto		
	Vista observada	Nomenclatura	Descrição
Naturalidade (S; MS; M; MI; I)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		
Singularidades (Gr; Rz; Lm)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		
Detratores (PI; Cj-PI; MI; Cj-MI; GI; Cj-GI)	Primeiro Plano		
	Segundo Plano		
	Terceiro Plano		
	Plano de Fundo		

Fonte: Adaptado de Pires e Soltateli (2016).

A partir das observações feitas, foi realizada a tabulação dos dados para a obtenção de uma média entre as onze avaliações. Desse modo, a média obtida possibilitou expressar de forma conjunta o resultado completo das

avaliações. Foi orientado a cada avaliador para que levasse em consideração toda a amplitude das vistas observadas, assim como fosse descrita na metodologia reproduzida, “[...] tendo em conta que na prática a experiência visual do observador é exatamente o resultado do conjunto de todas as vistas por ele observadas, onde se agregam todos os seus componentes e elementos visuais constituintes” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 8,9).

Há também um nível de subjetividade em cada avaliação, visto que apesar de seguirem um modelo descritivo, cada avaliador/observador levou em consideração durante a sua avaliação os seus diversos conhecimentos e suas percepções próprias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Potencialidades Turísticas do Município de Morro Grande/SC

Os resultados foram divididos por pontos de observação/avaliação. A tabela 2, a seguir, aponta a média obtida nas descrições de avaliação qualitativa da paisagem pelos seis integrantes referentes aos quatro pontos específicos, e a figura 2 demonstra as fotografias dos pontos observados.

Quadro 3 - Pontos de observação

Observação	Naturalidade	Singularidade	Detratores
1º Ponto (A)	M e MS	LM	CJ-MI e CJ-PI
2º Ponto (B)	MS e S	RZ a LM	PI e CJ-MI
3º Ponto (C)	MS e S	LM	CJ-PI

*(MS): Naturalidade Média Superior. (S): Naturalidade superior. (Lm): limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual ou regional. (Gr): grande potencial de atratividade turística em nível nacional e internacional. (Rz): razoável potencial de atratividade turística em nível estadual a subnacional. (Pi): pequena intrusão. (Cj-Pi): conjunto de pequenas Intrusões. (Cj-Mi): conjunto de médias intrusões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No primeiro ponto, na avaliação da naturalidade, os resultados obtidos foram o de naturalidade média (M) e o de naturalidade média superior (MS). A singularidade ficou em limitado potencial de atratividade turístico em nível subestadual (LM). Referente aos detratores, esse ponto foi avaliado em Cj-Pi e Cj-MI, ou seja, no conjunto de pequenas e médias intrusões.

A naturalidade média dada a esse ponto variou em torno de a paisagem observada apresentar no segundo e no terceiro planos uma vegetação e geomorfologia de grande naturalidade aos olhos dos observadores, mas em contrapartida foi a paisagem observada que mais apresentou características de intervenção humana como cultivares (pode-se observar o cultivo de fumo e de milho em primeiro plano), assim como estradas de chão batido e o elemento poste de luz elétrica, que acaba por entrar em todos os planos das imagens como elemento antrópico detrator, rebaixando a avaliação de potencialidade turística e aumentando a avaliação de detratores.

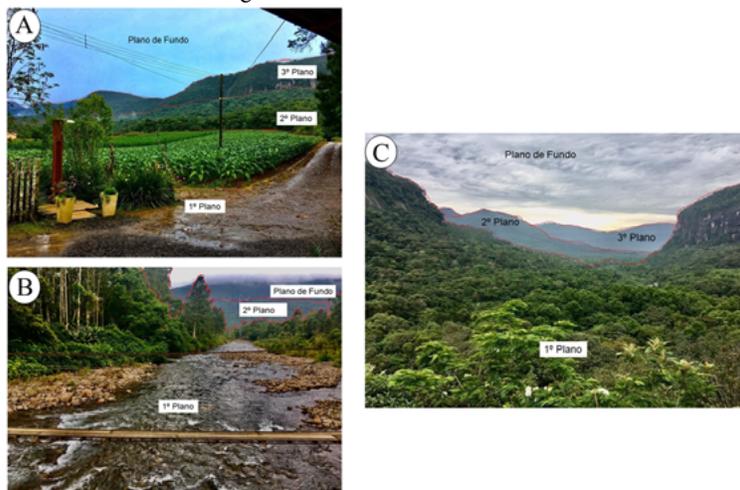
As avaliações do segundo ponto para a naturalidade obtidas foram de naturalidade média superior (MS) e naturalidade superior (S), pois a paisagem observada pelos avaliadores consistia em um alto nível de elementos naturais, como o curso de um rio e vegetação no primeiro e segundo planos, assim como no plano de fundo se observou um paredão recoberto por vegetação no dia da avaliação em específico, coberto parcialmente por nuvens, tornando assim a paisagem observada com avaliação de singularidade em razoável potencial de atratividade turística em níveis subestadual e nacional. No entanto, observou-se na paisagem instruções de vegetação não nativa às margens do curso da água, como eucalipto e bananeiras, deixando a avaliação de detratores em um conjunto de pequenas intrusões (CJ-PI).

No terceiro ponto, no que concerne à naturalidade da paisagem, os dados obtidos foram de naturalidade média superior (MS) e naturalidade superior (S), assim como no ponto dois, ou seja, a paisagem observada possuía características predominantemente naturais, com alterações pequenas a moderadas, ou paisagem natural sem alterações visíveis, pouco alteradas.

Referente à sua singularidade, ainda no terceiro ponto de observação, as características observáveis variaram de limitado potencial de atratividade turística em nível subestadual (Lm). Nesse aspecto, o terceiro ponto observado apresentou boa atratividade turística no local por sua vegetação com formas geomorfológicas e história (no que concerne às paleotocas).

Os detratores observados na paisagem do terceiro ponto variaram de conjunto de pequenas intrusões (Cj-PI) a um conjunto de médias intrusões (Cj-MI). Os observadores relataram a presença de elementos antrópicos visíveis na paisagem, como malhas de eucalipto e bananicultura, assim como se observou desse ponto a presença de estrada de chão batido, elementos esses que interferem na paisagem.

Figura 4 - Pontos observados



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Os resultados gerais apresentados evidenciaram que a região tem alto potencial turístico, apontando para o segmento ecoturístico e diversas atividades voltadas a esse meio como o turismo rural. “A análise da paisagem

fornece subsídios ao processo de planejamento turístico, mais especificamente nas fases de inventário e diagnóstico de recursos turísticos, tanto em escala municipal quanto regional” (PIRES; SOLDATELI, 2010, p. 12).

Apesar disso, para o ecoturismo se desenvolver de forma mais efetiva, é necessário um investimento por partes, como, por exemplo, o poder público municipal, empresas de turismo e até a comunidade local. Matheus e Raimundo (2017, p. 454) apontam que “[...] as políticas e definições sobre ecoturismo abordam basicamente três aspectos: a conservação do meio ambiente, a conscientização ambiental dos visitantes e o envolvimento da comunidade local”. Sem esses aspectos, o local de desenvolvimento dos segmentos ecoturísticos pode não ter sucesso.

Esse processo de intensificação de atividades ecoturísticas deve, antes de tudo, ser regido por normas e ser feito de forma correta, pois, por vezes, o turismo, em suas diversas formas, é estimulado pelo poder público e pela indústria, sem um planejamento prévio de seus efeitos negativos sobre o espaço turístico, sem atenção à legislação vigente, sem consulta à população local e sem projetos eficazes de administração das áreas pretendidas (WEARING; NEIL, 2001).

Kinker (2002, p. 79) aponta que o “[...] produto turístico consiste basicamente em dois elementos: o atrativo em si, que é o que o turista procura e uma distinção aceitável, que tenha uma base receptiva mínima”. Nesse sentido, o papel do poder público é o de regulador e estimulador do desenvolvimento, de modo que beneficie as comunidades locais. Ele deve fornecer infraestrutura básica como acesso aos atrativos turísticos, iluminação de qualidade, tratamento e coleta de lixo e esgoto para que não venham a autopoluir seus recursos naturais (SOLHA, 2010). Ainda, existe o papel voltado à parte da recepção dos visitantes, que também é fundamental na divulgação (*marketing*) de seus produtos para atrair potenciais turistas (KINKER, 2002; WEARING; NEIL, 2001).

Ruschmann (2002) menciona que uma política de serviço turístico bem estabelecido eleva diversos benefícios a um determinado local, como a

ascensão das atividades econômicas. Dentro dessa potencialidade, podemos citar a geração de empregos diretos e indiretos associados aos empreendimentos turísticos, o aumento de atividades comerciais da comunidade, a atração de pessoas especializadas na área pela demanda turística, como também os benefícios socioculturais. Em razão disso, podem ser elencados o aumento do comércio de produtos artesanais, o incremento e a renda direta à população, a valorização da história regional e a valorização e preservação do patrimônio natural e histórico.

Podem-se relacionar à prática algumas das atividades para os benefícios ambientais, a criação de planos de conservação tanto para áreas naturais quanto para sítios arqueológicos, a inserção de projetos de conservação ambiental e estudos de pesquisa em níveis de pós-graduação, pois trariam benefícios para a valorização dos espaços naturais e convívio com a natureza (RUSCHMANN, 2002). Wearing e Neil (2001, p. 38) afirmam que o “[...] planejamento eficaz aumenta a possibilidade do desenvolvimento sustentável do ecoturismo”.

Apesar da forte capacidade de abarcar a categoria do ecoturismo, o município ainda carece de planos de visem exclusivamente às suas potencialidades turísticas. Presenciou-se, ainda, a dificuldade de encontrar registros oficiais dos órgãos responsáveis que prevejam a implantação de algum plano municipal em relação ao ecoturismo na região.

Assim, destaca-se a importância da iniciativa governamental em promover um plano de desenvolvimento regional que abarque as relações de sociedade e meio ambiente por meio de políticas públicas que regulem e conduzam as atividades da cidade nos moldes do desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente. Wearing e Neil (2001 p. 38) elencam que “[...] amplamente se encontra na área governamental a maior possibilidade de modelar o turismo, decretando como ele deve ser promovido, planejado, administrado e regulamentado”.

Aponta-se que o município carece de um plano diretor, o qual seria responsável direto pelo zoneamento e determinação das áreas de interes-

se da região e serviria como um primeiro instrumento de regulação para as atividades turísticas, apesar de o município comportar pouco mais de 2890 habitantes, o que não o encaixa no parágrafo I do artigo 41 do estatuto das cidades, que obriga municípios com mais de vinte mil habitantes, mas como apresenta alto interesse turístico, encaixa-se no parágrafo V, que torna o plano diretor obrigatório para “[...] integrantes de áreas de especial interesse turístico” (BRASIL, 2008, p. 21).

A partir de uma discussão democrática com a comunidade local, deve-se, em um primeiro momento para alavancar o potencial turístico da região, elaborar o plano diretor do município e nele desenvolver como base uma política e um planejamento turístico. Como apontado por Wearing e Neil (2001, p. 41-42), seguem alguns elementos que devem ser considerados para a preparação de um plano turístico:

- a. atrações e atividades turísticas;
- b. acomodações;
- c. transporte e outras instalações e serviços turísticos;
- d. outros elementos de infraestrutura;
- e. elementos institucionais.

O plano turístico não se deve limitar a esses elementos, mas os tomar como base para desenvolver na comunidade local um plano específico que abarque as especificidades locais. Torna-se necessária, portanto, a elaboração desse plano, pois o município de Morro Grande integra o território do projeto do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, que está em análise pela UNESCO, unificando uma área de alto interesse turístico, a qual abrange municípios dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Um dos princípios de um Geoparque é a conservação de sua geodiversidade, desde suas rochas, fósseis, vegetação, solos, patrimônios históricos, entre outros. A conservação desses diversos tipos de patrimônios da humani-

dade é intitulada de Geoconservação (BRILHA, 2005), o que viria a casar com as diretrizes do ecoturismo, ou seja, a conservação, manutenção e apropriação da natureza como um bem comum.

Devemos levar em consideração também que o turismo pode causar impactos ao mesmo tempo positivos, como já elencado anteriormente, mas também negativos no meio ambiente a partir do momento que se aumenta a demanda e o uso de bens naturais, ou seja, para receber os turistas que farão uso do espaço natural que o ecoturismo proporciona concomitantemente, aumenta-se o consumo de energia necessário para suprir as necessidades dessa população visitante, podendo, se não for feito de forma correta, causar o esgotamento dos bens naturais locais (PIRES, 2010).

Dessa forma, o ecoturismo, estando embasado nos princípios do desenvolvimento sustentável, proporciona um elo de ligação entre os três pilares fundamentais – econômico, social e ambiental. Pensando na prática dessa atividade, volta-se à análise da inter-relação desses elementos e das influências entre si. As atividades humanas sempre tiveram uma íntima ligação com o meio sob o uso dos recursos disponíveis. No desenvolvimento da cultura, é oportuno pensar no desenvolvimento sob a preservação dos aspectos naturais na conservação do patrimônio e na contribuição para o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área, por suas características, está voltada a importantes estudos em torno do patrimônio cultural arqueológico e natural e também à prática do ecoturismo. O ecoturismo na região também impulsiona e preconiza futuras pesquisas, auxiliando-a na conservação da fauna e da flora locais, típicas de Mata Atlântica, e na valorização e conservação do patrimônio histórico regional.

Os resultados obtidos durante a avaliação de qualidade visual da paisagem consideraram que o local possui um grande potencial para o turismo

em nível nacional e internacional, possuindo a capacidade de prezar pela prática do ecoturismo na região, utilizando-a como ferramenta para a preservação do patrimônio natural e do desenvolvimento socioeconômico do município.

O ecoturismo é um caminho de desenvolvimento que no cenário atual tem a capacidade de reconciliar a permanência e a preservação dos recursos naturais e a geração de renda para a cidade/campo, contribuindo, de tal forma, para o desenvolvimento sustentável, além de cooperar na sensibilização das relações humanas com o ambiente. Essa prática deve ser pensada em sua permanência sob os benefícios ambientais, que são regidos por normas e planejados previamente, impactando de forma positiva para o bem-estar social e natural.

A metodologia aplicada permitiu uma experiência prática significativa acerca do conceito de paisagem e sua importância nas relações sociais, econômicas e ambientais locais. A discussão desse conceito permitiu uma maior aproximação e compreensão sobre sua importância para o desenvolvimento local e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

- BERNALDEZ, F. G. **Ecología y paisaje**. Madrid: H. Brume Ediciones, 1981.
- BRAGA, F. S.; ALVES, S. F. N. S. C. A geografia humanística e suas relações com o ecoturismo. **Revista Universitária de Geografia**, Bahía Blanca, Buenos Aires, v. 17, n. 1, p. 105-124, jan. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008. 6 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações básicas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 96 p.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação**: A conservação da natureza na sua vertente geológica. Coimbra, Portugal: Palimage, 2005. 183 p.

BUCHMANN, F. S. C.; CARON, F.; LOPES, R. P.; TOMAZELLI, L. J. Traços fósseis (paleotocas e crotovinas) da megafauna extinta no Rio Grande do Sul, Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 2., 2003, Recife. **Anais [...]**. Recife, PE: ABEQUA, 2003.

BUENO, F. P.; PIRES, P. S. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006. 14 p. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT11-B1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

CAMPOS, A. M. N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. *In*: **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-6, jan. 2005.

CAMPOS, J. B. **Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015.

CERRO, F. L. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: MCYT, 1993 (Serie libros turísticos).

CEZARO, H. S. **A arte pré-histórica no extremo sul catarinense-SC**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

FILIPPIM, M. L.; HOFFMANN, V. E.; FEGER, J. E. Turismo Rural no Meio-Oeste de Santa Catarina: características de gestão da atividade. 2006. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006. 18 p. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/>

seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT11-B1.pdf.
Acesso em: 18 ago. 2019.

IGNACIO, C. F *et al.* **Guia para Elaboracion de Estúdios del Médio Físico:** contenido y metodologia. Vol. 3. 2. ed. Madrid: CEOTMA, 1984 (Serie Manuales).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades.** 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/morro-grande/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2019.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas: Papirus, 2002.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 455-479, 14 set. 2017. Doi <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1336>.

MELO, M. A. W. S. **Turismo e Patrimônio Cultural:** Processo de Tombamento e Estratégias de Utilização Turística do Centro Histórico de Natal/RN. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Turismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015).

MORRO GRANDE. **Histórico.** Município de Morro Grande. Morro Grande: PMMG, 2015. Disponível em: <https://www.morrogrande.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/56940>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MORRO GRANDE. **Portal de Turismo.** Furnas das Três Barras: natureza e ecoturismo. Publicado em 2020. Disponível em: <https://turismo.morrogrande.sc.gov.br/equipamento/index/codEquipamento/9103>. Acesso em: 03 jun. 2020.

PIRES, P. S. Turismo e meio ambiente: relação de interdependência. *In:* PHILIPPI JUNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Org.). **Gestão Ambiental**

e Sustentabilidade no Turismo: Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo. Barueri: Manole, 2010, p. 3-31 (Coleção Ambiental).

PIRES, P. S.; SOLDATELI, M. Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC: uma aplicação metodológica focada no uso público e na valorização turística. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2010. 14 p.

POLETTE, M. Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, Sem., v. 2, n. 3, abr./set. 1999. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1190/946>. Acesso em: 18 ago. 2019.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. Vol. 1. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002. 199 p.

SALCEDO, R. F. B. Gestão do patrimônio cultural e natural. **Olam - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 152-181, jan./jun. 2008.

SOLHA, K. T. Papel do poder Público para o Turismo Sustentável. *In: PHILIPPI JUNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Org.). Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo: Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri: Manole, 2010, p. 31-44 (Coleção Ambiental).

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri, SP: Manole, 2001.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

APRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO

Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD), com reconhecimento de diploma no Brasil de Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Atualmente é professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e nos cursos de História, Geografia, Biologia. Coordenador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC). Líder do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território. Investigador associado do Instituto Terra e Memória (ITM) – Grupo “Quaternário e Pré-História” do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal. Membro do corpo editorial da Revista de Iniciação Científica e da Revista de Extensão da Unesc. Consultor Científico na ARQUEOSUL Arqueologia e Gestão do Patrimônio. É sócio efetivo na Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). *E-mail:* jbi@unescc.net

Marian Helen da S. G. Rodrigues

Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas e Mestre em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, com diplomas reconhecidos pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Especialista em Patrimônio Cultural pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/IPHAN). Licenciada em Letras/Português

pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Servidora da Prefeitura Municipal de Coronel José Dias, atualmente exercendo o Cargo de Chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Pesquisadora do Instituto Olho D'Água, na região da Serra da Capivara; investigadora associada do Instituto Terra e Memória e do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, de Portugal. Possui experiência nas áreas de Arqueologia e Gestão do Território. *E-mail:* marrianhelen@gmail.com

Nilzo Ivo Ladwig

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Tem experiência na área de Engenharia de Agrimensura, com ênfase em Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica, Planejamento e Gestão Territorial, atuando, principalmente, nos seguintes temas: desenvolvimento regional sustentável, cadastro técnico multifinalitário e planejamento sustentável em turismo. Líder do grupo de pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial, Coordenador do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e orientador de projetos de pesquisa de discentes de doutorado, mestrado e iniciação científica. *E-mail:* ladwig@unesc.net

Pedro Paulo A. Funari

Bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986), doutor em Arqueologia (1990), pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós da UNICAMP e USP, *Distinguished Lecturer University of Stanford*, *Research Associate* – Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá). Líder

de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires e UFRJ. Na Unicamp, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (2007/09), e no Nepam (2014/16), representante do IFCH na CADI (2005-2009) e dos titulares no DH (2015/6), membro da CAI/Consu (2009), Assessor do Gabinete do Reitor e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009-2013). Apresentador do programa da RTV Unicamp e Diálogo sem fronteira, desde 2011, com mais de 220 entrevistas. Participa do conselho editorial de mais de 50 revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Membro dos conselhos de *Encyclopaedia of Historical Archaeology*, *Oxford Encyclopaedia of Archaeology* e *Encyclopaedia of Archaeology* (Academic Press). Foi *Secretary*, *World Archaeological Congress* (2002-2003), membro permanente do conselho da Union Internationale des Sciences Préhistoriques e Protohistoriques (UISPP) e sócio da ANPUH, ABA, SAB, SBPH, SHA, SAA, WAC, ABIB, AAA, Roman Society. *Académico extranjero de la Academia de Historia de Cuba* desde 2013. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq, sediado na Unicamp e vice-líder de dois outros. *E-mail*: ppfunari@uol.com.br

Luiz Oosterbeek

De nacionalidade portuguesa, é licenciado em História (Universidade de Lisboa, 1982), tendo iniciado a sua atividade como arqueólogo em 1982. Trabalhou, sobretudo, sobre os mecanismos de expansão da economia agro-pastoril na Península Ibérica, tópico do seu doutoramento em arqueologia (Universidade de Londres, 1994; Universidade do Porto, 1995). Como docente do ensino superior politécnico (desde 1986) e diretor do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (desde 2000), coordenou projetos de investigação nos domínios da arqueologia, gestão do património cultural e gestão integrada do território, desde 1983, em Portugal, na América Latina e na África. Recebeu

bolsas e prêmios, relacionados com essas atividades, da Comissão Europeia, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, da tutela da cultura em Portugal e de diversas empresas. É Professor no Instituto Politécnico de Tomar, coordenador de programas de Mestrado Erasmus Mundus, Professor convidado das Universidades de Córdova (Espanha) e Ferrara (Itália), membro do Conselho Científico do Museu Nacional de História Natural em Paris (França), nomeado pelo governo Francês. É titular da Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, que se estrutura em torno da sua metodologia de gestão territorial e tem um foco prioritário, embora não exclusivo, nos territórios de baixa densidade demográfica. Secretário Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (Paris, Unesco) desde 2014. É membro correspondente do Instituto Arqueológico Alemão (Frankfurt, Alemanha), Vice-Presidente de HERITY International (Roma, Itália), membro do Conselho Científico do Centro Universitário Europeu para o Patrimônio Cultural (Ravello, Itália), Conselheiro do Forum Cultural Mundial Taihu (China), Presidente do Instituto Terra e Memória (Portugal), Vice-Diretor do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra. Foi Pró-Presidente para as Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Tomar, vogal e vice-gestor da área de Ciência e Sociedade do programa ibero-americano CYTED e Secretário-Geral da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas. *E-mail*: loost@ipt.pt

CAPÍTULO 1

ARQUEOLOGIA E TURISMO PARA A PAZ - PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO ÂMBITO DO 16º OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

Fabio Carbone

Graduado em arqueologia pela Universidade della Calabria – UNICAL (Itália). Mestre em Gestão e desenvolvimento em Turismo pela Universidade

de Aveiro (Portugal) e Doutora (*Doctor Europaeus*) em Turismo pela mesma universidade. Atualmente é professor do *International Tourism Management* na Coventry University (UK). É pesquisador do *Centre for Trust, Peace and Social Relations* (Coventry University) e Centro Geociências (Portugal). Além do trabalho acadêmico, é ativista e embaixador do *International Institute for Peace Through Tourism* (IIPT) e também enviado especial no Irã, onde fundou e dirige o Capítulo Iraniano do IIPT. *E-mail*: fabiocarbone.pro@gmail.com

CAPÍTULO 2

POR UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM MEIO AOS USOS SOCIAIS DO TURISMO CULTURAL

Leandro B. Brusadin

Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembí Morumbi. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca (UNESP). Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Pós-doutorado pela *Université Paris Descartes*, onde atuou como pesquisador convidado do *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux*. Professor Adjunto IV do Departamento de Turismo da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR-EDTM/UFOP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS/UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Patrimônio, Relações Sociais e de Trabalho. *E-mail*: leandro@ufop.edu.br

Lia Sipaúba P. Brusadin

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca (UNESP). Técnica em Conservação e Restauro pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP). Especialista em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (IFAC/

UFOP). Mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais (EBA/UFMG). Doutora em Artes na Universidade Federal de Minas Gerais (EBA/UFMG). Atualmente é coordenadora e professora da pós-graduação *latu sensu* em Conservação e Restauração de Escultura Policromada Devocional e professora da pós-graduação *latu sensu* em Perícia e Avaliação de Obras de Arte da Universidade Santa Úrsula (USU). Membro do Grupo de Pesquisa Imagem e Preservação. *E-mail*: liabrusadin@gmail.com

Raíssa de Keller e Costa

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Tem pós-graduação *lato sensu* em História e Cultura no Brasil pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS/UFMG). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS/UFMG). Membro do Grupo de Pesquisa Turismo, Patrimônio, Relações Sociais e de Trabalho. *E-mail*: raissakc@yahoo.com.br

CAPÍTULO 3

TURISMO ARQUEOLÓGICO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM A CONTRIBUIÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

Luciane de Carvalho Pereira

Consultora e Professora Universitária. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES na linha de pesquisa de Tecnologia, Gestão e Inovação. Mestrado concluído em Gestão de Negócios e Formação Profissional pela UCES de Buenos Aires. Turismóloga formada no Curso

Superior de Turismo na PUC/RS. Possui Especialização *Lato Sensu* em Administração e Planejamento para Docentes pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Foi Coordenadora do Curso Superior de Turismo da ULBRA. Atuou como Chefe de Departamento de Turismo e Hotelaria das FARGS. Desenvolveu pesquisas e atuou como professora na UNESC em cursos de graduação e pós-graduação (presencial e EaD). É professora dos cursos de graduação e pós-graduação na FUCAP. *E-mail*: lucidecarvalho9@gmail.com

Solange Maria da Silva

Possui graduação em Administração pela Escola Superior de Administração e Gerência ESAG/UDESC, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora na Universidade Federal de Santa Catarina UFSC/Campus Araranguá. É Membro dos Grupos de Pesquisa LGR (Laboratório de Liderança e Gestão Responsável), ENGIN (Núcleo de Engenharia da Integração e Governança do Conhecimento para a Inovação) e KLOM (Interdisciplinar em Conhecimento, Aprendizagem e Memória Organizacional). Professora na área de Gestão de Negócios junto ao PPGTIC (Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação) e ao Curso de Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Tem experiência na Área de Administração Geral, com ênfase em Gestão Estratégica e de Processos, Liderança, Gestão de Negócios, Gestão da Inovação, Empreendedorismo e Qualidade em Serviços. *E-mail*: solange.silva@ufsc.br

CAPÍTULO 4

O PAPEL DO PLACETELLING® NA VALORIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Fabio Pollice

PhD em Geografia Política, é professor titular de Economia e Geografia Política da Universidade de Salento. Anteriormente, lecionou nas Universidades de

Nápoles “Federico II” e Roma “La Sapienza”. Desde novembro de 2019 é o Reitor da Universidade de Salento. Foi Diretor do Departamento de História, Sociedade e Estudos Humanos da Universidade de Salento (2016-2019) e Coordenador do Programa de Doutorado em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Salento de 2014 a 2016. Foi, durante muito tempo, membro do Conselho de Administração da Sociedade Geográfica Italiana. Na verdade, é membro do Comitê Científico do Centro Universitário Europeu de Patrimônio Cultural e tem o mesmo papel na Eurispes e na Fundação “La Notte della Taranta”. É o diretor da escola *Placetelling*[®], que fundou em 2016. Lida com tópicos de geografia econômica aplicados com particular atenção às questões relacionadas ao desenvolvimento territorial e às relações locais-globais, com *insights* sobre a relação entre turismo e cultura e o papel da cultura nos processos de desenvolvimento local. É autor de mais de cem publicações científicas nacionais e internacionais. *E-mail*: fabio.pollice@unisalento.it

Patrizia Miggiano

Ph.D. St. de Ciências Humanas e Sociais na Universidade de Salento (Lecce, Itália), onde se formou em Ciências Políticas e Relações Internacionais (em 2009) e em Ciências Filosóficas (em 2012). Lida com narrativas audiovisuais do patrimônio cultural material e imaterial. Em particular, sua pesquisa atual está na área temática de geografia da mídia e visa criar um formato de categoria original de educação e entretenimento (série Geo-histórica) a ser submetido à atenção de emissoras internacionais e das plataformas de VOD. O formato tem uma vocação serial e responde aos objetivos de aprimoramento e narrativa do patrimônio cultural e da inovação da Apúlia no campo da ICC no segmento de produção audiovisual. *E-mail*: patrizia.miggiano@unisalento.it

CAPÍTULO 5

TERRITÓRIO DA SERRA DA CAPIVARA: UM EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE E NOVOS DESAFIOS ATÉ 2030

Marian Helen da S. G. Rodrigues

Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas e Mestre em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – PT, com diplomas reconhecidos pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Especialista em Patrimônio Cultural pelo Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/IPHAN). Licenciada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Servidora da Prefeitura Municipal de Coronel José Dias. Atualmente exerce o cargo de Chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Pesquisadora do Instituto Olho D'Água, na região da Serra da Capivara. Investigadora associada do Instituto Terra e Memória e do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal. Possui experiência nas áreas de Arqueologia e Gestão do Território. *E-mail:* marrianhelen@gmail.com

Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal (UTAD), com reconhecimento de diploma no Brasil de Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Atualmente é professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e nos cursos de História, Geografia, Biologia. Coordenador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC). Líder do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território. Investigador associado do Instituto Terra e Memória (ITM) – Grupo “Quaternário e Pré-

História” do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal. Membro do corpo editorial da Revista de Iniciação Científica e da Revista de Extensão da Unesc. Consultor Científico na ARQUEOSUL Arqueologia e Gestão do Patrimônio. É sócio efetivo na Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). *E-mail*: jbi@unesc.net

Luiz Oosterbeek

De nacionalidade portuguesa, é licenciado em História (Universidade de Lisboa, 1982), tendo iniciado a sua atividade como arqueólogo em 1982. Trabalhou, sobretudo, sobre os mecanismos de expansão da economia agro-pastoril na Península Ibérica, tópico do seu doutoramento em arqueologia (Universidade de Londres, 1994; Universidade do Porto, 1995). Como docente do ensino superior politécnico (desde 1986) e diretor do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (desde 2000), coordenou projetos de investigação nos domínios da arqueologia, gestão do património cultural e gestão integrada do território, desde 1983, em Portugal, na América Latina e na África. Recebeu bolsas e prêmios, relacionados com essas atividades, da Comissão Europeia, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, da tutela da cultura em Portugal e de diversas empresas. É Professor no Instituto Politécnico de Tomar, coordenador de programas de Mestrado Erasmus Mundus, Professor convidado das Universidades de Córdoba (Espanha) e Ferrara (Itália), membro do Conselho Científico do Museu Nacional de História Natural em Paris (França), nomeado pelo governo Francês. É titular da Cátedra UNESCO-IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, que se estrutura em torno da sua metodologia de gestão territorial e tem um foco prioritário, embora não exclusivo, nos territórios de baixa densidade demográfica. Secretário Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (Paris, Unesco) desde 2014. É membro correspondente do Instituto Arqueológico Alemão (Frankfurt, Alemanha), Vice-Presidente de HERITY International (Roma, Itália), membro do Conselho Científico do Centro Universitário Europeu

para o Patrimônio Cultural (Ravello, Itália), Conselheiro do Forum Cultural Mundial Taihu (China), Presidente do Instituto Terra e Memória (Portugal), Vice-Diretor do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra. Foi Pró-Presidente para as Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Tomar, vogal e vice-gestor da área de Ciência e Sociedade do programa ibero-americano CYTED e Secretário-Geral da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas. *E-mail*: loost@ipt.pt

Marcos César Pereira Santos

Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub), mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre (IPT-UTAD) e doutorado em Quaternário e Pré-história pela *Università degli Studi di Ferrara* (UNIFE), Itália, em cotutela com o *Muséum National d'Histoire Naturelle* (MNHN), na França. Pesquisador associado do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignacio Schmitz (LAPIS/UNESC) e do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território. Pesquisador colaborador do Núcleo de Pesquisas Paleoambientais (NEPA-UNIOESTE), Paraná. Investigador associado do Instituto Terra e Memória (ITM) e do Grupo “Quaternário e Pré-História” do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal. Tem experiência na área de História e Arqueologia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Arqueologia Pré-Histórica, Geoarqueologia, Tecnologia Lítica, Arqueologia Experimental e Educação Patrimonial. *E-mail*: marcoscesar.arqueologia@gmail.com

Pedro Paulo A. Funari

Bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986), doutor em Arqueologia (1990), pela USP, livre-docente em História (1996) e Professor Titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós da UNICAMP e USP, *Distinguished Lecturer University of Stanford*, *Research Associate* – Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá). Líder

de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires e UFRJ. Na Unicamp, Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos (2007/09), e no Nepam (2014/16), representante do IFCH na CADI (2005-2009) e dos titulares no DH (2015/6), membro da CAI/Consu (2009), Assessor do Gabinete do Reitor e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp (2009-2013). Apresentador do programa da RTV Unicamp e Diálogo sem fronteira, desde 2011, com mais de 220 entrevistas. Participa do conselho editorial de mais de 50 revistas científicas estrangeiras e brasileiras. Membro dos conselhos de *Encyclopaedia of Historical Archaeology*, *Oxford Encyclopaedia of Archaeology* e *Encyclopaedia of Archaeology* (Academic Press). Foi *Secretary*, *World Archaeological Congress* (2002-2003), membro permanente do conselho da Union Internationale des Sciences Préhistoriques e Protohistoriques (UISPP) e sócio da ANPUH, ABA, SAB, SBPH, SHA, SAA, WAC, ABIB, AAA, Roman Society. *Académico extranjero de la Academia de Historia de Cuba* desde 2013. Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq, sediado na Unicamp e vice-líder de dois outros. *E-mail*: ppfunari@uol.com.br

CAPÍTULO 6

ARQUEOTURISMO EM ANGOLA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ziva Domingos

Doutor em Antropologia, Etnologia e Pré-História pela Universidade de Paris 1 – Panthéon Sorbonne –, na França; mestre em Conservação Preventiva do Patrimônio pela mesma Universidade e Licenciado em Gestão de Projetos Culturais pela Universidade de Provence Aix-Marseille 1, na França. Exerce, atualmente, a função de Diretor Nacional de Museus do Ministério da Cultura de Angola. Foi Perito Angolano no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (2015-2019). É Docente na Faculdade de Ciências Sociais

da Universidade Agostinho Neto e da Universidade Metodista de Angola e Investigador Associado da Equipe de Pesquisa “Etnologia Pré-Histórica/ Grupo África”, da Universidade de Paris 1 – Panthéon Sorbonne –, na França, e do Centro de “Geociências” da Universidade de Coimbra, em Portugal.
E-mail: zivado@hotmail.com

Bumba Manuel de Castro

Licenciado em Direção e Gestão Hoteleira pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril; especialista em Administração de Empresas Turísticas e de Lazer pela Universidade Politécnica de Madrid; e doutor em Turismo, Lazer e Cultura, no ramo de Turismo e Desenvolvimento, pela Universidade de Coimbra. Para além de uma experiência profissional de duas décadas no subsector da hotelaria, é professor universitário, lecionando disciplinas relacionadas com o turismo, património cultural e desenvolvimento regional e urbano em cursos de licenciatura e de mestrado. Tem orientado de forma regular monografias e dissertações de mestrado. Faz parte do quadro do Ministério do Turismo de Angola, exercendo, atualmente, a função de Consultor da Ministra. Tem desenvolvido trabalhos de investigação em nível do turismo, património e cultura, tendo produzido vários artigos sobre essas temáticas. De igual modo, tem ministrado algumas palestras, alguns seminários e participado de eventos nacionais e internacionais sobre o turismo e setores afins.
E-mail: bumbc@yahoo.com

CAPÍTULO 7

POTENCIAL TURÍSTICO ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GEOPARQUES QUARTA COLÔNIA, RS

André Luis R. Soares

Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996 – área de concentração em Arqueologia) e doutor em

Arqueologia pela Universidade de São Paulo (MAE-USP/2005). Atualmente é professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) do departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria. Professor Visitante *Erasmus Mundus* (Comissão Europeia – 2011), do programa de Mestrado em Quaternário e Pré-História (2011 – atual), do Instituto Politécnico de Tomar e membro do Instituto de Geociências de Coimbra (2011 – atual). Professor convidado do Mestrado em Técnicas de Arqueologia (Mestrado *Erasmus Mundus* de Gestão de Paisagens Culturais, Tomar, Portugal). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado) – PPGH-UFSM; Professor de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC), mestrado profissionalizante. Professor Visitante *Erasmus Mundus*, Master JMD DYCLAM (*Dynamics of Cultural Landscapes and heritage Management, Université Jean Monnet, Saint Etienne, Firminy, France*, 2018). Titular da cátedra UNESCO-UFSM de Humanidades: Fronteiras e Migrações (desde 2018). *E-mail*: alrsoaressan@gmail.com

Alexandra Begueristain da Silva

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2019), com bolsa CAPES, na linha de pesquisa Memória e Patrimônio. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2013), com bolsa CAPES, na linha de pesquisa Identidades Sociais e Etnicidades. Especialista em Gestão em Turismo Sustentável no Centro Universitário Franciscano (2010), tendo como ênfase a Hospitalidade Pública e os Grandes Eventos Turísticos, bem como outras áreas de pesquisa, como políticas de turismo e cultura. Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano (2006); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPQ), Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória, sediado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando como pesquisadora nas áreas de antropologia da imigração, gastronomia, patrimônio, memória e religiosidade, com ênfase para a Cultura Japonesa, mas que se estende a outras culturas em nível teórico-concei-

tual. Atua nas áreas de Turismo e Antropologia, Cultura e Eventos, Patrimônio e Memória e Educação Profissional. Atuou como professora Substituta no Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja, no Eixo de Turismo, Eventos e Hospitalidade, entre 2013 e 2015. Em 2014, foi pesquisadora FAPERGS no programa RS Mais Gastronomia. *E-mail*: abegueristain@gmail.com

CAPÍTULO 8

ARQUEOLOGIA, GEOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO MÉDIO TEJO, PORTUGAL

Luís Mota Figueira

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Unidade Departamental de Ciências Sociais. Diretor do L-Tour.ipt Laboratório de Turismo do IPT (desde 2015). Membro do Conselho Geral do IPT. Membro do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Gestão do IPT. Diretor do Cespoga – Centro de Estudos Politécnicos de Golegã (entre 2007 e 2019). Membro Colaborador do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e do Techn&Art (Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes do IPT). Membro integrado do GOVCOPP – Universidade de Aveiro –, Grupo de Turismo e Desenvolvimento. Diretor Técnico do Museu Agrícola de Riachos (desde 1994) e da Casa Memorial Humberto Delgado de Brogueira (desde 2010). Colaborador dos Jornais “Novo Almourol” (coluna “Roteiro do Tejo”, desde 2010) e “O Riachense” (coluna “Museu e Comunidade”, desde 2016). Docente e Orientador de Teses, Dissertações, Projetos e Estágios nos cursos de Mestrado em Técnicas de Arqueologia – *Master Erasmus Mundus of Cultural Landscape*. Possui licenciatura em Gestão Turística e Cultural; mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural; e Mestrado Europeu em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. Investigador Responsável do Projeto SAICT-POL/24068/2016, “MovTour – Turismo e Cultura com e para a Sociedade” (2016-2019). *E-mail*: lmota@ipt.pt

Cecília De Melo Correia Baptista

Professora da Unidade Departamental de Engenharias do Instituto Politécnico de Tomar. Diretora dos cursos de Licenciatura em Engenharia Química e Bioquímica e de Licenciatura em Tecnologia Química. Docente do Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural. Investigadora do Centro de Investigação Techn&Art – Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes. Doutoramento em Química e Mestrado em Ciência e Tecnologia do Papel e Produtos Florestais pela Universidade da Beira Interior. Licenciatura em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. *E-mail*: cecilia@ipt.pt

Ana Paula Gerardo Machado

Professora do Instituto Politécnico de Tomar com Doutoramento em Geotecnia e Fundações pela Universidade de Coimbra. Tem Mestrado em Geologia de Engenharia pela Universidade Nova de Lisboa e Licenciatura em Engenharia Geológica pela Universidade de Coimbra. Na atividade pedagógica, tem sido docente responsável pelas unidades curriculares Mecânica dos Solos, Geotecnia Aplicada, Reabilitação de Pavimentos Urbanos, Melhoramento e Reforço de Solos e Geologia Aplicada. Desenvolve trabalho de investigação no domínio dos materiais de construção, da Geotecnia e da Gestão da Qualidade. É membro da Comissão Técnica de Geotecnia em Engenharia Civil no LNEC (CT 156) desde 2004. É responsável pela Qualidade no Laboratório de Engenharia Civil do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e pela Unidade Laboratorial Central do IPT (Lab.ipt). *E-mail*: anamachado@ipt.pt

CAPÍTULO 9

ARQUEOTURISMO NA BAIXADA MARANHENSE: UMA PROPOSTA FOCADA NAS ESTEARIAS

Alexandre Guida Navarro

Historiador, mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), doutor em Antropologia pela *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) e possui dois pós-doutoramentos: um pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2008, e o outro na *University of Illinois at Chicago*, em 2017, onde foi, também, Professor Visitante com bolsa da *Fulbright Institution* (modalidade *Visiting Professor Award*). Pesquisou nas seguintes instituições: Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará), Museu Nacional (Rio de Janeiro, RJ), *Smithsonian Institution* (Washington D.C.), *Penn Museum University of Pennsylvania Museum of Archaeology* (Filadélfia, Pensilvânia) e *American Museum of Natural History* (Nova York), todos nos Estados Unidos. Publicou livros, artigos e capítulos de livros sobre a civilização maia e sobre as estearias do Maranhão. Atualmente é professor Associado I do Departamento de História (DEHIS) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 2. Processo 308271/2018-1. *E-mail*: altardesacrificios@yahoo.com.br

João Costa Gouveia Neto

Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Música pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestre em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor do Curso de Música, Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorando em Educação – na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail*: rairicneto@yahoo.com.br

Francisco Silva de Oliveira

Biólogo pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professor nas escolas C. E. Dr. Tancredo Neves e U. E. Caldas Marques. *E-mail*: fpjoliveira@ymail.com

Karen Cristina Costa da Conceição

Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Colaboradora do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA). *E-mail*: karen cristinacosta@outlook.com

Elton Estácio Viana de Menezes

Graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estagiário do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA). *E-mail*: ee.vmenezes@hotmail.com

Tayze Handreyza Mendes Abreu

Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Colaboradora do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA). *E-mail*: tayse.mendes@hotmail.com

Yasmin Silva e Silva

Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Estagiária do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/UFMA). *E-mail*: yasmimsilva2@hotmail.com

Zilneri Coelho Silva, Nilenilde Gomes Sousa, Rayllane Cabral Cardoso, Pettson Luan Arouche Mendes, Eleildon Trindade Couto, Raymisson Santos Matos são alunos da U. E. Tancredo Neves, Penalva, Maranhão.

E-mails: eleildoncouto02@gmail.com (Eleildon); szilmeire@gmail.com (Zilneri); lucamendes2105@gmail.com (Pettson); rayllanecabral16@gmail.com (Rayllane); santosmatossantos2002@gmail.com (Raymisson); nilenildegomes123@gmail.com (Nilenilde).

CAPÍTULO 10

MÉRTOLA, VILA MUSEU E CAMPO ARQUEOLÓGICO: QUATRO DÉCADAS DE MUSEALIZAÇÃO DE OLHO NA SUSTENTABILIDADE

Manuelina Maria Duarte Cândido

Professora e chefe do Serviço de Museologia da Universidade de Liège, na Bélgica, e administradora do *Embarcadère du Savoir*, rede de difusão de ciência e técnica na região da Valônia. Encontra-se licenciada da Universidade Federal de Goiás, onde é docente em Museologia e permanece ativa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Participa, ainda, do corpo docente de MBA em Gestão de Museus da Universidade Cândido Mendes. É Licenciada em História (UECE, 1997), Especialista em Museologia e Mestre em Arqueologia (USP, 2000 e 2004, respectivamente) e Doutora em Museologia (ULHT, 2012). Realizou estágio pós-doutoral na *Université Sorbonne-Nouvelle*, em 2014, com supervisão de François Mairesse. Coordenou o Núcleo de Ação Educativa do Centro Cultural São Paulo. Dirigiu o Museu da Imagem e do Som do Ceará e o Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus. *E-mail:* manuelin@uol.com.br

CAPÍTULO 11

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SAMBAQUIS DE LAGUNA-SC NA PERSPECTIVA DO TURISMO ARQUEOLÓGICO

Geovan Martins Guimarães

Graduado em Turismo e Hospitalidade pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), mestre e doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade

do Vale do Itajaí (UNIVALI). Atualmente é arqueólogo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – GRUPEP da UNISUL – no qual desenvolve projetos de pesquisa e extensão em educação patrimonial, arqueologia, patrimônio cultural. Docente da Unisul nos cursos de História, Geografia e Pedagogia. Integrante do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Tubarão. Tem experiência na área de Arqueologia e Turismo, com ênfase em Turismo Arqueológico, atuando, principalmente, nos seguintes temas: arqueologia, educação patrimonial, patrimônio arqueológico e arqueologia subaquática. *E-mail:* geovan.guimaraes@unisul.br

Bruna Cataneo Zamparetti

Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), mestra em Ciências da Linguagem pela Unisul e doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Arqueóloga do GRUPEP (Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia) da Unisul. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão, com ênfase em Arqueologia Pré-Colonial e Educação Patrimonial. Professora dos cursos de Bacharel e Licenciatura em História, licenciatura em Geografia e Bacharel em Filosofia da Universidade do Sul de Santa Catarina. *E-mail:* bruna.zamparetti@unisul.br

Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em História, com área de concentração em Arqueologia, pela PUCRS. Pós-doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora em Arqueologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi pesquisadora e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL e atuou como editora da Revista Memorare. Atualmente é pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP)

da UNISUL. As principais áreas de atuação são: arqueologia, conhecimento tradicional e oralidade, fronteiras e dinâmicas culturais na pós-modernidade. *E-mail*: deisiarqueologia@gmail.com

Francisco Antonio dos Anjos

Graduado em Geografia, com especialização em Turismo e Hotelaria (1995) pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre em Geografia, Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Doutor em Planejamento e Gestão do Turismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Universidade Politécnica da Catalunha (UPC), Barcelona/Espanha. Pesquisador do Mestrado e do Doutorado em Turismo e Hotelaria da UNIVALI. Entre 2012 e 2017, atuou como coordenador do programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria (Mestrado e Doutorado). Foi Diretor-Científico no Biênio 2011 e 2013 e Diretor-Presidente nos Biênios 2013-2015 e 2015-2017 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa no Turismo (Nível 1C) pelo CNPq. Atua no campo do turismo, onde desenvolve pesquisas com financiamento da CAPES, da FAPESC e do CNPq. Lidera o grupo de pesquisa PLAGET (Planejamento e Gestão do Espaço Turístico). Destaca-se na sua produção de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos em coletâneas e artigos publicados em Anais de eventos. Participa de conselhos científicos de diversas revistas científicas de turismo. Exerceu, de 2017 a 2018, a função de Secretário Adjunto de Turismo, Cultura e Esporte do estado de Santa Catarina, Brasil. Coordena o Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. *E-mail*: anjos@univali.br

CAPÍTULO 12

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO ARQUEOLÓGICO: ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM TRÊS ESTUDOS DE CASO: BRASIL, INGLATERRA E CHINA

Fabiana Manzatto

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, Mestre em Turismo pela Universidade de Caixas do Sul, Licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina e Guia de Turismo cadastrada no MTur. Atua como arqueóloga e guia de turismo nas unidades do SESC do estado de São Paulo. *E-mail:* fmanzato@yahoo.com.br

CAPÍTULO 13

“AS CHARQUEADAS, O ENGENHO, O CAMPO DO OSÓRIO, A PONTE, TUDO SÃO PATRIMÔNIO”: O FAZER ARQUEOLÓGICO COM A COMUNIDADE DO PASSO DOS NEGROS (PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL)

Louise Prado Alfonso

Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Atualmente é professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos – GEEUR da UFPEL e coordena uma gama de projetos de extensão vinculados ao projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas. *E-mail:* louiseturismo@yahoo.com.br

Vanessa Avila Costa

Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e mestranda em Antropologia (área de concentração em Arqueologia) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde integra o Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos – GEEUR. Também é pesquisadora do *Liber Studium* – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG. Bolsista CAPES/BRASIL. *E-mail*: vanessaavilacosta@hotmail.com

CAPÍTULO 14

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM: CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE – SANTA CATARINA

Nilzo Ivo Ladwig

Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Tem experiência na área de Engenharia de Agrimensura, com ênfase em Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Sistema de Informação Geográfica, Planejamento e Gestão Territorial, atuando, principalmente, nos seguintes temas: desenvolvimento regional sustentável, cadastro técnico multifinalitário e planejamento sustentável em turismo. Líder do grupo de pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial, Coordenador do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e orientador de projetos de pesquisa de discentes de doutorado, mestrado e iniciação científica. *E-mail*: ladwig@unes.net

José Gustavo Santos da Silva

Graduado em Geografia (licenciatura) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), participou como bolsista do Programa Institucional

de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/Geografia (2015/2018). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). É integrante do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT). *E-mail:* gustasantos92@gmail.com

Mônica Priscila Kravczik Guglielmi

Graduada em Geografia (licenciatura) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), é pesquisadora voluntária do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT). *E-mail:* kravczykmonica@gmail.com

Juliana Debiasi Menegasso

Licenciada em Geografia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (2004); especialista em Educação pela Fundação Educacional Barriga Verde – Febave (2005); Mestre em Ciências Ambientais (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC; Doutoranda em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC. Atualmente é professora de Geografia na rede pública estadual de Santa Catarina, na Escola de Educação Básica Costa Carneiro e na rede privada de ensino na Escola Barriga Verde. É bolsista no Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) da UNESC e membro do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) em Orleans, SC. *E-mail:* julianaorleans@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

Arqueoturismo – 72, 73, 74, 176, 177, 195, 196, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 218, 294, 304, 306, 309, 354, 391

Bens patrimoniais – 179, 193, 232, 321

Conflitos – 21, 27, 44, 88, 176, 207, 284, 319

Conservação – 36, 37, 38, 39, 40, 44, 52, 71, 75, 92, 130, 143, 166, 168, 169, 178, 180, 187, 195, 200, 201, 202, 203, 207, 239, 256, 261, 264, 272, 354, 392, 395, 398, 424, 454, 455, 465, 466, 467, 468

Cultura de paz – 23, 26, 29

Desenvolvimento sustentável – 19, 21, 63, 69, 73, 75, 82, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 118, 169, 176, 208, 226, 230, 231, 244, 283, 307, 318, 321, 324, 401, 409, 466, 468, 469

Ecoturismo – 73, 255, 261, 285, 294, 455, 457, 465, 466, 468, 469

Educação Patrimonial – 71, 73, 77, 78, 88, 93, 94, 95, 177, 199, 200, 203, 213, 217, 226, 305, 306, 331, 357, 362, 383, 385, 402

Geoturismo – 252, 255, 256, 258, 261, 264, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 279, 284, 285

Gestão do patrimônio – 23, 25, 26, 28, 91, 122, 168, 171, 181, 202, 215, 326, 327, 328, 368, 404

Globalização – 18, 176, 283

Paisagem – 47, 76, 134, 139, 165, 166, 237, 240, 260, 269, 294, 320, 358, 362, 383, 402, 429, 430, 432, 443, 454, 455, 457, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 468, 469

Paisagem cultural – 47, 48, 49, 57, 285, 348

Paisagem natural – 53, 158, 252, 460, 463

Patrimônio arqueológico – 71, 75, 76, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 111, 128, 129, 130, 132, 143, 176, 180, 181, 182, 189, 192, 194, 195, 199, 202, 203, 213, 214, 215, 217, 294, 295, 318, 340, 350, 353, 354, 358, 363, 367, 368, 377, 382, 383

Patrimônio mundial – 35, 83, 89, 132, 164, 170, 177, 193, 194, 211, 214, 216, 334, 395, 403, 404, 405

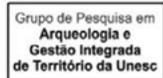
Preservação – 27, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 69, 72, 76, 91, 96, 128, 135, 156, 167, 178, 179, 181, 212, 237, 238, 245, 252, 301, 309, 318, 321, 324, 348, 350, 353, 354, 372, 377, 382, 383, 385, 391, 398, 424, 431, 435, 446, 455, 468

Sustentabilidade – 19, 20, 26, 65, 66, 70, 71, 78, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 93, 118, 156, 170, 199, 202, 206, 258, 261, 262, 264, 273, 283, 284, 336, 338, 385, 393, 401, 407, 408

Território – 38, 77, 82, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 122, 125, 126, 129, 133, 138, 139, 143, 144, 145, 146, 160, 167, 169, 170, 199, 200, 201, 207, 209, 215, 216, 225, 226, 232, 237, 240, 252, 253, 255, 257, 259, 261, 262, 272, 274, 275, 276, 282, 283, 285, 295, 317, 320, 322, 324, 326, 333, 336, 338, 348, 350, 383, 405, 446, 458, 467

Turismo Arqueológico – 63, 67, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 132, 176, 199, 230, 239, 247, 279, 285, 294, 349, 353, 354, 358, 383, 384, 385, 391, 404, 408, 409

Turismo cultural – 35, 37, 44, 49, 52, 53, 56, 63, 70, 71, 73, 75, 76, 79, 91, 94, 117, 165, 181, 283, 322, 324, 330, 354, 356, 385, 454



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



UNESCO Chair in Humanities and
Cultural Integrated Landscape Management,
Polytechnic Institute of Tomar

